



UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
DIRETORIA DE PESQUISA - DPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPEd
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

RANÚSIA PEREIRA SILVA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A
EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS:
APROXIMAÇÕES, TEORIA E PRÁTICA**

ARACAJU, 2016

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS: APROXIMAÇÕES, TEORIA E PRÁTICA

RANÚSIA PEREIRA SILVA

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação, ao Programa de Pós-graduação em Educação, na linha 1- Pesquisa em Educação e Formação Docente - Universidade Tiradentes.

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a ADA AUGUSTA CELESTINO BEZERRA.

ARACAJU, 2016

S586f Silva, Ranússia Pereira

Formação de professores para a educação básica de jovens e adultos: aproximações, teoria e prática/Ranússia Pereira Silva; orientação [de] Prof^a. Dr^a. Ada Augusta Celestino Bezerra.-- Aracaju, SE: UNIT.

2016.

222 p.: il.; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, Aracaju, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Educação Básica. 2. Educação de Jovens e Adultos.
3. Formação de professores. 4. Licenciaturas. I. Bezerra, Ada Augusta Celestino. II. Universidade Tiradentes.
III. Título.

CDU: 371.13

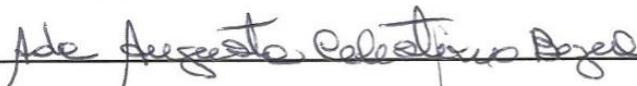
RANÚSIA PEREIRA SILVA

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS: APROXIMAÇÕES, TEORIA E PRÁTICA

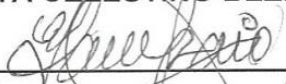
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação na linha 1-Pesquisa Educação e Formação Docente - Universidade Tiradentes.

APROVADA EM: 31/03/2016

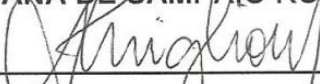
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª ADA AUGUSTA CELESTINO BEZERRA (Orientadora)



Profª Drª ELIANA DE SAMPAIO ROMÃO (Membro Externo da Banca)



Profª Drª ILKA MIGLIO DE MESQUITA (Membro Interno da Banca)

ARACAJU, 2016

Dedico esse trabalho ao Divino Espírito Santo. Sempre estiveste presente dando-me serenidade e discernimento nesse momento importante da minha vida. A serenidade afastou a angústia, iluminou-me com as palavras certas no momento certo.

AGRADECIMENTOS

“Agradecer é um ato de reconhecimento”

A Deus, que concedeu-me vida e forças para continuar, vencer os desafios e alcançar meus objetivos.

À Prof.^a Dr.^a Ada Augusta Celestino Bezerra, minha orientadora, pela firmeza dos seus ensinamentos centrados na determinação, disponibilidade, dedicação e incentivo (na academia e na vida), mostrando-me o direcionamento nos momentos mais difíceis. Agradeço por ter acreditado em mim, não me deixando ser vencida pela angústia após a perda de minha mãe e de minha irmã num espaço tão curto. A convivência ensinou-me a encarar desafios, desafiá-los e lembrar quando falava:

_ Não é isso que você quer?

Aos meus pais, João e Raimunda (*in memóriam*) por me concederem a vida e por serem responsáveis pela pessoa que hoje sou. Saudades. Não os esqueço!

A minha irmã Rainilda (Nida) (*in memóriam*). Você me incentivou, apoiou minhas escolhas, segurou “a barra” para eu ir em frente. Tiveste a oportunidade de assistir à conclusão desse momento de um outro plano. É mais uma intercessora junto a Deus.

Aos meus filhos Alexandre e Carolina. No silêncio inquieto de vocês pude me sentir encorajada desde o início a chegar nesse momento de vitória. Nunca nos separamos. Amo vocês!

Ao meu irmão, João pelas orações que sempre dedicou a minha vida e a esse trabalho. Hoje, cada dia mais juntos. Obrigada.

À Luciene (Ene), minha colaboradora diária e segunda mãe da Carolina. Sempre amiga e dedicada. Obrigada Ene!

À Nina e Maria José pelo apoio e dedicação de vocês aos meus filhos. Minha gratidão!

À Prof.^a Dr.^a Ilka Miglio de Mesquita, sua participação desde a pós - graduação e as contribuições na Qualificação foram fundamentais para avançar qualitativamente na investigação.

À Prof.^a Dr.^a Eliana Sampaio Romão, por ter aceito o convite para avaliar desde a Qualificação, levantando questões reflexivas que enriqueceram as discussões e a conclusão deste trabalho.

À amiga Prof.^a Dr.^a Marilene Batista da Cruz Nascimento (Lene), por ter apontado caminhos na academia e estar sempre disposta a desejar o melhor para todos. Lene, você nos orgulha!

Aos meus alunos da Escola Estadual Prof.^a Judite Oliveira, participantes da EJA, responderam aos questionários e acreditam na educação como caminho para que o homem alcance as melhores mudanças. Sou muito grata a vocês!

Aos colegas professores de Língua Portuguesa, Ciências Biológicas e Matemática da Escola Estadual Prof.^a Judite Oliveira.(EEPJO). Dividindo com vocês o dia a dia de ser

professor na EJA, foi possível conhecer como muitos de nós iniciamos nessa trajetória. Obrigada colegas!

Aos alunos dos últimos períodos dos cursos de Licenciatura em Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática da Universidade Tiradentes(Unit) que aceitaram ser voluntários da pesquisa, sendo entrevistados, fazendo-nos entender como a EJA chegou até vocês através das disciplinas cursadas.

A minha irmã do coração, Albilene. Sua amizade, força, paciência e “freio” em situações diversas constroem a diferença. Sempre unidas sempre!

Às pessoas queridas:

À Márcia, minha amiga e incentivadora pelas confiança, discussões proveitosas e ajuda sempre disponíveis.

Ao meu filho do coração, Márcio Carvalho Santos. Você esteve ao meu lado. Sempre usou o “sim” e o “é possível” nos desafios apresentados em gráficos e figuras do texto.

À Alice pela partilha nessa pesquisa, seu jeito tranquilo e organizado, tão positivo.

À Blenda, como foi bom contar com sua experiência.

À Hilanna, Amélia, Tainara, Marcel, Camila, Luciana, Diana, Suelen, Antônia, Kleane, Laís, George, Tauana, Joniely, Soane, Josevânia, Luciano, Lourdes, Camila e Lilianny, pela colaboração e carinho sempre. #Tenha nível

À família do programa OBEDUC/CAPES/UNIT: Transdisciplinaridade na Educação de Jovens e Adultos/TRANSEJA 2 e ao Grupo de Pesquisa – GPGFOP/Unit/CNPq. Vocês colaboraram em todas as situações. Deus abençoe a todos.

À Luíza, colega do curso de Letras/UFS. Agradeço a Deus pelo reencontro feliz e pela revisão ao meu texto. Meu carinho especial a você, mulher grandiosa!

A minha Psicóloga, Dr^a Laís. Juntas estabelecemos que “Vencer etapas é planejar com equilíbrio, disciplina e segurança”. Eu consegui, graças a Deus.

Ao Fabrício, colega do mestrado. Muitas partilhas, trocas e construção nesses dois anos.

Aos colegas do Mestrado pela força nas madrugadas, enviando mensagens animadas via whatsapp, nas nossas “Madrugadas de Plantão”. Valeu o compromisso, gente!

À Dona Fátima, funcionária da MULTISERV/Unit, determinada, exigente, sempre atenta aos “detalhes” e pronta para ajudar. Obrigada!

À todos os amigos e amigas que estiveram presentes nesse momento de crescimento e mudanças em minha vida: Obrigada!

Ao OBEDUC/CAPES/INEP pelo financiamento desta pesquisa, através de Bolsas e ajuda financeira.

O homem foi feito para ultrapassar constantemente a si mesmo.

Blaise Pascal (+1662)

RESUMO

A pesquisa que funda esta Dissertação justifica-se diante dos resultados obtidos na educação básica brasileira, especialmente na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando-se a evasão como sintoma de um ensino inadequado, que afasta os jovens e adultos do seu direito à educação. O objetivo geral foi analisar os sistemas de educação básica e superior, ouvidos os sujeitos dos processos de ensino e de aprendizagem (professor – aluno) quanto aos fatores históricos e sociais que estão a determinar atualmente as necessidades de mudanças curriculares na formação docente em Sergipe nas áreas de Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática (PPC) diante da crescente juventude que demanda à modalidade de EJA, com suas implicações no respectivo PPP dessa modalidade de educação básica, visando à elevação da sua qualidade. Os objetivos específicos foram: relacionar os indicadores da EJA com as políticas educacionais no Brasil e em Sergipe, a partir da LDB 9.394/1996; Identificar as demandas socialmente necessárias à formação de professores e as expectativas dos alunos das licenciaturas; Analisar os Projetos Político - Pedagógicos vigentes na EJA (âmbito estadual e institucional) e nas licenciaturas da IES selecionada, sob a ótica da aproximação teoria e prática, ouvidos docentes e discentes. O marco teórico ampara-se em contribuições de Ireland (2011); Bezerra e Nobre (2012); Gatti (2008); Sposito (1997); Haddad, Di Pierro (2000); Sacristán (1991); Bardin (2011) e Franco (2008), dentre outros. A metodologia configurou-se como uma abordagem quantitativa, a qual valoriza a historicidade do objeto de estudo e os indicadores quantitativos. A perspectiva metodológica foi dialética porque considera as relações e as interações macro e micro estruturais nas políticas públicas voltadas para a formação na Educação Básica, modalidade EJA, e de alunos em formação pelas Instituições de Educação Superior – IES - delimitado neste estudo à Universidade Tiradentes – Unit, uma vez que o movimento docente da Universidade Federal de Sergipe - UFS ofereceu descontinuidade no calendário letivo. Consideramos que os currículos das licenciaturas não contemplam os PPP da EJA como dispositivos formativos e objetos de estudo, assim como para os limites das políticas públicas voltadas para a EJA, inclusive no que se refere à formação construída pelas IES aos futuros docentes, dos respectivos PPP e PPC que não contemplam conteúdos curriculares significativos para a modalidade da EJA, de modo a suprir lacunas do conhecimento nessa área.

Palavras-chave: Educação Básica. EJA. Formação de professores. Licenciaturas.

ABSTRACT

The research that produces this dissertation is justified by the results obtained in the Brazilian basic education (primary, secondary and high school), especially, the Adult Education (formal class based education) nationally known as “Educação de Jovens e Adultos (EJA)”, highlighting the evasion as a consequence of an inadequate teaching that apart the young and adults from its right of formal education. The study aims to analyze the Brazilian basic and higher education, hearing the subjects of the teaching-learning process (teacher-student) about the historical and social factors that now determine the needing of curriculum changes about teachers' formation at Sergipe at the licentiate degree courses of Portuguese (as a mother language), Biological Sciences and Mathematics through the Course Policy Project (CPP), facing the increasing youth that is in need of Adult Education, with real impacts inside the same CPP of this modality, achieving its quality improvement. As specific objectives, it shows: to analyze the relation between the EJA's indexes with the educational policies in Brazil and in Sergipe, starting from the LDB 9.394/1996; to identify the social demand needed to the teacher's formation and the student's expectations during the degree course; to analyze the current Pedagogical Policy Project (PPP) or Projeto Político Pedagógico - PPP (in Portuguese language) from EJA courses (institutional and estate territory) and at the licentiate degree courses from the selected universities through the perspective of practical and theoretical approach, hearing teachers and students. The theoretical framework is constituted by Ireland (2011); Bezerra and Nobre (2012); Gatti (2008); Sposito (1997); Haddad. Di Pierro (2000); Sacristán (1991); Bardin (2011), Franco (2008) and others. The methodology is based on a quantitative approach, valorizing the historicity from the object of study and the quantitative indexes. The methodology perspective is dialectic due its considerations about the macro and micro relations and interactions organized in the public policies focused in the formation during the Basic Education, EJA modality, and from graduate students during its licentiate degree course at the selected High Education Institution Universidade Tiradentes – UNIT/SE, once that the Universidade Federal de Sergipe – UFS offered the canceling of the university calendar. Finally, it presents the confirmation of the following hypothesis: the licentiate degree curriculums are not in favor of the PPP from EJA as formative dispositive and study object, and in this same manner for the limitations of the public policies focused to EJA, including the licentiate formation that is offered by the High Education Institutions for the future teachers, of the respective PPP and CPP that do not offered significant curricular content and disciplines for EJA modality, trying to fill the knowledge gaps at this area.

Keywords: Basic Education. EJA. Licentiate degree courses. Teacher formation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 ¹ - BRASIL -Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade 2001-2012	221
Gráfico 2 ² - BRASIL -Taxa de alfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade 2001-2012	221
Gráfico 3 -Taxa de frequência à escola-população 15 a 17 anos 2001-2012.....	22
Gráfico 4 -Brasil Taxa de analfabetismo funcional 2001-2012.....	51
Gráfico 5 Distribuição das Disciplinas do Currículo do Curso de Licenciatura em Letras-Português/Unit por Categoria de análise.....	120
Gráfico 6- Distribuição das Disciplinas do Currículo do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas/Unit por categoria de análise.....	151
Gráfico 7 -Distribuição das Disciplinas do Currículo do Curso de Licenciatura em Matemática/ Unit por categoria de análise	165
Gráfico 8- Opinião sobre a escolha da EJA.....	199
Gráfico 9- Motivações dos alunos para estudarem na EJA.....	200
Gráfico 10- Motivos para o abandono ou trancamento de matrículas na EJA.....	201
Gráfico 11- O Ensino da EJA <i>versus</i> Necessidades do dia a dia.....	203
Gráfico 12- Práticas motivadoras no ensino da EJA.....	204
Gráfico 13- Disciplinas e formas de aprendizagem que se aproximam do dia a dia.....	205
Gráfico 14- Atividade e a relação com o trabalho e a vida.....	206
Gráfico 15: Expectativas sobre a conclusão do curso.....	207
Gráfico 16: Sugestões e observações.....	208

¹ O gráfico 1 está inserido nos anexos dessa dissertação.

² O gráfico 2 está inserido nos anexos dessa dissertação.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 1995-2013 - Por unidades da federação da região Nordeste – Em anos de estudo.....	52
Quadro 2 Matrículas da educação da básica de 2006, consideradas no FUNDEB em 2007, coeficientes de distribuição dos recursos e estimativa da receita anual do fundo, por ente governamental – 2007 a 2015 – Aracaju/Se.....	56
Quadro 3 Síntese da Resolução 01/2000-Diretrizes Curriculares para a EJA.....	91
Quadro 4 Dispõe sobre a idade mínima, certificação e a oferta da Educação a Distância na EJA.....	97
Quadro 5 Escolas Estaduais da Diretoria Regional de Educação de Aracaju-DEA que oferecem a EJA/ ano 2015	100
Quadro 6 Dispõe sobre a Legislação que respalda a Proposta Curricular para a EJA no PPP da SEED/SE.....	103
Quadro 7 FOFA. Diretrizes e Diagnóstico de problemas no PPP da EEPJO.....	112
Quadro 8 Estrutura Curricular Curso de Licenciatura em Letras Português-Unit.....	121
Quadro 9 Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Letras Português-Unit/ optativa 1	124
Quadro 10 Atividades Complementares.....	124
Quadro 11 Quadro resumo do Total Geral de Créditos e Carga Horária do Curso	124
Quadro 12 Demonstrativo de conteúdo das Ementas do Curso de Licenciatura em Letras Português/UNIT.....	126
Quadro 13 Conteúdos Programáticos / Língua Portuguesa/ Edital 01/2012.....	142

Quadro 14 Conteúdos Programáticos Conhecimentos da Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais- Concurso Público Professor da Educação Básica/ Edital 01/2012.....	144
Quadro 15 Conteúdos Programáticos em História, Geografia e Conhecimentos Gerais do Estado de Sergipe- Concurso Público Professor da Educação Básica / Edital 01/2012.....	145
Quadro 16 Estrutura Curricular/ Licenciatura em Ciências Biológicas- UNIT.....	152
Quadro 17 Disciplinas Optativas/ Optativa 1.....	155
Quadro 18 Quadro Resumo do Total Geral de Créditos e Carga Horária do Curso.....	156
Quadro 19 Demonstrativo do Conteúdo da Disciplina Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia/ Ementa do Curso de Ciências Biológicas/ Unit.....	157
Quadro 20 Conteúdos Programáticos/ Conhecimentos das Ciências das Ciências Biológicas e Conhecimentos Gerais/ Concursos Público Professor da Educação Básica/ Edital 01/2012.....	160
Quadro 21 Estrutura Curricular do Curso Licenciatura em Matemática- Unit	167
Quadro 22 Resumo do Total Geral de Crédito e de Carga Horária.....	169
Quadro 23 Disciplinas Optativas/ Optativa 1	169
Quadro 24 Periódicos Impressos.....	171
Quadro 25 Conteúdos Programáticos Conhecimentos de Matemática e conhecimentos Gerais/ Concursos Público Professor da Educação Básica/Edital 01/2012.....	173

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Categorias de Análises para as licenciaturas da UNIT.....	121
Figura 2: Disciplinas e expectativas.....	178
Figura 3: Contribuição das disciplinas para a formação docente.....	179
Figura 4: Experiência na Educação Básica ou na EJA.....	181
Figura 5: Docentes da EJA e os saberes.....	183
Figura 6: Sugestões, contribuições sobre a EJA.....	185
Figura 7: Formação Inicial.....	187
Figura 8: Início da docência e situações destacadas.....	188
Figura 9: A importância das disciplinas para os professores.....	189
Figura 10: Diferenças entre as Propostas Curriculares Ensino Regular e a EJA.....	191
Figura 11: Planejamentos e propostas	193
Figura 12: Formação continuada em serviço	195
Figura 13: Sugestões e contribuições sobre a EJA.....	197

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Critérios para Codificação das Entrevistas e Questionários Dos Sujeitos da Pesquisa.....81

TABELA 2 - Critérios para Codificação das Entrevistas/ Alunos das Licenciaturas177

TABELA 3 - Critérios para Codificação das Entrevistas/ Professores da EEPJO.....186

TABELA 4 - Critérios para Codificação dos Questionários/ Alunos da EEPJO.....198

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CNE	Conselho Nacional de Educação
CFE	Conselho Federal de Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos.
DED	Departamento de Educação.
DRE'S	Diretorias Regionais de Educação
EAEA	Assembleia Geral da Associação Europeia e Educação e Adultos
EAD	Educação a Distância.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJAEF	Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental.
EJAEM	Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio.
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EEPJO	Escola Estadual "Professora Judite Oliveira"
E-TEC	Escola Técnica
FHC	Fernando Henrique Cardoso.
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAE	Conselho Internacional de Educação de Pessoas Adultas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IES	Instituição de Ensino Superior
IFS	Instituto Federal de Sergipe
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEB	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização.
OBEDUC	Observatório da Educação
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OTP	Organização do Trabalho Pedagógico
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PDDE	Programa do Dinheiro Direto na Escola
PROFIN	Programa de Financiamento
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PIB	Produto Interno Bruto
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
PNAD	Programa Nacional de Desenvolvimento
PNE	Plano Nacional da Educação
PPC	Projeto Político Pedagógico dos Cursos

PPE	Projeto Pedagógico da Escola
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEF	Serviço de Ensino Fundamental
SEJA	Serviço da Educação de Jovens e Adultos
SISu	Secretaria de Educação Superior
SIGA	Sistema de Informações Gerenciais
TCLE	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologias da Comunicação e Informação
TRANSEJA	Transdisciplinaridade na EJA
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura
UNIT	Universidade Tiradentes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
1.1 O tema, o problema e o escopo da pesquisa.....	20
1.2 A Educação de Jovens e Adultos: perspectivas dos organismos internacionais, da sociedade civil e do PNE 2014-2024.....	26
1.3 O delineamento da pesquisa a partir da trajetória profissional da pesquisadora.....	31
1.4 Aportes teórico – metodológicos.....	35
1.5 Organização da Dissertação.....	37
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	40
2.1 Educação e Juventude nos anos 1990: diferentes conceitos de juventudes na EJA.....	40
2.2 A Conferência Mundial da Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia (1990) e o direito à educação de jovens adultos EJA.....	44
2.3 Políticas Educacionais e de Financiamento na EJA: Da oficialização como modalidade na educação básica à atuação do FUNDEB.....	46
2.4 Funções da EJA nas Diretrizes Curriculares Nacionais	58
2.4.1 A Função Reparadora da EJA.....	59
2.4.2 As Funções Equalizadora e Qualificadora da EJA.....	63
3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DEMANDAS SOCIAIS E EXPECTATIVAS DOS ALUNOS.....	65
3.1 Saberes docentes e a construção identitária.....	67
3.2 Professores: sujeitos do conhecimento.....	71
3.3 As TIC na Educação e o desenvolvimento profissional docente na EJA.....	75
4(RE)CONSTRUÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA E APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS.....	79
4.1 Propostas Pedagógicas da EJA (união, estado e escola) e as Aproximações com os PPC dos Cursos de Licenciaturas da Unit.....	84
4.1.1 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica /DCNEB/MEC (2010), Parecer nº 11/2000 e Resolução nº 01/2000 da EJA.....	87
4.1.2 O Projeto Político Pedagógico da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe – SEED/SE para a EJA.....	99
4.1.3 O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Profª.Judite Oliveira.....	110
4.2 A Composição das Matrizes Curriculares dos cursos de Língua Portuguesa, Ciências Biológicas e Matemática da Unit.....	116

4.2.1 O curso de Licenciatura em Letras Português da Unit.....	117
4.2.2 Síntese sobre o perfil esperado do profissional licenciado em Letras Português no Concurso Público estadual.....	140
4.2.3 O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unit.....	146
4.2.4 Síntese sobre o perfil esperado do profissional licenciado em Ciências Biológicas no Concurso Público estadual.....	159
4.2.5 O curso de Licenciatura em Matemática da Unit.....	162
4.2.6 Síntese sobre o perfil esperado do profissional licenciado em Matemática no Concurso Público estadual	172
4.3 As Representações dos Sujeitos sobre seus Cursos.....	175
4.3.1 Âmbito da EJA. Representações dos licenciandos.....	177
4.3.2 Âmbito das Licenciaturas. Representações dos professores da EEPJO.....	186
4.3.3 Âmbito das Disciplinas e da EJA. Representações dos alunos da EJAEF e EJAEM da EEPJO.....	198
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
REFERÊNCIAS	213
ANEXOS.....	221
APÊNDICES.....	222

1 INTRODUÇÃO

No contexto temático da linha de pesquisa Educação e Formação Docente, destaca-se nesta dissertação a problemática que o país vem enfrentando ao longo desta década, quando se observa uma visível transformação no que diz respeito à mudança na sua pirâmide etária, o que aponta os atrasos na escolarização, tendo como realce, a Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Nesse sentido, a pesquisa que embasa esta dissertação avança para uma análise da EJA que envolve desde os Projetos Pedagógicos (PPC) dos Cursos de licenciaturas em Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática oferecidos pela Universidade Tiradentes Sergipe (UNIT-SE), o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola pública que desenvolve essa modalidade de educação básica em Aracaju – SE (Escola Estadual Professora Judite Oliveira - EEPJO), o Projeto Pedagógico da EJA (PPEJA) da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) e sua aplicação no tocante à EJA, com suas especificidades, considerando os saberes, vivências, práticas e dizeres de seus sujeitos, sejam eles alunos, professores e demais participantes desse processo de educação .

1.1 O tema, o problema e o escopo da pesquisa

Para conhecermos se um país trilha o caminho do desenvolvimento, entre diversas variáveis, destaca-se o índice de pessoas adultas alfabetizadas. O problema surge sob o panorama crescente das desigualdades sociais acirradas pelo modo capitalista de produção da existência tendo como característica maior a exploração social, econômica e cultural.

Observa-se que o Estado Brasileiro ainda deixa em aberto sua responsabilidade para com a sociedade, apesar das medidas existentes que promovem uma educação para todos ao longo da vida. Segundo dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica, da Editora Moderna (2015), e os gráficos 01 e 02 constantes nos anexos “A” e “B”, a taxa de analfabetismo no Brasil em 2001 era de

12,4% sendo que em 2012 caiu para 8,7% apresentando uma redução de 3,7 % em dez anos. Já a taxa de alfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade no Brasil cresceu no período 2001 a 2012, de 87,6% em 2001 chegando a 2012 com 91,5%. Na mesma fonte vemos que no Nordeste, os alfabetizados em 2001 eram 87,6% e chegaram a 87,6% em 2012, elevando-se, portanto, de forma discreta no país e na região.

Esse crescimento apontado não descarta a redução que é atribuída pelo documento citado à correção progressiva do fluxo escolar e ao envelhecimento da população (o que implica a morte dos analfabetos mais velhos...). São dados que se aproximam daqueles expostos nas Notas Técnicas que acompanharam a proposta de PNE 2011 – 2020 do MEC, Metas e Estratégias, ao Congresso Nacional, e apontam para uma demanda crescente à educação básica, na modalidade de educação de jovens e adultos.

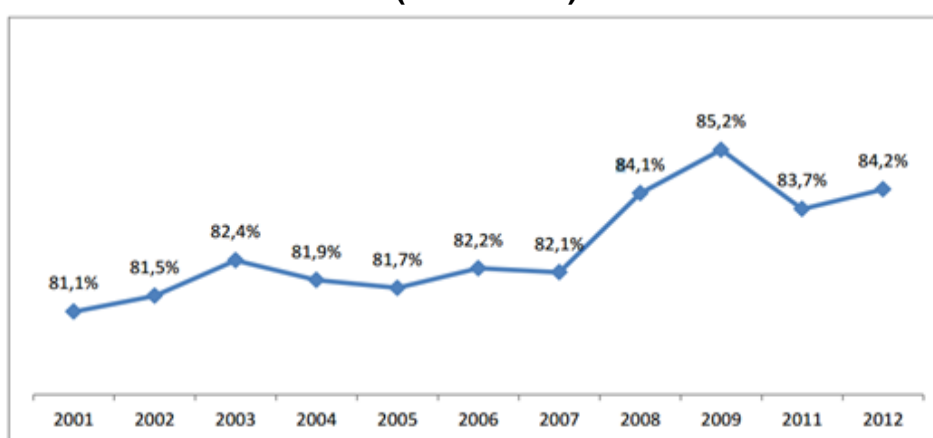
Buscando alcançar a meta de “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional” (PNE 2011-2020) vemos no gráfico 1, no anexo “A “, que a situação nacional que detinha em 2001, 87,6% e em 2012 teve seu maior pico indo para 2011 com 91,4%, chegou a 2012 com 91,3%. O crescimento de 3,8%, que pode parecer tímido, encoraja a meta proposta para o ano de 2015

Nesse mesmo sentido, as citadas Notas Técnicas do PNE/MEC 2010 – 2020 apresentam projeções elevadas para as matrículas no ensino técnico profissionalizado nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, via ampliação do Programa Brasil Profissionalizado, para o atendimento a jovens e adultos, com a perspectiva inclusive de superar a histórica perda de alunos da EJA da educação básica graças à integração com a educação profissional.

Essas Notas Técnicas presentes na p.90 do Anuário da Educação Básica, Moderna (2015), demonstram a evolução dessa matrícula do ensino médio articulada à educação profissional de 2011 a 2013 no Nordeste, de 232.496 alunos para 290.144 estudantes, incluindo na modalidade presencial, as redes federal, estadual e privada (incluindo o sistema S e o PRONATEC), além do E-Tec Brasil (a distância). Diante desses dados, a Região Nordeste, sendo a segunda mais populosa do país, destaca-se em sua semelhança no total de matrículas registradas, fato muito parecido com a Região Sul.

Entretanto, se por um lado observa-se o crescimento dos dados específicos da EJA como modalidade de Educação Básica junto à educação profissional, são questionados os índices demonstrados no mesmo Anuário (2015), segundo os quais a matrícula de pessoas na faixa de 15 a 17 anos não teve grandes proporções, mas manteve uma certa estabilização nos primeiros sete anos. Só a partir de 2008 e até 2012, eleva e conserva o quantitativo entre 84,1% e 84,2%, conforme observação no Gráfico 03.

Gráfico 3 Taxa de frequência à escola-população 15 a 17 anos (2001 -2012)



Fonte: Inep com dados do IBGE/Pnad

Com base nos dados apresentados constata-se que a média do rendimento/ crescimento em 10 anos foi apenas de 3,1%, apesar de ter registrado e assegurado maiores índices entre 2008 a 2012. Nesse quadro de perplexidades, sabe-se que muitos adultos estão fora da escola. As estatísticas expostas no Mapa da Violência (2012) mostram que as matrículas da EJA diminuem ano a ano, mas não por existirem menos pessoas alfabetizadas. Hipóteses emergem destacando dentre as variáveis responsáveis: o envelhecimento da população, a ausência de projeto político pedagógico para a EJA, a inadequação metodológica em salas de aulas às particularidades desse público (espaço em que, via de regra, os professores transferem práticas da educação de crianças e pré-adolescentes para o ensino de jovens e adultos) e, principalmente, a insuficiência das políticas públicas.

Buscando entender a realidade apresentada prioriza-se nesta dissertação, a análise das propostas pedagógicas tanto da Educação de Jovens e Adultos (consideradas as orientações nacionais, estaduais e de uma unidade escolar) como dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de formação de professores na Universidade Tiradentes, respectivamente, referentes às formações para as disciplinas com maior número de aulas como componentes curriculares do ensino fundamental da EJA além da sua importância formativa como áreas do conhecimento humano: Língua Portuguesa, Ciências Biológicas e Matemática.

Nessa análise, o primeiro ponto a ressaltar seria observar se as propostas pedagógicas dos cursos de graduação citados têm a preocupação de reservar em sua arquitetura curricular, disciplinas que discutam e fundamentem as particularidades da EJA na formação dos futuros professores. Em seguida, com base na análise inicial, examinamos O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Secretaria de Estado da Educação Estadual da Educação (SEED) do Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA/SEED) e o Projeto Político Pedagógico da Escola – PPP da Escola Estadual Prof^a Judite Oliveira (EEPJO), que nos serviram de contraponto para analisar os depoimentos dos professores que já se encontram na ativa e têm, no desenvolvimento de sua prática em sala de aula, a fundamentação trazida da graduação. Nesse sentido identificamos práticas de formação continuada individual, coletivamente ou outros meios pedagógicos para o alcance dos seus objetivos.

As novas configurações econômicas trazem à tona diversas tecnologias que exigem do jovem e do adulto ir além da sua prática tradicional de profissional. Faltam-lhes os requisitos para que sejam considerados profissionais que irão assumir suas funções, de complexidade crescente, uma vez que não possuem sequer a educação básica e a formação centrada no trabalho como eixo educativo.

O objeto de estudo da pesquisa fundante desta dissertação é representado pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma unidade escolar da rede pública estadual na modalidade da EJA, em Aracaju - SE, e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) das licenciaturas em Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática da Universidade Tiradentes- Unit, áreas consideradas predominantes na proposta curricular vigente da EJA.

A citada Resolução CNE/CEB nº3/2010, instituiu diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos, inclusive no que se refere aos aspectos relativos à

duração dos cursos e idade mínima para o ingresso. Os professores lotados nessa modalidade de ensino foram impulsionados a atuar de forma contextualizada, embora sem uma formação que possibilitasse oferecer práticas pedagógicas voltadas para os sujeitos que ora se apresentam, com suas especificidades.

Há doze anos exerço a função docente na EJA, pela Secretaria de Estado da Educação –SEED, a qual cheguei através de concurso público e, como os demais professores que hoje atuam dentro de uma proposta que atende a jovens entre 15 a 24 anos, ou àqueles saídos precocemente do ensino dito regular ou convencional (pelo reordenamento orientado pelas políticas públicas), investimos num processo de autoformação continuada.

Por essa via, são inovadas as aprendizagens para dar conta dos crescentes desafios como evasão, reprovação e absenteísmo às aulas, na perspectiva de ruptura de conceitos obsoletos, infantilizados e cristalizados ao longo dos anos.

A compreensão e o enfrentamento dos desafios dão lugar à construção de um currículo específico para essa modalidade, valorizando e potencializando as práticas sociais, culturais e humanísticas nos projetos políticos pedagógicos. A perspectiva é que essas aprendizagens possam contemplar a formação integral dos jovens e adultos, como um direito humano inalienável.

Diante dessa problemática, as questões norteadoras da pesquisa são:

1- A proposta curricular da EJA da EEPJO contempla as diretrizes nacionais e estaduais e as especificidades do alunado?

2- Até que ponto os professores estão sendo preparados pelas IES também para a EJA?

3- Em que grau as propostas formativas (pedagógicas) de educação básica (modalidade EJA) e de educação superior (cursos de licenciatura) dialogam?

O presente estudo justifica-se diante dos resultados obtidos na Educação Básica brasileira, especialmente na modalidade de EJA, nos quais se destaca a evasão como sintoma de um ensino inadequado, ineficaz, que afasta os jovens e adultos do seu direito à educação. 57.700.000 de brasileiros com mais de 18 anos não frequentavam a escola no início deste século e não tinham o ensino fundamental completo (PNAD/IBGE, 2000), representando parte da demanda dessa modalidade de ensino.

Conforme BRASIL/INEP (2010) a taxa de abandono escolar é um dos principais fatores para o fraco desempenho do país em termos de indicadores educacionais, sobretudo quando comparado a outras nações. O país registrou uma queda de 11,5% na taxa de abandono escolar de 2001 para 2011 entre jovens com 18 e 24 anos (o que contempla o ensino médio regular e a modalidade EJA); no entanto, essa média ainda é três vezes maior do que o percentual verificado em 29 países europeus.

Essa mesma fonte informa que a Região Nordeste detinha um percentual de abandono de 8,5% em 2007; já em 2008 foi de 7,5% em 2009 ficou em 6,2 e 5,2% em 2010. Apesar de decrescente ao longo de quatro anos, a taxa de abandono é preocupante pelo fato de que não fica claro o destino social e educacional desses alunos. Observa-se que da população que abandonou os estudos, sua maioria é representada por jovens de 18 a 24 anos de idade que não completaram o ensino médio e não estavam estudando, embora em plena idade de participar da cadeia produtiva.

Conforme microdados do Censo Escolar MEC/INEP/DEED/2015, visualizados no gráfico nº 4 (anexo), a matrícula da EJA por etapa de ensino em 2013, no Brasil foi de 3.772.670 alunos. Esse total corresponde ao ensino fundamental (anos iniciais finais); ao ensino médio e integrado ao profissionalizante; e Projovem Urbano.

Desse quantitativo que representa o país, 2.447.792 estavam no ensino fundamental. No Nordeste, 1.143.437 constavam na matrícula presencial, semipresencial, integrada presencial e integrada semipresencial. No ensino médio 1.324.878 matrículas correspondiam ao país e 371.290 ao Nordeste. Esse número de matrículas deixou a região em segundo lugar dentre as demais, sendo superada apenas pela Região Sudeste que teve 541.149 matriculados.

O maior número de matrículas concentrou-se nos anos iniciais do ensino fundamental da EJA onde os alunos tinham idade mais elevada que aqueles que frequentam os anos finais e o ensino médio, pela obstrução no fluxo dos anos iniciais aos finais, de modo que a EJA recebe a demanda dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio da rede regular (distorção idade/série, evasão e , reprovação.)

Diante do exposto, são objetivos da investigação:

OBJETIVO GERAL

Analisar as relações teoria – prática nas propostas curriculares em curso na EJA da Escola Estadual Prof^a. Judite Oliveira (EEPJO) e nas licenciaturas em Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática da Unit.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Relacionar os indicadores da EJA com as políticas educacionais no Brasil e em Sergipe, a partir da LDB 9.394/1996;
- Identificar as demandas socialmente necessárias à formação de professores e as expectativas dos alunos das licenciaturas;
- Analisar os Projetos Político - Pedagógicos vigentes na EJA (âmbito estadual e institucional) e nas licenciaturas da IES selecionada, sob a ótica da aproximação teoria e prática, quando ouvidos os sujeitos da pesquisa, docentes e discentes.

1.2 A Educação de Jovens e Adultos: perspectivas dos organismos internacionais, da sociedade civil e do PNE 2014-2024.

O paradigma de aprendizagem apontado pelos organismos internacionais atualmente para a EJA é o da educação ao longo da vida. Essa proposta, por um lado, é compatível com a especificidade humana de ser inacabado, eterno aprendiz, lembra a contínua formação na resolução das situações levantadas no cotidiano e a construção permanente de saberes. Por outro lado, trata-se de uma concepção neoliberal que deixa de enfatizar a educação formal como direito de todos, capaz de materializar o direito humano à educação e configurar concretamente a promoção humana.

Trata-se da discussão que hoje permeia os documentos dos organismos internacionais, organizações sociais, instituições governamentais e não governamentais e programas que apoiam a educação de jovens e adultos seja no âmbito público ou privado. Cada vez mais, as reflexões sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) se intensificam e exigem a participação de diferentes atores, informes, documentos, plataformas virtuais, consultas e reuniões em busca da elaboração da Agenda de Desenvolvimento para além de 2015. Tais

reflexões irão substituir os ODM abrangendo um largo campo de atuação e tendo ampla participação da sociedade civil. Toda esta mobilização tem como prioridade unir esforços e assim reafirmar a educação ao longo da vida, baseada numa visão dita holística da educação que deverá atuar tanto no âmbito formal como não formal, com foco nos direitos humanos.

Nesse sentido, é que o Conselho Internacional de Educação de Pessoas Adultas (ICAE), organismo representativo da sociedade civil internacional, em sua IX Assembleia Mundial 2015, realizada em Montreal-Canadá, traz para o seu debate o tema “ compromissos globais, práticas locais “ proporcionando ampla discussão, identificando problemas, prioridades e soluções para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EPJA), fazendo com que as respostas a esse movimento ecoassem a partir das propostas defendidas no âmbito global, regional e local nos diversos países.

Ainda que assimilando o paradigma da educação ao longo da vida, o ICAE conclama que o mundo venha a assumir a causa da educação de jovens e adultos, a alfabetização e a educação dessas pessoas, reconhecendo a educação como um direito fundamental, requisito indispensável a todos e que, através dele, possam ser realizados outros direitos humanos. Fundado em 1973, o ICAE tem sob sua responsabilidade promover a EPJA e com isso promover a defesa do direito à educação de todas as pessoas. Conta com a principal rede de educandos, educadores e diferentes organizações que apoiam e promovem a educação. A cada 4 anos realiza assembleias com o intuito de construir agendas de trabalhos com objetivos a serem alcançados, inicialmente com prazos previamente definidos como é o caso da Agenda Internacional de Desenvolvimento Sustentável – POST 2015/educação/parte IV.

Na edição anterior, em 2011, a Assembleia Mundial do ICAE realizou-se em conjunto com a Assembleia Geral da Associação Europeia e Educação de Adultos (EAEA), a Conferência Nacional Sueca (FBR) e as Conferências Nórdicas sobre Educação de Adultos (NVL/NFR), órgãos que têm a EJA como centro das discussões dentre outros itens que priorizavam visando à educação de qualidade para todos.

Em 2015 esse encontro internacional da sociedade civil sobre educação e aprendizagem de adultos, organizado ICAE e pelo Instituto de Cooperação para a Educação de Adultos (ICEA), contou com o apoio da Universidade de Montreal,

onde foi realizado. Os temas trabalhados nessa assembleia foram estruturados para atender e defender cinco áreas consideradas polêmicas, que são: Direito à educação e aprendizagem ao longo da vida para todos pós 2015; Desenvolvimento de Capacidades para Advocacy; Papel da Educação e Aprendizado de adultos para o Desenvolvimento Sustentável; Educação e Aprendizagem de Adultos, Relações de Poder e Engajamento Comunitário e Educação Inclusiva e de Qualidade para todos.

Como se pode observar são temáticas relevantes como objeto de luta por parte da sociedade civil para serem concretizadas, salientando-se sua especificidade quando se referem explicitamente à EJA. Fica clara a necessidade de um trabalho decente³ através de uma educação decente e de uma educação de adultos que lhes assegure o pleno exercício da cidadania. Todos esses direitos só serão possíveis através de uma ação que parta da resolução do problema que é a base para todos: a formação e o trabalho docente. Para Tardif e Lessard (2005, p.8) a docência é compreendida como:

[...] uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu “objeto” de trabalho, que é justamente um outro ser humano, no modo fundamental da interação humana.

Ou seja, a organização do trabalho na escola está ligada à forma com que os atores interagem de acordo com o que são estimulados e submetidos em cada situação. A formação continuada do docente é um dos elos para alcançarmos a meta desafiadora contida nos artigos, itens e metas dos documentos oficiais que estabelecem a defesa das causas da educação.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o art. 26 nos parágrafos 1, 2 e 3, é ratificado dentre outros, o direito à instrução elementar gratuita para todas as pessoas. Os anos de 1990 apresentam documentos com valor semelhante, a exemplo da Conferência de Jomtiem, 1990, em Hamburgo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil, LDB 9.394/1996, em seu art. 37, o surgimento dos novos movimentos sociais como os Fóruns nacionais e regionais no país, em 1997.

³ O conceito “decente” funda-se na epistemologia em construção a partir do paradigma prudente para uma vida decente, de Boaventura Souza Santos (2004)

Os Fóruns emergiram no contexto da construção de um espaço democrático onde as discussões sobre as Políticas Públicas da EJA nascidas da inquietação da sociedade civil, diante de medidas deferidas pelos órgãos governamentais, que são discutidas num espaço aberto, coletivo, construtivo formado por diferentes segmentos entre eles: professores, estudantes, representantes de movimentos, das universidades, das ONG e das redes públicas e privadas de ensino.

A VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) realizada no Brasil, em 2009, na cidade de Belém, a Agenda POST 2015 e o Plano Nacional de Educação (PNE) ratificam esta necessidade, tendo este último a vigência de 10 anos para que sejam alcançadas as suas metas e a conquista de 10% do PIB destinado à educação.

Com a realização da Confinteia VI (2009), foi aprovado o Marco de Ação de Belém. Nele são firmados compromissos direcionados à educação de adultos no que diz respeito aos eixos eleitos pelos participantes. São eles: alfabetização de adultos, política, governança, financiamento, participação, inclusão e equidade, qualidade e o monitoramento. De acordo com Ireland (2011) para consolidação destes itens aos estados e municípios foi destinada a tarefa de fiscalizarem e acompanharem e à Unesco o monitoramento das ações.

[...] processo de monitoramento em nível global, realizando balanços e apresentando relatórios periódicos sobre os avanços na aprendizagem e educação de adultos." coube aos Institutos da UNESCO para Aprendizagem ao Longo da Vida, em Hamburgo, e para Estatística, em Montreal (UNESCO, 2010, p.13).

No Brasil, a Lei 13005/2014, que aprovou recentemente (25 de junho de 2014) o Plano Nacional de Educação, reconhece a importância de elevar a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais em 93,5% cumprindo assim uma das metas para 2015.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

8.2) Fomentar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade série.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

10.7) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração. (Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014.)

Não obstante toda a polêmica que acompanhou a tramitação e aprovação desse Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional por quase quatro anos, a sociedade civil conquistou o ganho real de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) destinado à educação, embora diluído progressivamente no decorrer da próxima década, não se configurando como ganho imediato.

Esta conquista dar-se-á de forma gradativa até o final da vigência do PNE, tratando-se de compromisso a ser acompanhado pelos órgãos federais, estaduais e municipais e vigilância contínua da sociedade civil, pois que não haverá efetividade ou impacto se através de elementos isolados: reformas administrativas, Piso Nacional do Magistério; política de carreira; política de formação continuada; bibliotecas, laboratórios de ciências e informática; quadras poliesportivas, repasse de recursos para as escolas desenvolverem seus projetos pedagógicos; acesso às creches; equilíbrio na disparidade de gênero /matrícula nas séries iniciais e finais e principalmente a garantia de vagas para jovens e adultos. Nada se sustentará isoladamente, requerendo a consolidação do Sistema Nacional de Educação Articulado.

1.3 O delineamento da pesquisa a partir da trajetória profissional da pesquisadora

Como professora concursada na rede estadual, a experiência que vivencio na educação básica teve início há 12 anos, levando-me a assumir turmas da EJA numa escola em que já trabalhava com a educação convencional em um dos turnos, desde a sua fundação, em 1997. Lá estando, realizei uma investigação em 2010 e identifiquei quais eram os sujeitos das turmas da EJA.

Tratava-se de 02 turmas de alunos onde a maioria era constituída por jovens na faixa de 15 a 23 anos, que haviam sido remanejados para a EJA por conta da idade, após sucessivas reprovações ou evasões, por diferentes motivos como, gravidez não planejada, distância do trabalho ou residência, desmotivação após morte da mãe, situação de apenado, incompatibilidade de horários, transferência do emprego ou residência para local distante da escola, dentre outros. Esses alunos dividiam o espaço com adultos, dos 34 a 51 anos que retornavam à escola após anos de afastamento com histórias similares ou não aos seus jovens colegas. Como coloca Freire (2008 p.24) passamos a conviver de forma a entender uns aos outros nas dificuldades e nos desafios a enfrentar.

Este é um saber fundante da nossa prática educativa, da formação docente, o da nossa inconclusão assumida. O ideal é que, na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos, “convivam” de tal maneira com este como com outros saberes de que falarei que eles vão virando *sabedoria*. Algo que não é estranho a educadoras e educadores. (FREIRE, 2008 p. 24)

Pode-se dizer que o jovem possui uma inserção diferente na escola com características que o diferem do adulto. Para esses jovens, Andrade (2004) esclarece alguns pontos em comum:

[...] têm em comum o fato de carregarem a marca da pobreza e de, exatamente por esse motivo, não terem a possibilidade de realizar uma trajetória educativa tradicionalmente considerada satisfatória. São jovens que, por uma série de motivos, precisam abandonar a escola: vivem em periferias, favelas, vilas e bairros pobres, principalmente nas grandes cidades; são majoritariamente negros; circulam no espaço escolar um “incansável” número de vezes, com entradas, saídas e retornos, após o período estabelecido como próprio para vida escolar (de 7 a 14 anos).(p.50)

Pode-se inferir, a partir dessas considerações, que os jovens que compõem a EJA não correspondem aos alunos para os quais a escola foi pensada e planejada, assim como para os quais o professor foi formado. São sujeitos com capacidades e habilidades, mas que, no percurso da vida, foram se distanciando de uma formação escolar, por terem escolhido outros caminhos, tido como prioritários para o momento e ao retornarem deparam-se com ações na escola, ainda muito convencionais, precisando de adequações e mudanças para acompanhar o seu ritmo de vida.

Nesse contexto, a angústia e as dúvidas são compartilhadas entre docentes, a respeito do modo de ensinar e aprender nessa modalidade da educação básica. Busquei a coordenação da escola, com os colegas professores e em seguida, não conformada, fui até o Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA), na Secretaria do Estado da Educação (SEED). Recebemos e passamos a trabalhar com as propostas do SEJA, mas faltava aliar as diretrizes gerais à realidade.

Desta forma, foi iniciado o processo de autoformação, buscando em autores, eventos, observações da prática docente de colegas que mostravam fazer a diferença, um caminho a seguir. A tradição de ter mais que duas décadas trabalhando com a modalidade, não fez a escola construir um banco de dados dos planejamentos de ensino ou registros de atividades que pudessem ser utilizados por professores que adentravam à docência como ponto de partida.

Nesse período, foi necessário investir em ações que se somaram ao processo, como uma Especialização pelo PROEJA, no Instituto Federal de Sergipe (IFS), a participação no Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professores (GPGFOP/UNIT/CNPq), coordenado pela Prof^a Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra e a participar no projeto: A Transdisciplinaridade como Alternativa Teórico-metodológica para a Efetividade da Alfabetização e Letramento de Jovens e Adultos no Semiárido Sergipano (TRANSEJA), esse desenvolvido com recursos da Capes pela Unit, via Edital 038/2010/Capes/Inep.

A participação no Grupo de Estudo GPGFOP como pesquisadora e bolsista no Projeto TRANSEJA, do Observatório de Educação (OBEDUC) pelo PPED/Unit/CAPES foi desenvolvida com o empenho de graduandos, professores

da educação básica e mestrandos, trabalhamos com formação de Professores em municípios do semiárido sergipano, escolhidos sob o critério de representar um percentual de analfabetismo que, segundo dados do PNAD em 2011, alcançou 8,6%, representando um contingente de 12,9 milhões de pessoas. Atualmente, as pesquisas do OBEDUC incidem sobre o projeto TRANSEJA 2: TRANSDISCIPLINARIDADE NA LITERACIA E NUMERACIA DE JOVENS E ADULTOS NO SEMIÁRIDO SERGIPANO, com o período de execução 2013 a 2016, como foco na literacia e numeracia da EJA, através do Edital 049/2012/CAPES/INEP.

O trabalho com docente da EJA deu encaminhamento ao processo de pesquisa e composição do projeto para elaboração da dissertação do mestrado, dando início a uma investigação sobre “Formação de Professores para a Educação de Jovens e Adultos: Aproximações, Teoria e Prática”. Em meio ao exercício da docência, os desafios a enfrentar impulsionaram à busca de fundamentos que respaldassem na pesquisa, o ingresso ao Mestrado em Educação, na UNIT durante o qual vem sendo reelaborado e sistematizado nas questões norteadoras anteriormente apresentadas que giram em torno das especificidades de jovens e adultos e respectivas propostas pedagógicas da IES para a formação de professores da educação básica.

O que pode ser constatado na trajetória da rede estadual de educação básica e nas licenciaturas (educação superior), em geral, são propostas em curso que em nada se diferenciam daquelas dirigidas ao ensino fundamental e médio que contemplam crianças e pré-adolescentes e que não privilegiam o aluno que hoje, na EJA, vem dar continuidade aos seus estudos visando assegurar a conclusão desse nível de ensino, num menor espaço de tempo, sem perder a qualidade e o rigor dos conteúdos necessários à sua formação e continuidade de estudos.

A literatura da área elucida a necessidade de desenvolver, junto a esses alunos, uma proposta que não os afaste do seu perfil de jovem, estudante, trabalhador ou daqueles que buscam uma possibilidade de inserir-se no mercado de trabalho, seja ele formal, autônomo ou informal.

[...] O trabalho, a escola, os valores, a política constituem elementos centrais destas transformações, que afetam os jovens, mais do que outras categorias da população, simplesmente porque

esta é uma história que está nascendo com eles. (PERALVA; SPÓSITO, 1994, 2007, p. 07)

A hipótese formulada no decorrer da pesquisa poderá ser confirmada ou não, afirma que os currículos das licenciaturas não contemplam os PPP da EJA como dispositivos formativos e objetos de estudo.

Sobre as possibilidades das propostas curriculares nos cursos da EJA e nas Licenciaturas em Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática será levada em consideração, a História da Educação no Brasil e o contexto histórico e social de Sergipe, a partir da realidade de uma escola pública estadual de Aracaju (Escola Estadual Profª. Judite Oliveira-EEPJO) e dos cursos superiores de formação docente já citados de uma Universidade local (UNIT), da rede privada de educação superior.

O critério de escolha dessas unidades foi: a primeira por corresponder ao campo de trabalho da mestrandia, como professora, seu desafio cotidiano; e os cursos de Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática da Unit, selecionados por sua importância na formação do professor da Educação Básica como licenciaturas e por representarem os componentes curriculares com maior número de aulas desenvolvidas no ensino fundamental e médio da EJA, segundo os dados extraídos da Matriz Curricular do projeto Pedagógico da SEED/SE.

O marco temporal da pesquisa recai no momento atual embora suas raízes remontem às décadas de 1990, com a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia e com o marco inicial da modalidade de EJA no Brasil via promulgação da LDB 9.394/1996. Um fato em especial é considerado a partir dessa década: a migração/exclusão de jovens do ensino regular para a EJA; uma modalidade antes voltada à classe trabalhadora, composta na sua maioria por adultos que tiveram suas oportunidades de estudo retiradas ou postergadas passa a ser objeto de jovens de diferentes origens sociais e idades.

A expectativa da pesquisa é a de poder contribuir no sentido de dar maior visibilidade à discussão das propostas das instituições superiores de formação de professores, ao PPP da escola, às Diretrizes Estaduais da EJA, sob a ótica da sua contextualização, tendo como eixo as necessidades de jovens e adultos socialmente justificáveis em seu currículo.

1.4 Aportes teórico - metodológicos

Toma-se como aporte a contribuição de autores que discutem a formação continuada e o trabalho docente como, dentre outros, Tardif (2009) e Nóvoa (1992a). Pensando em desenvolver um debate sobre os desafios atuais da juventude no Brasil temos Abramo (1997; 2005), Sposito (1997) e Dayrell (2003). Para a (re) construção da categoria Currículo destacam-se: Sacristan (1991), Contreras (2002), Arroyo (2005), Silva (2002) e Apple (2006). No que se refere à especificidade da EJA, do seu contexto histórico e pedagógico, apoiamos-nos em diversos estudiosos como Ribeiro (1997; 1998), Haddad (2000) e Freire (1987; 1999; 2002).

A globalização e a aceleração das transformações em todos os setores da vida humana, com o avanço das tecnologias, da microeletrônica, da engenharia genética, com profundas repercussões na bioética, trouxeram novas demandas para a formação humana, com destaque aos desafios postos à escola, ao trabalhador no mundo do trabalho e aos jovens no seu cotidiano e nos grupos juvenis, nas relações de gêneros e nas formas de participação na sociedade.

A perspectiva metodológica da investigação aqui exposta é a dialética porque considera as relações entre a infra e a superestrutura, as contradições, o movimento da realidade e as interações macro e micro estruturais (GRAMSCI, 1991; MARX, 1988). Assim, configura-se como uma abordagem qualitativa por valorizar a historicidade do objeto de estudo, considerando também os indicadores quantitativos.

Nossa pesquisa configura-se como um estudo de caso, sendo organizada através da delimitação de questões que provocam as respostas e o caminho a ser percorrido. No uso dos “porquês” e do “como”, o pesquisador estimula seu informante/respondente a participar relatando de forma livre, o que se espera ou não diante do objeto questionado. Segundo Yin, o estudo de caso /compreende toda uma investigação empírica, com método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Ele pode desenvolver sua investigação em um único estudo de caso ou em múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

Dentre os procedimentos da pesquisa destacam-se: a revisão bibliográfica e a análise documental (incluindo como fontes Diretrizes, Resoluções, Projeto Político Pedagógico (PPP), Projeto Pedagógico de Cursos (PPC0, Regimentos, Relatórios, Leis federais, estaduais e municipais sobre a EJA e Formação Docente.

Para o pesquisador extrair informações dos documentos, faz-se necessário investigá-los e examiná-los a partir de técnicas, etapas e procedimentos apropriados, como insiste Severino (2007); organizar as informações que serão categorizadas e analisadas, e, finalmente, elaborar sínteses. Para esse fim, recorreremos a Bardin (2011) e a Franco (2008) com a análise de conteúdo contextualizada.

Para Gil (2009, p. 50) “[...] o elemento mais importante na identificação de um delineamento é o procedimento adotado para coleta de dados”. Tanto a revisão bibliográfica quanto a análise documental representam momentos ricos que já integram a coleta de dados. A pesquisa bibliográfica permite ao investigador cobrir de forma mais ampla uma gama de fenômenos do que seria permitido na pesquisa direta e a única diferença desta para pesquisa documental reside na natureza das fontes, podendo esta última reelaborar materiais já tratados analiticamente de acordo com os objetivos da pesquisa.

Paralelamente foi desenvolvida pesquisa empírica envolvendo uma amostra de professores e alunos da EJA e das licenciaturas. Os sujeitos da pesquisa foram alunos jovens/adultos que fazem parte da modalidade EJA (Ensino Fundamental e Médio) na Escola Estadual “Professora Judite Oliveira”, e perfazem um total de aproximadamente 300 alunos matriculados no turno noturno, distribuídos em nove turmas, alunos oriundos de diferentes localidades e não só da circunvizinhança. Desse total, este estudo abordou um percentual de 10% como amostra, aplicando questionário com perguntas abertas e fechadas dentro da abordagem qualitativa. Também foram abordados, mediante entrevistas semiestruturadas, três professores dessa unidade escolar, que atuam ao mesmo tempo, no ensino fundamental e médio da EJA, nas disciplinas Língua Portuguesa, Ciências Biológicas e Matemática.

Além desses dados empíricos coletados no contexto da educação básica, modalidade EJA, a pesquisa ainda alcançou uma representação discente da educação superior (licenciaturas) entrevistando 3 alunos IES abordada,

selecionados nos últimos períodos de cada turma das licenciaturas, para enriquecer os dados qualitativos e permitir uma triangulação de informações (perspectiva do professor, do aluno e dos projetos pedagógicos), amparada no referencial teórico deste estudo.

1.5 Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está dividida em quatro seções. A primeira constitui-se desta Introdução, com seus itens, que permite ao leitor a compreensão geral da pesquisa e de sua estrutura de exposição, traçando uma visão panorâmica das fragilidades e desafios da educação voltada para jovens e adultos, das estatísticas sobre as matrículas da EJA que diminuem ano a ano, não por falta de demanda, mas por diferentes fatores que se evidenciam dos quadros e gráficos.

A Seção 2 aborda a discussão sobre a Educação e Juventude nos anos 1990 em meio aos diferentes conceitos, aos marcadores identitários, seja de raça, gênero ou classe social, que se fundem com a andragogia⁴, também presentes na EJA.

A especificidade da profissão professor e a importância da formação recebida na academia e no exercício da docência é o foco da Seção 3, compreendendo também os saberes adquiridos ao longo das respectivas trajetórias de vida. Comungando com Arroyo (2005, p. 19) o pressuposto aqui é a ideia de que a EJA “é um campo ainda não consolidado nas áreas de pesquisa, de políticas e diretrizes educacionais, da formação de educadores e intervenções pedagógicas”.

Ainda é discutida a importância dos saberes docentes e da formação inicial e contínua, corroborando com Tardif (2005 p.14) sobre o saber do professor quando ele afirma ser um processo em construção ao longo da carreira profissional que se vai fundamentando ao longo da sua vida e experiências docentes e com Silveira (2001) que vê nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) quando direcionadas à EJA, uma mediação na educação, com o cuidado de que

⁴ A Andragogia é uma ciência, a arte da educação de adultos. Sua definição no grego é *andros* – adulto e *gogos* – educar. Uma das particularidades dessa ciência é entender a motivação das pessoas, o que está por trás da aprendizagem e como se dá esta aprendizagem.

este fato não venha gerar a desigualdade social, reforçada quando seu uso não atingir a todas as classes sociais. A desigualdade gerada a partir da não - apropriação das novas tecnologias proporcionará o efeito contrário estendendo o distanciamento entre classes sociais distintas.

A Seção 4 foi destinada (re)construção teórico-empírica e apropriação dos resultados, o que requereu uma alusão mais detalhada ao desenvolvimento do caminho metodológico dessa pesquisa. Nela relata-se a participação dos alunos das licenciaturas de Língua Portuguesa, Ciências Biológicas e Matemática da IES, dos professores e alunos da EEPJO nas entrevistas semiestruturadas e nos questionários com perguntas abertas e fechadas, para após categorização dos dados mediante análise do discurso, confirmarmos se os ⁵objetivos específicos já descritos, foram alcançados. Em seguida foi desenvolvida a análise documental, focada no PPP da EJA /SEED, no PPP da EEPJO e PPC das Licenciaturas da Unit desenvolvendo-se a análise do conteúdo das entrevistas e questionários aplicados aos alunos da graduação e professores da EEPJO.

Como sujeitos da pesquisa, eles deixaram sua contribuição sobre a forma como se processa a educação dentro da escola, as conexões e pontes feitas por cada um para compartilhá-la com o mundo nas relações sociais, culturais e do trabalho.

As licenciaturas analisadas são as de Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática, sob a perspectiva da formação para o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos, considerando que os licenciandos, futuros docentes ou alguns deles já docentes, atuam ou atuarão em unidades escolares, lidando com um currículo e uma prática que traz suas especificidades. Dessa forma a pesquisa busca identificar se as especificidades da modalidade são tomadas como objetos de estudo, dispositivos formativos, nos cursos de licenciaturas da Unit para a formação docente.

⁵ Os **objetivos específicos**: Relacionar os indicadores da EJA com as políticas educacionais no Brasil e em Sergipe, a partir da LDB 9.394/1996; Identificar as demandas socialmente necessárias à formação de professores e as expectativas dos alunos das licenciaturas; Analisar os Projetos Político - Pedagógicos vigentes na EJA (âmbito estadual e institucional) e nas licenciaturas da IES selecionada, sob a ótica da aproximação teoria e prática, ouvidos docentes e discentes.

Nas considerações finais foi apresentada uma síntese aberta que reconstrói dialeticamente as relações entre a proposta pedagógica federal (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI), os Projetos Pedagógicos dos Cursos das licenciaturas da Universidade Tiradentes, o Projeto Pedagógico Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental (EJAEF I) - 1ª fase e Ensino Médio (EJAEM) da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe e o Projeto Político Pedagógico da Escola - PPP / Escola Estadual Profª. Judite Oliveira, com base na análise de conteúdo das narrativas dos sujeitos abordados e a comprovação da hipótese formulada sobre atuação dos professores da educação básica e a sua atuação docente.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A presente Seção discute as Políticas Públicas para a EJA nas últimas décadas, trazendo na pauta a temática da juventude. A prioridade está centrada hoje, não apenas em entender a sociedade contemporânea, em particular a brasileira com seus problemas, mas também a categoria juventude, a sua relação com esta sociedade e que tipo de política pública vem respondendo aos anseios dessa população que surge com mais intensidade nas escolas que atendem a modalidade da EJA, a partir da década de 90, ocasionando a chamada juvenilização da EJA (ANDRADE, 2004, p. 17).

Há de se acreditar que a juventude não obedece literalmente ao fator cronológico e possibilita uma abertura para que se tenha em cada idade sua juventude. Sua amplitude requer articulação e diálogo entre discussões que dizem respeito à saúde, segurança, moradia, trabalho e a ética da formação humana, relativos às condições da juventude na atualidade.

2.1 Educação e Juventude nos anos 1990: diferentes conceitos de juventude na EJA.

Muitos questionam sobre o perfil do jovem brasileiro e pesquisadores, como Abramo e Branco (2005), afirmam que o sujeito jovem que ora se apresenta, traz consigo uma carga de ideais da esquerda que primam por respeito à diversidade, à igualdade de direitos aliados às oportunidades e uma militância política que pode ser partidária ou pessoal quando se trata de defender seus direitos. Falar da condição juvenil implica investigar os sentidos da desigualdade e diferenças que permeiam atualmente a sociedade. Para Abramo e Branco (2005), o conceito anterior, trazido pela concepção clássica, onde a juventude era considerada fase de transição entre a infância e a fase adulta, não mais se sustenta; impõe-se que esse sujeito seja visto no âmbito de sua vivência e da experimentação diferenciada.

Nessa perspectiva é preciso abrir a possibilidade de conhecer esses jovens de forma mais ampla e não somente no que se refere aos seus direitos e deveres. Abramo e Branco (2005) afirmam que as políticas públicas podem estender –se para além da formação da juventude, alcançando uma dimensão que valorize a experimentação e a participação, seja no âmbito da educação, sexualidade ou cidadania. É comum discutirmos a partir do pressuposto do que o jovem não sabe, não apreendeu, não assimilou e formular; daí costuma-se planejar o que deve ser feito para suprir tal necessidade. No entanto, é socialmente necessário responder ao questionamento anterior sobre o saber do jovem, o que está por acontecer.

Analisando variantes relacionadas às condições salariais, educacionais e participação na política eleitoral em cada parte do país, é possível, segundo Lassance (2005), conhecer algumas características regionais que direcionam a identidade nacional juvenil. As diferenças de região para região não se mostraram tão marcantes, sendo que o fator que difere no jovem é a condição socioeconômica em que ele se insere. Estando esse jovem em cidades grandes, pequenas, ou médias, seja ele da zona urbana ou da periferia, são esses os aspectos que causam a diferenciação.

Na busca de uma identidade juvenil, os jovens procuram identificar-se com seus pares, suas tribos, para buscarem satisfação na construção da sua autoimagem e serem aceitos. Por outro lado, o otimismo e o pessimismo se confundem. Ora estão otimistas com o futuro do país, com o próprio futuro, por acreditarem em mudanças e como jovens poderão correr todos os riscos possíveis, ora são pessimistas com o mundo e suas ideias divergem ao pensar nas expectativas de um mundo onde haja mais oportunidades relacionadas à melhoria de vida e seja afastado o fantasma do desemprego, da marginalidade e/ou dos preconceitos.

Para Lassance (2005) um dos fatores que mais preocupa o jovem atual, esteja ele inserido ou não na escola, independentemente de sua modalidade, é a forma de inverter a situação de fragilidade causada pelo desemprego, questão sempre eleita pelo jovem em primeiro lugar. A sobrevivência através da empregabilidade, do trabalho adquirido não virá suprir só a carência econômica de alimentação e moradia por serem as primordiais. Ao lado delas, em alguns casos eleitas como prioridades, estão a ostentação, o poder, a condição adquirida em ser

mais um a proferir que o emprego possibilitou o ter, o consumir, o ser igual aos que mais têm e o ser diferente dos que nada possuem. Além desses aspectos, destacamos o sentido ontológico do trabalho que o faz um princípio educativo, como demonstram Gramsci (1991) e Marx (1988).

As últimas décadas vêm desafiando a população em todo o mundo, pois o desemprego se acentua continuamente. A situação dos adultos ocupados torna-se preocupante por apresentar baixa qualidade, baixa remuneração, enfraquecimento dos vínculos empregatícios até porque os postos ocupados não exigem a escolarização apropriada, ao lado do viés da informalidade.

Para Guimarães (2005), o trabalho continua tendo o lugar de destaque; mesmo que disforme e fora do padrão e sob situações ocupacionais imprevisíveis, o trabalho continua a ocupar um lugar de referência importante para os brasileiros. São três os sentidos que o trabalho assume entre os jovens, diz a autora: é um valor, uma necessidade e um direito. A experiência com o ter, nasce e se fortalece para o jovem, com a aquisição do emprego ou, também pela aquisição de uma ocupação remunerada, seja ela lícita ou não.

Sposito (2005) faz sua análise no tocante à educação, com a crítica à desregulação e “descronologização” dos ciclos de vida que vieram afetar as experiências juvenis do mundo contemporâneo, sendo que toda essa desregulação foi acompanhada de perto pela escola e pela família que, apesar de sofrerem desgaste ao longo do tempo, não deixaram de determinar uma forte influência nos jovens e, principalmente, naqueles de famílias mais pobres.

Apesar de que se pense o contrário, a autora afirma ser na família, no trabalho e na escola que ainda se estabelecem os elos dos jovens na atualidade em nosso país. Enquanto sujeitos, educadores e família também comungamos dessa afirmação sobre a mudança nos ciclos de vida experimentados por esses jovens, e vemos que a relação estabelecida entre família, escola e trabalho se fazem presentes, pois de certa forma os levarão a encontrar o seu lugar nessa sociedade, apesar das contradições como diminuição de oportunidades de trabalho, desavenças ou acolhimento familiar e oportunidade de retorno à escola.

Abramo (2007), Silva e Andrade (2009) e Sposito (1997,2005) apontam que os maiores interesses e preocupações dos jovens recaem na educação, no emprego, na cultura, no lazer, na sexualidade, religiosidade, nas relações sociorraciais, drogas e participação partidária. Trata-se, assim, o jovem de um

grupo populacional heterogêneo, que se configura como uma diversidade desde suas preferências, disponibilidade às condições econômicas. São aspectos para os quais as políticas públicas da educação de jovens e adultos não atentam adequadamente.

As últimas décadas têm sido palco de muitas produções e discussões sobre a categoria juventude. Bourdieu (2003), afirma que as delimitações entre juventude e velhice são frutos de correlação de forças sociais. Dessa maneira ter como parâmetros idade, gênero, condição social e demais aspectos representam imposições de limites onde as pessoas passam ser vistas e inseridas no lugar devido e suas respostas adequam a esse perfil. O ganho dessas discussões, no tocante à inserção de um público cada vez mais jovem na EJA, é o resultante aprofundamento dos conhecimentos sobre uma nova categoria que emerge, nascida de circunstâncias sociais, econômicas e políticas que promovem a efetivação de decisões na Política Pública para a Juventude.

Com o discurso de consolidar as ações de fortalecimento voltadas para as Políticas Públicas para a Juventude, órgãos como a Secretaria Nacional da Juventude e Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE – promovem ações em resposta a uma categoria que surge em meio a desafios nascidos das circunstâncias políticas, sociais e econômicas que o país vivencia.

Buscando ser reconhecida na sua diversidade, a juventude cada vez mais expressa sua indignação às imposições e aos modelos pré-formulados, gerados pelo poder para amenizar as situações adversas nascidas na violência, exclusão e desinformação. Destaca-se na atualidade a participação da juventude em conferências, passeatas, atos públicos de reprovação e repúdio à medidas governamentais.

Realizadas em 2008 e 2011 as Conferências para a juventude tiveram a participação de 14 países e mais de 800 mil jovens do Brasil e da Europa, África, América do Sul e América do Norte. Os produtos discutidos, reformulados e aprovados foram os documentos: a PEC da Juventude, o Estatuto da Juventude e o Plano Juventude Viva. Já em 2015, foi realizada em Brasília, a 3ª Conferência Nacional da Juventude com a temática “As várias formas de mudar o Brasil, enfatizando o reconhecimento da cultura e da arte. A produção de novos conhecimentos no contexto dos movimentos sociais da juventude tem sido incorporada ao debate político, como pressuposto das novas formas de ver e

mudar o Brasil. A convivência com mídias e redes sociais também foram destacadas. É necessário salientar, que por se fazerem presentes no momento atual como instrumento de mudanças e por seu poder na formação de opinião pública em favor do coletivo, evidencia-se a responsabilidade desse segmento social. Como produto dessa última conferência, está em elaboração o 1º Plano Nacional da Juventude.

2.2 A Conferência Mundial da Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia (1990) e o direito à educação de jovens e adultos EJA.

Falar sobre o direito à educação, valendo-se da importância da Conferência Mundial da Educação para Todos, Jomtien, Tailândia, em 1990, implica cercar-se de Conferências anteriores que se somaram em busca de uma luta unida em favor, não apenas da educação, como também de tantas outras bandeiras de luta como saúde, meio ambiente, inclusão e direitos das minorias, numa discussão de âmbito internacional.

Desde 1948, com a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, o artigo 26, já deixava estabelecido o direito de todos à educação:

- 1) Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior está baseada no mérito.
- 2) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
- 3) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos. (Declaração Internacional dos Direitos Humanos, 1948.p.3)

A partir daí, as políticas educacionais vinham ao longo dos anos, determinando e alertando para uma educação onde todos, sem restrição, tivessem acesso; no entanto as prioridades têm recaído na universalização do acesso das crianças e adolescentes ao ensino fundamental, antecedendo a década de 1990.

Outras convenções e pactos referendaram o direito à educação, a exemplo da Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, de 1960, da qual se ressalta o artigo 4º, em que todos os itens da redação dizem respeito à educação regular e à educação de adultos. Artigo IV

Os Estados, partes na presente Convenção comprometem-se além do mais a formular, desenvolver e aplicar uma política nacional que vise a promover, por métodos adaptados às circunstâncias e usos nacionais, a igualdade de oportunidades e tratamento em matéria de ensino, e principalmente:

a) tornar obrigatório e gratuito o ensino primário: generalizar e tornar acessível a todos o ensino secundário sob suas diversas formas; tornar igualmente acessível a todos o ensino superior em função das capacidades individuais; assegurar a execução por todos da obrigação escolar prescrita em lei;

b) assegurar em todos os estabelecimentos públicos do mesmo grau um ensino do mesmo nível e condições equivalentes no que diz respeito à qualidade do ensino dado;

c) encorajar e intensificar, por métodos apropriados, educação de pessoas que receberam instrução primária ou que não a terminaram e permitir que continuem seus estudos em função de suas aptidões;

d) assegurar sem discriminação a preparação ao magistério (Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino — Brasília: Unesco, 1960.p.04)

Em comunhão com essa Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, a Constituição Federal de 1988, no artigo 208, parágrafos I e V, também reforça a importância do desenvolvimento de ações onde o estado possa garantir ao indivíduo a educação, inclusive para aqueles excluídos do sistema educacional.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/1996) [...]

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;(BRASIL 2008).

A década de 1990, foi marcada por várias outras conferências além da ocorrida em Jomtien, na defesa da Educação de Jovens e Adultos - EJA, sob duas bandeiras: “a educação para todos” e o compromisso da “educação ao longo da vida”.

Sendo a conferência de Jomtien, a primeira a ser realizada (reunindo 155 governantes de países), aprovou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer às Necessidades Básicas de Aprendizagem. Dos participantes, o Brasil e mais nove países continuaram recebendo de um comitê da ONU um olhar diferenciado, com ajuda internacional para a educação, por persistirem os índices elevados de analfabetismo (caso do Brasil, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão).

Outros documentos, eventos e manifestações internacionais reafirmaram o compromisso com a educação de jovens e adultos - EJA. A V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Hamburgo, 1997) ratificou a importância do direito de todos à educação ao longo de toda a vida. Nesse contexto o entendimento é que:

[...] a alfabetização de jovens e adultos foi apontada como um território estratégico para fazer frente à exclusão e à desigualdade social e, desse modo, garantir os direitos humanos, a participação cidadã, a valorização da diversidade cultural, da solidariedade entre os povos e a não discriminação. Porém, a noção ampla de alfabetização proposta nesses documentos – entendida como instrumento singularmente eficaz para a aprendizagem, para o acesso e a elaboração da informação, e para a participação na própria cultura e na cultura mundial – não é concretizada em muitos dos programas e práticas de alfabetização implementados em nosso país. [...]. (Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática.— Brasília : UNESCO, 2008.p.67)

A visão que respalda esse documento trata do direito à educação ao longo da vida, vista de maneira específica voltada para a prática do ler, do escrever de forma mecânica, ou seja não contextualizada. Muitos dos programas de alfabetização implementados no país são limitados, desarticulados de outras realidades que rodeiam os indivíduos no seu bem-estar social, na convivência entre aqueles tidos como iguais ou desiguais, na atuação profissional, dentre outros aspectos necessários para o desenvolvimento humano.

2.3 Políticas Educacionais e de Financiamento na EJA: Da oficialização como modalidade na educação básica à atuação do FUNDEB

O início da década de 1990 foi marcado por mudanças e avanços que favoreceram a implantação de novas políticas públicas para a educação; no

entanto o fortalecimento dessas ações relacionadas à Educação de Jovens e Adultos – EJA tiveram como ponto de referência sua reconceituação, em busca de modificar o caráter de suplência determinado anteriormente na Lei 5.692/1971. Como objetivos, a referida lei privilegiou em sua elaboração e promulgação, a reestruturação dos dois níveis de ensino ficando conhecida pela reforma trazida aos ensinos de 1º e 2º graus, surgindo daí a obrigatoriedade do primeiro grau, com oito anos de duração, gratuito para todas as idades e voltado para a educação geral.

Diante das várias discussões ocorridas em benefício da escola pública, a reconceituação da EJA na década de 1990 veio à tona com a Lei 9.394/1996, alterando um histórico negativo deixado pelos resultados pouco expressivos das anteriores políticas públicas da educação: a EJA passa a ser entendida como modalidade de ensino, superando o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL (durante o período de 1967 a 1985), e o Ensino Supletivo.

Vale ressaltar fatos que marcaram as políticas públicas da educação precedentes, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização-Mobral, destinado à educação de adultos no país, apesar das questões ideológicas que lhe foram impregnadas. De acordo com Strelhow (2010), vários foram os programas/projetos voltados para a Educação de Adultos; na sua perspectiva os movimentos anteriores ao MOBRAL, levavam em consideração a pessoa não alfabetizada como produtora de conhecimento, havendo a valorização da cultura que trazia consigo e, principalmente, da cultura popular.

No período de 1958 até 1961 surgiu a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo - CNEA, quando Paulo Freire foi convidado pelo Ministério da Educação – MEC para elaborar o Plano Nacional de Alfabetização – PNA, sendo interrompida pelo Golpe Militar que atingiu também as demais políticas educacionais e ações pedagógicas da época.

O fim da década de 50 e início da década de 60 foi marcado por uma grande mobilização social em torno da educação de adultos. Podemos citar vários movimentos sociais criados nesse período, tais como: “Movimento de Educação de Base” (1961-CNBB), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha de Pé no chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal). (STRELHOW , 2010 p.54)

Devido às pressões do regime militar de 1964, as atividades do Plano Nacional de Alfabetização (PNA) foram interrompidas no Nordeste e no Sudeste do país. Em Sergipe os monitores selecionados nem chegaram a exercer suas funções. O método para se alfabetizar adultos constituiu-se de uma política contrária ao governo, onde governadores como Miguel Arraes, do Pernambuco e Seixas Dórea, de Sergipe foram afastados, tendo seus mandatos caçados.

Destaca-se a contribuição da igreja católica na alfabetização de adultos com a criação das escolas radiofônicas distribuídas nas regiões do Brasil. Com esse movimento mobilizou-se uma rede nacional de alfabetização de adultos. O Movimento de Educação de Base – MEB, teve início a partir de uma aliança entre a igreja católica e o governo de Jânio Quadros, em 1960. Em Aracaju (SE), destacou-se a presença de Dom José Vicente Távora, devido à ênfase atribuída por alguns intelectuais a sua defesa pelos mais humildes e, por outros, como o Príncipe, maquiavélico.

Como 1º arcebispo da capital foi conhecido entre todos como o bispo dos operários. Pensando em alfabetizar aos que não tiveram oportunidade na idade certa, o arcebispo empenhou-se em fundar a Rádio Cultura de Sergipe, em 21 de novembro de 1959, sendo assim um veículo de comunicação para informar com credibilidade, formar opinião, alfabetizar, dentro de um viés cristão.

Essa atitude da igreja participando em defesa dos mais vulneráveis e mais humildes, gerou um clima de descontentamento do regime militar tornando-se extremamente perigoso defender os movimentos que abraçavam a educação de adultos. Segundo afirma Teixeira (2012), o movimento foi severamente perseguido:

A repressão buscou provar de toda maneira a prática educacional “perniciosa e subversiva” dos movimentos. Suas ações culturais e educacionais, como, por exemplo, o teatro e a alfabetização de adultos, eram reduzidas a mais pura agitação comunista, e por isso merecedores de uma exemplar repressão. Suas sedes foram invadidas logo nos primeiros dias depois de vitorioso o golpe, foram invasões violentas e bruscas, que revelaram a face autoritária do recém instalado regime militar. Parte do patrimônio dos movimentos foi destruída. Seus documentos, livros e textos foram queimados, apreendidos ou expostos como prova de suas atividades subversivas. Não foram poucas as pessoas perseguidas, presas e até mesmo exiladas por seu envolvimento com os movimentos de educação e cultura popular. No Nordeste, como parte da Operação Limpeza, os militares empreenderam ainda em abril uma verdadeira caçada ao comunismo. Atingindo as esquerdas de forma geral, as lideranças dos governos depostos, os movimentos sociais e

também os movimentos de educação e cultura popular. (Teixeira,2012,p.6)

Apesar da extinção do PNA, o Movimento de Educação de Base-MEB, continuou suas atividades e tinha o apoio da igreja católica através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, conseguindo resistir até 1966, quando sofreu as mesmas perseguições por parte da ditadura militar, sobre líderes comunitários e aliados do movimento.

A Lei 5.692 /1971 nasceu num período onde a liberdade era controlada no país e não contou com a participação popular. Dessa forma, ela não foi submetida a grandes discussões e embates carregando em suas entrelinhas o autoritarismo trazido pelo período militar, na década de 1970. Marcada pela influência do militarismo, essa lei regulamentou o Ensino Supletivo através do Parecer do Conselho Federal de Educação, número 699/1972, publicado em 28 de julho de 1972. Vale ressaltar na sequência, a criação do documento redigido por Valnir Chagas, sobre a “Política para o Ensino Supletivo” com detalhamento em seu corpo sobre as características dessa modalidade de ensino. A importância do Supletivo para a década estava centrada em alcançar seu objetivo junto àqueles que não tiveram oportunidades de buscar sua escolarização. A esse respeito, pode-se dizer que:

Portanto, o Ensino Supletivo se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola. (HADDAD e DI PIERRO,2000, p. 117)

Com o advento da Lei 9.394/1996, elaborada dentro de uma visão social, política e econômica, a EJA foi oficializada como modalidade da educação básica, incluindo ensino fundamental e médio, onde a educação é destinada a todos, independentemente da idade. Dentro desse aspecto, a EJA foi pensada como modalidade em seus artigos 37 e 38, conforme texto a seguir:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

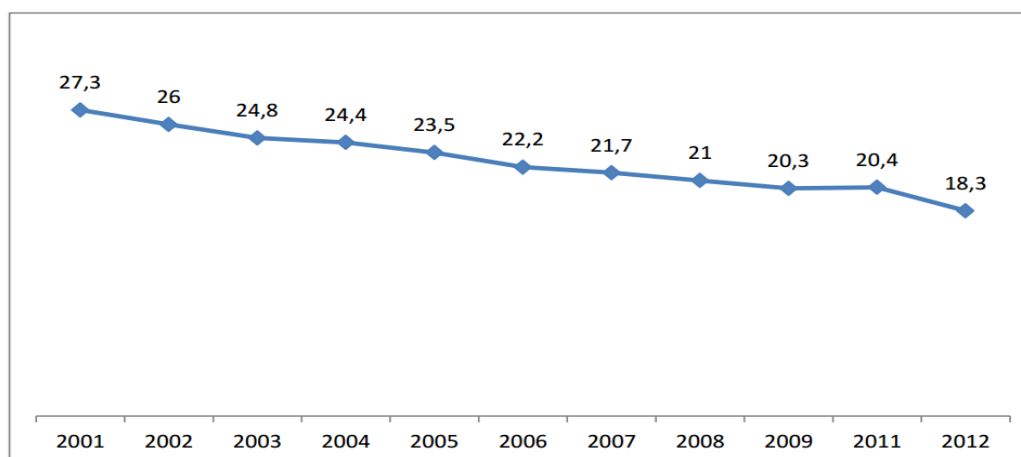
I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Como modalidade de educação, a Educação de Jovens e Adultos-EJA, ganha na Lei 9.394/1996 sua incorporação à Educação Básica acompanhada de uma mudança conceitual que substituiu o que antes fora denominado Ensino Supletivo. De acordo com profissionais da área como Soares (2002) este aspecto foi bem aceito e providencial.

A mudança de ensino supletivo para educação de jovens e adultos não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo "ensino" se restringe à mera instrução, o termo "educação" é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação (SOARES, 2002, p. 12).

Muitas das implicações dessa legislação na área de Educação de Jovens e Adultos nessas duas últimas décadas, inclusive os avanços conquistados, conflitam-se com situações diárias vividas em unidades escolares, nas salas de aulas, como o fechamento de turmas e a evasão constatada a partir da matrícula da EJA em todo país. Na perspectiva de mudanças e avanços das políticas educacionais, é possível perceber que a Educação de Jovens e Adultos carece de mais sustentação no campo de financiamento e implementação com acompanhamento. No gráfico seguinte podemos observar os números que comprovam essa realidade:

Gráfico 4 Brasil Taxa de analfabetismo funcional (2001 – 2012)

Fonte: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=PD384&t=taxa-analfabetismo-funcional>

Fonte: Inep (2010)

Os dados sobre o número de analfabetos funcionais apontam para o início de mudanças nessa área no país com características diversas, apesar das Políticas Públicas de educação empreendidas. Comprova-se a redução das taxas quando em 2001 eram de 27,3%, para 18,3% em 2010. Tais resultados são considerados insuficientes diante dos esforços empreendidos em programas educacionais de alto investimento que incentivam a alfabetização de adultos no Brasil.

De acordo com dados do IBGE/PNAD, a maioria dos analfabetos do país está no Nordeste. Sozinho, ele concentra 53,3% (7,43 milhões) do total de brasileiros que não sabem ler nem escrever e mais de 38 milhões de analfabetos funcionais, incapazes de entenderem um texto mais complexo que um bilhete simples, apesar de confirmados os dados no aumento dos anos de escolaridade no Nordeste, conforme quadro abaixo.

O estado de Sergipe em 2013, alcançou 9 anos de escolaridade média da população de 18 a 29 anos. Os estados de Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, ultrapassam essa posição. É relevante destacar que no quadro abaixo, extraído do Anuário da Educação (2015,p.80) não constam resultados para o ano de 2010.

Quadro 1 Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 1995-2013 - Por unidades da federação da região Nordeste – Em anos de estudo

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
BRASIL	6,6	6,8	6,9	7,1	7,3	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,9	9,0	9,2	9,4	9,6	9,8	9,9
Região Nordeste	5,1	5,3	5,4	5,6	5,8	6,2	6,5	6,8	7,0	7,2	7,5	7,8	8,1	8,3	8,6	8,9	9,0
Maranhão	4,9	5,0	4,9	5,2	5,5	6,0	6,2	6,6	6,9	6,9	7,2	7,7	7,8	8,1	8,3	8,5	8,7
Piauí	5,1	4,9	5,0	5,1	4,9	5,7	5,9	6,2	6,6	6,7	7,2	7,3	7,5	8,1	8,5	8,6	8,9
Ceará	5,0	5,1	5,3	5,5	5,8	6,4	6,9	7,2	7,4	7,7	8,1	8,4	8,6	8,8	9,1	9,3	9,4
Rio Grande do	5,7	6,1	6,2	6,1	6,5	6,6	6,9	7,0	7,2	7,6	7,9	8,0	8,3	8,3	9,0	9,2	9,4
Paraíba	5,1	5,5	5,3	5,8	6,1	5,7	5,9	6,5	6,4	6,9	7,1	7,3	7,8	8,0	8,5	8,9	9,1
Pernambuco	5,5	5,9	5,7	6,2	6,2	6,5	6,7	6,9	7,3	7,4	7,6	7,7	8,1	8,4	8,5	8,9	9,2
Alagoas	4,8	5,1	5,2	5,1	5,3	5,1	5,3	5,5	5,8	6,1	6,5	7,1	7,1	7,6	8,2	8,3	8,3
Sergipe	5,5	5,5	5,4	6,1	6,2	6,6	6,6	7,1	7,1	7,3	7,6	8,1	8,5	8,5	8,7	8,9	9,0
Bahia	5,0	5,2	5,3	5,5	5,7	6,2	6,6	6,9	7,0	7,4	7,7	7,9	8,2	8,3	8,6	8,9	8,9

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação. Notas: 4 , 5 e 6 .

Em outras estatísticas fornecidas pelo mesmo órgão, os indicadores apontam para um índice crescente de pessoas não alfabetizadas. Especialistas em educação, a exemplo de Cury (2002) e Haddad (2005), colocam como ponto primordial para promoção de uma melhora significativa da educação básica, exigindo respeito à singularidade desse público tão diverso.

Políticas Públicas de financiamento promovem programas e investimentos contínuos na formação continuada dos profissionais da educação que atuam na Educação de Jovens e Adultos(alfabetização, ensino fundamental e médio) e, conseqüentemente, na adequação dos currículos.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, que funcionou de 1997 a 2006, foi criado pela Emenda Constitucional 14/1996 e regulamentado pela Lei 9.424/1996. Com o financiamento, a EJA passou a receber mais recursos graças aos fundos de investimento voltados para a educação

Seus objetivos proclamados estavam voltados para a justiça social, equidade, efetiva descentralização, melhoria do ensino, além de priorizar a valorização do magistério público. Mesmo antes da existência desse fundo, os investimentos na EJA, já eram reduzidos. Draibe (2003) assim analisa as inovações ocorridas em favor da descentralização dos recursos, salientando que a EJA só se beneficiou anonimamente e não oficialmente:

[...] A descentralização e o reforço da redistributividade do gasto foram outras das diretrizes implementadas pela transferência de

recursos para estados, municípios e diretamente para as próprias escolas, em quase todos os programas federais de apoio ao ensino fundamental: Programa da Descentralização da Merenda Escolar, Programa TV Escola e Programa de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (PMDE).[...] É possível reconhecer, por esses programas, três orientações ou preferências das autoridades educacionais de então. Em primeiro lugar, a opção por uma modalidade radical de descentralização – aquela que transfere recursos diretamente para as escolas, reforçando sua autonomia e, mais ainda, para as suas associações de pais e mestres. Além do reforço da autonomia escolar, é claro o objetivo de encorajar a participação da comunidade – professores e pais – na gestão escolar. A outra, que se verificou no PMDE, foi a de introduzir progressividade no gasto educacional: os *per capita* por aluno foram definidos de modo a beneficiar as escolas das regiões mais pobres [...] (DRAIBE, 2003, p.3).

Com o FUNDEF, as verbas destinadas às etapas e modalidades educacionais sofreram escolhas e priorizações, beneficiando o ensino fundamental em detrimento da educação infantil, da EJA e do ensino médio. Essa afirmação fica clara na Medida Provisória nº 1.784-1, de 13 de janeiro de 1999, artigo 8º, parágrafo único⁶, medida essa implantada no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso- FHC, no período de (1995 - 2002).

Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), vimos que a Lei Nº 9.533 de 10 de dezembro de 1997⁷, foi responsável por mudanças significativas em favor dos municípios que instituíram o Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, que contemplaria aqueles que não dispunham de recursos financeiros suficientes para financiar ou implementar integralmente suas ações educativas.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a programas de garantia de renda mínima instituídos por

⁶ Art. 8º-Fica instituído, no âmbito do FNDE, o Programa Dinheiro Direto na Escola, com o objetivo de prestar assistência financeira às escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, observado o disposto no art. 10 desta Medida Provisória.

Parágrafo único. A assistência financeira a ser concedida a cada estabelecimento de ensino beneficiário será definida anualmente e terá como base o número de alunos matriculados no ensino fundamental e especial, de acordo com dados extraídos do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação no exercício anterior, e repassada:

I - diretamente à unidade executora ou à entidade representativa da comunidade escolar, na forma dos requisitos estabelecidos no art. 10;

II - ao Estado ou Município mantenedor do estabelecimento de ensino nos demais casos.

⁵ A Lei nº 9.533/97 autorizou o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.

Municípios que não disponham de recursos financeiros suficientes para financiar integralmente a sua implementação.

§ 1º. O apoio a que se refere este artigo será restrito aos Municípios com receita tributária por habitante, incluídas as transferências constitucionais correntes, inferior à respectiva média estadual e com renda familiar por habitante inferior à renda média familiar por habitante do Estado.

§ 2º Sem prejuízo da diversidade dos programas passíveis de serem implementados pelos Municípios, o apoio financeiro da União terá por referência o limite máximo de benefício por família dado pela seguinte equação: Valor do Benefício por Família = R\$ 15,00 (quinze reais) x número de dependentes entre zero e catorze anos - [0,5 (cinco décimos) x valor da renda familiar *per capita*].

§ 3º O Presidente da República poderá corrigir o valor de R\$ 15,00 (quinze reais), quando este se mostrar inadequado para atingir os objetivos do apoio financeiro da União.

Art. 3º Poderão ser computados, como participação do Município e do Estado no financiamento do programa, os recursos municipais e estaduais destinados à assistência socioeducativa, em horário complementar ao da frequência no ensino fundamental para os filhos e dependentes das famílias beneficiárias, inclusive portadores de deficiência.

Parágrafo único. A assistência socioeducativa inclui o apoio pedagógico aos trabalhos escolares, a alimentação e práticas desportivas oferecidas aos alunos.(BRASIL. Lei Nº 9.533/75)

Essa medida beneficiou quatorze municípios dos vinte e seis estados. Inicialmente o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH estadual favoreceu a seleção para o IDH municipal. Essa seleção foi considerada injusta pelo então Deputado Federal Arlindo Porto do PTB - MG e muitos outros. O programa destinou R\$ 13,3 bilhões até o ano de 2002, para beneficiar 2.091 municípios selecionados. Dos municípios beneficiados, observou-se que muitos tinham IDH superior ao de tantos outros municípios que ficaram sem programas, obras e serviços, que deveriam ser beneficiados conforme a Lei Nº 9.533/97, por não estarem entre os estados selecionados (PROGRAMA IDH 14).

Sendo sempre relegada a segundo plano, a EJA mais uma vez foi prejudicada no tocante ao repasse de verbas. As matrículas computadas para essa modalidade não chegavam a representar quantidade que justificasse o investimento de recursos para que retornassem como financiamento salarial docente, de formação de professores, instalações mais dignas nas unidades escolares, como também, material didático e merenda escolar, tudo isso assegurado para todos pela Constituição.

Tendo como base a chegada do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), sancionado pela Lei Federal n. 11.494 de 20 de junho de 2007, a EJA e os demais segmentos da educação básica, da creche ao ensino médio, passaram a ser incluídos no financiamento, beneficiados pela Emenda Constitucional nº. 53, de 2007.

A partir de 2009, o FUNDEB passou a atuar amplamente, sendo que seu limite de atuação está previsto para o ano 2020. Trata-se de fundo de natureza contábil que conta com a participação do Banco do Brasil como agente financeiro e tem seus recursos provenientes das três esferas: municipal, estadual e federal, que se responsabilizam pela arrecadação e distribuição, de acordo com o número de matriculados no segmento da educação básica que lhes compete atender (Inciso I do artigo 13 da Lei nº 11.494/2007).

Com esse respaldo oficial, a corrida para a inclusão da EJA no FUNDEB, parecia ter chegado ao fim e só então a modalidade que sobrevivia às custas de recursos do ensino fundamental, no antigo Fundef, numa situação desconfortável, passou a sobreviver sob a legalidade. Diante da nova situação, a EJA iniciava um momento onde as expectativas, os impactos e os prováveis resultados começariam a aparecer, apontando caminhos para uma independência nos recursos financeiros, na aquisição de transporte escolar e de um programa de livro didático especificamente para a modalidade.

Mesmo contando com um fator de ponderação em 2009 muito abaixo dos outros níveis e modalidades de ensino, o valor de R\$0,80 destinado a EJA com avaliação no processo⁸ e R\$1,00 para a EJA integrada à educação profissional de nível médio,⁹ a EJA com avaliação no processo, superou os valores anteriores admitidos em 2007 que correspondiam somente a R\$0,70. Regida por determinação do FUNDEB, a cartilha elaborada para atender aos estados e municípios da federação em seus artigos 10 e 36 da Lei nº 11.494/2007, mostram que a forma de cálculo pode ser diferenciada, vindo a atender etapas e

⁸ De acordo com Marcelo Pagliosa Carvalho, a EJA com avaliação no processo, incluí as matrículas nos ensinos fundamental e médio em cursos presenciais e com avaliação no processo.

⁹ A EJA integrada à educação profissional de nível médio refere-se aos programas profissionalizantes.

modalidades de ensino da educação básica; para tanto observa-se a matrícula a que está vinculada.

Fazendo um balanço a respeito do contexto de Aracaju, onde se situa nosso objeto de estudo, foi observado que a partir do ano de implantação do FUNDEB, 2007 até 2015, o fator de ponderação e a sua relação com a matrícula na EJA aponta para um declínio no Brasil, particularmente em Aracaju-SE, conforme dados coletados no site do FNDE /matrícula confirmam estes índices:

Quadro 2 Matrículas da educação básica de 2006, consideradas no FUNDEB em 2007, coeficientes de distribuição dos recursos e estimativa da receita anual do fundo, por ente governamental – 2007 a 2015 – Aracaju/Se

Nº	ANO	Estimativa das Receitas do FUNDEB (R\$) por esfera de governo Municipal e Estadual	Matrícula	
			EJA (Com avaliação no processo)	EJA (Integrada a educação profissional do ensino médio.
1-	2007	36.861.266,44	700,7	—
2-	2008	40.748.366,98	4.192,0	—
3-	2009	48.097.943,46	5.883,0	—
4-	2010	51.887.513,11	5.069,0	—
5-	2011	59.256.561,48	5.028,0	—
6-	2012	72.255.701,17	4.805,0	—
7-	2013	82.070.571,11	6.006,0	—
8-	2014	85.209.502,75	5.260,0	—
9-	2015	97.652.556,59	4.232,0	-----

FONTE: Portal do FNDE/Matrículas da educação básica consideradas no FUNDEB/ estimativa da receita anual do fundo e coeficientes de distribuição dos recursos por ente governamental. Elaborado pela autora.

Conforme evidenciam os dados do INEP, o quadro 2, refere-se à matrícula da EJA (com avaliação no processo) anos de 2007 a 2015, houve um crescimento nos anos de 2007 a 2009 seguido de um queda de 2010 a 2012. Nos anos de 2013, 2014 e atualmente, a matrícula sofreu uma perda progressiva: 700 a 1000 alunos a cada ano. Sobre a EJA integrada (educação profissionalizante com o ensino médio), na cidade de Aracaju, não constavam resultados para que fossem comparados.

Desse modo, podemos dizer que na capital sergipana, os recursos financeiros destinados à EJA cresceram ano a ano, ao contrário da matrícula que não conseguiu permanecer ou aumentar gradativamente. Fatores diversos estão atrelados a este declínio na matrícula da EJA fundamental e médio; podemos citar dados descritos no Mapa da Violência (2012) que aponta para o número crescente de homicídios vitimando jovens do sexo masculino, na faixa dos 17 a 22 anos, jovens de ambos os sexos que antes estavam matriculados mas que vieram a optar entre a escola e o trabalho, outros que estavam privados de liberdade; do sexo feminino alguns se afastaram após o parto ou se encontram impossibilitados de frequentarem as aulas por não terem onde e com quem deixar seus filhos no horário da aula, dentre outras razões.

Atualmente, das 103 escolas da cidade de Aracaju, apresentadas no quadro 5, Seção 4, apenas 27 oferecem a modalidade EJA e funcionam somente no horário noturno, o que dificulta a matrícula dos alunos em turnos diversos, uma vez que muitos deles desenvolvem atividades de trabalho num regime de horário tanto fixo como flexível.

Mesmo integrando o nível da Educação Básica essa modalidade de educação (EJA) não usufrui dos privilégios por se tratar de prioridade; a demanda há muito reprimida, ainda possui o menor valor no fator ponderação. Suas matrículas vêm diminuindo e os gestores não se sentem motivados a abrir turmas de EJA. Por outro lado os professores são designados para lecionarem nessa modalidade de ensino independentemente de sua formação para lidar com as especificidades dos jovens e adultos da sociedade em que vivemos e sem o devido acompanhamento pedagógico, até mesmo por falta de opção em termos de disponibilidades de recursos humanos.

Observa-se como resultado dessas práticas aqui descritas o fechamento de turmas na capital e no estado, a cada semestre, como resposta às

improvisações por que passa a modalidade. Falta aos gestores e docentes um trabalho conjunto, conhecendo os documentos oficiais, participando da elaboração do Projeto Pedagógico da Escola, onde se destinam as ações a serem desenvolvidas de forma a alcançarem os objetivos de um público ímpar.

O docente precisa romper com as improvisações de um ensino fragilizado quando destinado a EJA e mostrar que é possível aprender diferente, se partirmos do ponto que nosso aluno que volta à escola, ou está na escola busca interesses ímpares, deseja não só aprender “alguma coisa”, como ensinar e compartilhar o conhecimento que já detêm. Isso é possível quando trabalhamos de forma contextualizada, respeitando-se suas individualidades, pois cada um aprender obedecendo o seu tempo e a sua forma para que assim possa dá uma resposta aos objetivos propostos.

2.4 Funções da EJA nas Diretrizes Curriculares Nacionais

Ao ser objeto de estudo do Parecer CNE/CEB 11/2000 e da Resolução CNE/CEB 1/2000, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, essa modalidade da educação básica aparece como conquista assegurada após anos de luta. Essas Diretrizes buscam fazer com que as funções ali descritas como reparadora, equalizadora e permanente (sendo essa última também nomeada como qualificadora,¹⁰) sejam de fato cumpridas ao longo das ações docentes. O referido parecer tem como relator o Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury.

Essas funções direcionam-se a beneficiar brasileiros que ainda permanecem dentro de uma circunstância excludente e desigual no que se refere ao acesso à educação e ao domínio da escrita e da leitura como bens sociais imprescindíveis, mas necessitam de ser acompanhadas e vigiadas na execução da modalidade de ensino para que o estabelecido no referido Parecer seja cumprido, tanto nos estabelecimentos de ensino da rede pública quanto da privada, seja por iniciativa governamental ou não, atendendo toda a educação básica desde a Alfabetização, ao Ensino Fundamental e Médio, em escolas da rede regular e também em unidades próprias de EJA.

¹⁰ “(...) propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA.(...)” Parecer CNE/CEB 11/2000 (p.11)

A educação destinada aos Jovens e Adultos, em tese, é ímpar e requer particularidades diferenciadas para o atendimento do seu público que busca objetivos comuns a todos os demais cidadãos brasileiros, mas que já traz uma experiência anterior a ser considerada. Nessa perspectiva as políticas públicas da educação no Brasil devem voltar-se efetivamente para metas estabelecidas pelo PNE como elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais ou pelo menos 93,5% até 2015 e estratégias para o alcance dos objetivos, no que diz respeito à restauração de um direito antes negado e, ainda hoje, desafiado: o direito à educação.

2.4.1 A Função Reparadora da EJA

A ênfase à função reparadora acaba caracterizando a EJA como uma modalidade de educação compensatória, marcada por práticas assistencialistas pouco comprometidas com a formação continuada do cidadão. Desse modo, é necessário atentar para o sentido qualificador da EJA que aponta para a qualidade da educação oferecida nessa modalidade da educação básica, como suporte para o avanço do cidadão rumo a níveis superiores de educação e a sua qualificação permanente, no sentido do trabalho em sua acepção ontológica, que não se resume à educação profissional, mas configura-se como princípio educativo.

A reparação já vem sendo difundida há décadas e até agora não conseguimos reunir percentual necessário para dizermos que atingimos nossas metas ou estamos próximos desse objetivo. Os documentos oficiais acolhem e reafirmam o compromisso coletivo com a Educação Para Todos – EPT como também as metas a serem alcançadas. Para tanto, ao firmarem-se as parcerias em todos os âmbitos (municipal, estadual, federal e internacional), tornou-se imprescindível garantir a cooperação e a eficácia das ações nesse sentido.

Desde o Império até a nossa atual Constituição, os textos destacam a importância de assegurar a educação de qualidade para todos. A história das Constituições revela como a educação foi discutida, que bases foram firmadas, para que possamos compreender, o que nos dias atuais ainda precisa ser reparado.

A primeira Constituição elaborada em 1824, por um Conselho de Estado, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824, já no seu artigo 179, garantia

a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos como também a criação de colégios e universidades.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros¹¹, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte.

XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes (BRASIL, Constituição Federal, 1824).

Há em seu texto, um caráter muito particular, no que diz respeito a um amparo legal destinado apenas aos cidadãos brasileiros. Fica evidente no texto citado, um direito ao cidadão, o mesmo não acontecendo com os escravos, por não serem considerados perante a lei, como tal.

A Constituição de 1891, a primeira da História do Brasil após a Proclamação da República, foi também a primeira a gravar a fórmula: "Todos são iguais perante a lei", inspirada na Constituição americana e no modelo de federalismo da Argentina. A Carta Magna de 1934 estabelece em sua redação um destaque para a educação, como se observa nos artigos 148 e 149:

Art 148. Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objectos de interesse histórico e o patrimônio artístico do paiz, bem como prestar assistência ao trabalhador intellectual.

Art 149. A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no paiz, de modo que possibilite eficientes factores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espirito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL, Constituição de 1934)

Na Carta Magna de 1934, a educação é proclamada direito de todos, dá destaque às ciências, artes e letras, responsabilidade atribuída não só à escola como à família. A Constituição de 1937 trouxe avanços significativos no que diz respeito à garantia do voto universal e secreto estendido às mulheres, à liberdade

¹¹ A palavra "Brazileiros" foi retirada integralmente do documento pesquisado, Constituição Federal do Brasil, ano 1824. onde sua escrita foi feita com "z".

de expressão e ao crescimento e diversificação sindical, embora não apontasse mudanças ou acréscimos substanciais no sentido do direito à educação; seu texto não deixou claro o papel da educação, mas a vinculou aos valores cívicos e econômicos, onde observa-se a essência autoritária e centralista dos modelos fascizantes de organização político-institucional, vigente em diversos países, e afastou-se da tradição liberal dos textos constitucionais em vigor no país.

O artigo 166 da Constituição de 1946 reforça o direito à educação no lar e na escola. “Art. 166. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (BRASIL, 1946).

A atual Constituição, de 1988 estabelece o “Direito à educação” ratificando a importância de função reparadora. Vejamos o título IV Da Família, da Educação e da Cultura artigo 168 da Constituição de 1967 e artigos 3º, 6º e 205º da Constituição de 1988:

TÍTULO IV Da Família, da Educação e da Cultura

Art 168 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana (BRASIL, Constituição Federal, 1967).

O direito à educação na Constituição Federal de 1988:

Art. 3º da Constituição Federal, afirma-se que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1988).

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O discurso do acesso é recorrente e forte, cabendo um questionamento sobre o texto: “A educação como direito de todos”. Afinal, o que deve ser reparado na EJA? A função reparadora é anunciada nos artigos das Constituições anteriores e em vigor, na Declaração Mundial sobre a Educação para Todos – Jomtien (1990), em seu artigo 5º, na Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos (1997)

e demais documentos oficiais. Entender a sua necessidade é compreender que se deve restaurar um direito negado: o do letramento, domínio da leitura e da escrita, a uma escola de qualidade, a um local digno para formação e também o reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano.

Desse modo, percebe-se que se trata da função qualificadora aquela que de fato está a merecer ênfase e investimento na EJA. Pode-se ver o que o Parecer CEB nº:11/2000 reafirma em sua redação sobre as três funções:

[...] significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante (BRASIL, 2000 p.7). Mas a função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades socioculturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais (BRASIL, 2000 p.9).

Nesse sentido, o Parecer CNE/CEB 11/2000 confirma o direito não só à educação, mas a uma educação de qualidade e não transfere a culpa que cabe à história da sociedade brasileira a nenhum outro órgão isoladamente, como explicitam Chilante e Noma (2009):

[...] nos últimos anos, foram grandes os avanços quanto à universalização do Ensino Fundamental, em obediência ao princípio da obrigatoriedade escolar. Argumenta, contudo, que condições sociais adversas e as sequelas de um passado ainda mais perverso, associadas a inadequados fatores administrativos e de planejamento e dimensões qualitativas internas à escolarização têm condicionado o insucesso de muitos alunos (BRASIL, 2000, p. 30). O Parecer reconhece os avanços das políticas públicas em garantir a universalização da Educação e, ao mesmo tempo, considera que condições histórico-sociais comprometem o empenho dos poderes públicos em assegurar uma educação básica para todos [...] (p.228).

A universalização do Ensino Fundamental foi de fato obedecida, no entanto passou a enfrentar novos desafios vindos da própria Política Pública da educação que diante da má administração não conseguiu assegurar de forma plena a educação para todos. O que vemos na EJA atualmente, é um número crescente

de alunos na faixa dos 15 anos de idade ainda fora da escola que representam 16 milhões de analfabetos e mais 30 milhões de analfabetos funcionais¹², segundo dados do IBGE de 2001.

2.4.2 As Funções Equalizadora e Qualificadora da EJA

A função social da educação de jovens e adultos é alcançar com o direito à educação àqueles que não tiveram sua escolaridade regular negada ou interrompida, como exercício da cidadania e instrumento de superação das desigualdades sociais que recrudescem ao longo da história do Brasil. Para se chegar a este resultado não basta garantir o acesso para que se viabilize essa função substantiva: equalizadora e qualificadora .

A função equalizadora relaciona-se à igualdade de oportunidades que possibilitarão aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social e nos canais de participação. Essa equalização refere-se a todos os segmentos da população estudantil de jovens e adultos, inclusive as minorias a exemplo dos migrantes, aposentados, apenados, presidiários, donas de casa, jovens em situação de risco e grupos vulneráveis. Para efetivação desta função é necessária a democratização da distribuição de vagas na educação formal e a garantia da sua qualidade para a continuidade de estudos e inclusão no mundo do trabalho, nos espaços sociais. Dessa função resulta a participação crítica a que todos tem direito no atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico. A equidade distribui a todos as oportunidades advindas dos bens sociais com igualdade.

A função qualificadora também denominada de função permanente, em nada se confunde com profissionalização; é, mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos; refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares.

Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos. Ela contempla a escola de qualidade e a igualdade de oportunidades.

Sobre as forças e atuação das funções dispostas nos documentos oficiais já discutidos, pode-se estabelecer um diálogo com Freire (1979), que

¹² Analfabetos funcionais, conceito que define as pessoas com menos de quatro anos de estudo.

sempre se colocou a favor da causa da educação, na modalidade da EJA, manifesta sua opinião sobre as funções reparadora, equalizadora e qualificadora. A valorização do homem e dos saberes construídos dentro e fora da escola pelos jovens e adultos constituem-se em pontos de partida para atuar em novas frentes, em novos conhecimentos.

Freire (1979) elucida essa condição do homem como ser inacabado, sempre marcado por espaços ainda vazios, relacionados ao conhecimento e a sua formação como indivíduo participante e ativo dentro de uma sociedade alfabetizada, política, e socialmente econômica:

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o a sua perfeição. A educação, portanto, uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito da sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso ninguém educa ninguém. (FREIRE, 1979, p.14)

Na perspectiva freiriana, sendo sujeito da sua própria educação e não objeto dela, o homem busca constantemente essa descoberta por sentir-se um ser inacabado, que está em constante evolução. Nesse processo de alfabetização e formação humana, a palavra é a representação da leitura e da escrita que se apresentam de forma indissociável.

[...] Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue [...]. (FREIRE, 1987, p. 45)

É nesse princípio, fundado em Freire (1987), que se dá a raiz da educação, especialmente da EJA. As funções reparadora, equalizadora e qualificadora passam a ser base na Educação de Jovens e Adultos, não ficando restritas à alfabetização, mas atuando junto aos níveis fundamental e médio oferecidos pela modalidade, de modo a assegurar a continuidade de estudos, o direito de aprender e a emancipação humana.

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DEMANDAS SOCIAIS E EXPECTATIVAS DOS ALUNOS

A importância da formação de professores para a elevação da qualidade da educação em todos os níveis e construção de uma sociedade mais humana é hoje uma verdade estabelecida entre teóricos e educadores e demais segmentos da sociedade. Tanto a formação inicial quanto a formação continuada docente, na educação básica e na educação superior, representam prioridades nas políticas públicas em todo o mundo. (BEZERRA; NOBRE, 2012, p. 31).

As transformações que ocorrem com frequência no mundo do trabalho sofrem influências das tecnologias e da utilização de diferentes linguagens e mídias. Nesse sentido a EJA, em pleno século XXI, recebe novas demandas desse novo contexto social, onde a palavra de ordem em todas as áreas é a inovação, implicando sua desconsideração em uma modalidade de formação obsoleta, seja no âmbito local, regional, nacional ou universal.

Nesta seção colocamos em discussão, no plano teórico - prático o trabalho específico da formação docente apontando desafios e questionamentos postos para os professores e a sua necessidade constante de formação, sendo elencado como prioridade nas políticas públicas destinadas à educação em todo mundo. Conforme relatam Bezerra e Nobre (2012), a formação continuada é parte do trabalho pedagógico escolar, de modo a atender às características no contexto capitalista assinalado por significativas contradições decorrentes do intenso desenvolvimento econômico e social.

Na perspectiva dialética da história, a formação docente e suas implicações presentes no trabalho pedagógico é entendida como uma prática social que fundamenta as bases e as relações do homem com a natureza e com os demais homens.

A formação docente, destinada aos professores de uma forma geral, e não só para aqueles que desenvolvem suas atividades na EJA, é hoje pensada e desenvolvida de forma a valorizar os saberes acumulados historicamente por cada indivíduo que está em formação. Formando, compartilhando e mediando o conhecimento através das atividades fins como as aulas, os projetos educacionais e demais atividades do trabalho docente, nascem e se desenvolvem num conjunto

de práticas que se traduzem em saberes onde as ideias dos atores, professor e aluno, confrontam e comungam o cotidiano.

A prioridade da formação inicial e continuada docente no contexto das políticas públicas, desde a educação básica à educação superior, é fato decisivo para o desenvolvimento da prática pedagógica e, conseqüentemente, o caminho a ser seguido para também se encontrar a identidade da EJA, que vem sendo negligenciada.

A identidade da Educação de Jovens e Adultos não se concentra unicamente na modalidade e em seu estilo desenhado oficialmente por Pareceres e Diretrizes Nacionais. Ela dialoga com o perfil do docente e dos jovens e adultos contemporâneos, com a cultura local e a história. Assim, não é bastante ser oportunizada e realizada a formação docente; interessam o seu conteúdo, o seu projeto pedagógico assim como as atitudes específicas diante de um público diferenciado, no âmbito da educação básica, que carrega uma história de vida, saberes aprendidos e experienciais.

O fato de ser declarada oficialmente como uma modalidade, pela Lei 93.94/96, não é suficiente para garantia da sua qualidade; a responsabilidade do professor diante de uma proposta curricular a ser desenvolvida, com conteúdos socialmente necessários, segundo uma lógica que relacione o conhecimento científico com os saberes dos jovens e adultos, mesmo que num tempo diferenciado do ensino regular, é uma das determinantes do sucesso da EJA.

A proposta de formação de jovens e adultos parte do aluno concreto, em sala de aulas, o que implica o olhar direcionado aos seus interesses, às relações sociais e comunitárias vigentes, a valorização e o conhecimento dos problemas ambientais, a sua autonomia e a importância do trabalho como meio provedor e transformador (fonte de conhecimento, riqueza e bem-estar social).

Dayrell (2007, p.111) ao afirmar que a identidade juvenil, é o espaço privilegiado das práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam afirmar-se como pessoas integrais.

Conhecer quem é hoje o aluno da EJA, não é apenas pensar em alguém que se manteve afastado do ambiente escolar, que não pode dar continuidade aos estudos, por ter privilegiado outras ações, de sustento individual e outras responsabilidades impostas ou definidas por escolhas individuais, é ver que dentre todos os entraves apresentados ele elege retomar seus estudos e

afirmar-se como sujeito dessa ação antes deixada para se revista numa outra oportunidade.

Nas últimas décadas, estão presentes nas salas de aula dessa modalidade, jovens que trabalham e também por aqueles que, mesmo não tendo um emprego fixo, ou oficializado, fazem parte das estatísticas da informalidade, buscam sua autonomia, sua independência financeira e compartilham suas experiências com colegas de diferentes faixas etárias.

Estão presentes e matriculados adolescentes que migraram obrigatoriamente para a EJA, na qual já se encontram aqueles que são pais, mães; às vezes convivem no processo formativo da EJA esses adolescentes com seus pais biológicos ou adotivos. As diferentes gerações buscam interesses comuns, para situarem-se no seu lugar social, uma vez que este local ainda é visto como termômetro para seus limites e possibilidades.

3.1 Saberes docentes e a construção identitária

Diante das discussões expostas cabe uma reflexão especial sobre os saberes que as atividades desenvolvidas na educação básica de jovens e adultos estão sendo mobilizados e reconstruídos na mediação professor – aluno – conhecimento, nas interações e na resolução de problemas do cotidiano dessa modalidade de ensino.

Tardif e Lessard (2009,p.17) referem-se ao trabalho do professor, com relação aos postulados e ao *ethos*, fala da docência como uma ocupação secundária e periférica em relação ao trabalho material e produtivo. Isto porque no modo de produção capitalista a preocupação é preparar indivíduos para servirem e produzirem para o mercado de trabalho, uma vez que os agentes escolares, são vistos como trabalhadores improdutivos (BRAVERMAN,1976:HARRIS,1982), seja como agentes da reprodução do trabalho necessário à manutenção, ou como agentes de reprodução sociocultural.

Os saberes e trabalho docentes, valorizados por Tardif (2009,p.165), são categorizados como uma ritualização do trabalho escolar. Essa ritualização a que se refere o autor compreende a estruturação das atividades dos professores dentro da escola, iniciando-se a cada dia de trabalho, desde a preparação das atividades que se traduzem em planejamento de aulas, no contato e troca de ideias com os

colegas na sala de professores, nas atividades desenvolvidas a cada aula planejada e proferida.

No turno noturno, os intervalos entre as aulas não são observados; as aulas acontecem em horário corrido para otimizar o tempo. Assim, contamos com as conversas informais para esclarecer ou ouvir do aluno um comentário, uma afirmação sobre um conteúdo visto em aula ou até para ouvir um desabafo e opinar sobre coisas do dia a dia. A merenda escolar também tem tempo limitado, portanto são insuficientes os espaços de socialização.

O trabalho docente não fica restrito ao realizado no espaço escolar. Contempla também outras atividades desenvolvidas fora das horas aulas normais de trabalho, onde os professores se ocupam, preparação de aulas, seminários, escolha de vídeos, sites, correções de avaliações ou trabalhos. Diante de todo o tempo empreendido para dar conta das atividades relatadas, fica sacrificada uma das mais importantes: a sua formação e o aperfeiçoamento continuado ao longo de sua atuação.

Buscando entender como são relacionados os saberes docentes traremos os conceitos de autores como Tardif e Gauthier (2002) que discorrem sobre essa temática e as diferentes concepções do saber. Em suas pesquisas, Tardif (2002), afirma a importância da relação do conhecimento científico nas instituições de ensino superior – IES - tanto quanto dos saberes extraídos e produzidos na prática docente, além de defender a interação entre eles e sua consequente organização, apresentando questionamentos sobre os saberes e a docência em meio a uma tempestade mental: quais saberes que servem de base ao ofício de professor? Qual é a natureza desses saberes? Como esses saberes são adquiridos?

Diante dessas questões Tardif (2002) categoriza os saberes docentes em “saberes profissionais”, “saberes disciplinares”, “os saberes curriculares” e os “saberes experienciais”. Todas as especificidades que os diferenciam dos demais, carregam um ponto em comum, pois cada um origina-se da formação profissional adquirida na graduação e no decorrer das formações continuadas recebidas pelo profissionais, como também do conhecimento da disciplina, dos currículos, da ritualização e da experiência do professor.

Para esse autor os saberes curriculares focalizam diretamente a estrutura curricular, englobando conteúdos, objetivos, métodos, procedimentos

que os professores organizam e seguem em suas aulas. Esse é o roteiro oficial de trabalho onde cada parte desse processo mostra-se interligada e serve ao objetivo específico do saber.

Tratando-se dos saberes disciplinares, eles estão centrados na forma de ensinar e compartilham as funções das diferentes disciplinas, a matemática, as artes, a história e a física, dentre outras, enfim o que se refere à organização curricular, ao que está contido nos estudos científicos aliados que cada professor deve cuidadosamente ao desenvolver suas aulas procurar aliar trazer para o cotidiano.

Já os “saberes experienciais” nascem e se fundamentam na prática. Não estão presos ou sistematizados ao que o professor aprendeu nas academias. O preparar de uma aula, a visão do público que se deseja atingir é questão fundamental. É importante ressaltar que experienciar é agir diferente em cada situação e, ao agir, adquirir proveito de cada momento experienciado, sem usar de improvisos. Também é reconhecido que o mesmo conteúdo a ser trabalhado, receberá um outro tratamento, podendo gerar novas reações, acolhidas e respostas, pois a experiência a ser vivida não se repetirá, seja pelos alunos, locais, turnos e turmas trabalhadas, Desse modo, por não serem as mesmas, tais experiências multiplicarão as formas de ensinar e de aprender.

Ao apresentarmos os saberes profissionais ou saberes docentes foi observado que eles ocupam um espaço além dos conhecimentos já constituídos. Eles estão dirigidos às competências, habilidades e atitudes dos professores no exercício da docência e à estreita relação entre eles e os diferentes saberes. Tardif (2002) define o saber docente como algo maior, plural, formado por um amálgama que comporta todos os demais saberes já apresentados nesse texto e defendidos por ele.

Procurando traçar um paralelo entre os saberes conceituados por Tardif e a modalidade da EJA, não com a pretensão de formular conceito, mas de apontar o que se aplica e o que não está compreendido em suas ações pedagógicas e curriculares, é que colocamos aqui pontos de reflexão. Freire (2002) afirma que aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. Pensar os saberes na EJA é pensar em uma reconstrução que sempre reinicia quando em sala de aula perante os alunos.

Outro saber fundamental à experiência educativa é o que diz respeito à sua natureza. Como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho. O melhor ponto de partida para estas reflexões é a inconclusão do ser humano de que se tornou consciente. Como vimos, aí radica a nossa educabilidade bem como a nossa inserção num permanente movimento de busca em que, curiosos e indagadores, não apenas nos damos conta das coisas mas também delas podemos ter um conhecimento cabal. A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas. (FREIRE, 2002, p.38)

A maneira como o autor apresenta a natureza das dimensões da prática que se relacionam com o ato de ensinar, aprender e poder transformar o conhecimento para nela intervir é uma expectativa que se põe para a atuação na modalidade EJA, em substituição à prática instalada da memorização mecânica do perfil do objeto, que não traduz um aprendizado verdadeiro do objeto ou o conhecimento da realidade.

Se no ensino regular já não mais aceita, na EJA, esse procedimento de levar conhecimento pronto, faz com que o aprendiz permaneça muito mais como paciente da transferência do objeto ou do conteúdo do que como sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção. (FREIRE, 2002)

As políticas públicas para a educação destacam em todas as instâncias, a prioridade da formação inicial e continuada docente desde a educação básica à educação superior. Falando sobre o trabalho docente, a formação para o exercício da sua função e do processo identitário para tal fim, Nóvoa (2007) questiona: Por que é que fazemos o que fazemos na sala de aula? Em resposta, ele afirma que a identidade é uma mistura de vontades, experiências, gostos e acasos que consolidam comportamentos, gestos e rotinas. Sabemos que um professor não busca sua formação para que seja exercida numa única e determinada modalidade de ensino, visando a capacitar-se e cercar-se dos conhecimentos que facilitarão seu desenvolvimento individual junto ao objetivo de formação e emancipação humana.

Diante deste objetivo cada profissional traça seu processo identitário que é, segundo Nóvoa (2007), a capacidade de exercer com autonomia a sua atividade, com o sentimento de que controla o seu próprio trabalho. A profissão e o professor, maneira de ensinar e maneira de ser, o eu profissional e o eu pessoal, são indissociáveis.

3.2 Professores: sujeitos e mediadores do conhecimento

O ciclo de vida profissional dos professores vem sendo cada vez mais discutido, devido ao crescente reconhecimento da estruturação do trabalho docente. Fazer – se docente é investir no conhecimento que ao ser desenvolvido gera para um grupo de pessoas específicas uma formação longa e especializada (TARDIF, 2007). A docência exige mais que vontade; requer credenciamento, formação e reconhecimento de atributos necessários e presentes nos saberes profissionais que são desenvolvidos no ambiente de trabalho.

Nessa subseção busca-se contribuir para o esclarecimento do trabalho docente, apontando características que permeiam os seus atores principais e a forma como são vistos: Sujeitos autônomos e produtores de conhecimento nas relações com o mundo e nas relações sociais.

Aqui buscamos também entender questões de investigação que povoam nossa curiosidade, partindo desde o nível conceitual até o mais individual que venha a esclarecer nossas questões sobre o fazer docente. Em um dos seus estudos sobre as inquietações da profissão professor, Nóvoa (2007) as coloca de uma forma geral sem a preocupação de ordená-las. Com os questionamentos ele procura de certa forma, apresenta o professor como sujeito do conhecimento.

Nesse contexto emergem questões como: há fases ou estágios de ensino? A grande parte ou a maioria dos professores passa por crises, acontecimentos independentemente da geração a que pertencem? Os anos de docência encarregam-se de promover mudanças com relação às aulas, aos alunos e disciplinas? Os anos de docência tornam o profissional da educação mais ou menos competente? Os professores estão satisfeitos com sua carreira ou fariam uma nova opção? Até que ponto os acontecimentos diários interferem ou são

considerados no trabalho escolar? Enfim, o que distingue um professor desgastado de um docente sereno ao fim de carreira? Seria possível prever o fim de carreira?

Nóvoa (2007) chama a atenção para o fato de que todas as respostas dadas por alguém que se sinta motivado pelo assunto, mesmo que favoráveis, não são definitivas. Acreditamos que o professor, quando pesquisado, dê ao pesquisador não a resposta que ele espera e sim a que melhor sintetize os estágios considerados de forma real diante do que lhe fora perguntado.

Sem querer ordenar os questionamentos, responde-se que, na docência, há fases ou estágios melhores ou piores que outros, onde não só o professor mais jovem, como o de mais idade tendem a passar.

É bem verdade que a experiência dos anos voltados para a docência contribui para um melhor equilíbrio, ou domínio de uma turma, além de criar condições para que suas aulas a cada semestre sejam avaliadas por ele mesmo e passem a melhorar, conhecendo a diversificação, buscando novos desafios, para acompanhar um novo público e suas exigências, salvo exceções.

Falando das aulas e de outras atividades de ensino, pesquisa e extensão, no contexto capitalista, configuram-se progressivamente como mercadorias, por serem pagas e terem sua qualidade avaliada. Paro (1993) apresenta a aula não como produto do trabalho docente, uma vez que esse produto são as transformações obtidas a médio e longo prazo nos sujeitos do processo de aprendizagem; a aula em si, na sua perspectiva é um processo, o próprio trabalho pedagógico de construção do conhecimento na relação professor – aluno e conhecimento acumulado, uma atividade que origina o produto propriamente dito do ensino (que é a aprendizagem).

A via dupla do conhecimento professor – aluno, uma vez construída seja pelos saberes do cotidiano ou contribuições da formação continuada recebida nas IES, contribui para o conhecimento do saber científico. Na partilha diária, professor e aluno conhecem e direcionam a condução da sua prática, no local onde é administrado e compartilhado o saber. A sala de aula e outros espaços educativos acolhem sentimentos adversos, alegrias, motivações, desgastes, tédio, esperança e crises que os fazem oscilar entre continuar ou não.

É preciso buscar a estabilização, mas sem correr o risco de viver a monotonia que chega após anos no exercício da docência. Ela poderá vir do momento da crise, quando se busca a resolução para o problema ou da profissão,

quando se estabelece um compromisso em continuar, mesmo que esta estabilização gere a exploração. Para Nóvoa (2007) ela se faz presente no trabalho do professor da seguinte forma:

Consideremos, como exemplo, as sequências ditas “de exploração” e “de estabilização”, que supostamente se verificam no início da carreira. A exploração consiste em fazer uma opção provisória, em proceder a uma investigação dos contornos da profissão, experimentando um ou mais papéis. Se esta fase for globalmente positiva, passa-se a uma fase de “estabilização” ou de compromisso, na qual as pessoas centram a sua atenção no domínio das diversas características do trabalho, na procura de um sector de focalização ou de especialização, na aquisição de um caderno de encargos e de condições de trabalho satisfatórias e, em vários casos, na tentativa de desempenhar papéis e responsabilidades de maior importância ou prestígio, ou mais lucrativas. (NÓVOA, 2007, p.37)

A compreensão da educação como apropriação da cultura humana e da função social da instituição escolar no sentido de prover a educação sistematizada, ou seja, a socialização formal da cultura historicamente acumulada junto a todos os cidadãos faz emergir a especificidade da natureza do trabalho pedagógico escolar, em especial, o do professor (BEZERRA e NOBRE, 2012.).

Para os autores, só é possível compreender a educação como apropriação da cultura humana e da função social da instituição escolar quando ela mostrar o sentido de prover a educação sistematizada.

Segundo Marx (2008), o sentido ontológico do trabalho refere-se à mediação entre os homens e entre estes e a natureza externa, tratando-se de atividade tipicamente humana, transformadora do homem e da natureza (ou seja, da ordem social e natural). Nessa concepção o trabalho é a unidade prática/teoria, expressão da cultura e do modo de produção e reprodução da existência. Trabalho é produção de riquezas e bem-estar sociais (caráter útil e produtivo manifesto na produção de valores de uso) e prática social fundante do conhecimento.

Passando de objetos de pesquisa a sujeitos do conhecimento, os professores como profissionais em seus contextos, são influenciados de diferentes maneiras. Gatti (1996), aponta-nos a necessidade de perceber a ação desenvolvida pelos sujeitos construtores diante das circunstâncias em que tal construção ocorre. Nóvoa (2007) apresenta um conceito de Stenhouse (1975) sobre o professor investigador afirmando que a identidade do professor e os meios

de aprendizagem são tão importantes quanto os produtos do conhecimento, sendo que o último faz parte de um processo que envolve persistência, investigação, hipóteses e respostas recebidas e confortáveis em cima de uma curiosidade estável e não passageira.

Há muitos fatores que influenciam o modo de pensar, de sentir e de achar dos professores, ao longo do processo de ensino: o que são como pessoas, os seus diferentes contextos biológicos e experienciais, isto é, as suas histórias de vida e de contextos sociais em que crescem, aprendem e ensinam (NÓVOA, 2007, p.82)

Na condição de pessoas que orientam outras pessoas e juntas aprendem e constroem novos conhecimentos, os professores ao investigarem o significado do ensino dão-se conta da ambivalência presente na função que lhes é confiada. Seja árdua, ou gratificante, para que eles deem sentido à prática, é necessário que pensem em fortalecê-la quando o resultado for satisfatório, ao mesmo tempo que a redefinir, reinventar no atual contexto de crise.

É experimentando novas ideias, metodologias e estratégias de ensino que os professores, sujeitos do conhecimento, observam que as teorias utilizadas precisam ser modificadas, pelo fato de que alunos diferentes precisam de um tempo direcionado, uma metodologia específica, para apreenderem determinados conteúdos e, assim, alcançar as expectativas que se traduzem individualmente.

Desta forma, há que lidar com as angústias, com o dilema de entender que cada aluno tem seu tempo e mesmo nas turmas mais homogêneas haverá sempre um diferencial. Tratando-se de diferencial, o olhar do professor para a EJA, quando sensível e potencializado para essa modalidade deverá estar voltado para o produto do processo educativo ou pedagógico: a (trans)formação da personalidade do aluno mediante apropriação de conhecimentos, atitudes, habilidades etc... Trata-se da atualização do aluno como sujeito histórico, com as múltiplas dimensões da sua condição humana. Paro(1993) afirma:

De qualquer forma, se o processo de trabalho pedagógico se realizou a contento, consideramos que o educando que 'sai' do processo é diferente daquele que aí entrou. É esta diferença que constitui verdadeiramente o produto da educação escolar. A consequência desse conceito de produto pedagógico é a refutação da ideia de que, no processo de trabalho pedagógico, o produto não se separa da produção. Na verdade, esta separação se dá de

fato, na medida em que, para além do processo, permanece algo que é utilizado pelo educando pela vida afora. É claro que tal separação não se dá nos moldes absolutos em que se verifica na produção material. Nesta, há um intervalo entre produção e consumo, de tal forma que o produto se destaca completamente da produção. Paro (1993, p. 106)

O trabalho pedagógico para ser concretizado como produto necessita de um tempo para ser definido; o produto é perceptível, porém a médio e longo prazo; mas o processo de produção responde em grande parte por esse produto, daí a preocupação pedagógica. A educação escolar implica, além de formar para o trabalho, formar para a cidadania. Bezerra e Nobre (2012.p.52) destacam que o homem produz valores antes mesmo de produzir conhecimento. É nesse contexto que vemos a imprescindibilidade da função social do educador e a produção de valores.

3.3 As TIC na Educação e o desenvolvimento profissional docente na EJA

O uso das TIC como aliadas e parceiras na docência se constituem não só de hoje, mas desde as duas últimas décadas, numa prática presente no ensino fundamental e médio regular e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos-EJA. Não basta apoiar as inovações, torna-se primordial que cada docente procure ter o conhecimento necessário para este fim, que experimente antes as diferentes possibilidades e usos das ferramentas tecnológicas como instrumentos não só de apoio, mas de aprendizagem a seu favor, e mesmo que ainda não tenha a intimidade necessária em sua experiência docente, que ele passe a desafiar sua curiosidade e paciência em aprender o novo, junto aos que dela já fazem uso. Faz-se necessário desapegar-se das práticas usuais e mergulhar num campo novo, cheio de possibilidades de conhecimento, crescimento e mudanças favoráveis à prática educativa.

Os embates observados entre as mídias e os docentes em suas práticas diárias passam a fazer parte do seu dia a dia, impulsionando-os a fazerem uso delas; boa parte procura desafiar suas limitações buscando acompanhar as inovações e, na falta de um laboratório ativo nas unidades escolares, de profissionais aptos ao uso dos terminais de computadores disponíveis, mesmo na

linguagem LINUX¹³, não se abate, utiliza os laboratórios com suas precariedades e programas que podem ser baixados gratuitamente como google Earht, google doc para organizar suas aulas, divulgar seus conteúdos, estimular as pesquisas, as visitas a blogs e participar de chat.

O importante é preservar a criatividade e a curiosidade de educadores – educando como explicita Freire (2007):

Se há uma prática exemplar como negação da experiência formadora é a que dificulta ou inibe a curiosidade do educando e, em consequência, a do educador. É que o educador que, entregue a procedimentos autoritários ou paternalistas que impedem ou dificultam o exercício da curiosidade do educando, termina por igualmente tolher sua própria curiosidade. Nenhuma curiosidade se sustenta eticamente no exercício da negação da outra curiosidade[...] [...]O bom clima pedagógico-democrático é o em que o educando vai aprendendo à custa de sua prática mesma que sua curiosidade como sua liberdade deve estar sujeita a limites, mas em permanente exercício (FREIRE,2007,p.33),

Exercer a curiosidade e ir em busca de aprender o diferente deve ser esse o objetivo que devemos perseguir e somente assim iremos adiante do que as instalações das unidades escolares nos oferecem, seja no funcionamento dos laboratórios, seja nas dificuldades em empreender os projetos de atividades pensados por um efetivo de professores diante das precariedades que começam desde as dificuldades em reunirem-se, programarem e executar atividades, como carga horária docente dividida entre duas ou até três unidades escolares.

O despreparo para o uso desses instrumentos nas unidades escolares, cria para o professor e para o aluno, uma distância entre o trabalho desenvolvido de forma costumeira, manual e apresenta o tecnológico, tão presente em nossas vidas, como distante.

Diante de um trabalho que acomoda circunstâncias tão heterogêneas e alunos mais jovens e mais exigentes a EJA de hoje, exige, mas não tem ainda ao todo, profissionais que desenvolvam um trabalho junto a alunos que lidam diariamente com as inovações, seja com notebook, tablet, celulares iPhone para uso pessoal ou rádio transmissores, para uso do trabalho e demais serviços

¹³ O Linux é meramente um sistema operacional. Ele completou 20 anos de existência em 2011. Tratar-se de um software gratuito, de código-fonte aberto e amplamente disponível, é comum encontrá-lo nas mais diversas aplicações. O servidor que hospeda o InfoWester, por exemplo, roda uma distribuição Linux. <http://www.infowester.com/historia/linux.php>

oferecidos pelas mídias visuais e eletrônicas. Em meio ao avanço global, para nós professores, é necessário desenvolver as ações pedagógicas junto às inovações, mesmo que alguns ainda persistam em práticas rudimentares, limitadas a um mundo restrito a informações que só para eles fazem sentido.

Sem a preocupação de saber o que se deve ensinar, sem perguntarmos para quem levaremos esses ensinamentos e como se dará a troca da aprendizagem, não chegaremos a um entendimento mútuo. Muitos dos nossos alunos, já vivenciam o mundo do trabalho com o uso dos computadores e se limitam a utilizá-los para os fins que a sua profissão exige; muitas vezes desconhecem as inúmeras funções que o aparelho possui por falta de uma orientação docente; outros alunos ainda são excluídos dentro das diferentes comunidades onde desejam ser inseridos, pois o fato de dominar a leitura e a escrita não é suficiente para interpretar um texto e sua intertextualidade, trabalho desenvolvido nos conteúdos programáticos do ensino fundamental maior e médio, até a operar e dominar máquinas e diferentes comandos existentes no celular e no computador.

Concordamos com Moran (2007) quando alerta sobre as tecnologias e sua humanização pelos professores; cabe a todos os docentes inovar a prática e mediar o conhecimento, utilizando com propriedade as tecnologias como meios e não como fins.

O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente. Por isso a educação formal é cada vez mais *blended*, misturada, híbrida, porque não acontece só no espaço físico da sala de aula, mas nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais. O professor precisa seguir comunicando-se face a face com os alunos, mas também digitalmente, com as tecnologias móveis, equilibrando a interação com todos e com cada um. (Moran, 2015 p.2)

Uma vez integradas num processo que objetiva o trabalho intelectual do docente as TIC impõem-se cada vez mais vertiginosamente, redesenhando procedimentos, instalando novas demandas e exigências e assumindo um caráter de centralidade (LINHARES, NASCIMENTO e BORGES 2011). Cientes desse novo desenho trazidos pelas mídias, persiste a preocupação, segundo os autores, quando duas crenças ainda se fazem fortemente presentes, sendo a primeira

identificando as mídias como instrumentos valiosos para promover a educação e a segunda considerando que as mídias representam uma ameaça à educação.

Não basta garantir uma política pública de universalização e democratização das TIC nas escolas ou fora delas. A formação dos profissionais para tal fim e a manutenção dos ambientes devem ser considerados dentro do PPP, dos planejamentos individuais, interdisciplinares e transdisciplinares dos docentes da educação a distância e também presencial.

No caso da EEPJO, conforme seu PPP(2013), as ações de formação continuada realizadas, aconteceram no sentido de promover o uso das TIC para a infoinclusão, a democratização do acesso às novas tecnologias, rompendo barreiras e limitações do seu corpo docente e discente. Essas ações são bem-vindas, com o intuito de aproximar as relações, proporcionar o uso não só das máquinas, como dos programas em rede e o domínio das ferramentas, dando-lhes um tratamento mais próximo do real, utilizando-se do meio não como mero consumidores da informação e sim como produtores e reelaboradores do conhecimento obtido via canais de comunicação, uma vez estimulados a interagir.

4 (RE)CONSTRUÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA E APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta Seção delinearam-se os aportes teórico-metodológicos que encaminharam o percurso da pesquisa. Quanto à natureza dos dados, a pesquisa observou os princípios qualitativos, considerando, inclusive os dados quantitativos, ilustrados por gráficos, figuras com palavras-chave das quais emergiram categorias de análise. Ao longo do texto também são feitas as análises dos documentos oficiais produzidos na esfera nacional, estadual e local sobre as diretrizes curriculares da EJA e dos cursos de Licenciatura da Unit.

Richardson (1990.p.70) afirma que o método de pesquisa é a escolha de procedimentos sistemáticos utilizados para a descrição e explicação dos fatos ou problemas estudados. Nesse sentido, a escolha do método dialético e da abordagem quali-quantitativa para a pesquisa que fundamenta esta Dissertação, deveu-se à natureza do objeto de estudo e problema investigados; essa metodologia faculta a compreensão dos significados das análises dos documentos oficiais, estaduais e locais sobre a EJA, as falas dos sujeitos entrevistados, a opinião deixada nos questionários e os resultados obtidos, considerando os diferentes locais de onde partiram (escola/sala de aula, universidade, escola/sala dos professores) sem abrir mão do contexto social e político, da análise da conjuntura do país, especialmente das contradições que assinalam as políticas públicas na área da educação.

De acordo com Minayo (2000b, p.21) é característica da pesquisa qualitativa, trabalhar com o universo de significações, aspirações, crenças, valores e atitudes, contribuindo para a compreensão adequada de certos fenômenos sociais de relevância apenas no aspecto subjetivo. Essa pesquisa valoriza o conteúdo apresentado pelos sujeitos e possibilita aos participantes expressarem suas percepções e representações na perspectiva de uma transformação da situação vigente.

Priorizamos o enfoque qualitativo por nossa realidade não ser apenas quantificada e trabalharmos com um universo que explora conhecimentos, e sentimentos, o que gerou o estudo de casos destacando o objeto da pesquisa em questão, confrontando realidades e interesses, identificando correlação de forças

na construção das Propostas curriculares da EJA de uma unidade escolar da rede pública estadual de Aracaju – Se. e das licenciaturas em Letras Português, Matemática e Ciências Biológicas da Universidade Tiradentes –Unit. Nosso pressuposto aqui é que fazer currículo é um ato complexo, não só pedagógico, mas político. Nessa direção o estudo de casos permite ampla investigação como demonstra Yin (2001), quando afirma que um estudo de casos é uma investigação empírica que estuda um problema contemporâneo dentro de seu contexto.

A perspectiva metodológica da investigação aqui exposta possui índole dialética por considerar as relações entre a infra e a superestrutura, as contradições, o movimento da realidade e as interações macro e micro estruturais. Para Vasconcelos (1992.p.2), uma metodologia na perspectiva dialética baseia-se em uma concepção de homem entendido como um ser ativo e de relações, por meio das quais produz e reproduz o conhecimento:

Assim, entende que o conhecimento não é "transferido" ou "depositado" pelo outro (conforme a concepção tradicional), nem é "inventado" pelo sujeito (concepção espontaneísta), mas sim que o conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado, pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele (VASCONCELOS, 1992, p. 2)

Nesse sentido, o conhecimento se processa em meio às conexões de relações que se destacam e se complementam nas reflexões, nas trocas de saberes que se fundamentam e se renovam nas práticas sociais que visam à transformação, em oposição a comportamentos condicionados a resultados esperados.

Nosso estudo de caso, que já se vem configurando desde as seções anteriores, focaliza o contexto da formação inicial e continuada de professores; o universo da pesquisa concentrou-se no desenvolvimento da formação acadêmica oferecida aos sujeitos da pesquisa, inicialmente aos alunos das licenciaturas em Língua Portuguesa, Ciências Biológicas e Matemática da Unit, considerando a análise de documentos nacionais, estaduais e locais que servem de orientações aos professores da educação básica na modalidade EJA da EEPJO e aos relatos dos alunos da EEPJO expressos em questionários.

A população estudada foi constituída por 40 participantes voluntários: três alunos da licenciatura em Matemática, dois da licenciatura em Ciências

Biológicas , dois da licenciatura em Letras Português da Unit e três professores da educação básica, da EEPJO, na modalidade EJA que lecionam as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática e Biologia (na EJAEF e na EJAEM). Ressaltamos que o professor de Ciências Biológicas para o ensino médio é o mesmo que leciona Ciências no ensino fundamental. Participaram respondendo ao questionário 30 alunos do ensino fundamental e médio da EEPJO em Aracaju-SE.

Os critérios adotados foram: ser aluno das licenciaturas estudadas; frequentar o último ou penúltimo período dos cursos; ser indicados pelos respectivos Coordenadores dos Cursos; aceitar o convite da mestrandia para participação na pesquisa. Assim, ficaram excluídos da população apenas os sujeitos que não aceitaram ao convite ou não responderam aos contatos mantidos para esse fim.

Como critério de diferenciação os alunos das licenciaturas, professores da Educação básica e alunos do EJAEF e EJAEM receberam uma codificação para que fossem identificados no processo quando atuaram como sujeitos da pesquisa.

Tabela 1 Critérios para Codificação das Entrevistas e Questionários dos sujeitos da pesquisa.

EXEMPLO	CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO
	1	Número de ordem
	P	Professor
Professor	C. Bio	Disciplinas: Mat /Matemática; L. Port /Língua Portuguesa; C.Bio/Ciências Biológicas
1PC.BioM60	M	Sexo feminino (M para masculino)
	60	Idade
EXEMPLO	CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO

	1	Número de ordem
	A	Aluno
Aluno da Unit/Licenciatura 1AMatF5ºP35	Mat	Licenciaturas: Mat /Matemática; Let/Letras; C. Bio /Ciências Biológicas
	F	Sexo feminino (M para masculino)
	5ºP	Período
	35	Idade
EXEMPLO	CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO
	1	Número de ordem
	A	Aluno
Aluno da EJA 1AEfF35	Ef	Segmento Ef/Ensino Fundamental e Em/Ensino Médio
	F	Sexo feminino (M para masculino)
	17	Idade

Fonte: Elaborada a partir da análise dos dados. (2015).Elaboração da autora.

A análise documental oportunizou conhecer, relacionar, descrever e analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica- DCNEB, Resolução CNE/CEB Nº 01/ 2000 , PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE), Lei de Diretrizes e Bases da Educação(LDB) Nº5.692/71,Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDBEN) Nº 9.394/96, Projeto Político dos Cursos de

Graduação das Licenciaturas da Unit – PPC, Projeto Político Pedagógico da EJA - PPP/EJA/SEED e Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP/EEPJO), o que já foi exposto nas seções anteriores.

Os instrumentos de coleta de dados para essa investigação foram as entrevistas semiestruturadas para os professores da EJA e licenciandos da UNIT e os questionários discentes para o público da EJA. Esses instrumentos só foram aplicados mediante anuência prévia dos sujeitos via leitura e assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido- TCLE (modelo do Comitê de Ética da Unit), disponibilizado no Apêndice “A”.

Os questionários elaborados foram estruturados com questões abertas e semiabertas para estimular a participação dos alunos, procurando contemplar seus interesses, como se observa no Apêndice “E”, sendo distribuídos pela pesquisadora em sala de aula, após a socialização do TCLE, preservando o anonimato dos respondentes, o sigilo absoluto das informações ali contidas e a possibilidade de afastamento da pesquisa a critério do aluno voluntário.

Sobre as entrevistas com os licenciandos da Unit e professores da EEPJO optamos por sua forma semiestruturada para dar-lhes maior liberdade de organizar sua fala, discorrendo sobre suas experiências livremente, sem que o texto venha a delimitá-las.

Essas entrevistas foram gravadas pelo celular, com consentimento dos sujeitos, e transcritas para interpretação dos dados transformadas em categorias de análises de acordo com os indicativos levantados que respondem às questões da pesquisa ou conduzem a outros caminhos a serem considerados.

Como prevíamos, do momento de convite até a realização das entrevistas muitos foram os desencontros, imprevistos, horários não cumpridos até que chegássemos à realização. Muitas das entrevistas foram adiadas por mais de uma vez e o trabalho que seria feito com as duas universidades do estado, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) não chegou a participar devido ao estado de greve e à conjuntura local e nacional.

Concordamos com Minayo (1994) quando afirma que a entrevista privilegia a obtenção de informações através da fala individual. Nela são reveladas condições estruturais, sistemas de valores, normas, símbolos que transmitem através de um porta-voz representações de determinados grupos.

4.1 Propostas Pedagógicas da EJA (união, estado e escola) e as Aproximações com os PPC dos Cursos de Licenciaturas da Unit

A legislação educacional brasileira aliada às políticas educacionais que amparam a formação inicial de professores nos cursos de graduação tem como objetivo proporcionar e desenvolver propostas de formação quanto aos conteúdos formativos e à organização de currículos que atendam aos objetivos da educação básica em suas modalidades de ensino no que se refere ao trabalho docente.

Um estudo de Gatti e Barreto (2009) aponta as diferentes faces que se entrecruzam no fazer da profissionalização docente, relacionados a diversos fatores como legislação que estrutura sua formação, características dos currículos da formação inicial (presencial e a distância), modelos específicos de formação implementados por administrações públicas, perfil dos professores, licenciados e aspectos relativos à educação continuada nas redes de ensino.

Nesse sentido também caminha esta pesquisa, que proporciona uma análise sobre as questões ligadas às Diretrizes Curriculares e Projetos Políticos Pedagógicos nas diferentes esferas: união, estado e na Escola Estadual Profª. Judite Oliveira que atende a EJA séries finais do ensino fundamental e médio.

A pesquisa que embasa esta Dissertação também busca analisar as características, a composição das estruturas curriculares e as ementas das três licenciaturas (cursos presenciais) - em Língua Portuguesa, Ciências Biológicas e Matemática para o fortalecimento da formação inicial docente, com ênfase à preparação para a modalidade de EJA.

A escolha dessas licenciaturas teve como base as áreas que possuem uma maior carga horária a ser desenvolvida nas séries finais do ensino fundamental e médio pelos futuros licenciandos. Para consolidar esse interesse em pesquisar as licenciaturas, somos fortalecidos quando Gatti (2010) nos alerta sobre a profissionalização e profissionalidade das licenciaturas:

[...] As licenciaturas são cursos que, pela legislação, têm por objetivo formar professores para a educação básica: educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; ensino profissionalizante; educação de jovens e adultos; educação especial. Sua institucionalização e currículos vêm sendo postos em questão, e isso não é de hoje.[...] [...]Hoje, em função dos graves problemas que enfrentamos no que respeita às aprendizagens escolares em nossa sociedade, a qual se complexifica a cada dia, avoluma-se a preocupação com as licenciaturas, seja quanto às

estruturas institucionais que as abrigam, seja quanto aos seus currículos e conteúdos formativos [...] (GATTI 2010, p. 155)

De acordo com o que determina a Constituição em vigor e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013), cabe aos cursos de licenciaturas a responsabilidade de profissionalizar para a docência sendo oferecidos e reconhecidos por instituições de nível superior. Uma vez prontos para assumir sua função, a profissionalidade dá-se através de concurso público na redes estadual, municipal e federal ou processo seletivo, via análise de currículo por empresas privadas que trabalham na área da educação ou afins.

Paralelamente, ainda nesse contexto, foram observadas as expectativas presentes nos últimos editais de concursos públicos oferecidos pelo estado, para o ingresso de professores da educação básica, nas redes públicas, selecionando candidatos a assumirem o ensino fundamental e médio, no ensino regular, nas diferentes modalidades de ensino e, principalmente, na EJA.

Ao falarmos sobre a organização curricular desenvolvida para a Educação Básica e conseqüentemente a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos documentos oficiais elaborados pela Câmara da Educação Básica/ CEB, Conselho Nacional da Educação/CNE, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 93.94/1996 estaremos observando no que diz respeito ao estudo em questão, aspectos como conceito, limites e possibilidades.

Para entendermos as razões de como se estabelece o currículo parto de Sacristán (2000) sobre a forma como o currículo relaciona-se com a instrumentalização concreta que faz da escola um determinado sistema social, pois é através dele que lhe dota conteúdos, missão que se expressa por meio de usos quase universais em todos os sentidos educativos. Desse modo, são levadas em consideração as peculiaridades de cada nível ou modalidade respeitando-se em cada contexto educativo as orientações filosóficas, sociais e pedagógicas que se misturam nos fenômenos educativos.

Na perspectiva de ser desenvolvido de forma real na EJA, respeitando-se as diferenças e enfrentando os desafios impostos pela modalidade, vemos o currículo como o cruzamento de diferentes práticas pedagógicas que se convertem em resultados demonstrados através dos aspectos culturais, políticos, econômicos

e pedagógicos presentes na sociedade e que devem ser apropriados pelas instituições de ensino.

De certa forma, a teorização curricular, segundo Sacristán (2000) esteve centrada nos conteúdos como resumo do saber culto e elaborado sob a formalização das diferentes “disciplinas” por ter se originado na tradição medieval que distribuía o saber acadêmico no Trivium e no Quadrivium.¹⁴ Entretanto, o autor ao confirmar a tradição também reforça a posição do currículo quando afirma que ele não se estabelece forçosamente, fazendo-se presente no sistema educativo, pelo fato de que toda e qualquer temática abordada possuirá uma relação de interdependência.

O currículo é parte inerente da estrutura do sistema educativo, aparato que se sustenta em torno de uma distribuição e especialização dos conteúdos através de cursos, níveis e modalidades do mesmo. Se o currículo expressa as finalidades da educação escolarizada e estas se diversificam nos diferentes níveis do sistema escolar e nas diversas especificidades que estabelecem para um mesmo patamar de idade, a regulação do currículo é inerente à do sistema escolar (SACRISTÁN, 2000,p.40).

Entende-se que a organização curricular da EJA para o Ensino Fundamental e Médio adotada pelos órgãos oficiais da União, está relacionada às experiências escolares não só apresentadas pelos documentos oficiais, como também por todo um conhecimento apreendido com as vivências dos indivíduos em suas relações sociais, historicamente construídas e fortalecidas ao longo dessa convivência.

Diante disso, o currículo vai além de sua formatação como documento escrito e detalhado com base nas necessidades descritas pelas políticas públicas da educação, nas diferentes concepções pedagógicas, na organização e no rigor científico. Assim ele é um documento vivo, posto a dar acesso às discussões, ao pensamento crítico, à divulgação da cultura, opiniões e concepções de diferentes autores que priorizem na educação: o trabalho, a convivência social, a socialização do pluralismo de ideias, reflexões da fundamentação e práticas sociais vividas no contexto escolar e também fora dele.

Ainda sobre a concepção do Currículo, concorda-se quando o Parecer 7/2000, p.25, refere-se às formas de organização curricular quando afirma a

¹⁴ Trivium; o cruzamento e articulação de três ramos ou caminhos. Nesse ramo se faz presente a Gramática, Lógica e Retórica. Quadrivium composto pela Aritimétrica, Geometria, Música e Astronomia.

importância dele ser desenvolvido num espaço social que contribua de forma intensa para a construção de identidades sociais, culturais dos estudantes, dentro de espaço social, onde esses saberes sejam socializados. Na perspectiva da modalidade da educação básica da EJA, deve-se considerar o local onde se vai estabelecer essa prática sem esquecer de levar aos jovens e adultos a discussão do trabalho como um dos eixos curriculares, a promoção de práticas educativas formais e não-formais.

Espera-se que a implementação das DCNEB (2013) que regem todos os níveis e modalidades e principalmente, a seção destinada à EJA, fundamentando sua base e a concepção das Resoluções que regem a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das secretarias estaduais, municipais e unidades escolares, não se limitem a confirmar as determinações já contidas no documento oficial, mas estabeleçam que o currículo deva ser mais que cumprir listas de conteúdos, objetivos, habilidades e competências pré-organizadas para um determinado e único público.

Entende-se que, mesmo sem ferir a normatização, é possível expressar na elaboração das propostas, o quê, para quem e de que forma espera-se pôr em prática, respeitando-se o conjunto de relações sociais, os conhecimentos anteriores, a diversidade de um público e as relações sociais que eles mantêm com o conhecimento e com o saber.

4.1.1 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica/ DCNEB/MEC (2010), Parecer nº 11/2000 e Resolução nº 01/2000 da EJA

Anterior aos documentos oficiais da EJA que foram analisados, respalda-se na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208¹⁵, como também o art 9ª inciso IV da LDBEN/1996¹⁶ e a da Lei nº 9.131/95,¹⁷ e complementamos

¹⁵ Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988)

¹⁶ A LDB no inciso IV do art 9º, atribui à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

¹⁷ Esta lei define, na alínea “c” do seu artigo 9º, entre as atribuições de sua Câmara de Educação Básica (CEB), deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo Ministério da Educação. Esta competência para definir as Diretrizes Curriculares Nacionais torna-as mandatórias para todos os sistemas

analisando as DCNEB (2013), o Parecer nº 011/2000 e as Resoluções nº 01/2000 e nº 02/2008. Em seguida, toma-se o Projeto Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos, para o Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe - SEED/SE, 2012 e o Projeto Pedagógico da Escola Estadual Profª Judite Oliveira (EEPJO), situada em Aracaju-SE.

Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica/DCNEB/MEC (2010), fica constatado que elas representam o documento que legitima a nação e direciona o que diz respeito em matéria de currículo a ser seguido pelas unidades escolares no âmbito estadual, municipal e privado em todos os níveis e modalidades de ensino, com caráter impositivo e está respaldada na Resolução nº 02/1998 do CNE¹⁸ com base na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208¹⁹, como também o art 9º inciso IV da LDBEN/1996²⁰ e a da Lei nº 9.131/95,²¹ que o instituiu.

Inicialmente ressalta-se que o documento oficial, as DCNEB(2010,) trazem como proposta orientações definidas para todo o sistema educacional:

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica visam estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações assegurando a integração curricular das três etapas sequentes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico. DCNEB(2013,p10)

Assim sendo, nenhuma outra diretriz, plano ou projeto direcionado às etapas ou modalidades poderá se apresentar fora do que determinam as bases das DCNEB (2013), salvo as adequações contextuais, de cada PPP de forma individual.

¹⁸ Resolução CNE/CEB nº 2/98, que delimita as Diretrizes como conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica (...) que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas.

¹⁹ Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL,1988)

²⁰ A LDB no inciso IV do art 9º, atribui à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

²¹ Esta lei define, na alínea "c" do seu artigo 9º, entre as atribuições de sua Câmara de Educação Básica (CEB), deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo Ministério da Educação. Esta competência para definir as Diretrizes Curriculares Nacionais torna-as mandatórias para todos os sistemas.

Dentre os princípios e objetivos curriculares gerais para o Ensino Fundamental e Médio a serem cumpridos por todos os níveis de ensino e modalidades, a LDBEN (1996) cita aspectos como: duração: anos, dias letivos, carga horária mínima; uma base nacional comum e uma parte diversificada²². Essas orientações que não figuram separadamente, devem ser expressas com base no conhecimento, nos saberes e valores socialmente construídos.

A parte diversificada enriquece e complementa a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar. Perpassa todos os tempos e espaços curriculares constituintes do Ensino Fundamental e do Médio, independentemente do ciclo da vida no qual os sujeitos tenham acesso à escola. É organizada em temas gerais, em forma de áreas do conhecimento, disciplinas, eixos temáticos, selecionados pelos sistemas educativos e pela unidade escolar, colegiadamente, para serem desenvolvidos de forma transversal. A base nacional comum e a parte diversificada não podem se constituir em dois blocos distintos, com disciplinas específicas para cada uma dessas partes (BRASIL, 2010, p.32).

Uma vez interligadas, a base nacional comum e a parte diversificada, segundo afirmam os artigos 26 e 33 da LDBEN/1996, é possível articular o conhecimento científico e tecnológico; o mundo do trabalho; o desenvolvimento das linguagens; as atividades desportivas e corporais; a produção artística; as formas diversas e exercício da cidadania.

A observância das recomendações pertinentes à EJA, sobre duração: anos, dias letivos, carga horária mínima, no que se refere ao Projeto Pedagógico da SEED e da escola deu-se a partir das análises do conteúdo presentes nas entrevistas e suas respectivas categorias de análises. Para Bardin (2009) a análise de conteúdo, como método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das

²² - Art. 26. Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. § 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. § 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (...) VI – que tenha prole. § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

comunicações obtidas utilizando-se de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo presente nas mensagens.

No Parecer 11/2000 da CNE/CEB, constam as Diretrizes da EJA e suas especificidades por representar uma modalidade que deve receber um tratamento diferenciado, por oportunizar a jovens e adultos o início e/ou continuidade dos seus estudos de forma a atender aos interesses e às necessidades daqueles que já tendo vivenciado experiência de vida, em diversos campos.

Os princípios fundamentais do mundo do trabalho devem se fazer presentes através das vivências cotidianas de forma a ser administrada levando-se em consideração as condições que a diferencia do ensino direcionado à crianças, adolescentes e adultos aos quais se destina o ensino regular conforme o que o próprio documento ratifica:

É importante reiterar, desde o início, que este parecer se dirige aos sistemas de ensino e seus respectivos estabelecimentos que venham a se ocupar da educação de jovens e adultos sob a forma presencial e semipresencial de cursos e tenham como objetivo o fornecimento de certificados de conclusão de etapas da educação básica. Para tais estabelecimentos, as diretrizes aqui expostas são obrigatórias bem como será obrigatória uma formação docente que lhes seja consequente. Estas diretrizes compreendem, pois, a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. (art.1º, § 1º da LDB). Isto não impede, porém, que as diretrizes sirvam como um referencial pedagógico para aquelas iniciativas que, autônoma e livremente, a sociedade civil no seu conjunto e na sua multiplicidade queira desenvolver por meio de programas de educação no sentido largo definido no caput do art. 1º da LDB e que não visem certificados oficiais de conclusão de estudos ou de etapas da educação escolar propriamente dita. (BRASIL 2000,p.4)

Ele objetiva em sua redação as Diretrizes da EJA que representa uma categoria organizacional da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas. As determinações nele contidas são efetivadas pela Resolução 01/2000 que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, podem ser assim visualizadas.

Quadro 3 Síntese da Resolução 01/2000 - Diretrizes Curriculares para a EJA

Resolução 01/2000
O art. 1º evidencia que as Diretrizes serão observadas obrigatoriamente na oferta e na estrutura dos componentes curriculares do ensino fundamental e médio.
O art. 2º aponta a abrangência dos processos formativos como modalidade da Educação Básica no ensino fundamental . médio e profissional.
Os art. 3º e 4º as Diretrizes estabelecidas e vigentes nas Resoluções CNE/CEB 2/98 e CNE/CEB 3/98 se estendem para a modalidade no ensino fundamental e médio.
O art. 5º faz menção ao modelo pedagógico próprio da educação de jovens e adultos e expressos nas propostas pedagógicas das unidades educacionais que obedecerão aos objetivos e diretrizes no Parecer 11/2000 e nas Resoluções CNE/CEB 4/98, 15/98 e 16/98. Em seu parágrafo único ,um destaque para o perfil dos estudantes e suas faixas etárias e se pautará nos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade do projeto pedagógico próprio.
O art. 6º Define a estrutura e duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos.
O art. 7º e art. 8º Lembram a prioridade para o atendimento da escolarização universal obrigatório considerando a idade mínima de 15 anos para a realização dos exames supletivos e início do ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio, observando-se o Art. 4º, I e VII da LDB.
O art. 9º Regulamentação dos cursos , programas e exames supletivos. A responsabilidade pela divulgação desses cursos, qualificação de professores , recursos didáticos e exames fica a cargo das instituições que as oferta.
O art. 10º Determina que somente as instituições especificamente autorizadas poderão fornecer a certificação aos cursos semipresenciais e a distância.
O art. 11º Define que a matrícula em qualquer ano das etapas do curso está subordinada às normas estabelecidas ao sistema e a cada modalidade
O art. 12º Quando os estudos da EJA forem realizados em instituições estrangeiras poderão ser aproveitados junto aos órgãos educacionais nacionais desde que sejam respeitados as normas vigentes.
O art. 13º Sobre os certificados da EJA quando realizados em instituições estrangeiras poderão ser revalidados para gerarem efeitos legais desde que sejam respeitados as normas vigentes e os requisitos diplomáticos de acordos culturais.
O art. 14º Compete à União a validação de cursos com avaliação no processo e a realização de exames supletivos fora do país.
- O art. 15º A forma dos cursos e dos exames supletivos é de co-responsabilidade dos sistemas de ensino. Cabe aos poderes públicos acompanhar , divulgar , fiscalizar e controlar os estabelecimentos que oferecem essa modalidade.
O art. 16º As unidades escolares que ofertam a modalidade deverá apresentar a autorização e o regimento escolar aos órgãos responsáveis por esse sistema.
O art. 17º A formação inicial e continuada dos professores terão como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais do ensino fundamental e médio.
O art. 18º Respalda-se nos art.26,27,28 e 32 da LDB no tocante ao ensino fundamental e a obediência aos componentes curriculares dispostos nas diretrizes.
O art. 19º Respalda-se nos art.26,27,28, 35 e 36 da LDB no tocante ao ensino médio e a obediência aos componentes curriculares dispostos nas diretrizes
O art. 20º e art. 21º Os exames supletivos para efeito de certificação formal do ensino fundamental e médio deverão obedecer ao art 26 ²³ da LDB
O art. 22º Os conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos extraescolares poderão ser aferidos e reconhecidos pelos estabelecimentos mediante avaliação e obediência às diretrizes.

²³ Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

O art. 23º A expedição de históricos escolares, declarações de conclusão e registro de certificados emitidos no Brasil serão de responsabilidade das instituições de ensino. Para a divulgação publicitária dos documentos emitidos, neles devem constar a número, data e local do ato autorizador.

O art. 24º Declara que as escolas indígenas possuem norma específica contida na Resolução CNE/CBE 03/99 ²⁴

O art. 25º Assegura o rigor da Resolução e revoga as disposições em contrário.
--

Fonte: Resolução nº 01/2000 (Quadro elaborado pela autora).

Do exposto evidencia-se que a Resolução em apreço integra a modalidade da EJA, oficialmente, no circuito institucional das políticas educacionais do país, devendo ser seguidas pelos estados.

Pontuando as questões operacionais, apresentadas pelo Parecer nº 023/2008 no tocante, a idade mínima para o ingresso dos cursos para a EJA, a certificação para os exames e a oferta da Educação a Distância para a EJA, faz-se necessário relatar não só a atuação das DCNEB/2010, mas também outros documentos oficiais como a LDB 93.94/96 e a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA) tiveram em momentos distintos sua cota de participação numa determinação tão importante para a modalidade. Definir em âmbito nacional a idade para o ingresso ou continuidade dos estudos, certificação e a EAD a todos que não tiveram como administrá-lo na idade própria é no mínimo oportunizar possibilidades negadas.

Para que fossem discutidos os três temas já mencionados anteriormente, foram realizadas três audiências públicas em 2007, esta análise contou com a participação das cinco regiões do país. Florianópolis/SC atendeu as regiões Sul e Sudeste, Brasília /DF atendeu as Regiões Norte e Centro – Oeste e Natal/RN atendendo a Região Nordeste contando com a participação da SECAD/MEC e demais dirigentes municipais, estaduais e representantes dos segmentos educacionais ligados à EJA.

Iniciando pela idade mínima, quando oficializada pelas DCNEB/2010, a idade de 15 anos para o ensino fundamental e a de 18 anos para o ensino médio e profissional, não teve inicialmente um aceitação consensual, uma vez que o que ficou acordado nas determinações do Parecer 11/2000 e Resolução 1/2000²⁵ iam de encontro ao que fora descrito no Parecer CNE/CEB nº 36/2004²⁶.

²⁴ Resolução 03/99 .Fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.

²⁵ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 1/2000) determinam que a idade inicial para matrícula em cursos

A idade para a entrada nesses cursos era determinada pela LDB 93.94/96 que além de oficializar a idade, normatizava também os exames supletivos, o que pode ser observado é que esse procedimento ocorria pelo fato, de a lei trabalhar com uma idade onde se coloca com o início e o término cuja faixa está limitada entre 6 e 14 anos, por determinar a escolaridade obrigatória como escolaridade universal. O fato de alterar a idade para mais, vem revelar o que atualmente se apresenta, denominado no documento DCNEB,2013,como a juvenilização ou um adolescer da EJA.

A EJA passa a receber alunos cada vez mais jovens que chegam à modalidade via “migração perversa” passando a fazer parte de um coletivo que não fora acolhido pelas unidades escolares do ensino regular por conta da idade estabelecida pela legislação que os integra a esse processo educativo. O documento oficial confirma como se dá essa migração.

[...] Pesa a favor da alteração da idade para cima, não só uma maior compatibilização da LDB com o ECA, como também o fato de esse aumento da idade significar o que vem sendo chamado de juvenilização ou mesmo um adolescer da EJA. Tal situação é fruto de uma espécie de migração perversa de jovens entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos que não encontram o devido acolhimento junto aos estabelecimentos do ensino sequencial regular da idade própria. Não é incomum se perceber que a população escolarizável de jovens com mais de 15 (quinze) anos seja vista como “invasora” da modalidade regular da idade própria. E assim são induzidos a buscar a EJA, não como uma modalidade que tem sua identidade, mas como uma espécie de “lavagem das mãos” sem que outras oportunidades lhes sejam propiciadas. Tal indução reflete uma visada do tipo: a EJA é uma espécie de “tapa-buraco”. Afinal, o art. 24 da LDB abre uma série de possibilidades para os estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagem entre as quais a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar (...). A alteração para cima das idades dos cursos e dos exames poria um freio, pela via legal, a essa migração perversa.[...] Parecer CNE/CEB Nº: 23/2008, p.09

de EJA é de 14 (quatorze) anos completos para o Ensino Fundamental e a de 17 (dezesete) anos para o Ensino Médio

²⁶ O Parecer CNE/CEB nº 36/2004 foi reexaminado pelo Parecer CNE/CEB nº 29/2006, que propõe a retomada e discussão de alguns conceitos do Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Basicamente se volta para cursos e exames, tempo de integralização e idade.

O que se espera diante de tantos requisitos previstos na legislação é que a EJA, ao receber esses alunos deva acolhê-los, mostrando-lhes que nesse momento de transição é necessário situá-los sobre um currículo diferenciado, um tempo, um espaço de duração e conclusão dos estudos específico da modalidade, pois muitos, sejam professores, sejam alunos, desconhecem essas diferenças, uma vez que elas estão presentes nos documentos oficiais, mas continuam lá, aprisionadas, sem a divulgação e sem a devida prática.

Reconhecendo, de um lado, que jovens e adultos são cognitivamente capazes de aprender ao longo de toda a vida e que as mudanças econômicas, tecnológicas e socioculturais em curso neste final de milênio impõem a aquisição e atualização constante de conhecimentos pelos indivíduos de todas as idades, propugna-se conceber todos os sistemas formativos nos marcos da educação continuada. Nestes marcos, os objetivos da formação de pessoas jovens e adultas não se restringem à compensação da educação básica não adquirida no passado, mas visam a responder às múltiplas necessidades formativas que os indivíduos têm no presente e terão no futuro. (DI PIERRO, 2001 p.70)

A discussão sobre a idade mínima para o ingresso dos estudantes da EJA, destaca-se nas DCNEB(2013) gerando questionamentos que preocuparam os participantes de grupos de trabalhos das diferentes regiões do país. Grupos do Norte e Centro – Oeste ao analisarem a documentação elaborada para esse fim alertaram para a inexistência de políticas públicas para adolescentes entre 15 a 17 anos, como também a ausência no ensino regular de medidas que viessem garantir a permanência de estudantes adolescentes na faixa de 15 a 18 anos. Ao mesmo tempo, foram favoráveis às mudanças que apoiam a idade mínima para os 18 anos como forma de barrar a migração dos alunos para a EJA. BRASIL (2013, p.354)

Ainda posicionando-se sobre a idade de ingresso, grupos das regiões Sul e Sudeste colocaram-se contrários a alteração de idade de ingresso e reconheceram que muitos estados não teriam estrutura para absorver os estudantes menores de 18 anos que não estariam na EJA. A região Nordeste, por sua vez, não se preocupou em defender a ampliação ou continuidade da idade estabelecida, e sim afirmar que não seria a idade que definiria a qualidade do processo, porém ao

estabelecer a EJA estaria definindo seu espaço em busca de uma melhor atuação dos seus professores, currículo e metodologias.

O quesito destinado aos exames supletivos é confirmado legalmente através do artigo 38²⁷ da LDB 93.94/96 para objetivar a certificação dos alunos que pretendem ter o Ensino Fundamental e o Ensino Médio concluídos, por não terem conseguido êxito no ensino regular, na idade certa.

No entanto, de acordo com o documento “Novos passos da Educação de Jovens e Adultos”²⁸, esses exames com o passar do tempo seriam progressivamente excluídos em virtude da universalização da Educação Básica na idade própria, como também da obrigatoriedade do Ensino Médio, de 15 a 17 anos, disposta na LDB. Grupos do Sul e Sudeste se posicionam sobre a importância dos exames supletivos. Já o Nordeste vê os exames como decorrência da formação sendo necessária uma preparação para que sejam desenvolvidos. O Norte e o Centro – Oeste veem a realização dos exames não como política compensatória, mas que se estabeleçam critérios definidos de modo a reconhecer os saberes adquiridos em outros espaços sociais e preocupa-se em saber qual a formação continuada recebida pelo professor dentre outras. BRASIL (2013 p.359).

Já no quesito voltado à competência da certificação para a EJA, observamos as contribuições deixadas pelas audiências realizadas pela Câmara de Educação Básica, com a participação dos quinze grupos que trouxeram importantes contribuições no sentido de identificar as posições de representantes do campo educacional sobre formas de certificar, como o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA); idade para os exames; e considerações gerais. O ENCCEJA foi um dos sistemas que não obteve a aceitação da maioria dos grupos de avaliadores representados pelas diferentes regiões do país. Sobre o ENCCEJA constatou-se nos itens a seguir que :

1. Oferece uma certificação que não considera as especificidades, além de ter um alto custo.
2. Não deve ser vinculado à certificação.
3. Inviabiliza a prática da autonomia dos Estados e Municípios, sendo, portanto, uma forma de certificação imprópria.

²⁷ Art. 38 revela que os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

²⁸ Documento redigido por Jamil Cury.

4. Traz de forma equivocada, apenas a questão da certificação e não a de avaliação do ensino.
5. É um cesso discriminatório, diferente dos demais sistemas de avaliação DCNEB (2013, p.358).

Nas DCNEB (2013), evidencia-se que, esse exame nacional não leva em conta as especificidades, além de ter um alto custo e não credenciaria a União a certificar desempenho de estudantes. Também foi considerada pertinente à posição de um grupo representativo do Nordeste quando se coloca contrário, deixando claro que: o ENCCEJA pode ser uma política para diagnosticar as aprendizagens, mas não para certificar. No tocante à competência da certificação, cabe essa responsabilidade à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Sobre os cursos de Educação a Distância- EAD, o Decreto nº 5.622/2005 dispõe sobre a regulamentação da EAD na EJA e reafirma sua oferta com base no art.31 da LDB que assim determina:

Artigo 31 Os cursos a distância para a Educação Básica de jovens e adultos que foram autorizados excepcionalmente com duração inferior a dois anos no Ensino Fundamental e um ano e meio no Ensino Médio deverão inscrever seus alunos em exames de certificação, para fins de conclusão do respectivo nível de ensino. (BRASIL, 2013 p.361)

Dessa forma, o que descreve o art. 31 e o Decreto nº 5.622/2005 em seu art. 2º²⁹ sobre a Educação a Distância para a EJA, visa assegurar que os Estados e Municípios cumpram essas determinações no tocante a oferta a partir do 2º segmento do Ensino Fundamental e Médio, que a carga horária e idades de acesso estabelecidas sejam cumpridas, que a unidade escolar possa garantir uma aprendizagem em rede com aplicação dentre outras, das TIC e da interatividade virtual, voltada para a produção de linguagens multimídia.

Para tanto, faz-se necessária a atuação de professores habilitados para este fim, licenciados na disciplina ou atividade específica que se responsabilizarão no sentido de que as aulas serão preferencialmente realizadas dentro de um padrão de 40 horas de trabalho docente, onde as turmas com uma média de 120 alunos possuam uma infraestrutura de apoio pedagógico às atividades escolares, como à biblioteca, rádio, televisão e internet aberta às possibilidades da

29 Art. 2º A Educação a Distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I – Educação Básica, nos termos do art. 30 deste Decreto; II – Educação de Jovens e Adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394/96.

convergência digital, capaz de promover a interação, entre professor e aluno, nesse sistema de ensino adotado.

Esse processo será acompanhado pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e pelas Universidades Públicas, sendo consolidado pelos municípios no apoio à Educação. A avaliação da aprendizagem será desenvolvida de forma contínua/processual e abrangente, sendo previstas a autoavaliação e avaliação em grupo presencial para os fins de certificação de conclusão.

Diante do exposto, muitos serão os desafios extraídos dos documentos oficiais a serem enfrentados a partir do momento em que a EAD passa a ser efetivada em Estados e Municípios, deixando brechas quanto ao seu funcionamento e sua infraestrutura. Experiências diversas são fatos concretos em diferentes partes do país, no entanto, muitos estados e municípios não levaram à frente esse projeto pelo fato, de não possuírem uma estrutura financeira que possibilitasse à continuidade e a conclusão da Educação a Distância.

Em Sergipe, a experiência com a Educação a Distância - EAD, nos anos 2000, conveniada à Fundação Roberto Marinho, não teve um desenvolvimento como previa o Projeto, devido à falta de planejamento da estrutura financeira responsável pela compra dos módulos a serem distribuídos com os alunos matriculados, dificultando e desestimulando docentes e alunos. O Quadro 04 resume a posição das três questões descritas pelo Parecer 023/2008.

Quadro 4 Dispõe sobre a idade mínima, certificação e a oferta da Educação a Distância na EJA.

CATEGORIA: IDADE MÍNIMA					
NÍVEL DE ENSINO		IDADE	DURAÇÃO	CARGA HORÁRIA	
1-	FUNDAMENTAL (5º ao 9º ano)	15 anos	2 ANOS Parecer CNE/CEB nº 36/2004	1.600 horas	Parecer CNE/CEB nº 29/2006
2-	MÉDIO	18anos	1 ANO E MEIO Parecer CNE/CEB nº 36/2004	1.200 horas	Parecer CNE/CEB nº 29/2006

3-	PROFISSIONAL	18 ANOS		1.200 horas Educação geral e cumulativamente com a carga horária mínima da habilitação profissional de nível médio . Resoluções CNE/CEB nº4/2005 e 11/2008
CATEGORIA: CERTIFICAÇÃO E IDADE MÍNIMA PARA OS EXAMES DA EJA				
	NÍVEL DE ENSINO	IDADE	BASE LEGAL	COMPETÊNCIA
	FUNDAMENTAL	15 anos	art. 38 da LDB:	Estados e Municípios, garantindo-se assim a autonomia dos entes federados. ³⁰
	MÉDIO	18anos		
CATEGORIA: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO OFERTA DA EJA				
	NÍVEL DE ENSINO	IDADE	CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO	BASE LEGAL
	FUNDAMENTAL /2º SEGMENTO *não será ofertada no 1º segmento do Ensino Fundamental,	18 anos completos	1.600 HORAS e até 2 anos	PARECER CNE/CEB Nº: 23/2008 Decreto nº 5.622/2005
	ENSINO MÉDIO	18 anos completos	1.200 HORAS e até 1 ano e meio.	Os cursos deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

FONTE: BRASIL,2013,p.340. Elaboração própria a partir da pesquisa.

³⁰ É preciso distinguir certificação de conclusão da EJA, atribuições próprias aos sistemas de ensino (expedem certificados), da certificação própria da educação profissional média de nível técnico e também do ensino superior (emitem diplomas) e também daquela própria dos conselhos profissionais de controle das profissões. Agências internacionais de regulação, como as ISO, atribuem, no âmbito do mercado diversas formas de certificação segundo campos de atuação.

4.1.2 O Projeto Pedagógico da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe – SEED/SE para a EJA

O Projeto Pedagógico (PP) da Educação de Jovens e Adultos(EJA) do Estado de Sergipe (2012) encontra-se elaborado e sua análise demonstra que partiu do pressuposto que a educação deve ser permanente para uma forma de vida integral existente desde as particularidades até o coletivo e atende ao Ensino Fundamental – EJAEF I e II Fases e Ensino Médio – EJAEM. Seus objetivos proclamados são:

- Garantir a oferta do Ensino Fundamental àqueles que não tiveram acesso ou prosseguimento de estudos na idade própria;
- Possibilitar ao aluno jovem e adulto o desenvolvimento de competências e habilidades básicas que lhes permitam continuar aprendendo e se apropriando do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver;
- Garantir o direito de certificação do Ensino Fundamental ao participante do curso, de forma que possibilite o prosseguimento de seus estudos em nível Médio;
- Promover a formação do profissional para adaptar-se às modificações do mercado de trabalho que decorrem da evolução do conhecimento técnico;
- Contribuir para a formação de profissionais que desenvolvam as competências necessárias ao trabalho, incluindo valores humanos;
- Assegurar a reinserção dos que se encontram privados de liberdade nas unidades carcerárias do nosso Estado;
- Sistematizar uma proposta educacional apropriada para uma clientela³¹ jovem e adulta, levando em conta a diversidade dos grupos sociais e reconhecendo seus elementos como essencialmente trabalhadores, engajados ou não no mercado de trabalho (p.10).

O Projeto Político Pedagógico da EJA - SEED-SE (2012) propõe que o jovem e adulto, inserindo-se gradativamente no mundo que antes lhe foi negado pelo fato de não possuir as características necessárias exigidas pelo mercado de trabalho, com o retorno à escolarização, pela EJA tenha o passaporte para o seu desenvolvimento individual tendo como base a conscientização e a reflexão.

No estado de Sergipe, a Secretaria de Estado da Educação – SEED aponta que essa modalidade possui professores que desenvolvem sua docência no

³¹ O termo “clientela” consta no documento oficial, Projeto pedagógico da EJA/SEED 2012,p.10

ensino regular e na modalidade da EJA dentro de uma mesma unidade ou não. A rede possui 355 unidades escolares distribuídas em 10 Diretorias Regionais de Educação - DRE, nos 75 municípios do estado.

Desse total, 86 unidades escolares estão sediadas em Aracaju, e somente 27 trabalham com a modalidade da EJA. São 1.098 alunos matriculados no ensino fundamental modular, 2.851 alunos no ensino fundamental serial e 4.758 alunos matriculados no ensino médio, com matrícula total de 8.707 alunos. (SIGA/SEED-SE, 2015).

A maior incidência de matrículas é oferecida no turno noturno, no entanto, a EJA pode funcionar igualmente como o ensino regular, em todos os turnos, sem segregação temporal.

Parte dessas 103 unidades escolares, já trabalharam com a EJA em anos anteriores, mas passaram a não oferecer mais a modalidade devido à queda das matrículas que ocasionaram a não formação de novas turmas em determinadas localidades.

Com o fechamento dessas turmas, grande número de alunos foram excluídos do processo de formação, por não encontrar por perto de suas residências ou do trabalho, unidades escolares que oferecessem a modalidade em qualquer um dos turnos. Esse fato aponta uma sensível queda nas estatísticas com relação ao número de turmas que deixaram de funcionar em determinadas unidades escolares e um número menor no item crescimento da matriculados na EJA ensino fundamental e médio nos últimos 05 anos, de 2011 a 2015 como podemos observar no quadro seguinte.

Quadro 5 Escolas Estaduais da Diretoria Regional de Educação de Aracaju-DEA que oferecem a EJA/ ano 2015

DEA - MATRÍCULA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ANO 2015					
N ^a	ESCOLAS DA EJA	Ensino Fundamental II /SERIAL	Ensino Fundamental II MODULAR	Médio	TOTAL DA MATRÍCULA
1-	E.E. Jornalista Paulo Costa	170	X	243	413
2-	E. E. Albano Franco	150	167	X	317
3-	E. E. Leonor Teles de	41	X	X	41

	Menezes				
4-	C. E. Olavo Bilac	X	116	205	321
5-	C. E. Prof. Gonçalo Rollemberg Leite	61	X	138	199
6-	C. E. Prof. Joaquim Vieira Sobral	X	80	89	169
7-	C. E. Sem. José Alves do Nascimento	188	X	131	319
8-	E. E. 11 de Agosto	70	X	x	70
9-	E. E. 15 de Outubro	134	X	x	134
10-	E. E. 24 de Outubro	120	X	359	479
11-	E. E. 8 de Julho	120	X	x	120
12-	E. E. Alceu Amoroso Lima	111	X	85	196
13-	E. E. C. Souza Porto	X	8	x	8
14-	E. E. Maria do Carmo Alves	X	X	97	97
15-	E. E. General Siqueira	168	X	170	338
16-	E. E. Jornalista Paulo Costa	170	X	243	413
17-	E. E. José Augusto Ferraz	168	X	170	338
18-	E. E. Judite Oliveira	X	199	214	413
19-	E. E. M. Carlos Camélio Costa	X	X	198	198
20-	E. E. Paulino Nascimento	164	X	x	164
21-	E. E. Poeta Garcia Rosa	X	15	x	15
22-	E. E. Profª. Áurea Melo	x	X	115	115
23-	E. E. Profª. Judite Oliveira	X	205	215	420
24-	E. E. Profª Myriam de Oliveira Santos Melo	X	64	x	64
25-	E. E. Prof. Francisco Portugal	64	X	x	64
26-	E. E. Prof. Ruy Eloy	119	X	x	119
27-	E. E. Sem. Lourival Fontes	77	X	x	77
TO TAL	27	2095	854	2672	5621

Fonte: Programa SIGA/SEED/SE 2015 . Quadro elaborado pela autora.

Analisando a proposta destinada ao Ensino Fundamental (1ª e 2ª FASES) e Ensino Médio, vimos que sua construção foi o resultado de trabalho coletivo envolvendo diferentes segmentos da rede pública de ensino, com pesquisas e debates até chegarem a um consenso. Ele orienta a organização

curricular da Rede Estadual de Ensino e de Prefeituras Municipais conveniadas quanto ao atendimento de jovens, adultos e idosos.

A Constituição Federal do Brasil (1988) incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF, art. 205). Retomado pelo art. 2º da LDB, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada.

Não se pode considerar a EJA e o novo conceito que a orienta apenas como um processo inicial de alfabetização. A EJA busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania. Ora, isto requer algo mais desta modalidade que tem diante de si pessoas maduras e talhadas por experiências mais longas de vida e de trabalho. Pode-se dizer que estamos diante da função equalizadora da EJA. (CURY, Parecer CNE Nº 11/2000, p.09).

O PPP da EJA SEED/SE foi organizado em três fases, Ensino Fundamental I e II Fases e Ensino Médio. Em sua organização, apresenta um breve histórico sobre a concepção e fundamentos da EJA, onde consta o Referencial Legal, a importância dos Objetivos, Estratégias Operacionais, Estrutura e Funcionamento, Avaliação, Promoção, Recuperação e Competências e Habilidades inerentes a cada disciplina.

Como base legal que respalda todas as fases citadas foram dispostos nessa Proposta documentos que respaldam a EJA conforme tabela a seguir:

Ensino Médio		<p>Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB 9394/96)</p> <p>Parecer nº. 11/2000 CEB/CNE</p> <p>Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003/CEB/CNE</p> <p>Lei Federal nº. 0401/CEB/CNE de 19/02/2004</p> <p>Resolução nº. 160 de 11/06/2005</p> <p>Resolução nº. 122 de 30/05/2008</p> <p>Portaria nº. 3664 de 11/08/2008/SEED/GS</p> <p>Resolução nº. 201/2001/CEE</p> <p>Resolução nº. 002/2010/CEB/CNE</p> <p>Resolução nº. 003/2010/CEB/CNE</p> <p>Resolução nº. 001/2012/CEE</p> <p>Decreto Federal nº. 5.840/2006</p> <p>Resolução nº 02/2013/CEE</p>
--------------	--	--

FONTE: Elaboração própria a partir da pesquisa SERGIPE, EJAEF e EJAEM ,2012,p.4

A forma didática como foi elaborada, o Projeto Pedagógico da EJA/SEED/ SE expõe de modo sequencial todas as atividades propostas para as fases que correspondem ao Ensino Fundamental e Médio, indicando formas de atuação, frente às unidades escolares estaduais e municipais (quando Prefeituras conveniadas).

Os objetivos, geral e específicos, as Estratégias Operacionais, a Estrutura e Funcionamento, a Avaliação, a Promoção, a Recuperação e as Competências e Habilidades inerentes a cada disciplina correspondem aos propostos pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica, ao reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008 e ao Parecer nº 11/2000 que se destinam a orientar a duração dos cursos e idade mínima para ingresso nesse cursos e certificação nos exames de EJA e a Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

O Projeto Pedagógico está centrado no detalhamento das ações desenvolvidas em pontos considerados primordiais não só para o conhecimento da equipe pedagógica de uma unidade escolar, como também para o corpo docente. Uma vez atuando dentro da modalidade, supõe-se que os professores tenham o domínio da operacionalização da modalidade e não apenas do fazer docente.

Quanto a sua forma de operacionalização, a organização das etapas, e composição das turmas poderemos entender que a partir do ensino fundamental EJAEF II, 2ª fase, será exigida a idade mínima de 15 anos completos no ato da matrícula. O EJAEF é oferecido na forma Modular, onde é permitido ao aluno solicitar matrícula na 1ª, 3ª e 4ª etapas tendo em vista que esta estrutura do Projeto exige ordem de sequência da 1ª etapa e na forma Seriada, onde o aluno deverá ser matriculado respeitando-se a ordem de sequência das etapas, na seguinte conformidade:

- 1ª Etapa - alunos que comprovem ter concluído o 5º ano do Ensino Fundamental Regular, ou estudos equivalentes;
- 2ª Etapa - alunos que comprovem ter concluído o 6º ano do Ensino Fundamental Regular, ou estudos equivalentes;
- 3ª Etapa - alunos que comprovem ter concluído o 7º ano do Ensino Fundamental Regular, ou estudos equivalentes;
- 4ª Etapa - alunos que comprovem ter concluído o 8º ano do Ensino Fundamental Regular, ou estudos equivalentes(p.5).

A matrícula do aluno será efetuada com documentação específica da EJAII 2ª Fase. No tocante a não comprovação da matrícula, é importante destacar o que descreve o documento.

Nos casos em que o aluno, através de documentação, não consiga comprovar a conclusão das 4 séries/anos iniciais do Ensino Fundamental Regular, ou estudos equivalentes, este fará a

inscrição para ser submetido a testes de classificação a fim de que a Unidade Executora possa verificar se o candidato à matrícula está apto, ou não, para cursar a segunda fase do Ensino Fundamental. SERGIPE, (EJAEF 2012,p.18)

No caso de adiantamento de disciplinas através dos exames de suplência, é importante ressaltar que, para qualquer modalidade da EJAEF, 2ª Fase, só será necessário ao aluno matricular-se nas disciplinas que ainda faltam ser incorporadas ao seu histórico escolar, bastando para isso, o aluno comprovar com documento oficial a sua aprovação. A certificação para o Ensino Fundamental – EJAEF 1ª e 2ª Fases, será feita pelas unidades escolares das redes estadual e municipal, conveniadas, sendo que para o Sistema Penitenciário, será expedido pelo setor competente da SEED/SE.

No que diz respeito aos alunos da EJAEM/PROEJA, estes receberão a cada três módulos cursados, Certificados de Qualificação Profissional. Só após a conclusão dos módulos da habilitação profissional e comprovação da conclusão do ensino médio, na modalidade PROEJA, será conferido o Diploma de Técnico, com validade nacional.

Para concluir a análise da operacionalidade proposta pelo Projeto Pedagógico analisado, detalharemos a forma de nivelamento que é uma etapa a ser discutida como parte da avaliação. Conhecidos como testes de classificação ou nivelamento³², eles serão elaborados pelas unidades executoras, a quem compete fazer a correção e análise dos resultados, sempre que necessário. Em muitas escolas da EJA esse procedimento é bastante recorrente. Vemos que muitos dos alunos que voltam à escola, por ficarem muitos anos fora dela, ou por terem concluído seus estudos em escolas particulares que encerraram suas atividades de forma brusca, precoce ou inexplicável, deixando seus alunos sem a comprovação devida do seu grau de estudo.

Os testes de nivelamento são a medida oficial que viabiliza não só a matrícula, como também a certificação quando da conclusão dos estudos. Representam um ganho para a modalidade, pois uma vez respaldados pela Resolução muitos alunos, poderão através do teste de nivelamento que comprove

³² Os testes de classificação ou nivelamento são instrumentos formais adotados para verificar o nível de aprendizagem dos alunos que, sendo escolarizados, não comprovem, através de documento de Histórico da Vida Escolar, o nível de escolaridade em que se encontram. SERGIPE,2012,p.

a sua habilidade, passar a cursar uma referida etapa de ensino no ensino fundamental da EJA.

Há casos em que alunos vindos de outros estados, têm dificuldade de conseguir a transferência. Há casos de falta de dados nos arquivos escolares das unidades de ensino por motivos como mudança do local, perda por sinistro, ataques de vandalismo e roubo não mais possuem os dados, uma vez que estes não foram digitalizados e salvos. Mesmo com a interferência de uma Secretaria de Estado da Educação para outra, situada em outro estado, a solicitação leva muito tempo para ser atendida ou nunca se tem o desfecho esperado. Para esses casos, o teste de classificação vem atender ao objetivo proposto em benefício do aluno.

A avaliação no modo operacional do Projeto Pedagógico analisado, prevê ainda a Recuperação, a Certificação e a Circulação dos Estudos que, na EJA são verificados através do alcance dos objetivos propostos em cada fase do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, vigorando não por conceitos e sim por notas que variam de 0 a 10.

Essas notas são atribuídas em todas as disciplinas com exceção do Ensino Religioso; em cada disciplina são atribuídas duas notas de cuja média aritmética resultará a média geral. É importante frisar que as notas não correspondem ao único instrumento de avaliação do aluno. Uma vez optando por uma avaliação diagnóstica, a EJA propõe uma forma de aprendizagem contínua respeitando a individualidade dos alunos.

Sobre a Recuperação, o documento propõe que não seja feita paralelamente após a avaliação e sim ao final do semestre. Só após expedidos os resultados da Recuperação será feita a expedição dos certificados de conclusão do curso pelas unidades escolares das redes estadual e municipal, com exceção do Sistema Penitenciário, que ficará a cargo do setor competente da SEED.

Atendendo à Circulação de estudos foram adotadas as determinações que se seguem previstas para o EJAEFII 2ª FASE modular ou seriado e EJAEM, segundo o documento oficial da SEED – Se para a EJA (2012). Por circulação de estudos entende-se a forma particular de como é desenvolvida a matriz curricular na EJA de modo a atender um público diferenciado que busca objetivos comuns na educação e na sociedade, nada além do que uma reparação ao que lhes fora negado.

A circulação de estudos ocorrerá da EJAEF II 2ª fase seriado para o ensino regular e vice-versa. Para a EJAEF II /2ª Fase, no Sistema Seriado, as equivalências entre etapas /séries serão Primeira e Segunda Etapas que equivalem aos 6º e 7º anos; e Terceira e Quarta Etapas para os 8º e 9º anos do ensino regular.

Na EJAEF II/ 2ª FASE do Sistema Modular os conteúdos trabalhados em etapas corresponderão a anos, sendo distribuídos em etapas onde a Primeira Etapa corresponde aos 6º e 7º anos, a Segunda Etapa aos 8º e 9º anos e a Terceira e Quarta Etapas aos 6º ao 9º anos do ensino regular.

De acordo com o que estabelece o documento oficial, o PPP da SEED-SE para a EJA, não ocorrerá a circulação de estudos da Educação de Jovens e Adultos para o Ensino Regular e vice-versa. A circulação de estudos é o aproveitamento a que fará jus ao aluno após ter concluído algumas disciplinas das etapas que compõem a EJAEM. Somente ocorrerá aproveitamento de estudos quando forem observados os seguintes critérios:

[...] quando os alunos matriculados no 3º ano do Ensino Médio regular, obtiverem resultados insuficientes nas disciplinas, poderão se matricular na EJAEM nas etapas correspondentes às disciplinas pendentes;

é permitido na EJAEM o aluno fazer simultaneamente duas etapas, ou cursar disciplinas de etapas diferentes desde que haja oferta e que não tenha choque de horário, podendo também ser feito em escolas diferentes.[...] SERGIPE,(2012)

Na EJAEM serão consideradas concluídas as fases mediante cumprimento das etapas, que não necessariamente obedecem a sequências das mesmas; é permitido ao aluno solicitar matrícula inicial na 1ª, 3ª e 4ª Etapas visto que são conclusivas. Na Matriz Curricular da EJAEM, as disciplinas Língua Portuguesa e Matemática são componentes curriculares da 1ª e 2ª Etapas motivo pelo qual, só será permitido ingressar na 2ª Etapa o aluno que já tenha concluído a 1ª Etapa, sendo, portanto pré-requisito. Os estudos de Educação de Jovens e Adultos realizados em instituições estrangeiras poderão ser aproveitados, mediante a avaliação dos estudos e reclassificação dos alunos jovens e adultos, de acordo com as normas vigentes, respeitados os requisitos diplomáticos e acordos culturais, onde houver, e os objetivos de fortalecimento dos laços de solidariedade internacional. SERGIPE, (2012, p 22)

É relevante destacar também o que não se encontra na Proposta Pedagógica em vigor, oficializada em 2012. O documento não faz referências à Educação a Distância - EAD no Ensino Fundamental- EJAEF II 2ª fase e Ensino

Médio em Sergipe. Em pesquisa no site da SEED-SE, foi encontrada uma informação a respeito dos estudos à distância em SERGIPE quando da oferta da EDUCAÇÃO a DISTÂNCIA – (EAD). De acordo com as informações pesquisadas nesse site, o programa das telessalas eram oferecidas em unidades escolares e em empresas, mediante convênio, funcionavam em ambientes de TELESSALAS com o programa Telecurso 2000, conveniado à Fundação Roberto Marinho. Estranha-se a ausência de uma informação de extrema relevância, não receber qualquer menção na redação do documento atual (2012) no que diz respeito a sua execução.

A pesquisa dá conta que o trabalho desenvolvido na Educação a Distância (EAD) foi acompanhado pela figura do monitor e teve duração de dois anos para conclusão do Ensino Médio. O trabalho era supervisionado pelo Serviço da Educação de Jovens e Adultos - SEJA, mas desenvolvido pelo Serviço do Ensino Fundamental – SEF do Departamento de Educação – DED, junto com a Diretoria Regional de Educação de Aracaju –DEA, responsável pelo direcionamento das ações nas unidades escolares da EJA.

O documento encerra seu detalhamento de ações apresentando as competências e habilidades por disciplina, especificando os conteúdos programáticos para o Ensino Fundamental EJAEF 1ª e 2ª Fases e EJAEM Ensino Médio, a título de sugestão como subsídio para o professor em suas atividades diárias. As Disciplinas que compõem a estrutura curricular do **Ensino Fundamental – EJAEF**:

1ª Fase -Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Cultura e Arte, Geografia, História , Ensino Religioso e Ciências
2ª Fase – _ Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências, Língua Inglesa, Educação Física, Arte e Ensino Religioso de oferta obrigatória e matrícula optativa para o aluno (p.12).

Ensino Médio _ Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Química, Física, Biologia, Filosofia, Sociologia, Arte, Educação Física, Língua Espanhola e Língua Inglesa, sendo as duas últimas de oferta obrigatória e matrícula optativa para o aluno.

Ratifica-se o caráter didático do documento oficial ora apresentado; no entanto, é notada a ausência de um diagnóstico do perfil dos educadores e

educandos a que se destina o documento em questão, como também dos dados atualizados até a elaboração do documento, no que diz respeito ao número de professores, alunos matriculados e alunos fora da escola dentro da faixa de idade compreendida a partir dos 15 anos. O documento não está disponível no site da SEED/SE; ele nos foi cedido por técnicos do Serviço de Educação de Jovens e Adultos – SEJA/SEED, mediante apresentação da Carta de Anuência 2012 – 2016 assinada pelo Governador em exercício no período, Belivaldo Chagas, nos permitindo o acesso aos documentos necessários à pesquisa.

4.1.3 O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Profª. Judite Oliveira

O PPE da EEPJO (2013) apresenta-se distribuído em duas partes. A primeira apresenta a Introdução, que trata da localização, ato de criação, caracterização com diagnóstico da escola, carga horária da ensino regular de 1º ao 5º ano, da EJA Fundamental e Médio, quadro de professores e infraestrutura da escola. Nela configura-se o Projeto Político Pedagógico - PPP, sendo caracterizado também como Plano Pedagógico da Escola – PPE; essa alternância na nomenclatura, não chega a alterar o seu desenvolvimento e compreensão, contudo enseja ambiguidades, podendo gerar dúvidas nos diferentes leitores. No decorrer desse subitem, fizemos opção em tratar sempre como Projeto Político Pedagógico – PPP.

Localizada no Conjunto Jornalista Orlando Dantas, bairro São Conrado, a escola mesmo estando centrada na zona Sul de Aracaju – SE, recebe matrículas de alunos do bairro e de localidades do entorno advindos de classes sociais diversas. A sua matrícula em 2015 foi de 1124 alunos, sendo 668 do ensino fundamental até o 5º ano e 456 dos alunos da EJA Ensino Fundamental, anos finais e Ensino Médio.

Possui 15 salas de aula, tendo a mais uma sala de recursos que atende alunos com deficiências em turno contrário, biblioteca, sala de vídeo, laboratório de informática funcionando com 40% das suas máquinas, uma horta sob os cuidados das turmas da manhã e tarde, almoxarifado, secretaria, sala da coordenação, sala da direção, sala dos professores, pátio coberto, refeitório, cozinha, cantina, dispensa e banheiros feminino e masculino.

A escola é mantida em prédio próprio do Estado, foi fundada em 13 de julho de 1987, no governo do Dr. Antônio Carlos Valadares e na época tinha como Secretário de Educação, o Dr. Marcos Prado Dias. O nome dado à escola foi uma homenagem à educadora Judite Rocha de Oliveira que, fundou juntamente com seu esposo Benedito Alves de Oliveira, em 1938, um dos mais importantes colégios da rede particular em nosso Estado: Colégio Jackson de Figueiredo, ainda localizado na Praça Olímpio Campos, centro da capital, com o lema : “Educar e Instruir” para orgulho das gerações. Atualmente a instituição encontra-se incorporada a rede pública estadual.

O ato de criação da Escola Estadual Prof^a. Judite Oliveira deu-se através do Decreto nº 8.280/87 e foi autorizada pela resolução nº 197/2004/CEE. Ministra atualmente o Ensino Fundamental de nove anos do 1º ao 5º ano (Resolução nº 360/1990/CEE em 25/10/1990), a Educação de Jovens e Adultos - EJAEF I, EJAEF II (Educação de Jovens e Adultos 1ª e 2ª fases) e EJAEM (Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio) -, como projeto da Secretaria de Estado da Educação.

O documento caracteriza a escola por seu padrão de gestão reconhecido na comunidade escolar e pela convivência com problemas como: violência no recreio, segurança, organização na entrada e saída dos alunos, frequência e pontualidade dos professores, assim como, dos alunos e funcionários administrativos. As diretrizes elencadas no PPE são: Inclusão pela Educação, Melhoria da Qualidade do Ensino, Qualificação e Valorização de Pessoal e Democratização e Modernização da Gestão.

Na Diretriz Inclusão pela Educação são observadas as áreas: acessibilidade social, educacional e arquitetônica, diversidade e cidadania na Escola. Nesse sentido o PPE está de acordo com o Decreto nº 6.571³³, no entanto, na prática a escola não dispõe de sala de recursos adequada para o AEE³⁴, atendendo ao aluno especial de acordo com suas possibilidades. No tocante à formação continuada os gestores e educadores participam quando são oferecidas pela SEED e a Proposta curricular está de acordo com a lei Nº. 10.639/2003³⁵.

³³ A proposta pedagógica da escola está estruturada de modo a garantir a transversalidade das ações da educação especial, o desenvolvimento de um conjunto de atividades para dá suporte a formação dos alunos e a elaboração e utilização de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.

³⁴ Atendimento Educacional Especializado.

³⁵ Lei Nº. 10.639/03 incluindo no ensino fundamental e médio a temática da história e Cultura da África e dos negros no Brasil, considerando a necessidade de construir novas concepções de educação voltada para as

Sobre as Diretrizes Melhoria da Qualidade do Ensino, Qualificação e Valorização de Pessoal, Democratização e Modernização da Gestão, a escola procura alcançar suas metas através do compromisso com o Ensino e a aprendizagem, com a aplicação do Projeto Pedagógico da Escola (PPE) no desenvolvimento de projetos interdisciplinares, no uso do laboratório de informática e da biblioteca de forma restrita.

Fatores como a falta de manutenção de algumas máquinas, desconhecimento do sistema LINUX por grande parte dos professores. a desatualização do acervo disponível na biblioteca e a pouca motivação na elaboração de projetos que incentivem a leitura em todas as disciplinas, projetos do ensino regular e da EJA não chegam a ser desenvolvidos em sua totalidade apesar de esforços empreendidos por alunos, professores e responsáveis pela gestão. Há divergência entre o que se encontra disposto no PPE com relação à EJA, nosso objeto de estudo.

Ainda sobre as diretrizes elencadas no PPE da escola foi possível analisar que assumem uma área, um indicador, uma pontuação e a descrição da ação proposta para alcançar valores que variam de 1 a 4 ou Nenhuma das Alternativas (NDA). Essa pontuação gera um quadro de Consolidação denominado FOFA que agrega os aspectos fortes, aspectos fracos, aspectos de ameaça e aspectos de oportunidades. Para visualizarmos o que foi proposto, veremos parte de áreas e indicadores pertencentes ao PPE no quadro que segue:

Quadro 7 FOFA. Diretrizes e Diagnóstico de problemas no PPP da EEPJO

Aspectos Fortes
- Sala de multimídia atuante.
- A escola é bem vista pela comunidade.
- Implementação do ensino fundamental de nove anos.
- Direção e professores tomam decisões conjuntas.
- Reuniões pedagógicas freqüentes.
- Projetos voltados para a educação ambiental e cidadania.
- Professores graduados e pós graduados.
Aspectos Fracos
- Evasão no turno noturno.
- Recreio violento.
- Biblioteca defasada.
- Falta de cursos de capacitação para funcionários.

relações étnico-raciais e de direitos humanos que possa ser inteiramente comprometida com o combate a todas as formas de preconceito e discriminação, promovendo a igualdade respeitando as diferenças.

- Insuficiência de funcionários: secretária, portaria, merendeira.		
- Ausência de um sistema de informações gerenciais.		
Aspectos de Ameaça		
- Falta de acompanhamento da família na vida escolar do aluno.		
- Falta de conscientização por parte da população com o patrimônio escolar.		
- Segurança frágil.		
Aspectos de Oportunidade		
- Realizar parcerias entre escola e comunidade.		
- Curso de formação continuada para os funcionários via secretaria de educação.		
- Implantação de novos projetos pelo MEC: Mais Educação e material para a implantação da sala de recurso.		
Diretriz 01 : Inclusão pela educação		
Área	Indicadores	Pontuação e Descrição da pontuação satisfatória
Escola inclusiva: Acessibilidade social, educacional e arquitetônica. Diversidade e Cidadania na Escola	A proposta pedagógica da escola está estruturada de modo a garantir a transversalidade das ações da educação especial. Desenvolvimento de um conjunto de atividades para dá suporte ao desenvolvimento de um conjunto de atividades . Elaboração e utilização de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem, conforme decreto nº 6.571.	(4) (3) (2) (1) PPE de acordo com o decreto nº 6.571

Fonte: Projeto Político Pedagógico –PPP Escola Estadual Profª Judite Oliveira – 2013.Quadro elaborada pela autora.

Também são apontados os problemas, causas, decisões, programas de apoio e caracterização de forma a gerar ações estratégicas em cada uma das áreas apresentadas que são: Acessibilidade Social, Educacional e Arquitetônica. Diversidade e Cidadania, Inovação, Criatividade e Tecnologias Educacionais na Prática Pedagógica, Formação Continuada, Gestão da Informação e dos Resultados, Gestão Democrática da Escola, Gestão e Modernização Espaços e da Rotina Escolar, Gestão de Conflitos e Gestão Financeira.

Para cada área apresentada descreve-se na maioria das vezes, uma ação estratégica que, ao ser desenvolvida, espera-se uma solução positiva para sanar o problema detectado. Por ser uma escola onde o maior número de alunos

matriculados e presentes está nos turnos diurno e vespertino, grande parte das ações, elaboração, execução, situações problemas e participação de projetos de uma forma geral concentram-se nesses turnos.

Foram observadas poucas ações em que a modalidade EJA destaca-se com desenvolvimento de projetos, pois o PPP não os apresenta de forma sistematizada, e sim pontual, com ações isoladas. Quanto às ações de formação continuada elas chegam a ser oferecidas aos docentes pelo Departamento de Educação/Serviço de Jovens e Adultos - DED/SEJA/SEED-SE; no entanto acontecem em horários que diferem daquele em que o docente desenvolve sua atividade na unidade escolar (turno noturno) vindo ocasionar a ausência, sendo que muitos se desdobram em duas ou três atividades docentes em locais diferentes.

Sobre os dados dos alunos, a escola oferece atualmente para a comunidade, os dois níveis de ensino: Ensino Fundamental Menor (1º ao 5º ano) e a Educação de Jovens e Adultos (EJAEF II e EJAEM). Na EJA são observados problemas relacionados à indisciplina, mesmo que em menor índice, como atos de infração e vandalismo contra o patrimônio; a evasão apresenta-se como o maior problema enfrentado pela EJA nessa instituição escolar..

No desenvolvimento da segunda parte do PPE (2013), observamos que os objetivos, a fundamentação teórica, metodologia, avaliação estão dispostos conforme a LDB nº 9394/96 e as Diretrizes Curriculares da Educação Básica /MEC (2013). A escrita do PPE destaca itens como a avaliação realizada na EJA que compreende todas as atividades pedagógicas, estabelecendo as mediações responsáveis para a construção do conhecimento para além do conteúdo apreendido, dando-lhes diferentes oportunidades de absorver e concluir após o somatório de apenas duas notas durante o semestre. Os alunos deverão alcançar a média estabelecida na composição curricular, superior ou igual a 5,0(cinco) e não obtendo êxito terão direito a uma recuperação em até três disciplinas.

Destacam-se ainda no PPE (2013) ações pensadas pela comunidade escolar, a partir de um diagnóstico como: Projeto Práticas Corporais, Bem Estar e Relaxamento, Currículo em (inter)ação: possibilidade de organização do tempo, espaço e ações na escola, Projeto Datas Comemorativas, Projeto Reforço, Projeto de Leitura para as Séries Iniciais, Projeto Interdisciplinar “Não à violência contra a Mulher”, sendo este último desenvolvido pela modalidade da EJA.

Como suporte de apoio pedagógico e financeiro alguns programas e projetos do governo federal acompanham a escola. São eles:

1- Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE –ESCOLA, considerado um processo de planejamento estratégico desenvolvido pela escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem no sentido de focalizar sua energia, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos, adquirir materiais tecnológicos, didáticos pedagógicos além de oferecer cursos de capacitação na própria escola aos professores e funcionários, avaliando e adequando a direção em resposta a um ambiente em constante mudança.

2-Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE é destinado a compra de material didático, serviços específicos necessários à escola. Faz-se necessário observar a ordem de despesas quando consumo(aquisição de material perecível e outros) e quando despesa permanente(pagamento de despesas a terceiros, pintura, reformas e compra de material permanente).

3-Programa de Financiamento - PROFIN destinado à compra de material permanente, de consumo e também pequenos serviços na escola.

4- Projeto de Sustentabilidade, Educação e Infância – SEI que prioriza ajudar a escola a estruturar e manter uma educação infantil sustentável pautada nos quatro pilares da UNESCO para educação do futuro: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a conhecer e aprender a fazer, apoiados em dimensões física, emocional, mental e espiritual como assim descreve o PPP (2013, p.60)³⁶.

Para GADOTTI (1994), é fundamental nesta construção, considerar a própria história da escola, suas práticas curriculares, a variedade de seus métodos, os sujeitos internos e externos, a sua dinâmica e a sua maneira de pensar e de viver. Desse modo, o PPP permite que ao serem elaboradas suas seções se tenha em mente que tudo será feito com a participação, supervisão e aprovação de todos, estando esse projeto sempre aberto às considerações e modificações oportunas.

³⁶ Dimensão física: do agir com a realidade usando o seu corpo e as suas palavras para transformá-la. Dimensão emocional: do experienciar o mundo com toda a riqueza do sentir, sabendo conviver em harmonia por saber lidar com as suas emoções, desejos e medos.. Dimensão mental: do conhecimento, das explicações e interpretações da vida e de seus processos, podendo usar as informações apreendidas com criatividade e flexibilidade e Dimensão espiritual: do SER quem a pessoa realmente é na essência, aprendendo a usar os dons da sua individualidade para ser feliz e conectar-se consigo mesma, com os outros e com mundo. (2013, p. 60).

Observamos que o Projeto Pedagógico da EJA, elaborado pelo setor competente da SEED-SE, fruto de um trabalho coletivo, não é mencionado como fonte e não guarda afinidade com o trabalhado pela escola na EJA.

4.2 A Composição das Matrizes Curriculares dos cursos de Língua Portuguesa, Ciências Biológicas e Matemática da Unit

A formação de professores da Educação Básica em nível superior, em sintonia com as Diretrizes Nacionais da Educação Básica (2010), está amparada pela Resolução CNE/CP 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior e pela Resolução nº 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Nesse subtema segue o detalhamento do estudo de PPC da Universidade Tiradentes que dispõe sobre a organização dos cursos de licenciatura em Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática.

Opta-se por analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) na modalidade presencial; trata-se de escolha não aleatória uma vez que o critério de inclusão no estudo foi a partir dos conteúdos curriculares elencados pelo PP da SEED-SE, considerando a carga horária e relevância social, política e pedagógica, no ensino fundamental e também no ensino médio na modalidade da EJA. São critérios, inclusive já adotados em outras pesquisas como a de GATTI (2009).

Tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), passa-se a analisar a organização das disciplinas e conteúdos, sob categorias ou núcleos: formação básica, formação profissional e prática, estágios e atividades complementares.

No tocante às referências didático-pedagógicas dos cursos de Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática, elas se encontram descritas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) que ressalta a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, pautada no desenvolvimento de habilidades e competências.

4.2.1 O Curso de Licenciatura em Letras Português da Unit

Iniciado em 1990, o curso de Letras licenciatura em Português e Inglês é oferecido pela Universidade Tiradentes, tem como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/1996, nos atos legais dela derivados como:

Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o cursos de Letras, e a Resolução CNE/CP1, de 18 de fevereiro de 2002, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e a Resolução CNE/CP N° 2, de 19 de fevereiro de 2002 que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena e de formação de professores da Educação Básica em nível superior, no Plano de Desenvolvimento Institucional e nos Projetos Pedagógicos Institucional e do Curso. PPC Letras/Unit p.25)

Ainda dos atos legais, o curso tem a autorização da Resolução CONSAD/Unit n° 006A/01 de 25/09/2001 e é reconhecido pela Portaria n° 3.157/2005/MEC de 13/09/2005, publicada no D.O.U. n° 177, de 14/09/2005.

Para iniciarmos a análise das características e fazermos a coleta de dados do curso de licenciatura em Letras, tivemos a colaboração da IES e do Departamento de Letras que disponibilizou o PPC como também outros documentos disponíveis na internet. Foi observado que a matriz curricular foi atualizada em 2009, possui carga horária total de 2.960 horas que somadas às atividades complementares de cunho acadêmico-científico-cultural com 200 horas perfazem 3.160 h. É oferecido na modalidade presencial e disponibiliza uma matrícula de 110 vagas por semestre, no período noturno, no Campus Centro, em Aracaju – SE. Esse curso também é oferecido na modalidade a distância que não é objeto de nosso estudo (possui PPC específico).

Ao iniciarmos a análise da Estrutura Curricular do curso de Letras Português, agrupamos, segundo Gatti (2009), os componentes curriculares da matriz do curso encontrados em seis categorias de análise assim denominadas:

1- Fundamento Teórico da Educação – Categoria que dá conta das disciplinas que permitem um embasamento teórico ao aluno de Letras sendo que

este conhecimento parte de uma outra área do conhecimento. São elas Fundamentos Históricos da Educação, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Filosofia e Cidadania, Metodologia Científica, Didática e Psicologia da Educação (06 disciplinas).

Esta categoria corresponde de certo modo ao Eixo Curricular do PPC em estudo: **Eixo de Fenômenos e Processos Básicos**, sendo que nele estão incluídas também a disciplina Libras (que aqui situamos na categoria Formação para Nível/Modalidade Específica) e referidas às práticas investigativas e extensionistas, tratadas como disciplinas embora não constem da matriz curricular.

2- Conhecimentos Relativos aos Sistemas Educacionais- nessa categoria estão as disciplinas que tratam da parte pedagógica do curso de Letras, relativas à formação ampla do professor, entendido na concepção de educador, coparticipante da gestão escolar. No PPC de Letras Português da UNIT localizamos as disciplinas Organização do Trabalho Pedagógico, Projeto Integrador I, II, III e IV (05 disciplinas).

3- Formação Profissional Específica – Neste bloco agrupamos as disciplinas que fundamentam a prática do professor fornecendo-lhe o instrumental necessário oferecida pela IES pesquisada: Leitura e Produção de Texto, Linguística I e II, Teoria Literária I e II, Língua Portuguesa I, II, III e IV, Literatura da Língua Portuguesa I, II, III e IV, Linguística Aplicada, Língua Latina, Laboratório de Escrita Acadêmica I, Análise do Discurso, Optativa I e Crítica Literária (18 disciplinas).

4- Formação para Nível/Modalidade de Ensino Específico – Nesta categoria estão reunidas as disciplinas voltadas à formação do professor, que correspondem às obrigatórias e aos segmentos educacionais (educação infantil, ensino fundamental ou médio) ou modalidades de ensino (Educação Inclusiva e EJA): São elas: Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Libras, História e Cultura Afrodescendente e Indígena, Estágio Supervisionado I, II e III e Educação e Diversidade (07 disciplinas).

Salientamos que os Estágios Supervisionados I, II e III, já classificados, são transversais às categorias 3 e 4.

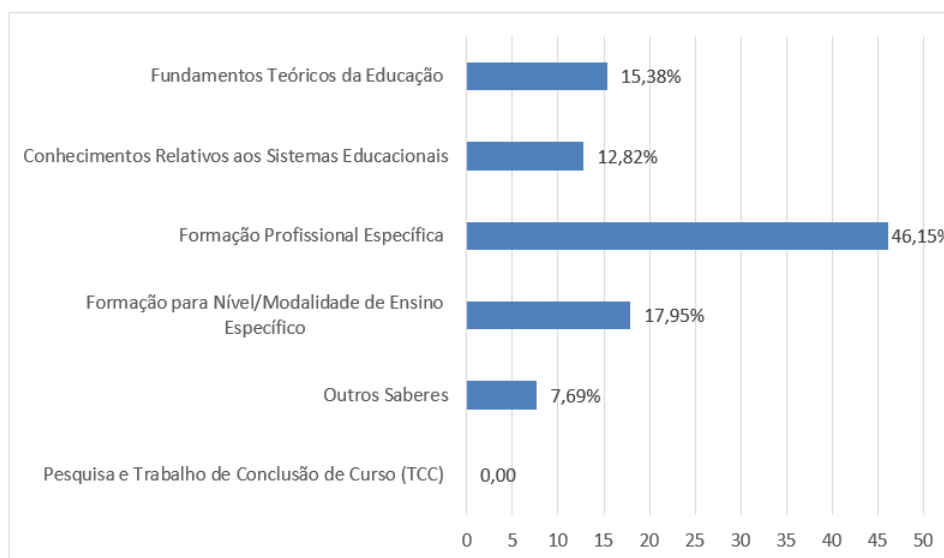
5- Outros Saberes – Disciplinas responsáveis por ampliar o conhecimento do professor, sua sensibilidade e o seu comportamento ético e cidadão diante de propostas tão diversas. Representam essa categoria no Currículo de Letras Português da UNIT as disciplinas: Educação Ambiental e

Sustentabilidade, Educação e as Tecnologias de Informação e Comunicação, Literatura Contemporânea e Linguagens Visuais (03 disciplinas).

6- Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Disciplinas que englobam e integram os saberes e práticas a serem desenvolvidos pelos professores. No PPC em estudo não se encontra qualquer disciplina dessa natureza. Acredita-se que o caráter transversal dos Projetos Integradores e dos Estágios Supervisionados possam ser trabalhados nessa perspectiva. As Diretrizes Curriculares não mais exigem TCC dos Cursos de Licenciatura em Letras.

Ressaltamos que essas categorias que estamos reconstruindo não coincidem com aquelas propostas no PPC em estudo: Fenômenos e Processos Básicos, Práticas Investigativas, Formação Específica e Práticas Profissionais. Ao organizar as 39 disciplinas, foi verificado que das seis categorias analisadas, a que mais concentrou carga horária foi a de número 3 (Formação Profissional Específica com 18 disciplinas); em seguida destacou-se a categoria 4 (Formação para Nível/Modalidade de Ensino Específico, com 7 disciplinas); a categoria 1 Fundamentos Teóricos da Educação com 6 disciplinas; Conhecimento Relativo ao Sistema Educacional, cada uma com 5 componentes curriculares); a categoria de número 5 (Outros Saberes, congrega 3 disciplinas), sendo vazio o conjunto referente à categoria 6 (Pesquisa e TCC). O Gráfico 5 visualiza essa distribuição:

Gráfico 5 Distribuição das Disciplinas do Currículo do Curso de Licenciatura em Letras-Português/ Unit por categoria de análise



FONTE: Projeto Pedagógico do Curso - Unit 2015. Elaboração da autora.

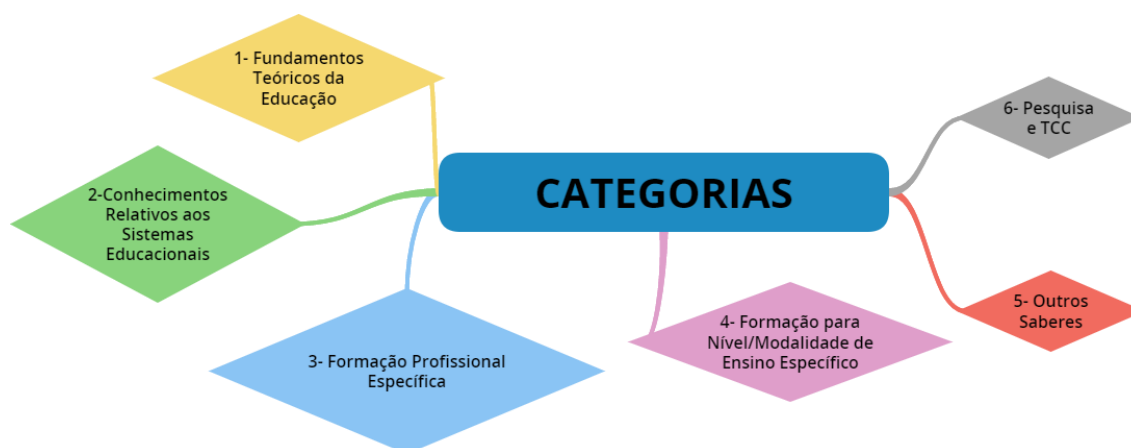
Nota-se que o foco das disciplinas está direcionado à Formação Profissional Específica, liderando na quantidade de disciplinas ofertadas e, conseqüentemente na carga horária cursada pelos alunos. No sentido da Formação para Nível/Modalidade de Ensino Específico tem-se um percentual inferior a 20%, o que dificulta a sólida preparação para o trabalho nas modalidades da educação básica e com a diversidade. Os Fundamentos Teóricos da Educação com 15,39%, os Conhecimentos Relativos ao Sistema Educacional com 12,82% e Outros Saberes alcançou 7,69%, estando ausente do curso a Pesquisa e o Trabalho de Conclusão de Curso, em detrimento da formação do professor – pesquisador.

Analisando o Gráfico 5, pode-se concluir que há um certo equilíbrio entre a formação específica de Letras Português (46,2%) com a formação pedagógica em seu sentido amplo e com os respectivos fundamentos, uma vez que as categorias 1, 2, 4 e 5 perfazem 53,84% do Curso.

Os quadros 8 a 11, que seguem, revelam na íntegra a estrutura curricular do Curso de Letras Português, detalhando as disciplinas agrupadas em

um padrão de oferta por período. Nesses quadros, usam-se realces de cores diferentes para indicar as categorias de análise, conforme figura:

Figura 1 Categorias de Análises para as licenciaturas da UNIT



FONTE: Formação de professores para o Ensino Fundamental/Curso de Letras.. Gatti, 2009.p.64. Elaboração da autora.

Quadro 8 Estrutura Curricular Curso de Licenciatura Letras Português- Unit

1º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H120224	Psicologia da Educação	--	04	80	00	80
H111900	Metodologia Científica	--	04	80	00	80
H120116	Fundamentos Históricos da Educação	--	04	80	00	80
HI 20275	Educação e as Tec. e as Tecs. da Informação e Comunicação.	—	04	40	40	80
H120267	Leitura e Produção de Texto	--	04	40	40	80
TOTAL DO PERÍODO			20	320	80	400
2º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H120534	Projeto Integrador I	--	02	00	40	40

H116413	Organização do Trabalho Pedagógico	--	04	40	40	80
H120542	Língua Portuguesa I	--	04	40	40	80
H113220	Didática	--	04	40	40	80
H113384	Teoria literária I	--	04	80	00	80
H113708	História e Cultura Afrod. e Indígena	--	02	40	00	40
H113341	Fundamentos Antropológicos e Sociológicos	--	04	40	40	80
TOTAL DO PERÍODO			24	280	200	480
3º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H113406	Linguística I	--	04	80	00	80
H120747	Teoria literária II	--	02	40	00	40
H120968	Projeto Integrador II	--	02	40	00	40
H120739	Língua Portuguesa II	--	04	40	40	80
H113465	Filosofia e Cidadania	--	04	80	00	80
H120380	Educação e Diversidade	--	04	80	00	80
H120712	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	--	04	40	40	80
TOTAL DO PERÍODO			24	400	80	480
4º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H118688	Projeto Integrador III	--	02	00	40	40
H113660	Linguística II	--	04	80	00	80
H120755	Língua Portuguesa III	--	04	80	00	80
H118688	Estágio Supervisionado do Ensino I	--	04	00	80	80
H113899	Língua Latina		04	80	00	80

H120763	Literatura de Língua Portuguesa I	--	04	40	40	80
H113457	Libras	--	04	80	00	80
TOTAL DO PERÍODO			26	360	160	520
5º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H120780	Língua Portuguesa IV	--	04	80	00	80
H120798	Literatura e Língua Portuguesa II	--	04	40	40	80
H120984	Projeto Integrador IV	--	02	00	40	40
H118696	Estágio Supervisionado do Ensino II	--	08	00	160	160
H120488	Educação Ambiental e Sustentabilidade	--	04	80	00	80
H120771	Laboratório de Escrita Acadêmica I	--	04	40	40	80
TOTAL DO PERÍODO			26	240	280	520
6º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H118700	Estágio Supervisionado do Ensino III	--	08	00	160	160
H113945	Análise do Discurso	---	04	80	00	80
H113880	Literatura de Língua Portuguesa III	--	04	20	20	80
H120801	Língua Portuguesa V	--	04	80	00	80
H114534	Linguística Aplicada	--	04	80	00	80
OPT0001	Optativa I	--	04	--	--	80
TOTAL DO PERÍODO			28	260	180	560

Fonte: PPC Letras Português UNIT (2015)

**Quadro 9 Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Letras
Português- Unit/ Optativas 1**

Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H120828	Laboratório de Escrita Acadêmica II	--	04	40	40	80
H120810	Literatura Contemporânea e Linguagens Visuais	---	04	80	00	80

Fonte: PPC Letras Português UNIT (2015)

Quadro 10 Atividades Complementares

Período	Carga Horária	Créditos	Carga Horária Total	Créditos Totais
2004/2 a 2008/2	216h	10	3.176h	158
2009/1 em diante	200h	10	3.160	158

Fonte: PPC Letras Português UNIT (2015)

Quadro 11 Quadro resumo do Total Geral de Créditos e Carga Horária do Curso

Créditos	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Estágio Supervisionado	Atividades Complementares	Carga Horária Total do Curso
158	560	440	400	200	3160

Fonte: PPC Letras Português UNIT (2015)

Após a análise ressalta-se que os dados do curso de Licenciatura em Letras Português estão conforme as Diretrizes, inclusive no que diz respeito à priorização do específico em detrimento de outros conhecimentos tão importantes e necessários à formação de professores; entende-se que o conhecimento da área das ciências humanas, sociais e, particularmente, pedagógica, merece maior aprofundamento, o que requer uma duração maior do curso que é ministrado em três anos.

Merece destaque o fato de que grande parte das disciplinas inseridas na categoria 3, Formação para Nível/Modalidade de Ensino Específico, que em tese contempla a EJA, é oferecida nos períodos iniciais ou na primeira metade do curso, o que pode comprometer a qualidade diante do grau de maturidade dos alunos. As disciplinas se voltam para atender os níveis e especificidades da formação profissional docente, dando possibilidades ao aluno de desenvolver competências para sua formação profissional em escolas públicas e privadas, sob supervisão docente, como também levá-los a conhecer modalidades de ensino aprovadas pela legislação, e trabalhadas seguindo uma organização específica, que difere do ensino regular.

Fica confirmado que a estrutura curricular do PPC Letras Português, 2015, analisada não apresenta pré-requisitos o que, em princípio, pode ser um indicador positivo de flexibilidade do sistema de créditos adotado; por outro lado não fica evidente em todo o PPC a integração das disciplinas sob a forma de interdisciplinaridade.

Tomando como base o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras Português da Unit, concentramos a atenção nas Ementas das Disciplinas que convergiram para as categorias 2 e 4 (Conhecimentos Relativos ao Sistema Educacional e Formação para o Nível/Modalidade de Ensino Específico), com foco especial nos Objetivos, Competências e Habilidades previstos para cada componente curricular e tendo em vista os objetivos desta pesquisa.

Assim, seguem elencadas as 12 disciplinas consideradas formativas na direção do preparo para a atuação docente na modalidade EJA: Organização do Trabalho Pedagógico, Projeto Integrador I, II, III e IV; Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Libras, História e Cultura Afrodescendente e Indígena, Estágio Supervisionado I, II e III e Educação e Diversidade.

Quadro 12 Demonstrativo de conteúdo das Ementas do Curso de Licenciatura em Letras Português / UNIT

DISCIPLINA: Organização do Trabalho Pedagógico/ 2º Período		
CÓDIGO: H 114577 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 80h		
Ementa	Objetivos	Habilidades e Competências
<p>Sistema Educacional Brasileiro. Princípios da educação básica. O educador e a nova LDB. A autonomia da escola. A reforma do ensino médio e a educação profissional. Construção do projeto político pedagógico. A avaliação na Escola.</p>	<p>Refletir a estrutura da educação brasileira, sua legislação e seus princípios orientadores, entendendo as implicações no cotidiano das escolas.</p> <p>Discutir os princípios da gestão democrática da escola, enfatizando o papel do projeto político-pedagógico na consolidação de práticas horizontais de administração escolar.</p> <p>Compreender a organização do trabalho pedagógico e sua relevância no processo de democratização e universalização da educação evidenciada pela qualidade.</p>	<p>Refletir a estrutura da educação brasileira, sua legislação e seus princípios orientadores, entendendo as implicações no cotidiano das escolas.</p> <p>Discutir os princípios da gestão democrática da escola, enfatizando o papel do projeto político-pedagógico na consolidação de práticas horizontais de administração escolar.</p> <p>Compreender a organização do trabalho pedagógico e sua relevância no processo de democratização e universalização da educação evidenciada pela qualidade.</p>

DISCIPLINA: DISCIPLINA: Educação e Diversidade/3º Período		
CÓDIGO H120380 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 80h Optativa		
Educação no contexto da diversidade cultural: ação pedagógica e o respeito a alteridade no espaço escolar. Formação do professor e a variabilidade de gênero, raça, classe social e padrões culturais.	Estimular a compreensão da diversidade cultural e os desafios resultantes da reprodução da variabilidade no contexto escolar.	<p>Analisar a cultura do complemento do conhecimento.</p> <p>Distinguir a distância cultural do saber formal.</p> <p>Relacionar escola, diversidade cultural e desigualdade social.</p> <p>Caracterizar a formação dos educadores em meio à diversidade cultural</p>
DISCIPLINA: Estágio Supervisionado I / 4º Período		
Código H118688 Créditos 04 Carga horária 80h		
Ementa	Objetivos	Competências e Habilidades
Conhecimento da realidade escolar. Caracterização do campo de estágio (física administrativa e curricular). Investigações da prática pedagógica da disciplina. Projeto de Intervenção e Relatório.	- Proporcionar ao licenciando a vivência e a análise crítica do cotidiano escolar, por meio de situações reais de ensino planejadas e orientadas, permitindo a constituição de uma identidade docente permeada, pela prática pedagógica através de atividades reflexivas, investigativas e	<p>-Compreender a importância da didática para o desenvolvimento da prática pedagógica, enfatizando o planejamento como ação articuladora do processo;</p> <p>- Analisar as relações e as interações que se estabelecem no cotidiano escolar destacando as referentes ao processo de ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa</p>

	<p>extensionistas.</p> <p>-Propiciar o conhecimento da realidade escolar, por meio da caracterização e proposição de intervenção didática, visando a ação reflexiva da prática docente.</p> <p>- Integrar o licenciando com a realidade escolar, propiciando uma análise crítica e reflexiva do espaço escolar bem como da prática docente;</p>	<p>- Elaborar projetos de ensino, tendo como suporte o desenvolvimento de uma atitude investigativa - reflexiva no contexto da realidade escolar;</p> <p>-Utilizar instrumentais adequados na investigação científica;</p> <p>- Habilidade nas funções educacionais.</p>
DISCIPLINA: Estágio Supervisionado II / 5º Período		
Código H118696	Créditos 08	Carga horária 160h
Ementa	Objetivos	Competências e Habilidades
<p>O processo de comunicação e suas implicações pedagógicas.</p> <p>Instrumentalização para o ensino no campo específico de</p>	<p>Possibilitar ao aluno a utilizar os conhecimentos sobre o ensino de língua portuguesa para aperfeiçoar suas técnicas de ensino nas</p>	<p>Planejamento, execução e avaliação de experiência do ensino-aprendizagem no campo específico de sua habilitação.</p> <p>Desenvolvimento de atitude-crítica e reflexiva</p>

<p>conhecimentos da habilitação: seleção, elaboração e classificação de objetivos de ensino; seleção de conteúdos; seleção, elaboração e treinamento de estratégias elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação continuada, no ensino fundamental.</p>	<p>primeiras séries do ensino fundamental maior;</p> <p>Levar o aluno a vivenciar efetivamente o ensino-aprendizagem em suas diversas situações que o meio exige.</p>	<p>em função do seu próprio desempenho, criando uma situação de ensino-aprendizagem mais ativa.</p> <p>Treino de atitudes específicas relacionadas à didática do ensino da literatura.</p> <p>Treino de atitudes específicas relacionadas aos gêneros textuais.</p> <p>Elaboração e entrega dos relatórios das atividades desenvolvidas durante o período de estágio.</p>
<p>DISCIPLINA: Estágio Supervisionado III/ 6º Período</p> <p>Código : H118700 Créditos: 08 Carga horária: 160h</p>		
<p>Ementa</p>	<p>Objetivos</p>	<p>Competências e Habilidades</p>
<p>O processo de comunicação e suas implicações pedagógicas. Instrumentalização para o ensino no campo específico de conhecimentos da</p>	<p>Utilizar e ampliar os conhecimentos sobre o ensino de língua portuguesa no ensino médio;</p> <p>Vivenciar efetivamente o ensino-aprendizagem em</p>	<p>Planejamento, execução e avaliação de experiência do ensino-aprendizagem no campo específico de sua habilitação.</p> <p>Desenvolvimento de atitude-crítica e reflexiva em função do seu próprio</p>

<p>habilitação: seleção, elaboração e classificação de objetivos de ensino; seleção de conteúdos; seleção, elaboração e treinamento de estratégias elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação continuada, no ensino médio.</p>	<p>suas diversas situações que o meio exige.</p>	<p>desempenho, criando uma situação de ensino-aprendizagem mais ativa.</p> <p>Treino de atitudes específicas relacionadas à didática do ensino da literatura.</p> <p>Treino de atitudes específicas relacionadas aos gêneros textuais.</p> <p>Elaboração e entrega dos relatórios das atividades desenvolvidas durante o período de estágio</p>
---	--	---

DISCIPLINA: Educação e as Tecnologias da Informação e Comunicação /1º Período

CÓDIGO H120275 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 80h

Ementa	Objetivos	Habilidades e Competência
<p>Enfoque teórico–prático sobre a relação Educação e Tecnologias de informação e Comunicação. Contexto histórico das tecnologias nos sistemas de ensino. As TIC e suas implicações pedagógicas e sociais. Linguagens midiáticas no ensino e aprendizagem. Políticas públicas e Gestão das TIC.</p>	<p>Entender historicamente a trajetória da inserção das TIC na sociedade e na educação.</p> <p>Compreender a dimensão das práticas educativas com o uso pedagógico das tecnologias e a articulação de conhecimentos.</p> <p>Analisar diferentes experiências pedagógicas (presencial/distância) que utilizam mídias.</p> <p>Refletir sobre as</p>	<p>Entender historicamente a trajetória da inserção das TIC na sociedade e na educação.</p> <p>Compreender a dimensão das práticas educativas com o uso pedagógico das tecnologias e a articulação de conhecimentos.</p> <p>Analisar diferentes experiências pedagógicas (presencial/distância) que utilizam mídias.</p> <p>Refletir sobre as novas formas de ensinar e aprender a partir das linguagens midiáticas.</p> <p>Analisar as políticas</p>

	<p>novas formas de ensinar e aprender a partir das linguagens midiáticas.</p> <p>Analisar as políticas públicas destinadas as TIC.</p> <p>Refletir sobre a gestão das TIC em ambiente escolares.</p>	<p>públicas destinadas as TIC.</p> <p>Refletir sobre a gestão das TIC em ambiente escolares.</p>
<p>DISCIPLINA: Projeto Integrador I / 2º Período</p> <p>CÓDIGO: H120534 CRÉDITOS:02 CARGA HORÁRIA: 40h</p>		
Ementa	Objetivos	Competências e Habilidades
<p>O conhecimento da realidade escolar. Caracterização do campo de atuação (física, administrativa e curricular). Investigação da prática pedagógica da língua, literatura produção textual – diagnóstico de ensino.</p> <p>Apresentação de proposta de intervenção. Elaboração de relatório. Elaboração de pesquisa interdisciplinar. Elaboração e execução de um projeto de extensão. A relação Pedagógica e seus métodos. LDB e os Projetos de Integração.</p>	<p>-Examinar os aspectos administrativos e curriculares de uma Escola Pública;</p> <p>Desenvolver o diagnóstico ensino – aprendizagem das disciplinas de língua, literatura e produção textual em uma Escola Pública;-</p> <p>Oferecer ao discente uma manipulação de linguagens técnicas em situações de docência na Educação Básica.-</p> <p>Realizar planejamento didático pertinente à situação de docência na Educação Básica;</p> <p>Elaborar os instrumentos facilitadores para o ensino da língua, literatura e produção textual na Educação</p>	<p>Capacidade de compreensão da importância da didática para o desenvolvimento da prática pedagógica, enfatizando o planejamento como ação articuladora do processo;</p> <p>Compreender o valor da didática na relação professor/aluno;</p> <p>Analisar a importância do planejamento didático e seus elementos constitutivos;</p> <p>Aquisição de conhecimento das teorias da educação;</p> <p>Habilidades para a aplicação dos conhecimentos e das técnicas apreendidas;</p> <p>Utilização de instrumentais adequados na investigação científica;</p>

	Básica.	Utilização adequada da linguagem na educação; - Habilidade nas funções educacionais
DISCIPLINA: Projeto Integrador II / 3º Período		
CÓDIGO: H120968 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA:40h		
Ementa	Objetivos	Competências e Habilidades
O conhecimento da realidade escolar. Caracterização do campo de atuação (física, administrativa e curricular). Investigação da prática pedagógica da língua, literatura e produção textual – diagnóstico de ensino. Elaboração de pesquisa interdisciplinar. Elaboração de um projeto de extensão	Examinar os aspectos administrativos e curriculares de uma Escola Pública; -Desenvolver o diagnóstico ensino – aprendizagem das disciplinas de língua, literatura e produção textual em uma Escola Pública; Oferecer ao discente uma manipulação de linguagens técnicas em situações de docência na Educação Básica. Realizar planejamento didático pertinente à situação de docência na Educação Básica; Elaborar os	Capacidade de compreensão da importância da didática para o desenvolvimento da prática pedagógica, enfatizando o planejamento como ação articuladora do processo;- Compreender o valor da didática na relação professor/aluno; Analisar a importância do planejamento didático e seus elementos constitutivos; Aquisição de conhecimento

	instrumentos facilitadores para o ensino da língua, literatura e produção textual na Educação Básica.	das teorias da educação; Habilidades para a aplicação dos conhecimentos e das técnicas apreendidas; Utilização de instrumentais adequados na investigação científica; Utilização adequada da linguagem na educação; Habilidade nas funções educacionais
DISCIPLINA: Projeto Integrador III / 3º Período		
CÓDIGO: H120976 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA:40h		
Ementa	Objetivos	Competências e Habilidades
O conhecimento da realidade escolar. Caracterização do campo de atuação (física, administrativa e curricular). Investigação da prática pedagógica da língua, literatura e produção textual – diagnóstico de ensino. Apresentação de proposta de intervenção. Elaboração de relatório. Elaboração de pesquisa interdisciplinar. A relação Pedagógica e seus métodos.	- Examinar os aspectos administrativos e curriculares de uma Escola Pública; Desenvolver o diagnóstico ensino – aprendizagem das disciplinas de língua, literatura e produção textual em uma Escola Pública; Oferecer ao discente uma manipulação de linguagens técnicas em situações de docência na Educação Básica. Realizar planejamento didático pertinente à	Capacidade de compreensão da importância da didática para o desenvolvimento da prática pedagógica, enfatizando o planejamento como ação articuladora do processo; Compreender o valor da didática na relação professor/aluno; Habilidades para a aplicação dos conhecimentos e das técnicas apreendidas; Utilização de instrumentais adequados na investigação científica; Utilização adequada da

	<p>situação de docência na Educação Básica;</p> <p>Elaborar os instrumentos facilitadores para o ensino da língua, literatura e produção textual na Educação Básica.</p>	linguagem na educação;
DISCIPLINA: Projeto Integrador IV / 5º Período		
Código H120984	Créditos 02	Carga horária 40h
Ementa	Objetivos	Competências e Habilidades
<p>O conhecimento da realidade escolar. Caracterização do campo de atuação (física, administrativa e curricular). Investigação da prática pedagógica da língua, literatura e produção textual – diagnóstico de ensino. Apresentação de proposta de intervenção. Elaboração de pesquisa interdisciplinar. Execução de um projeto de extensão.</p>	<p>Examinar os aspectos administrativos e curriculares de uma Escola Pública;</p> <p>Desenvolver o diagnóstico ensino – aprendizagem das disciplinas de língua, literatura e produção textual em uma Escola Pública;</p> <p>Oferecer ao discente uma manipulação de linguagens técnicas em situações de docência na Educação Básica.</p>	<p>Capacidade de compreensão da importância da didática para o desenvolvimento da prática pedagógica, enfatizando o planejamento como ação articuladora do processo;</p> <p>Compreender o valor da didática na relação professor/aluno;</p> <p>Habilidades para a aplicação dos conhecimentos e das técnicas apreendidas;</p> <p>Utilização de instrumentais adequados na</p>

	<p>Realizar planejamento didático pertinente à situação de docência na Educação Básica;</p> <p>Elaborar os instrumentos facilitadores para o ensino da língua, literatura e produção textual na Educação Básica.</p>	<p>investigação científica;</p> <p>Utilização adequada da linguagem na educação;</p> <p>Habilidade nas funções educacionais.</p>
DISCIPLINA: Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa / 3º Período		
Código: H120712	Créditos: 02	Carga horária: 40h
Ementa	Objetivos	Competências e Habilidades
<p>Conscientizar os alunos dos problemas globais da Educação Brasileira no contexto atual da sociedade.</p> <p>Levá-los a assumir uma postura crítica face a esses problemas, a um questionamento dos limites e da autonomia da Educação Brasileira.</p> <p>Promover análise crítica dos pressupostos teóricos e metodológicos do ensino de Língua Portuguesa contidos nos PCN's de Língua</p>	<p>Levar o aprendiz à reflexão a respeito da problemática do ensino de Língua Portuguesa nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, com base nos conteúdos dos PCN e conhecer.</p> <p>Possibilitar ao aluno o domínio das metodologias de</p>	<p>Refletir sobre a problemática do ensino de licenciatura nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, tendo como base o conteúdo dos PCN.</p> <p>Dominar as metodologias de ensino de língua materna adequadas aos diferentes níveis de ensino.</p>

Portuguesa, temas como a variação linguística e o ensino, a leitura e o ensino de literatura em ambientes favoráveis à prática profissional, mais especificamente o campo de estágio.	ensino de língua materna.	
---	---------------------------	--

FONTE: Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português - Unit 2015. Elaboração da autora

Esse foco concentrou-se nos registros das ementas das disciplinas que fazem parte das duas categorias mais voltadas à formação docente, especialmente à modalidade da EJA. Tendo como base o PPC da licenciatura, observa-se que elas descrevem as características do campo de atuação de cada disciplina, habilidades e competências para a aplicação dos conhecimentos e das técnicas apreendidas, não ficando muito visível aspectos como maior relevância para sua aplicação no ensino das modalidades da educação básica. Além desse fato, pode-se observar que há uma variação no campo das competências e habilidades, ora emprega-se o verbo no infinitivo, ora emprega-se o substantivo na elaboração do texto.

Com relação à disciplina Projeto Integrador I, II, III e IV, observa-se a preocupação com o conhecimento da realidade escolar, tendo em comum os objetivos, ementas, competências e habilidades diferenciando-se apenas o conteúdo a ser trabalhado. No Projeto Integrador I, são trabalhados os métodos da pesquisa e o sujeito; roteiro de caracterização da escola; características gerais; aspectos administrativos; aspectos curriculares com apresentação final de Relatório.

No Projeto Integrador II são priorizados os conteúdos: Plano Diagnóstico do Ensino de Língua, a Literatura e a Produção textual. Estão programados: observação em sala de aula, aplicação de questionários aos sujeitos, análise e coleta de dados. Os Projetos Integradores III e IV apresentam Seminários temáticos; Elaboração de Projeto de Extensão, Identidade da Formação do Profissional no Projeto de Extensão e Relatório do Projeto de Pesquisa/Extensão, sendo que a Pesquisa Interdisciplinar é o elo que perpassa em todos eles.

As disciplinas, Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa I, II e III, oferecidas a partir da segunda metade do curso, dedicam 400 horas especificamente aos estágios nos níveis da Educação Básica, com ênfase à etapa final do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. As disciplinas Educação e Diversidade, e Organização do Trabalho Pedagógico reservam em sua programação, uma fundamentação específica sobre a modalidade da EJA.

Os alunos ao saírem para o campo de estágio poderão ou não atuar em unidades escolares que ofereçam a EJA. Os motivos da não escolha pela modalidade seriam inicialmente por não encontrarem vagas para atuar devido ao número reduzido de escolas que ofereçam a EJA em Aracaju, pela oferta da modalidade ser preferencialmente noturna, horário que coincide com as aulas dos alunos estagiários ou por não se sentirem devidamente preparados para atuar em uma sala de aula com características específicas. Essas variáveis apresentadas acabam por serem determinantes e não uma escolha ou opção pela modalidade de ensino. A atuação na EJA não necessariamente decorre da sensibilidade dos alunos, futuros docentes, em favor de um público diferenciado, que possui um legado de experiências a ser valorizado e somado aos ensinamentos recebidos na escola, independentemente dos preconceitos vigentes.

Sobre as determinações da Resolução CNE/CP2/2002.³⁷, que reza sobre a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, o curso de licenciatura em Letras Português da UNIT atende às exigências, com 3.160 horas no total distribuídas nas disciplinas, em estágios Supervisionados e Atividades Complementares (distingue-se a carga horária prática da carga horária teórica, também para fins de atendimento à Resolução que define a carga horária de prática).

Em relação à bibliografia apresentada, encontra-se atualizada e direcionada para atender às necessidades contemporâneas, exigências do MEC e demandas do corpo docente e discente.

(...) Semestralmente as bibliografias dos cursos de graduação são avaliadas quantitativa e qualitativamente, para contemplação das atualizações e ampliação do acervo. A quantidade de exemplares

³⁷ Resolução CNE/CP 02/ 2002 que Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

adquirida para cada curso é definida com base no número de estudantes e norteada pelas recomendações dos indicadores de padrões de qualidade definidos pelo MEC. Toda a comunidade acadêmica tem acesso ao sistema online de sugestão de compra e acompanhamento do pedido disponível no sistema Pergamum. É importante ressaltar que as referências bibliográficas básicas dos conteúdos programáticos de todos os Programas Gerais de Disciplinas do Curso se encontram adequadas no que refere à quantidade (3 Referências) ao conteúdo das disciplinas e atualidade considerando os últimos cinco anos, sem desconsiderar as referências clássicas. Todos os exemplares são tombados junto ao patrimônio da IES. A Universidade Tiradentes disponibiliza de Biblioteca On-line, com consulta ao acervo On-Line, através do site www.unit.br link.(...)PPC-Unit Letra Português,(2013,p.73)

Conforme o PPC do curso de Licenciatura em Letras, a Biblioteca que dá sustentação ao curso possui um acervo que atende aos programas das disciplinas :

O acervo da bibliografia complementar do curso de Letras Português está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES e atende o mínimo de cinco títulos por unidade curricular. A bibliografia complementar atende adequadamente aos programas das disciplinas, com pelo menos dois exemplares de cada título. PPC-Unit Letra Português, (2013,p.74)

A biblioteca oferece também outros serviços aos seus usuários como laboratórios de informática equipados com computadores modernos, podendo acessar os serviços do Sistema de Bibliotecas realizar pesquisas acadêmicas, demais serviços de digitação. Dentre esses serviços, destacamos o Portal Magister bastante acessado. Nesse Portal estão disponíveis cadastro do cronograma e programa da disciplina, material de aula, fórum e chat, relatórios de notas e frequência por unidade programática, reserva de salas para reposições de aula e dados acadêmicos, dentre outros.

Voltando às ementas foi observado que as disciplinas Educação e Diversidade, Didática, Projeto Integrador I, II, III e IV estão pautadas em autores como Chauí (2007), Freire (2007), Hall (2006), Nidelcoff (2004), Morin (2005), Perrenoud (2007) e Pacheco (2006). Sentimos a ausência de autores ligados à modalidade da EJA integrando o acervo como: Vanilda Paiva, Di Pierro, Ribeiro, Haddad, Sposito, Cury, Ireland e Dayrel, porém entendemos que o foco esteve sempre voltado ao atendimento às disciplinas específicas

A análise procedida aponta que a organização curricular das disciplinas oferecidas no curso de Língua Portuguesa contempla em suas ementas objetivos que se direcionam à modalidade EJA, esta cada vez mais crescente e ocupando espaço que se apresenta para o trabalho docente na educação básica. Hoje a EJA é proclamada uma prioridade nacional, assim como, mundialmente, como um direito humano a ser assegurado a todos que por implicações diversas não tiveram acesso ou sucesso na educação regular.

É providencial lembrar-se que ao ingressar na rede estadual ou privada, o professor de Língua Portuguesa estará em ambientes da educação formal ou não formal, com jovens, adultos e idosos, e a fundamentação recebida na IES é reclamada para um trabalho de construção do conhecimento na perspectiva da inclusão social, do respeito aos saberes e histórias de vida dos alunos, assim como para lidar com o trabalho como eixo educativo e integrador, uma vez que o curso de Licenciatura em Letras Português, tem como objetivo geral um trabalho de formação para profissionais, definido de forma muito específica na área como vemos a seguir :

Formar profissionais da área da educação habilitados ao ensino da Língua Portuguesa somado às suas respectivas literaturas, reconhecendo, através de diferentes teorias, os fatos linguísticos e literários, tornando-os aptos a conduzir investigações sobre linguagem e problemas relacionados ao processo de ensino - aprendizagem relativos à língua, contribuindo, assim, para a formação de um profissional consciente de seu papel como um cidadão, capaz de refletir, interferir e transformar o seu ambiente, buscando ser, de forma crítica e construtiva, um agente multiplicador do conhecimento, através de um processo contínuo de sua construção. .PPC-Unit Letra Português ,(2015,p.28)

Ao definir o perfil profissiográfico do curso de licenciatura são contemplados vários itens, não sendo possível conciliar a mesma ideia presente nas ementas de um número reduzido de disciplinas ofertadas no decorrer dos seis períodos da graduação.

Em destaque, parte dos itens do perfil que PPC direciona ao trabalho desenvolvido para a modalidade como:

(...) Exercer atividades de ensino nos diversos níveis e modalidades previstas pelo sistema, conforme sua habilitação (Português);
Atuar em todos os espaços e ambientes da educação, formal ou não - formal, tais como: programas de educação popular, de

educação de adultos, de educação especial, na área de Língua Portuguesa;

Dominar os conteúdos disciplinares da sua área e as respectivas didáticas e metodologias com vistas a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem e de ensino;

Utilizar as ciências humanas e sociais bem como os conhecimentos das ciências da natureza e as tecnologias como referências e instrumentos para o ensino formal e para a condução de situações educativas em geral;(...)PPC Letras Português 2015 (p. 31)

Diante dos itens selecionados desse perfil profissiográfico, destaca-se a importância do profissional de Língua Portuguesa atuar em diferentes espaços e ambientes da educação, formal ou não – formal e principalmente nas diferentes modalidades da educação, seja na rede particular ou pública da educação.

4.2.2 Síntese sobre o perfil esperado do profissional licenciado em Letras Português no Concurso Público estadual

Buscando entender a configuração do último Concurso Público para professores das Educação Básica/Ensino Fundamental e Médio/ Edital nº01/2012 do Estado de Sergipe, verifica-se que o número de vagas disponibilizadas nesse edital mostrou a necessidade de contratação de novos professores para suprir as carências desse nível de educação.

O concurso público ofereceu 1.700 vagas através do Edital Nº 01/2012 EDITAL Nº 01, de 27 de janeiro de 2012, para provimento do cargo de Professor de Educação Básica. Destaca-se a destinação de vagas (100) para a educação especial a serem ocupadas por professores que iriam prover as necessidades das salas de recursos. Esses professores estariam aptos a atuar em turmas inclusivas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, podendo, de acordo com a necessidade da rede, também atuar no ensino regular, na sua área de formação. Pergunta-se se há um preparo para tais atividades na formação inicial docente.

As salas de recursos são ambientes que oferecem o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo este um serviço da Educação Especial. Tem como objetivo principal elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, eliminar barreiras e promover a plena participação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação (talentosos). Neste aspecto as singularidades específicas de forma complementar e/ou suplementar que venham possibilitar a autonomia do aluno para além escola não parece ter sido também objeto de estudo na sua formação.

O componente Conhecimentos Gerais para a Educação foi parte obrigatória para todos os candidatos do concurso. A necessidade do candidato preparar-se para ter êxito nas provas objetivas estava paralelamente ligada ao conhecimento que ele deveria ter sobre questões presentes no Pensamento Pedagógico Brasileiro fundamentado por educadores como Anísio Teixeira, Paulo Freire, e Dermeval Saviani que não tiveram o ano de suas publicações evidenciadas no edital.

Analisando o quadro de emendas do curso de Letras Português encontra-se disciplinas que dão um respaldo ao conhecimento exigido para essa questão; são elas: História da Educação, Psicologia da Educação, Didática e Organização do Trabalho Pedagógico.

O conteúdo oferecido nas referências bibliográficas do concurso público foi distribuído nas disciplinas de Didática, Planejamento e Gestão Educacional, Avaliação institucional de desempenho, Legislação Educacional, principais marcos regulatórios da Educação Básica, Emendas Constitucionais nº 53 e 59; A LDB - Lei nº 9.394/1996 com suas alterações; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei do FUNDEB - Lei 11.494/2007, Políticas Educacionais para a Educação Básica: Ensino Fundamental com nove anos de duração; Ensino Médio Integrado (Formação Profissional e as Transformações do Ensino Médio); Escola de Tempo Integral; Educação Inclusiva: fundamentos de uma escola inclusiva. Estratégias do Trabalho coletivo para inclusão. Diferenciação Curricular. Planejamento Inclusivo; Convenção da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência; Pluralidade Cultural.; Educação e Trabalho: Trabalho como princípio educativo e Protagonismo Juvenil e Cidadania

Observam-se as exigências, do concurso público, que requer dos candidatos aptidão e domínio de conteúdos tão diversos, na prova de conhecimentos gerais sobre educação, destinada a todos fica constatado que as referências bibliográficas que correspondem aos conteúdos programáticos estão ausentes na programação apresentada no Edital nº 01/2012 –SE.

Questiona-se diante do que é cobrado no edital redigido com base na Lei 9.394/1'996, nas DCNEB (2010) e nas Resoluções Ministeriais, PPP da Educação Básica e Planos Pedagógicos de Cursos - PPC de IES responsáveis por formar docentes matriculados nas graduações. Há uma evidente desarticulação da educação básica com a educação superior, como norma dos sistemas de ensino. Abaixo estão organizados os conteúdos programáticos exigidos para os candidatos às vagas de professor da educação básica/ Língua Portuguesa, que cobram apenas os conhecimentos específicos da área do conhecimento..

Quadro 13 Conteúdos Programáticos/Língua Portuguesa/ Edital 01/2012.

COMPONENTES DIDÁTICOS ESPECÍFICOS					
Nº	LITERATURA	LINGUAGEM E INTERAÇÃO	LEITURA	PRODUÇÃO DE TEXTOS	ANÁLISE LINGÜÍSTICA
1	A linguagem literária	Comunicação e mensagem; código, língua e linguagem;	Compreensão literal	Gêneros textuais	Norma culta e variedades linguísticas
2	O Barroco no Brasil	Comunicação e mensagem; código, língua e linguagem;	Compreensão literal	Gêneros textuais	Oralidade e a escrita
3	O Arcadismo no Brasil	Comunicação e mensagem; código, língua e linguagem;	Compreensão literal	Gêneros textuais	Aspectos gramaticais
4	O Romantismo – a prosa no Brasil; Castro Alves: texto e contexto – a incorporação marcante do negro na literatura brasileira.	Comunicação e mensagem; código, língua e linguagem;	Compreensão literal	Gêneros textuais	Oralidade e a escrita
5	O Realismo-Naturalismo no Brasil.	Comunicação e mensagem; código, língua e linguagem;	Compreensão literal	Gêneros textuais	Aspectos gramaticais

6	O Parnasianismo no Brasil	Comunicação e mensagem; código, língua e linguagem;	Compreensão literal	Gêneros textuais	Aspectos normativos
7	O Simbolismo no Brasil	Comunicação e mensagem; código, língua e linguagem;	Compreensão literal	Gêneros textuais	Oralidade e a escrita
8	A revolução artística do início do século XX	Comunicação e mensagem; código, língua e linguagem;	Compreensão literal	Gêneros textuais	Oralidade e a escrita
9	O Pré-Modernismo no Brasil	Comunicação e mensagem; código, língua e linguagem;	Compreensão literal	Gêneros textuais	Aspectos gramaticais
10	Modernismo no Brasil – poesia e prosa	Comunicação e mensagem; código, língua e linguagem;	Compreensão literal	Gêneros textuais	Aspectos gramaticais
11	O Pós-Modernismo	Comunicação e mensagem; código, língua e linguagem;	Compreensão literal	Gêneros textuais	Aspectos gramaticais

Fonte: Edital do Concurso 01/2012 – Funcab/SE

Constata-se que os conteúdos exigidos estão presentes no quadro das ementas do curso de licenciatura em Letras Português da Unit e se apresentam de forma considerável e positiva nas disciplinas Produção de Texto I e II, Linguística I e II, : Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa, Língua Portuguesa I, II , III e IV, Língua Latina , Literatura de Língua Portuguesa II , III e IV.

Além dos conteúdos específicos em Língua Portuguesa e demais áreas, os candidatos submeteram-se às provas voltadas para os conhecimentos gerais da Língua Portuguesa e conhecimentos sobre o estado de Sergipe no tocante aos aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, segurança, ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. Conforme quadro nº 11, os

conhecimentos sob a responsabilidade da Língua Portuguesa aqui elencados, se fizeram presentes na Matriz Curricular do Curso.

Quadro 14 Conteúdos Programáticos Conhecimentos da Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais - Concurso Público Professor da Educação Básica / Edital 01/2012

CONHECIMENTOS BÁSICOS LÍNGUA PORTUGUESA		
Nº	CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:	AUTORES /LEGISLAÇÃO
Nº 1	Compreensão de textos. Denotação e conotação	--
Nº 2	Ortografia: emprego das letras e acentuação gráfica.	–
Nº 3	Classes de palavras e suas flexões	–
Nº 4	Processo de formação de palavras	–
Nº 5	Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais.	–
Nº 6	Concordâncias nominal e verbal. Regências nominal e verbal	–
Nº 7	Emprego do acento indicativo da crase	–
Nº 8	Colocação dos pronomes átonos	–
Nº 9	Emprego dos sinais de pontuação. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia e figuras de linguagem.	–
Nº 10	Funções sintáticas de termos e de orações	–
Nº 11	Processos sintáticos: subordinação e coordenação	–

Quadro 15 Conteúdos Programáticos de História, Geografia e Conhecimentos Gerais do Estado de Sergipe- Concurso Público Professor da Educação Básica / Edital 01/2012

CONTEÚDOS HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CONHECIMENTOS GERAIS DE SERGIPE		
Nº	CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:	AUTORES /LEGISLAÇÃO
Nº 1	Aspectos históricos e geográficos de Sergipe.	–
Nº 2	Tópicos relevantes e atuais, com enfoque no Estado de Sergipe, nas diversas áreas, tais como: Política, economia, sociedade, educação, cultura, saúde, tecnologia, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. Compreensão dos problemas que afetam o Estado.	

Fonte: Edital do Concurso 01/2012 – Funcab/SE

Percebe-se que os conteúdos trabalhados na licenciatura em Letras Português aproximam-se em grande parte das exigências do Concurso Público, exceto no que é pedido com relação aos Conhecimentos Gerais Específicos do estado de Sergipe. A familiaridade com as Políticas Públicas Educacionais para a educação básica, assim como a análise crítica das mesmas, ampliarão a condição de aprovados nos concursos públicos, de modo a alcançar sua prática futura em diferentes modalidades e, conseqüentemente, na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Já no tocante a atuação desse docente na EJA, a fundamentação e prática (re)construídas na graduação deverá ser ampliada via formação continuada buscada pelo docente, uma vez que o profissional habilitado pela IES nunca deve considerar-se de todo pronto; a cada desafio apresentado é necessário somar as experiências acumuladas a novos conhecimentos adquiridos para que alcançarmos os objetivos.

4.2.3 O Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unit

O curso de licenciatura Ciências Biológicas é autorizado pelo Conselho Superior de Administração (CONSAD) da Universidade Tiradentes, através da Resolução no 001/2004 de 13 de abril de 2004. A Renovação de Reconhecimento deu-se pela Portaria MEC/SESu N° 260, de 27/03/2007, DOU n° 60, de 28/03/2007.

Implantado no segundo semestre de 1993, o curso possuía habilitações - Licenciatura Plena e Bacharelado na Modalidade Médica, sendo autorizado através do Parecer do CFE no 273/93 de 02 de julho de 1993 e reconhecido pela portaria 2.188 do MEED de 28 de novembro de 1997. As alterações recebidas pelo curso de Ciências Biológicas em seu currículo, a partir de 2004, com a Resolução nº 001/2004, resultaram no seu desmembramento em Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharelado na Modalidade Médica.

De acordo com o seu PPC o Curso enfatiza a importância dessa área de conhecimento para desenvolver o espírito científico e o aprimoramento das relações homem/natureza, as adequações às novas Diretrizes Curriculares Nacionais na formação do profissional da área de Ciências Biológicas, assinalando a consciência sobre a importância da sua participação na sociedade, seja na defesa da comunidade, do meio ambiente e da sua formação como profissional da educação. Assim confirma o Projeto Político Pedagógico - PPC do curso:

O licenciado em Ciências Biológicas deve possuir uma formação básica ampla e sólida, com adequada fundamentação teórico-prática da diversidade dos seres vivos, do seu funcionamento, da sua organização e das suas relações com o meio ambiente em que vive; adequada formação pedagógica que lhe enseje conhecimentos atualizados das correntes e tendências do pensamento pedagógico contemporâneo, da Psicologia, Sociologia, organização e gestão escolar; clareza nos conceitos, princípios e teorias; compreensão da importância das Ciências Biológicas para a sociedade e da responsabilidade do educador na formação de cidadãos.

(...)O campo de atuação do licenciado em Ciências Biológicas abrange:- Atuação no ensino fundamental e médio em Instituições públicas e privadas(...)PPC do Curso.(p. 22 e 23)

Pode-se perceber que o PPC do curso de Ciências Biológicas apresenta argumentos compatíveis a formação do professor para atuação na

educação básica. A importância de uma formação básica ampla e sólida, obtida via fundamentação teórico-prática, a responsabilidade do educador que atuará no ensino fundamental e médio na formação de cidadãos, são fatos apresentados no PPC cuja análise está presente nesta seção, sobretudo quando do aprofundamento das ementas e carga horária que integralizam a proposta curricular.

Gatti (2009), ao desenvolver seus estudos sobre um conjunto de instituições superiores do curso de licenciatura em Ciências Biológicas, optou por respeitar minimamente a distribuição do total de cursos no Brasil de acordo com as mais diversas variáveis relativas à localização por regiões, categorias administrativas (pública – federal, estadual ou municipal – e privada: particular ou comunitária confessional); e organização acadêmica (universidade, centro universitário, faculdade integrada, faculdade isolada ou instituto superior de educação).

A análise sobre as características do curso de licenciatura em Ciências Biológicas, teve início a partir da coleta dos dados realizada através da colaboração direta da IES e do Departamento de Ciências Biológicas da Unit, disponibilizando o PPC e demais dados disponíveis no site da Unit por email sobre a estrutura curricular do curso que é oferecido na modalidade presencial, com 50 vagas por semestre e uma carga horária de 3.400 horas.

A distribuição dessas horas compartilha 1.880 horas em carga horária teórica, 920 horas em carga horária prática, 400 horas de Estágio Supervisionado, 80 horas de disciplinas optativas e 200 horas de Atividades Complementares. Trata-se de Curso de Licenciatura Integralizado em três anos e meio, em que as disciplinas que integram sua composição curricular foram definidas em função do objetivo geral do curso:

Formar o professor na área de Ciências Biológicas, dotados de conhecimentos teóricos articulados as atividades práticas, para atuar no ensino fundamental e médio e como biólogo, com vistas a produção e a socialização do conhecimento. (PPC de C. Biológicas, 2012, p.21)

Dentre os objetivos específicos presentes no PPC do curso vale destacar os que são direcionados especificamente para o nosso objeto, a formação para o perfil docente, inclusive na modalidade de EJA, inserindo-o

profissionalmente em diferentes setores da Biologia, tornando-o capaz de articular o ensino com a pesquisa científica nos vários setores da Biologia ;

[...] Elaborar e executar projetos, em escolas e nas comunidades, e em áreas de atuação do biólogo, organizar, coordenar e participar de equipes multidisciplinares, realizar consultorias e perícias, dar pareceres e atuar para que a legislação, que visa a preservação dos direitos do homem e a vida no planeta, seja cumprida;
Desenvolver técnicas de ensino estimulando o desenvolvimento de metodologias de ensino de Ciências Biológicas;
Formar professores dotados de conhecimento didático pedagógico para o desenvolvimento da prática docente na área de atuação;[...]
PPC de C. Biológicas 2012 p.21e22)

Os citados objetivos destacam-se ao reforçar os argumentos para o perfil profissiográfico esperado do aluno da licenciatura. Há de se concordar com Kuenzer (1999,p.7), ao afirmar que: “[...] O perfil desejado do profissional da educação deve contemplar um profundo conhecimento sobre a dinâmica da sociedade, dos sistemas de ensino e da escola, como realidades concretas de um contexto histórico-social, nas dimensões afetivas, individual e grupal.[...]”

Na expectativa de que o conhecimento se estabeleça na forma real e contextualizada, também na área de ensino das Ciências Biológicas, atuando sob o viés da formação continuada deva fornecer subsídios em suas ementas e disciplinas oferecidas para suprir este fim.

Gatti (2009) inicia sua análise nos cursos de Ciências Biológicas distribuídos no Brasil direcionando seu foco para as estruturas curriculares e a presença das disciplinas obrigatórias, optativas e categorias de análises que permitiram dar conhecimento aos aspectos responsáveis pela formação do professor.

Observando o que é priorizado na composição curricular do PPC do curso da licenciatura em Ciências Biológicas, é visto que se espelha no Projeto Pedagógico Institucional – PPI da UNIT, que ressalta a necessária articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sendo desenvolvidas por competências e habilidades, onde a Interdisciplinaridade estabelece o elo entre organização metodológica e curricular, o PPC mantém um diálogo com as unidades programáticas afins ou de diferentes campos do saber.

Consta do PPC (2012) a preocupação em diminuir a fragmentação entre os conhecimentos e saberes ali desenvolvidos de acordo com a organização das

disciplinas e atividades, de modo a permitir que o aluno construa uma base de conhecimentos gradual e ordenada, fundamentada numa sólida teoria para (re) construir continuamente e criativamente as tarefas próprias a sua formação. Os Eixos Estruturantes do PPC em análise são: Fenômenos e Processos Básicos, Práticas Investigativas, Formação Específica e Práticas Profissionais.

Organizado em 3 anos e meio, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas em sua estrutura curricular oferece desde os primeiros períodos, as disciplinas das áreas humanísticas como alicerce fundamental para a compreensão do processo da educação nos seus diferentes níveis, as disciplinas da área de saúde, agrupadas numa sequência considerada lógica de conteúdos responsáveis por constituir a base do conhecimento, e, por último, os Estágios Supervisionados I, II e III são desenvolvidos do 5º ao 7º períodos.

Procurando estabelecer uma relação entre a estrutura curricular disposta no PPC da Licenciatura em Ciências Biológicas e as categorias trabalhadas por Gatti(2009) em sua análise, convém deixar à mostra, as disciplinas dispostas na perspectiva da atuação, comprometimento e reflexão da prática docente ao longo da formação, para o professor da disciplina biologia na educação básica, entendida também na modalidade de EJA.

Foram analisadas 45 disciplinas (44 obrigatórias e uma optativa), em que a disposição estabelecida pelo curso de Licenciatura em Ciências Biológicas em seu PPC, apresenta-as através dos Eixos Estruturantes já citados (Fenômenos e Processos Básicos, Práticas investigativas, Formação Específica e Práticas profissionais) que são extraídos do Projeto Pedagógico Institucional - PPI (razão pela qual se repetem nas demais licenciaturas analisadas) que objetivam sistematizar a complementaridade dos conteúdos, saberes, ações e competências, o que procuraremos relacionar com a organização eleita por GATTI (2009) e dessa forma, faremos o detalhamento das disciplinas e suas categorias de análise, objetivando um maior esclarecimento no tocante ao seu grau de comprometimento e importância e o lugar que ocupa cada uma delas nesse contexto. É por essa via que buscamos nas disciplinas, o que fortalece a profissão professor e as fragilidades encontradas nesse sentido.

1- Fundamentos Teóricos da Educação – essa categoria congrega disciplinas que partem de uma outra área do conhecimento e são comuns a todos os cursos. Em tese, são responsáveis pela formação geral e básica: Psicologia da

Educação, Legislação e Gestão Ambiental, Biologia do Desenvolvimento, História da Educação, Didática, Metodologia Científica, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Filosofia e Cidadania. Essas três últimas disciplinas são oferecidas de forma semipresencial, de acordo com a Portaria MEC no 4.059, de 10/12/2004, (8).

2- Conhecimentos relativos aos Sistemas Educacionais - nessa categoria estão agrupadas as práticas das disciplinas que tratam da parte pedagógica do curso de Ciências Biológicas onde se concentram Organização do Trabalho Pedagógico, Práticas Investigativas I e II, Práticas Extensionistas I e II, e Metodologia do Ensino da Biologia. Salientamos que essas disciplinas institucionais que se denominam de Prática, não constam no PPC de Letras Português, do qual estão presentes os Projetos Integradores I, II, III e IV (6).

3- Formação profissional específica - Estão aqui concentradas disciplinas que fundamentam a formação específica para o licenciado em Ciências Biológicas sendo ministradas tanto de forma teórica quanto prática em laboratório. São elas: Morfologia Vegetal, Fisiologia Vegetal, Invertebrados I, II e III, Vertebrados I, Vertebrados II, Geologia e Paleontologia, Genética de Populações e Evolução, Elementos de Anatomia, Histologia Animal, Fisiologia Animal, Parasitologia, Etologia, Biofísica, Bioquímica, Ecologia Geral, Genética e Biologia Molecular, Microbiologia e Imunologia, Química Geral, Física Geral, Bioética e Bioestática I (23).

4- Formação para nível/modalidade de ensino específico – neste item estão catalogadas as disciplinas voltadas para o objetivo da referida pesquisa, nível/ modalidade específico. São elas: Libras, Estágio Supervisionado do Ensino I, II e III (4)

5- Outros Saberes – Disciplinas destinadas a favorecer a ampliação do conhecimento do futuro profissional, trabalhando a sensibilidade, o seu comportamento ético e cidadão: Apenas 01 disciplina optativa. O aluno fará a escolha da disciplina optativa. Dentre elas temos: Biogeografia, Biotecnologia, Taxonomia de Fanerógamos e Criptógamos, Bioética e Inglês Instrumental. Observa-se aqui que esse aprofundamento dá-se em detrimento da formação pedagógica do licenciando.

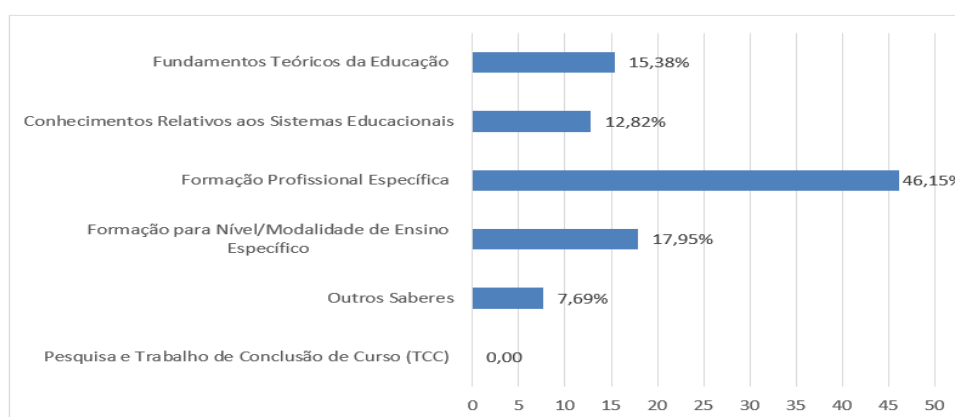
6- Pesquisa e trabalho de conclusão de curso (TCC) - Nessa categoria encontramos apenas a disciplina TCC (1).

Nesse diagnóstico, o que predomina são disciplinas da Categoria Formação Específica, em que se concentra a maior carga horária, seguida de Fundamentos Teóricos da Educação e Conhecimentos relativos ao Sistema Educacional. O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas dentre os analisados é o único que possui a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso e TCC, no 7º período.

Embora sendo um curso cuja especificidade do conhecimento reside na área das ciências médicas, sua peculiaridade primeira é a formação de professores; observa-se a grande concentração de disciplinas na Categoria destinada ao campo do conhecimento específico seguido das demais.

O que é destacado por Gatti(2009) em sua pesquisa com as IES públicas e privadas, confirma-se na análise das 3 Categorias mencionadas, do curso em Licenciatura de Ciências Biológicas e no gráfico 6 que segue abaixo:

Gráfico 6 Distribuição das Disciplinas do Currículo do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas/ Unit por categoria de análise



FONTE: Projeto Pedagógico do Curso - Unit 2012. Elaboração da autora.

A categoria Formação Profissional Específica com 23 disciplinas vem representando a maior concentração seguida de Fundamentos Teóricos da Educação com 8 e Conhecimento Relativo ao Sistema Educacional com 06.

Concluindo, temos a categoria Formação para Nível/Modalidade de Ensino Específico com 4 disciplinas, Outros Saberes e Pesquisa e TCC com uma disciplina cada.

Complementando essa análise segue o quadro 13 com as disciplinas obrigatórias e optativas ofertadas pelo PPC do curso de Licenciatura em Ciências

Biológicas, organizadas em uma sugestão de períodos. As disciplinas aparecem realizadas por cores nos quadros nº14 e nº 15, indicando a categoria de análise, conforme legenda já apresentada na subseção 4.2.1.

Quadro 16 Estrutura Curricular/Licenciatura em Ciências Biológicas – Unit

1º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H111900	Metodologia Científica	–	04	80	00	80
H111926	Prática Investigativa I	–	03	20	40	60
H114550	História da Educação	–	04	80	00	80
B108443	Biologia Celular	–	03	40	20	60
B108435	Química Geral	–	02	40	00	40
F104620	Física Geral	–	02	40	00	40
B108478	Elementos de Anatomia	–	04	40	40	80
B108486	Bioestática	–	02	40	00	40
TOTAL DO PERÍODO			24	380	100	480
2º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H113341	Fundamentos Antropológicos e Sociológicos	–	04	80	00	80
H112035	Prática Extensionista I	–	03	20	40	60
H113473	Psicologia da Educação	–	04	80	00	80

B108222	Morfologia Vegetal	–	04	40	40	80
B108893	Bioquímica	–	03	40	20	60
B108940	Histologia Animal	B108443	03	40	20	60
B108249	Invertebrados I	–	04	40	40	80
TOTAL DO PERÍODO			25	340	160	500
3º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H113465	Filosofia e Cidadania	--	04	80	00	80
H112540	Prática Investigativa II	H111926	03	20	40	60
H114577	Organizacao do Trabalho Pedagógico	--	04	80	00	80
B108460	Biofísica	--	02	40	00	40
B109253	Biologia do Desenvolvimento	B108940	03	40	20	60
B109237	Fisiologia Vegetal	--	04	40	40	80
B109245	Invertebrados II	B108249	04	40	40	80
TOTAL DO PERÍODO			24	340	140	480
4º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H113457	Libras	--	04	80	00	80
H112590	Prática Extensionista II	H112035	03	20	40	60
H113520	Didática	--	04	40	40	80

B112416	Metodologia do Ensino de Biologia	--	04	40	40	80
B112190	Bioética	--	02	40	00	40
B112530	Fisiologia Animal	B108478	04	40	40	80
B112610	Invertebrados III	B109245	03	40	20	60
TOTAL DO PERÍODO			24	300	180	480
5º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
B112424	Estágio Supervisionado do Ensino	H113520	07	00	140	140
B112319	Taxonomia de Fanerogamos e Criptogamos	B108222	04	40	40	80
B109032	Ecologia Geral	--	03	60	00	60
B112432	Genética e Biologia Molecular	B108443	04	40	40	80
B112440	Vertebrados I	--	04	40	40	80
TOTAL DO PERÍODO			22	180	260	440
6º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
B112459	Estágio Supervisionado do Ensino II	B112424	07	00	140	140
B112548	Genética de populações e Evolução	B112432	03	60	00	60

B112467	Vertebrados II	B112440	03	40	20	60
B112475	Parasitologia	—	04	40	40	80
B112351	Etologia	--	02	40	00	40
OPT0001	Optativa 01	--	02	40	00	40
B112556	Geologia e Paleontologia		04	40	40	80
TOTAL DO PERÍODO			25	260	240	500
7º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
B112491	TCC	B112459	04	00	80	80
B112505	Legislação e Gestão Ambiental	--	02	40	00	40
B112289	Microbiologia e Imunologia	--	04	40	40	80
B112483	Estagio Supervisionado III	B112459	06	00	120	120
TOTAL DO PERÍODO			16	80	240	320

FONTE: Projeto Pedagógico do Curso - Unit 2013. Elaboração da autora

QUADRO 17 Disciplinas Optativas/ Optativa 1

Período	Código	Nome da disciplina	Créditos	Carga Horária
VI	B112513	Biogeografia	02	40
VI	B109547	Biotecnologia	02	40
VI	H115441	Inglês Instrumental	02	40
VI	B112521	Botânica Econômica	02	40

FONTE: Projeto Pedagógico do Curso - Unit 2013.

QUADRO 18 Quadro Resumo do Total Geral de Créditos e Carga Horária do Curso

Créditos	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Estágio Supervisionado	Atividades Complementares	Carga Horária Total do Curso
160	1880	920	400	200	3400

FONTE: Projeto Pedagógico do Curso - Unit 2012.

Podemos ressaltar que os dados apresentados nos quadros 12 a 14 confirmam a priorização do específico nas disciplinas ofertadas pelo curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, o que se verifica também no curso de Licenciatura em Letras Português, analisado anteriormente.

Destaca-se na estrutura curricular do PPC Ciências Biológicas, 2012, analisada, a presença de pré-requisitos, evidente em todo o PPC. Por um lado pode representar a rigidez que o sistema de créditos na contemporaneidade quer superar; por outro lado sugere a integração das disciplinas (interdisciplinaridade), uma vez que há uma obrigatoriedade entre as disciplinas afins na ordem a serem cursadas, quando apresentadas sequencialmente favorecendo a compreensão e a maturidade do discente.

A análise das ementas teve como base o PPC do curso cuja referência é o PPI da Unit, assim como verificado no anterior. Desenvolvendo - se essa análise, encontra - se a atenção nas categorias 2 e 4 Conhecimentos Relativos ao Sistema Educacional e Formação para o Nível/Modalidade de Ensino Específico, considerado nosso objeto de pesquisa (modalidade EJA).

Das dez disciplinas que correspondem às duas categorias, nove³⁸ delas já foram aqui analisadas porque são comuns ao curso de Licenciatura em Letras Português; essa afinidade pode significar um fator positivo por fazerem parte de um eixo integrador entre os cursos de licenciatura, como proposta institucional de formação inicial docente. Dessas nove, a disciplina Organização do Trabalho

³⁸ Disciplinas : Organização do Trabalho Pedagógico, Práticas Investigativas I e II, Práticas Extensionistas I e II, Libras, Estágio Supervisionado do Ensino I, II e III.

Pedagógico – OTP está presente nos dois cursos e sua ementa gerou a identificação e discussão das políticas públicas pertinentes à escola e à docência. A ementa da disciplina Metodologia do Ensino da Biologia, que está entre as dez que correspondem às categorias 2 e 4, segue detalhada no Quadro 16, a partir do qual busca - se sua relação de aproximação com a modalidade EJA .

Quadro 19 Demonstrativo do Conteúdo da disciplina Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia / Ementa do Curso de Ciências Biológicas / Unit

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino da Biologia / 4^o Período		
Código: B112416	Créditos: 04	Carga horária: 80
Ementa	Objetivos	Competências e Habilidades
Retrospectiva histórica e novas perspectivas para o ensino de Biologia. Enfoques teóricos e Metodológicos e as concepções de competências básicas para a intervenção no contexto escolar do ensino de Biologia, promovendo o planejamento e a pesquisa em educação em ciências.	Oportunizar uma abordagem histórica que possibilite uma melhor compreensão das novas perspectivas para o ensino de Biologia frente aos desafios contemporâneos. Contribuir para o aprofundamento teórico e metodológico que da sustentação a área de educação em ciências especialmente ao ensino de Biologia. Familiarizar o educando com a organização e avaliação do trabalho pedagógico em Biologia.	Analisar as competências de intervenção pedagógica dos professores de Biologia como processo cultural construído numa perspectiva de comunicação: comunicações orais e escritas: qualidades; obstáculos; diversidades

FONTE: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas - Unit 2012. Elaboração da autora

Conforme o observado, trata-se de disciplina ofertada no 4^o período (Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia) que não possui pré-requisitos, apresenta um equilíbrio na oferta de suas cargas horárias práticas e teóricas, com 40 horas cada e oportuniza uma abordagem história sobre o ensino da Biologia, deixando evidente a sua relação com os novos desafios e perspectivas para o ensino contemporâneo, conhecimentos educacionais, como organização e

avaliação do trabalho pedagógico em Biologia, além de complementar os conteúdos discutidos que fundamentam a formação dos educandos, direcionada à formação docente, em construção.

A oferta mínima de disciplinas voltadas para a formação específica na estrutura do curso de Licenciatura em Biologia para a EJA, constitui-se em um fator preocupante, uma vez que ao verificar a suficiência e a relação das ementas com a formação básica do futuro docente é constatado que apesar de não se fazerem ausentes a preocupação com as políticas públicas da educação, elas não suprem a real necessidade para a base de uma formação.

Vale concordar com a análise de Gatti(2009) quanto ao grande número de disciplinas voltadas para a fundamentação específica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas em detrimento de componentes pedagógicos capazes de abordar questões referentes ao cotidiano da escola. A metodologia de ensino, como apresentada pode gerar ambiguidades de interpretação com relação à atuação de professores no Ensino Fundamental e Médio.

A autora ainda complementa sua afirmação sobre um representativo número de disciplinas específicas da formação profissional, constatando certa homogeneidade em contextos de heterogeneidade, o que a formação docente em muitas das IES por todo o país.

No tocante à estrutura curricular do curso de Ciências Biológicas, vimos como fragilidade a não inclusão da disciplina Cultura e Relações Étnico-Raciais que se faz presente nas ementas e não está disponibilizada na estrutura curricular. Uma vez oferecida na estrutura curricular o trabalho voltado para a modalidade EJA poderia emergir do seu objetivo e detalhamento, enfocando a contribuição à mudança do ponto de referência do aluno para pensar o “outro”, o diferente, percebendo a complexidade de outras formações e práticas culturais, e também desenvolver um trabalho com as políticas afirmativas para populações étnicas e específicas da educação. (PPC de Ciências Biológicas, 2012.p. 223 a 229)

No tocante às referências, o PPC elenca um acervo atualizado e diversificado onde a Unit, através da sua mantenedora a Sociedade de Educação Tiradentes, vem empreendendo a política de atualização do acervo de livros e periódicos, via indicação de acordo com a prioridade dada por seus professores e alunos cuja importância é avaliada e acatada pelo Colegiado do Curso.

4.2.4 Síntese sobre o perfil esperado do profissional licenciado em Ciências Biológicas no Concurso Público estadual

Objetivando suprir a necessidade do quadro de professores nas escolas públicas estaduais, o governo do estado de Sergipe disponibilizou o Edital nº01/2012, para admissão dos 1700 professores mediante o concurso para atuação na Educação Básica, especialmente no ensino fundamental (6º ao 9º ano) e médio e em turmas inclusivas, nas diferentes áreas de formação. No caso professor para a área das Ciências Biológicas, o pré-requisito (exigido na admissão ao cargo) foi, o Diploma, devidamente registrado, de curso superior de licenciatura plena em Ciências Biológicas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

Para a disciplina Biologia foram destinadas 126 vagas e os aprovados para o quadro de professores da educação básica, foram distribuídos nas nove Diretorias Regionais de Educação de Sergipe.

Sobre a fundamentação exigida no concurso, as provas foram divididas em dois blocos: Conhecimentos Básicos com Língua Portuguesa, História, Geografia e Conhecimentos Gerais de Sergipe, além dos Conhecimentos Pedagógicos e os Conhecimentos Específicos da disciplina Biologia .A seguir, temos o quadro com os conteúdos programáticos exigidos:

Quadro 20 Conteúdos Programáticos / Conhecimentos da Ciências Biológicas e Conhecimentos Gerais /Concursos Público Professor da Educação Básica / Edital 01/2012

CONHECIMENTOS BÁSICOS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS		
Nº	CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:	AUTORES /LEGISLAÇÃO
Nº 1	Identidade dos seres vivos: aspectos físicos, químicos e estruturais da célula; as organelas; a organização celular: seres procariontes, eucariontes e sem organização celular; funções celulares: síntese, transporte, eliminação de substâncias e processos de obtenção de energia: fermentação, fotossíntese e respiração celular; ciclo celular.	--
Nº 2	Noções básicas de microscopia	—
Nº 3	Origem e evolução da vida: hipóteses sobre a origem da vida; teoria de Lamarck e teoria de Darwin.	—
Nº 4	Diversidade da vida: principais representantes de cada domínio e de cada reino da natureza; regras de nomenclatura; biodiversidade no planeta e no Brasil.	—
Nº 5	Espécies ameaçadas	—
Nº 6	Características anatômicas e fisiológicas do corpo humano: fisiologia dos sistemas biológicos (digestório, respiratório, cardiovascular, urinário, nervoso, endócrino, imunológico, reprodutor e locomotor).	—
Nº 7	Genética: fundamentos da hereditariedade – gene e código genético, cálculos com probabilidade; primeira e segunda leis de Mendel; aplicações da engenharia genética: clonagem, transgênicos	—
Nº 8	Interação entre os seres vivos: conceitos básicos em ecologia; cadeias e teias alimentares; distribuição natural da matéria e da energia; bioacumulação; relações ecológicas limitadoras do crescimento populacional; ecossistemas do Brasil;	—

	biomas regionais.	
CONHECIMENTOS HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CONHECIMENTOS GERAIS DE SERGIPE		
Nº	CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:	AUTORES /LEGISLAÇÃO
Nº 1	Aspectos históricos e geográficos de Sergipe.	–
Nº 2	Tópicos relevantes e atuais, com enfoque no Estado de Sergipe, nas diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, cultura, saúde, tecnologia, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. Compreensão dos problemas que afetam o Estado.	–

Fonte: Edital do Concurso 01/2012 – Funcab/SE

Foi obrigatório para todos os candidatos, independentemente das áreas de conhecimento, o componente Conhecimentos Gerais para a Educação, constando nesse universo as disciplinas História da Educação, Psicologia da Educação, Didática e Organização do Trabalho Pedagógico que discutem e fundamentam os conteúdos informados nos quadros 11 e 12 já mencionados às p.135 e 137 do curso de Licenciatura em Letras. Neles constam os conteúdos programáticos sem a menção às referências bibliográficas fato já questionado na análise anterior.

No que se refere à distribuição das disciplinas e categorias de análise no curso foi observado que respondem em parte às exigências do mercado que absorverá o futuro docente, via concurso público; no entanto era esperado mais das ofertas das ementas quanto à formação do profissional da docência que ao desenvolver o trabalho na educação básica e diferentes modalidades, inclusive a EJA apresente-se sensível e com um aprofundamento da fundamentação sobre o nível/modalidade específica. A maneira de priorizar o específico no curso de

Ciências Biológicas reduziu as chances de participação, conhecimento e discussões dos alunos sobre as Políticas Públicas da Educação, do meio ambiente, da saúde de forma reflexiva, crítica e produtiva apesar do PPC colocar a interdisciplinaridade como eixo integrador que perpassa todo o processo.

4.2.5 O Curso de Licenciatura em Matemática da UNIT

O curso de Licenciatura em Matemática da Unit tem sua base legal fundamentada no Projeto Pedagógico Institucional/PPI e visa formar profissionais com concepção filosófica e humanística, que diante da multiplicidade social em que atuarão sejam capazes de lidar com suas inúmeras facetas. (PPC de Matemática, 2015, p.26).

Sua formalização atende à Resolução CNE/CES 1.302, de 06 de novembro de 2001 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais, e os demais atos legais elencados em seu PPC como:

[...] a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e a Resolução CNE/CP Nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena e de formação de professores da Educação Básica em nível superior, no Plano de Desenvolvimento Institucional e nos Projetos Pedagógico Institucional e do Curso (PPC de Matemática, 2015, p.26).

Foi autorizado pelo Decreto Federal S/N de 02/07/1993; Portaria MEC/SESu Nº 2.243 de 19 de dezembro de 1997 e Portaria MEC/SESu nº 286 do MEC de 21 de dezembro 2012. O curso de licenciatura em Matemática da UNIT perfaz 3.160 horas no total, distribuídas nas atividades complementares, disciplinas e estágios supervisionados, observadas as determinações da Resolução CNE/CP2/2002³⁹ que reza sobre a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

³⁹ Resolução CNE/CP 02/ 2002 que Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

Esta análise das particularidades do curso de Licenciatura em Matemática teve a colaboração direta da IES e da Coordenação do Curso que disponibilizou o PPC por e-mail para que se desse início aos estudos e à coleta dos dados; também lançamos mão de outras informações necessárias disponíveis no site da Unit sobre a estrutura curricular do curso que é oferecido na modalidade presencial, com 50 vagas por semestre e uma carga horária de 3.160 horas.

De acordo com o que preconiza a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, as atividades e disciplinas encontram-se assim distribuídas ao longo do currículo:

a) Prática como componente curricular, vivenciada ao longo do curso: as disciplinas com horas de prática que cumprem estes requisitos totalizam 560 horas;

b) Estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso: as atividades são distribuídas em três estágios que totalizam 400 horas;

c) Os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural: os conteúdos teóricos, distribuídos ao longo do curso, incluem os conteúdos de conhecimentos específicos da Matemática e respectivas licenciaturas e de conteúdos de Educação e Formação Pedagógica que totalizam 2000 horas.

d) Atividades Acadêmico-Científico-Culturais: as atividades diversas, de cunho acadêmico-científico-cultural, que fazem parte da vida escolar do estudante universitário e que estão relacionadas com o exercício de sua futura profissão, perfazem um total de 200 horas.

Desse modo, a sua organização curricular possibilita ao aluno a aquisição de conhecimentos didáticos e pedagógicos necessários ao desenvolvimento do perfil profissional e das competências definidas. (PPC de Matemática/Unit, 2015, p.31)

Sua proposta curricular é integralizada em três anos, sendo as disciplinas ou componentes curriculares definidos em função do objetivo geral do curso, como afirma o PPC respectivo:

Formar professores para atuarem no Ensino Fundamental e Médio com uma sólida base científica, possibilitando vivências críticas da realidade educacional e experimentação de novas propostas que considerem a evolução dos estudos da Matemática. (PPC de Matemática/Unit, 2015, p.28)

No decorrer de sua trajetória como licenciatura plena, o curso passou por modificações na estrutura curricular, buscando a melhoria na formação de professores e adequando-se à legislação em vigor, passando por uma reestruturação do currículo com inclusão de disciplinas mais direcionadas à

formação específica e profissional e exclusão de outras. Com essas reformulações o curso oferece ao estudante a possibilidade de continuidade dos estudos em nível de pós-graduação lato sensu, subsequente à graduação, objetivando a qualificação do egresso e ampliando sua qualificação profissional.

A composição curricular atual assume um total de 158 créditos distribuídos em 38 disciplinas, das quais 37 são obrigatórias e apenas uma optativa, de acordo com o PPI da instituição. Os componentes curriculares de formação geral, formação específica e formação complementar apresentam-se organizados em Eixos Estruturantes (**Fenômenos e Processos Básicos, Práticas Investigativas, Formação Específica e Práticas profissionais**), seguindo o padrão dos cursos anteriores, Letras Português e Ciências Biológicas.

Nesta análise, ainda se adota a categorização proposta por Gatti (2009), para agrupar os componentes curriculares da matriz do curso nas seis categorias denominadas:

1-Fundamentos Teóricos da Educação – Categoria que dará conta das disciplinas que permitem um embasamento teórico ao aluno de Matemática sendo que este conhecimento parte de uma outra área do conhecimento. São elas: Fundamentos Antropológicos e Sociológicos; Filosofia e Cidadania; Psicologia da Educação; Didática, Fundamentos Históricos da Educação e Metodologia Científica (6).

2-Conhecimentos Relativos aos Sistemas Educacionais - Categoria que engloba as disciplinas: Organização do Trabalho Pedagógico; Projeto Integrador I, II, III e IV (5).

3-Formação Profissional Específica – Neste bloco estão as disciplinas que fundamentam o conteúdo da Matemática fornecendo a base científica específica oferecida pela IES pesquisada: História e Filosofia da Matemática; Geometria Euclidiana, Geometria Espacial, Geometria Analítica e Álgebra Vetorial, Cálculo I, Cálculo II, Cálculo III, Álgebra Linear, Álgebra I, Álgebra II, Física Mecânica, Métodos Estatísticos e Cálculo Numérico e Optativa I (14).

4-Formação para Nível/Modalidade de ensino Específico – Neste bloco estão reunidas as disciplinas voltadas à formação do professor, que correspondem às obrigatórias e aos segmentos educacionais ou modalidades de ensino: Libras, Educação e as Tecnologias de Informação e Comunicação, Educação e Diversidade, História e Cultura Afrodescendente e Indígena, Estágio

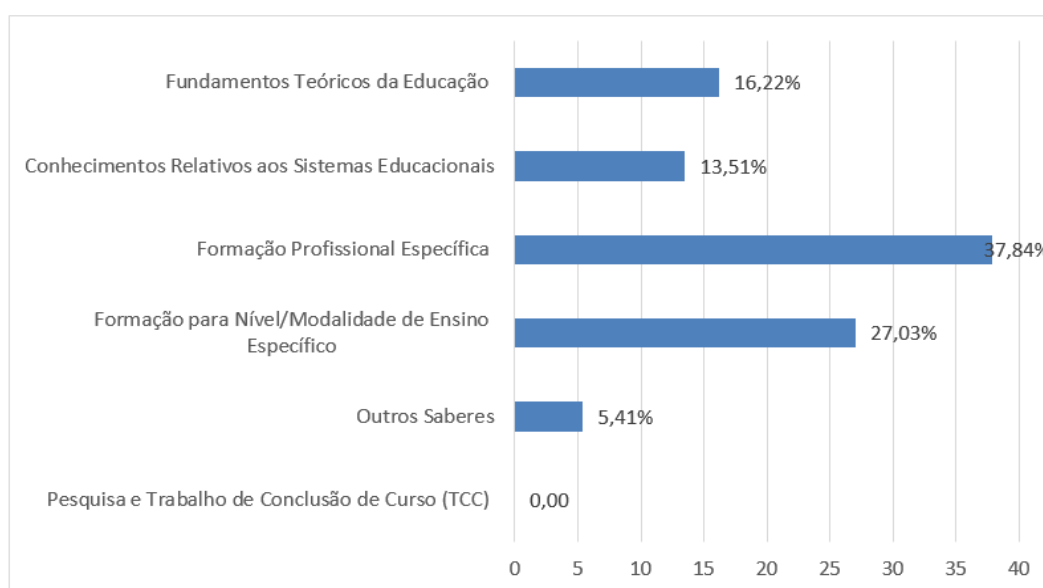
Supervisionado do Ensino I, Estágio Supervisionado do Ensino II, Estágio Supervisionado do Ensino III, Matemática para o ensino Fundamental, Matemática para o Ensino Médio I e II (10).

5-Outros Saberes – Disciplinas responsáveis por ampliar o conhecimento do professor, sua sensibilidade e seu comportamento como professor e cidadão na sociedade contemporânea, assinalada por contínuas transformações tecnológicas e inovações. Representa essa categoria a disciplina: Leitura e Produção de Texto, Educação Ambiental e Sustentabilidade (2).

6-Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Não houve representação de disciplinas nessa categoria (0).

Observa - se que das 6 categorias analisadas, a que mais absorveu disciplinas foi também, como nas licenciaturas já analisadas, a Formação Profissional Específica com 14 disciplinas, vindo em seguida Formação para Nível/Modalidade de ensino específico com 10 disciplinas, Conhecimento Relativo ao Sistema Educacional com cinco disciplinas e Fundamentos Teóricos da Educação com seis disciplinas. Essa situação é visualizada no Gráfico 7. Nota-se uma tendência maior desse curso ao equilíbrio entre a formação pedagógica e a formação específica, considerado em relação a Letras Português e Ciências Biológicas.

Gráfico 7 Distribuição das Disciplinas do Currículo do Curso de Licenciatura em Matemática/ Unit por categoria de análise



FONTE: Projeto Pedagógico do Curso de Matemática- Unit 2015. Elaboração da autora.

Conforme o gráfico 7 as categorias Formação para a Modalidade e Nível de Ensino Específico ficou com 10 disciplinas, seguida dos Fundamentos Teóricos da Educação com 06, Conhecimentos Relativos ao Sistema Educacional com 05 disciplinas e Outros Saberes com 3 disciplinas. Mais uma vez constata-se que a carga horária destinada à formação do aluno de Matemática na categoria Formação Específica lidera na quantidade de oferta de disciplinas. Desse modo 62,2% da carga horária do curso de licenciatura em Matemática aproximam-se da formação integral do professor, ocupando assim uma posição privilegiada como formação inicial diante dos cursos referidos. Particularmente, ressalta - se que as categorias de número 04 Modalidade e Nível de ensino Específico e a categoria 05, Outros Saberes possibilitam trabalhar a fundamentação que atende à modalidade da EJA.

Tratando-se das disciplinas⁴⁰ já observadas nas análises dos cursos anteriores, na Licenciatura em Matemática merece realce também a disciplina Educação e Diversidade que reafirma em seus objetivos o compromisso com a modalidade EJA:

Promover discussões acerca das inter-relações entre educação e diversidade de gênero, classe social e padrões culturais.
Refletir sobre a abrangência e os significados da educação de jovens e adultos, da educação no campo e da educação inclusiva como objeto pedagógico do professor.
Relacionar a formação de professor, a prática da sala de aula e as questões da diversidade no âmbito da educação (PPC de Matemática /Unit , 2015, p114).

No quadro seguinte está detalhada a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Matemática, por período - sugestão a serem cursadas. Vale ressaltar que as disciplinas estão realçadas por categoria de análise conforme legenda que vimos utilizando até aqui.

⁴⁰ Disciplinas Libras, Educação e as Técnicas de Informação e Comunicação ,Educação e Diversidade, Historia e Cultura Afrodescendente e Indígena e Supervisionado do Ensino I, Estágio Supervisionado do Ensino II e Estágio Supervisionado do Ensino III

Quadro 21 Estrutura Curricular do Curso Licenciatura em Matemática- Unit

1º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H120224	Psicologia da Educação	-	04	04	00	80
H120216	Fund. Históricos da Educação	-	04	04	00	80
H111900	Metodologia Científica	-	04	04	00	80
H120267	Leitura e Produção de Texto	-	04	02	02	80
H120275	Ed. e as Tec. de Inf. e Comunic.	-	04	02	02	80
TOTAL			20	16	04	400
2º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H113708	His. e Cultura A. e Indígena	-	02	02	00	40
H116413	Org. do Trabalho Pedagógico	-	04	02	02	80
H113341	Fund. Antropol. e Sociológicos	-	04	04	00	80
H113520	Didática	-	04	02	02	80
H120534	Projeto Integrador I	-	02	00	02	40
H120526	Geometria Euclidiana	-	04	04	00	80
H120518	Mat. Ensino Fundamental	-	04	02	02	80
TOTAL			24	16	08	480
3º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	CRÉDITO TOTAL	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H113465	Filosofia e Cidadania	-	04	04	00	80
H120380	Educação e Diversidade	-	04	04	00	80
F110310	Geometria Espacial	-	04	04	00	80

F107999	Geom. Analit. e Alg. Vetorial	-	04	04	00	80
F110302	Mat. Ensino Médio I	-	04	02	02	80
H120968	Projeto Integrador II	-	02	00	02	40
TOTAL			22	18	04	440
4º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H113457	Libras	-	04	04	00	80
F104680	Cálculo I	-	04	04	00	80
H118718	Est. Supervisionado do Ensino I	H113520	04	00	04	80
H120976	Projeto Integrador III	-	02	00	02	40
F107182	Álgebra Linear	-	04	04	00	80
F104345	Lab. do Ensino da Matemática	-	04	02	02	80
F110329	Mat. para o Ensino Médio II	-	04	02	02	80
TOTAL			26	16	10	520
5º PERÍODO						
Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
F110361	His. e Filosof. da Matemática	-	04	02	02	80
F104396	Álgebra I	-	04	04	00	80
H120488	Educ. Amb. e Sustentabilidade	-	04	04	00	80
H118726	Est. Supervisionado do Ensino II	H118718	08	00	08	160
H120984	Projeto Integrador IV	-	02	00	02	40
F104361	Cálculo II	-	04	04	00	80
OPT0001	Optativa I	-	04	04	00	80
TOTAL			30	18	12	520
6º PERÍODO						

Código	Disciplina	Pré-requisito	Crédito Total	C. Horária		C. Horária Total
				Teórica	Prática	
F108464	Física Mecânica	-	04	02	02	80
F104350	Métodos Estatísticos	-	04	04	00	80
F105732	Cálculo Numérico	-	04	04	00	80
F110337	Cálculo III	-	02	02	00	40
H118734	Est Supervisionado do Ens. III	H118726	08	00	08	160
F104400	Álgebra II	-	04	04	00	80
TOTAL			26	16	10	520

FONTE: Projeto Pedagógico do Curso de Matemática - Unit 2015.

Quadro 22 Resumo do Total Geral de Créditos e de Carga Horária

Total de Créditos	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Estágio Supervisionado	Atividades Complementares	Carga Horária Total
158	2000	560	400	200	3.160

FONTE: Projeto Pedagógico do Curso de Matemática - Unit 2015.

Quadro 23 Disciplinas Optativas/Optativa 1

Período	Código	Nome da Disciplina	Créditos	Carga Horária
5º	F104469	Equações Diferenciais	04	80
5º	F110353	Geometria Diferencial	04	80
5º	F110345	Matemática Computacional	04	80

FONTE: Projeto Pedagógico do Curso de Matemática - Unit 2015.

As Ementas das disciplinas voltadas para objetivos, conteúdos, competências e habilidades de fundamentação na modalidade da EJA, já foram destacadas nas análises dos cursos anteriores. Esse resultado vem respaldar a unidade mantida entre as licenciaturas, no tocante à oferta dessas disciplinas no âmbito institucional.

É importante ressaltar que além dos Estágios Supervisionados, imprescindíveis em todas as licenciaturas, por ressaltarem a formação docente e as práticas presentes na educação básica, o curso de Matemática desenvolve atividades práticas supervisionadas com base na Resolução CES/CNE nº 3/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências:

[...] Explicitado no seu Art. 2º em que “cabe às Instituições de Educação Superiores respeitadas o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá: I - preleções e aulas expositivas; II - atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas”. Em consonância com a legislação vigente a Unit, contemplou no PPC do curso de Matemática a complementaridade das horas de integralização do curso por meio da institucionalização e normatização das Atividades Práticas Supervisionadas Extraclasse – APSEC, através da Portaria Interna nº 013 de 11 de fevereiro de 2009, emitida pela Reitoria, considerando as atividades práticas supervisionadas como trabalho acadêmico ou discente efetivo, que pode e deve ser contabilizado na carga horária total do curso, aliás, o que a própria resolução CES/CNE nº 3/2007, deixa claro (PPC de Matemática da Unit, 2015, p.40)

Conforme o PPC/Matemática (2015) tais atividades presentes nas disciplinas Estágio Supervisionado I, II e III possuem um amplo espaço de atuação dentro e fora da sala de aula e possibilitam processo pedagógico a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Representam a única cadeia de pré-requisitos dentro do curso.

Outras disciplinas como Organização do Trabalho Pedagógico e Educação e Diversidade, presentes na estrutura curricular fazem o diferencial, quando se trata da categoria Formação para o Nível/Modalidade Específica do Ensino, pelo fato de ser esse o fio condutor nas licenciaturas aos conhecimentos

sobre a EJA, com suas particularidades, realidade e importância na educação básica do país.

Como base de sustentação o curso de Licenciatura em Matemática, como os já analisados, possui um acervo atualizado, direcionado para atender às exigências do MEC e demandas contemporâneas do seu corpo docente e discente. Nesse acervo inclui-se também uma bibliografia complementar, já informatizada, disponibilizando um atendimento mínimo de cinco títulos por unidade curricular e dois exemplares por título conforme os programas de cada disciplina. Sobre os periódicos especializados o curso oferece:

As assinaturas de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada; bases de dados específicas (revistas e acervo em multimídia atendem adequadamente aos programas de todos os componentes curriculares e à demanda do conjunto dos alunos matriculados no curso de Matemática da Unit. O curso conta 44 periódicos de maneira a ilustrar as principais áreas temáticas do curso. Um acervo de significativas publicações periódicas na área de Educação, de distribuição mensal ou semanal, é atualizado em relação aos últimos 3 anos (PPC Matemática, 2015, p.172)

Os periódicos impressos disponíveis para os alunos de Matemática são:

Quadro 24 Periódicos Impressos

Acta Scientiae
Amazônia – Revista de Educação em Ciências e Matemática
Biomatemática (UNICAMP)
BOLEMA: Boletim de Educação Matemática
Boletim Sociedade Paranaense de Matemática
Boletim de la Sociedad Matemática Mexicana
Caminhos da Educação matemática em Revista
Computational & Applied Mathematics
Educação Matemática em Foco (UFPB)
EUREKA
Matemática Contemporânea

Matematicalia
Revemat: Revista Eletrônica da Educação Matemática
Revisat Brasileira de História da Matemática
Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Tecnologia
Revista Colombiana de Matemáticas
Revista de la Academia Colombiana de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales
Revista Educação Matemática
Revista Matemática Universitária
SEMINA: Tecnológica
TEMA: Tendências em matemática Aplicada e Computacional
Zetetié

FONTE: PPC de Matemática/Unit 2015,p.77

Como serviços acadêmicos ressalta-se o Portal Magister bastante acessado. Nesse Portal estão disponíveis cadastro do cronograma e programa das disciplinas, material de aula, fórum e chat, relatórios de notas e frequência por unidade programática, reserva de salas para reposições de aula e dados acadêmicos, dentre outros

4.2.6 Síntese sobre o perfil esperado do profissional licenciado em Matemática no Concurso Público estadual

O número de professores com formação superior na área de Matemática ainda é considerado insuficiente para suprir a demanda da rede pública e particular da educação básica. Diante desse fato as vagas oferecidas há quatro anos, pela via do concurso público, foram preenchidas; o cadastro reserva foi colocado em ação para minimizar a carência na rede pública estadual de Sergipe. É comum nas unidades escolares a presença de professores que não possuem o curso superior de Licenciatura em Matemática, dando margem à atuação de contratos temporários, estágios e estudantes da educação superior.

O último concurso público estadual para professores das Educação Básica/Ensino Fundamental e Médio/ Edital teve no Edital nº01/2012, abriu 1.700 vagas para professores com formação superior. Para o curso de Licenciatura em Matemática foram disponibilizadas 270 vagas na capital e interior. Os requisitos postos foram:

Quadro 25 Conteúdos Programáticos / Conhecimentos de Matemática e Conhecimentos Gerais /Concursos Público Professor da Educação Básica / Edital 01/2012

CONHECIMENTOS BÁSICOS LÍNGUA PORTUGUESA		
Nº	CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:	AUTORES /LEGISLAÇÃO
Nº 1	Números: números inteiros; divisibilidade; números racionais; números irracionais e reais	--
Nº 2	Funções: igualdade de funções; determinação do domínio de uma função; função injetiva, sobrejetiva e bijetiva; função inversa; composição de funções; funções crescentes, decrescentes, pares e ímpares; os zeros e osinal de uma função; funções lineares, constantes, do 1.o e do 2.o graus, modulares, polinomiais, logarítmicas e exponenciais.	--
Nº 3	Equações, desigualdades e inequações.	--
Nº4	Geometria: plana, espacial e analítica.	--
Nº 5	Trigonometria: triângulo retângulo; estudo do seno, cosseno, tangente, cotangente, secante e cossecante	--
Nº 6	Sequências: sequências de Fibonacci, sequências numéricas; progressões aritmética e geométrica	--
Nº7	Matrizes: determinantes; sistemas lineares.	--
Nº 8	Análise combinatória; binômio de Newton.	--
Nº 9	Noções de Estatística: medidas de tendência central; medidas de dispersão distribuição de frequência; gráficos; tabelas	--

Nº 10	Matemática financeira: proporções, porcentagem, juros e taxas de juros, juros exato e comercial, sistemas de capitalização, descontos simples, desconto racional, desconto bancário; taxa efetiva, equivalência de capitais.	–
Nº 11	Cálculo de Probabilidade	–
Nº 12	Números complexos.	–
Nº 13	Cálculo diferencial e integral de funções de uma variável	–
Nº 14	Noções de História da Matemática.	–
Nº 15	Avaliação e Educação	–
Nº 16	Metodologia do Ensino de Matemática: uso de material concreto e aplicativos digitais.	–
Nº 17	Conhecimentos da Matemática e sua aplicação contextual e interdisciplinar em outros campos do conhecimento humano.	–
CONHECIMENTOS HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CONHECIMENTOS GERAIS DE SERGIPE		
Nº	CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:	AUTORES /LEGISLAÇÃO
Nº 1	Aspectos históricos e geográficos de Sergipe.	–
Nº 2	Tópicos relevantes e atuais, com enfoque no Estado de Sergipe, nas diversas áreas, tais como: Política, economia, sociedade, educação, cultura, saúde, tecnologia, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. Compreensão dos problemas que afetam o Estado.	–

Fonte: Edital do Concurso 01/2012 – Funcab/SE

Nesses requisitos estavam também respaldados à legislação vigente constante dos principais marcos regulatórios da Educação Básica, Emendas Constitucionais nº 53 e 59; A LDB - Lei nº 9.394/1996 com suas alterações; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei do FUNDEB - Lei 11.494/2007, Políticas educacionais para a educação básica: Ensino Fundamental com nove anos de duração; Ensino Médio Integrado (Formação Profissional e as Transformações do Ensino Médio); Escola de Tempo Integral; Educação Inclusiva: Fundamentos de uma Escola Inclusiva. Estratégias do Trabalho Coletivo para Inclusão. Diferenciação Curricular. Planejamento Inclusivo; Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência; Pluralidade Cultural.; Educação e Trabalho: Trabalho como Princípio Educativo e Protagonismo Juvenil e Cidadania

Observando as exigências do concurso público, para concorrer a vaga de professor da educação básica do 6º ao 9º ano e ensino médio, os candidatos teriam que apresentar como comprovação de títulos o diploma de nível superior na licenciatura registrado pela IES reconhecida e pelo MEC.

Mais uma vez observa-se a proximidade dos requisitos do concurso público dos conteúdos trabalhos nas licenciaturas da UNIT, salvo no que se refere aos Conhecimentos Gerais Específicos do Estado de Sergipe.

Entende-se que o curso também deve ampliar a familiaridade e a crítica do aluno com relação às Políticas Públicas Educacionais da educação básica, de modo a ensejar o cumprimento do papel social e político do professor, seu trabalho nas diferentes modalidades e, conseqüentemente, na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Emerge assim a premente necessidade da formação continuada docente, como responsabilidade dos sistemas educacionais e do próprio professor, consciente da sua incompletude como profissional e ser humano.

4.3 As Representações dos Sujeitos sobre seus Cursos

A análise de conteúdo aplica-se como um procedimento metodológico de tratamento dos dados em pesquisas qualitativas onde o discurso, parte representativa da fala, da escrita e da intenção dos participantes, vem a ser detalhado e entendido desde as pequenas partes até a compreensão do todo. A

partir das estruturas e fragmentos das mensagens analisadas, o pesquisador passa a compreender o sentido da comunicação analisada, iniciando uma nova compreensão que emerge e que dá sustentação para que se construam novos argumentos, categorias e conclusões.

Bardin (2011) assegura que toda análise de conteúdo está respaldada em três fases primordiais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. A análise de conteúdos em nossa pesquisa, foi iniciada a partir das mensagens analisadas, obtidas pelos questionários dos alunos da EEPJO, entrevistas dos professores da educação básica/EEPJO e dos licenciandos da Unit. Esse é o substrato para compreensão do sentido da comunicação analisada.

Partimos para a pré-análise do material recebido após a realização das entrevistas e questionários transcritos que se constituíram no corpus da pesquisa. A partir desse momento, foram analisadas as mensagens dos sujeitos informantes, fez-se o cruzamento de dados e chega-se à construção de unidades representativas que emergiram do discurso, considerando os indicadores presentes nos instrumentais como Formação do professores, Propostas Pedagógicas dos Cursos de licenciaturas, Motivações para a docência, Expectativas de mudança de vida a partir da educação e suas implicações no trabalho e demais circunstâncias vivenciadas por alunos e professores.

Na segunda fase da exploração do material, foram organizadas as falas dos alunos das licenciaturas e professores da educação básica entrevistados que, submetidas ao software <http://www.wordle.net>, geraram imagens representativas que indicam categorias, que aparecem com maior ou menor ênfase, a serem analisadas.

Já na terceira fase do processo de análise do conteúdo foi desenvolvido o tratamento dos resultados, incluindo a interpretação e as inferências. A análise inicia-se com a participação dos alunos das Licenciaturas em Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática, da Unit, elencando as cinco (05) perguntas seguidas das categorias que emergiram das suas falas visualizadas através da imagem construída, e por fim a análise de sustentação. Em seguida no item 4.3.2 faremos o detalhamento da análise das falas dos professores da EEPJO das disciplinas Língua Portuguesa, Ciências Biológicas para o EJAEM e Ciências para

o EJAEF e Matemática. Os alunos da EEPJO serão destacadas no item 4.3.3 com apresentação dos gráficos seguido da análise.

4.3.1. Âmbito da EJA. Representações dos Licenciandos

Tabela 2 Critérios para Codificação das Entrevistas / Alunos das Licenciaturas

EXEMPLO	CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO
<p style="text-align: center;">Aluno da Unit/Licenciatura</p> <p style="text-align: center;">1AMatF5ºP35</p>	1	Número de ordem
	A	Aluno
	Mat	Licenciaturas: Mat /Matemática; Let/Letras; C. Bio /Ciências Biológicas
	F	Sexo feminino (M para masculino)
	5ºP	Período
	35	Idade

Fonte: Elaborada a partir da análise dos dados. (2015).Elaboração da autora.

Nesse subitem destacam-se as questões e as falas dos alunos das Licenciaturas da Unit ao serem entrevistados .

1- Qual sua expectativa em relação ao objetivo do curso de licenciatura que você faz e quais as disciplinas que referiam-se a EJA?

FIGURA 2 Disciplinas e expectativas



Fonte: Software Wordle.net /Categorias da Questão 1

Na Figura 2 observa-se que os alunos destacaram as disciplinas que oportunizaram o conhecimento sobre a EJA: Educação e Diversidade, Didática e Organização do Trabalho Pedagógico. Um deles afirmou não existir uma disciplina diretamente relacionada a essa modalidade, sendo que em Educação e Diversidade o conteúdo é também direcionado aos temas transversais (sexualidade, homossexualidade, racismo – temas citados por ele), e as especificidades da EJA. Os temas mencionados pelo aluno em seu entendimento remetem à exclusão o que para ele é compreensível, já que os alunos da EJA são pessoas excluídas do ensino regular. Essa percepção demonstra que o conhecimento sobre a EJA por parte do aluno está em construção, e a formação inicial docente, recebida deu a ele uma visão em parte da modalidade, uma vez que ela não é um dos temas transversais.

— Essa disciplina é de cunho obrigatório, né? Ela é uma disciplina que ela trabalha com temas como se diz transversais porque a gente tá trabalhando temas que geralmente, são excluídos são trabalhar com homossexuais, como é que você trabalha a questão da homossexualidade ou da sexualidade com alunos em sala de aula, como é que você trabalha na questão do racismo, e acaba decaindo no aluno do EJA, que querendo ou não o aluno EJA ele

A opinião dos alunos é expressa por palavras que se destacam como: ensino, EJA, sala, oportunidade tempo, aluno, convivência, trabalho, disciplinas, didática, regular, discussão, convivência, OTP, diferença e gente. Elas tecem redes de conexões que refletem em parte como eles se sentem no momento; desejosos de aprender, questionar, opinar sobre o que aprenderam ou o que as disciplinas poderiam acrescentar para sua futura docência. O realce do “porque” e da “EJA” revela a busca de sentido às incertezas da formação sobre a Educação de Jovens e Adultos.

Essa posição está presente de forma controversa em diversas falas dos sujeitos como pode ser observada a seguir:

– Bom, as discussões referentes a EJA, foram discussões que foram bastante proveitosas, apesar de não ser o tema principal da disciplina, então quer dizer , foi um tempo muito curto, foi uma discussão que poderia ter rendido muito mais se a gente tivesse um tempo melhor de estudo e de discussão, mas nos trouxe uma visão sobre a problemática EJA que até então, nós alunos universitários não tínhamos essa visão **(3AMatF5°35)**.

– Contribuiu, mas eu esperei eu esperava que contribuísse mais porque, é, como licenciandos deveria ser mais preparados pra qualquer circunstância de, de realidade de sala sendo EJA ou não **(2AMatF5°19)**.

– Em OTP nos vimos mais a parte teórica e a parte de didática que a gente foi ter uma convivência com a sala de aula através de diagnóstico da escola e observação. Fiquei sabendo mais sobre a EJA a partir de Didática mesmo, onde foi colocada a diferença entre o ensino regular e a EJA, e em estágio supervisionado fui para sala de aula mais foi no ensino regular, no ensino fundamental mais seria importante assim que tivéssemos também uma diferença no próprio EJA que aqui não vimos isso temos apenas no ensino fundamental e ensino médio **(2ABioF6°P21)**.

Na análise dessas falas observa-se que o trabalho das disciplinas nas licenciaturas não teve, no olhar dos entrevistados, uma contribuição satisfatória. Ao citarem, as disciplinas Didática e OTP quanto na disciplina Diversidade e Cultura eles mencionam que as discussões apesar de terem sido proveitosas, foram desenvolvidas num espaço de tempo reduzido, não sendo possível um aprofundamento nas Políticas Públicas para a EJA, uma vez que essa modalidade e suas especificidades não são contempladas claramente nas ementas.

Assim, a EJA suscita discussões nas licenciaturas estudadas por possuir um público diferenciado, crescente, que mesmo sendo tratado como a educação básica, tem suas especificidades. Fica claro que a condução do

educador, ao mediar o conhecimento, encontra caminhos para chegar aos seus objetivos e ao seu público.

3) Você já esteve em sala de aula da educação básica como atividade curricular do seu curso? Descreva essa experiência, destacando as modalidades: regular ou educação de jovens e adultos e que diferenças podem ser destacadas na atuação do professor em sala de aula ao trabalhar no ensino regular e na EJA?

FIGURA 4 Experiência na Educação Básica ou na EJA



Fonte: Software Wordle.net /Categorias da Questão 3

Destacamos nessa questão a opinião do aluno sobre “as diferenças no desenvolvimento do trabalho pedagógico no ensino regular e na EJA”. Palavras como: diferente, diferenças, aluno, vivências, questão, educação, conteúdos, adulto e o verbo trabalhar, destacaram-se com maior incidência entre as categorias emergentes. Chamou a atenção a menção ao Obeduc, o que revela seu impacto nessas licenciaturas.

Conforme os licenciandos, é necessário estabelecer a diferença entre o ensino regular, convencional e a modalidade EJA, diante de aspectos como idade,

trabalho, defasagem etária, motivação e interesses diferenciados; experiências docentes em oficinas e Programas de Formação Continuada.

— Sim. É, eu acho que o regular o assunto é mais completo e o EJA não ele vai diminuir um pouco e o professor jamais pode trabalhar do mesmo jeito que ele trabalha no regular, tanto pelo assunto quanto pela diferença de idades que ele vai pegar pessoas com classes de idades totalmente diferentes dependendo do que ele trabalhar não vai satisfazer os alunos **(1AC.BioF6ºP22)**.

— Sim. Então, no meu último estágio, no estágio II eu atuei no ensino fundamental lá no Getúlio Vargas e assim, é claro que tem muita diferença porque você tá pegando ,tipo, crianças ainda entrando na adolescência e acho uma experiência em sala de aula com o EJA que no caso foi uma visita uma escola do meu bairro e assim o que eu pude notar é que acho que interesse por parte dos alunos porque eles estão lá com um objetivo específico, é, buscar um certificado e eles tem uma vida né? Já, tipo, trabalham, estudam, eles tem uma coisa planejada. Quantos alguns não, eles não sabem o que eles querem, eles não sabem quem eles são (ensino regular). Então tem essa coisa, é, esse patamar bem diferenciado assim sabe? E não sei o que eu poderia mais dizer. Sobre experiência na EJA, tive visitação.

- A gente teve que fazer relatório sobre essa visita e assim, foi muito legal, a experiência. **(2ALPortM4ºP22)**

Experiências em Programas de Formação Continuada, como as do Observatório da Educação- OBEDUC, são citadas como positivas ao agregarem valores experienciados. Segundo a entrevistada, o OBEDUC possibilitou conhecer a EJA levando-a a participar de atividades práticas, o que difere dos seus colegas de sala.

— Não. Então, inclusive no meu caso, por eu já ter uma convivência aqui no OBEDUC, ou , como eu já era do Observatório da Educação-OBEDUC / desde o primeiro período, então eu pude nas minhas apresentações de trabalhos eu sempre queria pegar o tema da EJA porque era o tema que eu já conhecia né?! Por fazer parte daqui do Obeduc, então eu sempre incrementava alguma coisa diante das coisas que tinha visto das oficinas que eu tinha aplicado, o pessoal lá tinha mais a teoria do que tinha lido na internet, do que tinha lido nos PCN e, e eu que fui a sortuda que tinha visto tudo aquilo que eles tinham lido **(1ALPortF4ºP20)**.

A necessidade de uma abordagem diferente ao aluno da EJA é colocada, mas pela falta de maturidade e ausência de uma prévia docente nessa modalidade, os alunos apontam os motivos, mas não encontramos nas falas sugestões de intervenções no tocante a uma proposta pedagógica diferenciada para a EJA.

ser dinâmicas voltadas, dinâmicas abertas que envolva todas as idades toda faixa etária daquela turma, eu acho que é uma forma muito complexa assim de se trabalhar **(1ACBioF6ºP22)**.

Concordamos com Gatti (2009.p.10) quando situa a formação inicial no contexto dos resultados preocupantes advindos desde o desempenho obtido pelos estudantes do ensino fundamental e médio nas avaliações nacionais e internacionais, até às universidades; os alunos licenciandos carregam dificuldades no tocante à qualidade da educação básica oferecida no país, com repercussões na sua prática docente futura.

Os licenciandos pedem melhor formação:

— Uma preparação mais fundo, né,? Só uma matéria não é o suficiente. Deveria ser abordado em outras matérias também pra que um aluno esteja preparado pra qualquer circunstância numa sala sendo regular ou o EJA. **(2AMatF5ºP19)**

Tratando-se da modalidade de educação básica EJA, o desconhecimento decorrente de uma preparação específica, para sujeitos e suas especificidades de motivação pessoal, coletiva, acesso, permanência e garantias do ensino gratuito oficializado, dificulta a qualificação da educação dos jovens e adultos.

Pelas falas dos alunos, a não escolha da EJA como campo de atuação dá-se pela imaturidade e, sobretudo, pela formação. Os gráficos 7, 8 e 9 já expostos confirmam a fala que segue:

— Sim, sim, há ensinamentos diferentes mas você poderia explicar um pouco melhor, assim. - Aham. - Entendi perfeitamente a pergunta, eu acredito que a, a Universidade e essas disciplinas, essas três disciplinas que eu falei, e as professoras, elas poderiam e elas deveriam falar mais, e explicar melhor porque eu estava conversando com alguns alunos e poucos deles eu ouvir falar da EJA e quase nenhum deles tem a intenção de ensinar na EJA, a maioria deles falam que não pretendem trabalhar com a EJA e também a faculdade não direciona a gente pra isso, a universidade não direciona a gente pra, não capacita a gente pra ensinar na EJA, é sempre direcionado a gente como se chegar no ensino fundamental, como se chegar no ensino médio, como chegar no curso de idiomas, como lidar com crianças, mas quando é em relação a EJA ninguém toca muito no assunto. Eu acho que isso deveria ser mais, é, devia ser mais incentivado, o aluno só tem contato com isso quando ele chega na pesquisa, no caso, quando ele tem a oportunidade de entrar aqui no **Obeduc**, mas não é todo

aluno que tem conhecimento, desse campo de pesquisa (1ALPortF4ºP20).

5) Desejaria acrescentar algum aspecto não abordado neste roteiro?

FIGURA 6 Sugestões , contribuições sobre a EJA



Fonte: Software Wordle.net /Categorias da Questão 5

Como contribuição os entrevistados se manifestaram no tocante a possíveis mudanças no PPC, através de oferta de mais disciplinas relativas à modalidades /nível específico e mais estágios.

— Assim como já foi citado, seria importante que tivesse mais disciplinas voltadas a essa área, e como eu já citei seria muito importante se a gente tivesse uma experiência em um estágio no EJA.(2AMatF5ºP19)

— Uma preparação mais fundo, né,? Só uma matéria não é o suficiente. Deveria ser abordado em outras matérias também pra que um aluno esteja preparado pra qualquer circunstância numa sala sendo regular ou o EJA. Desejaria que tivesse mais disciplinas para conhecermos mais as modalidades da educação. (1ACBioF6ºP22)

Fica implícito que há uma reivindicação dos licenciandos no sentido de uma distribuição proporcional de disciplinas para os cursos. Acreditamos que não seria o aumento na oferta das disciplinas que alteraria essa realidade, mas o direcionamento de conteúdos em disciplinas pedagógicas afins no PPC, para que se entenda e se discuta mais a modalidade EJA, propondo alternativas que possam dar sustentabilidade às ações já existentes e aos seus docentes.

4.3.2 Âmbito das Licenciaturas. Representações dos Professores da EEPJO

Tabela 3 Critérios para Codificação das Entrevistas/Professores da EEPJO.

EXEMPLO	CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO
	1	Número de ordem
	P	Professor
Professor 1PC.BioM60	C. Bio	Disciplinas: Mat /Matemática; L. Port /Língua Portuguesa; C.Bio/Ciências Biológicas
	M	Sexo feminino (M para masculino)
	60	Idade

Fonte: Elaborada a partir da análise dos dados. (2015).Elaboração da autora.

Nesse subitem destacam-se as questões e as falas dos professores da EEPJO ao serem entrevistados .

- Inicialmente trabalhei no Ensino Regular depois fui para a EJA. Sempre procurei fazer uma trabalho diferente para acompanhar a EJA que tem um sistema de ensino também diferente, apesar dos interesses dos alunos serem os mesmo . Todos querem aprender seja EJA ou Regular . Procurei fazer meu planejamento com livros e minha experiência de professor e profissional da saúde . As doenças sempre foram meu interesse em ensinar a prevenção. Eles falam disso no dia a dia , então ensina para o real ...para o que eles precisam e cumprir também o planejamento da EJAEF e da EJAEM. Isso já se vão muitos anos de ensino na EJA .
3PC.BioM60

Sobre o início da docência dos professores foi possível constatar que cada um dos professores buscou a sua auto formação valendo-se do local onde estavam desenvolvendo a sua docência(Escola, Repartição Pública, Sistema “ S “) para agregar resultados positivos ao seu trabalho na escola . Dessa forma vimos como cada um encarou o desafio de ser professor na modalidade.

3-A sua disciplina em termos de aprendizagem e resultados esperados diante de um público cada vez mais jovem na modalidade da EJA é importante, por quê?

Figura 9 A importância das disciplina para os professores.



Fonte: Software Wordle.net /Categorias da Questão 3

Para os entrevistados, a importância da disciplina está na maneira como ela é levada até eles fazendo com que sintam a sua importância no cotidiano. Palavras como trabalho, oportunidade, aprendizado, questão, fazer, gente mercado são conectadas ao fazer de cada uma delas.

Cada um destaca pontos relevantes em suas disciplinas. A matemática envolve a questão do trabalho, mas nem todos os conteúdos alcançam o que os alunos buscam. Na fala de um dos entrevistados “o esperado da gente fica muito abaixo do desejado. As duas outras disciplinas retomam mais uma vez , a importância dos conteúdos e práticas pedagógicas relacionados ao trabalho, e o não cumprimento das Políticas Públicas, no que diz respeito a oferecer mais unidades escolares na modalidade da EJA, como garantia para a continuidade do ensino noturno .

— Quando a gente vem trabalhar na EJA, a gente vem com a expectativa de que o aluno, ele venha pra EJA pra terminar os estudos pra começar a trabalhar, então a matemática a gente sempre envolve a questão do trabalho. Só que como eles já chegam sem base, fica difícil a gente, é, construir algo maior pra eles, porque eles já chegam assim, cansados aí eles já não tem aquela base que a gente precisava, eles são praticamente viciados em celular e calculadora, tem preguiça de pensar, então, o esperado da gente fica muito abaixo do desejado. **(1PMatF41)**

— Nós não trabalhamos regularmente assim, todos os conteúdos mas o que a gente dá na sala de aula é muito importante pela questão do próprio aluno saber fazer um abaixo assinado, fazer uma redação no trabalho, ele ensina a fazer a questão de trabalhar textos relacionados ao mercado de trabalho, redação, é, currículo, ensino eles a fazem um, uma, solicitação de emprego e a questão de pontuação, é muito importante, acentuação gráfica, o português ele está em tudo né? Na forma de falar, de ser entrevistado no trabalho a gente também trabalha em sala de aula, tudo voltado para o mercado de trabalho. **(2PL.PortF45)**

— Bom, o aprendizado eu observo nesses jovens, assim, pelo fato deles terem deixado de estudar algum tempo eu vejo assim eles com muita vontade, é, muita vontade, com muita garra de estudar e lamento que em muitas escolas a políticas públicas, eu lamento que as escolas estejam fechando um turno que é importante como o turno da noite, onde existe uma oportunidade para aqueles que não conseguiram, não tem a oportunidade de estudar durante o dia, encontra a escola a noite de portas abertas. Então, é importante o ensino do EJAEF no período da noite em consequência disso, uma oportunidade, uma porta aberta para

EJA, faz com que o professor faça uma seleção de conteúdos a serem ministrados. Nota-se a preocupação dos professores em selecionar os conteúdos sem prejuízo para a fundamentação.

— Existe diferença sim. No EJA, a gente escolhe os assuntos que vai ser mais usados por eles e no ensino regular não, a gente segue um currículo, e o, a, o ensino regular você vai sempre um pouco mais devagar e o EJA não, você vai, não vou dizer pincelando porque a gente não pincela disciplina, não pincela conteúdo mas a gente vai escolhendo os melhores pra eles.

(1PMatF41)

— Com certeza tem diferenças, porque a gente tem que selecionar os conteúdos e a questão do público também, jovens e adultos não são pessoas que tá com o ensino regular, eles também trazem, eles trazem assim já certos conteúdos, eu aprendo com eles também, tem coisas que eu não sei e eu fico rindo quando não sei e também eles, eu ensino pra eles alguns conteúdos e eles me ensinam algumas experiências. Eu tenho conteúdo e eles me trazem experiência, é um pouco diferenciado a questão da idade, da experiência, é muito importante. Quando, logo na primeira aula eu falo pra eles que eu não trabalho assim na doida, eu trabalho, eu tenho um conteúdo programático, mostro pra eles o conteúdo e tento trabalhar. Quando eu vejo que não vai dar eu dou os mais importantes, os assuntos mais importantes: acentuação, pontuação, sílaba, e, fonologia, morfologia, a parte de sintaxe, não dá nem tempo o tempo, mas eu vejo o que é mais importante pra eles. (2PFL.PortF45)

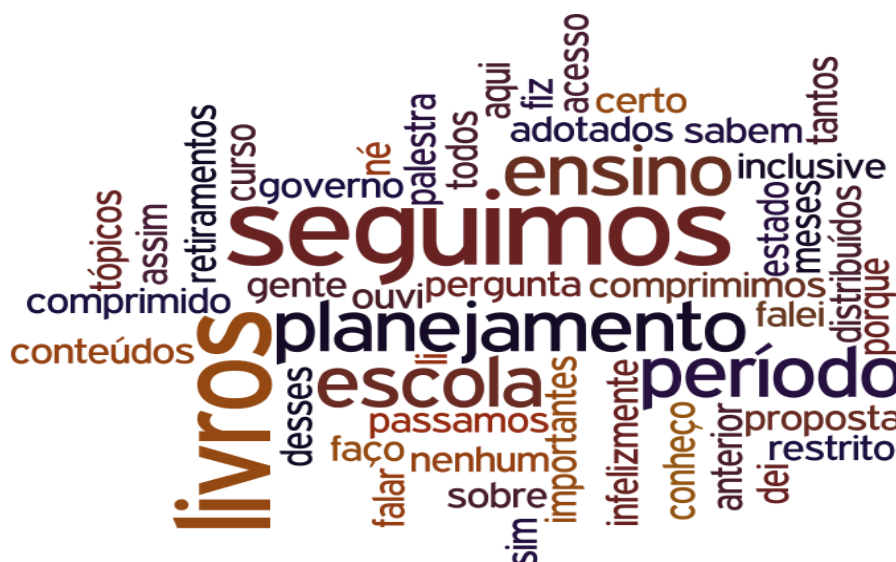
— Bom, inicialmente, assim, a diferença, existe um pouquinho de diferença, o ensino regular, você se incide, você segue um currículo onde os alunos tem um período de três anos, ou de quatro anos para concluir aquele ciclo, já no ensino do EJAEF, ele tem um período altamente comprimido onde o professor, maestramente, consegue, é, consegue escolher o pontual, os conteúdos mais importantes e passar para o aluno porque o período é muito curto. A diferença, é um pouco só nisso, mas assim na vontade de estudar praticamente são idênticas. (3PC.BioM60)

Quando perguntados sobre a diferença das propostas Ensino Regular e EJA, um professor enfatizou a diferença na escolha de conteúdos planejados para cada série e afirmou priorizar alguns. Essa escolha feita pelo professor acreditando ser o melhor para seus alunos, restringe de certa forma a ação do

conhecimento a ser oferecido. Ensinar o que o professor achar necessário o aluno aprender e não aquilo que aluno precisa e deseja aprender pode ser imposição e não escolha. O fator tempo é considerado responsável para que essa proposta além de diferenciada tenha seus conteúdos comprimidos.

5) Você segue alguma proposta pedagógica ou planejamento de ensino e aprendizagem na sua sala de aula de EJA?

FIGURA 11 : Planejamentos e propostas



Fonte: Software Wordle.net /Categorias da Questão 5

Sobre as propostas pedagógicas ou planejamento de ensino e aprendizagem os professores afirmaram desconhecer a proposta da SEED e costumam planejar suas atividades pedagógicas pesquisando em livros , sites e dessa forma buscam a base para sua fundamentação. Concordamos em parte com as respostas dos professores, uma vez que o PP da SEED não está disponibilizado no site da SEED e para que tivéssemos conhecimento fomos solicitá-lo no setor responsável pela EJA, no entanto é necessário que além de ter como referências as propostas estaduais, cada professor deve buscar sua autoformação.

- Só o planejamento que eu faço, eu não conheço nenhum planejamento nem da escola, nem do estado. **(1PMatF41)**
- Eu já ouvi falar sim, mas, já li inclusive já fiz um curso, já dei uma palestra sobre isso mas, infelizmente, eu não tenho acesso não. **(2PLPortF45)**

_ O que nós seguimos são os livros, a, a proposta, o que nós seguimos são os livros adotados pelo governo que são distribuídos aqui na escola que nós seguimos assim, como eu falei na pergunta anterior, a gente, desses livros nós retiramos os conteúdos, os tópicos mais importantes, e, comprimimos e passamos pra ele, certo?! porque como todos sabem, é um ensino, comprimido, um ensino restrito, aquele período é um período de tantos meses, né?!
(3PC.BioM60)

6) Participou de alguma formação continuada nesses últimos 03 anos? Em caso afirmativo, como essa formação contribuiu no direcionamento/planejamento de suas atividades docentes na EJA?

A ausência de Formação Continuada oferecida aos professores da Educação Básica é novamente destacada na fala dos professores. Alegando sempre buscar aprofundar seus conhecimentos de forma individual, em cursos oferecidos por outras instituições, especializações e congressos voltados para a temática da EJA, eles encontraram a maneira de lograr êxito em busca de sua autoformação. De acordo com Gadoti (2007,p.12) é fundamental aprender a pensar livre e autonomamente agregando características ao seu trabalho como a organização, e a disciplina, a abertura á novas aprendizagens e articular o conhecimento com a prática e com outros saberes, para que no contexto de impregnação da informação, o professor seja um mediador do conhecimento e um problematizador.

Fica claro que, a SEED, pouco ofereceu alternativas de formação continuada e quando oferecidas o número de vagas ou o horário das formações

de ensinar essa matéria se fosse professora da universidade.

1PMatF41

- Bom, como eu sou, como eu falei pra você, formado em farmacêutica e em bioquímica também, e também em licenciatura em biologia. É, é muito difícil a gente conseguir uma capacitação a nível de governo. Teve assim, no início da minha carreira teve sim uma capacitação assim muito rápida, mas depois eu fui correr por si próprio, fiz capacitação na área de biologia no, na FIOCRUZ Mangueiras, no Rio de Janeiro na FIOCRUZ de Belo Horizonte, na FIOCRUZ da Bahia, em Recife, é, então, fora as outras capacitações porque eu também desempenho a minha atividade área da saúde, como farmacêutico e bioquímico na fundação de saúde PAREIRAS HORTAS, então, isso contribuiu muito para que nas minhas aulas, eu, eu agregasse não só o conteúdo curricular, mas também aulas de prevenção á saúde que é muito importante das doenças, que eu chamo doenças invisíveis onde não são conhecidas, onde a mídia não divulga, como o caso da esquistossomose, a doença de chagas, as DST, Hanseníase, Tuberculose, então essas doenças são poucos divulgadas. Então eu considero como doenças invisível porque eles não tem conhecimento, cabe ao professor criar maneiras como essa prevenção, o aluno ele, com essa informação, ele realmente fica assim, possibilita ele se livrar em outras palavras, de contrair a determinada doença. **3PBioM60**

Na análise dos professores as palavras-chave que emergiram da figura como EJA, saúde, programa, prevenção, escola, governo, matéria e educação refletem que a modalidade necessita prioritariamente de mais acompanhamento pelo corpo gestor. A necessidade de reuniões e ações constantes de intervenção sobre os problemas mais visíveis como desistência, indisciplina, não adaptação por idade ou interesses comuns deveriam ser tratados em projetos voltados para o cotidiano do aluno, palestras sobre a orientação para o trabalho, convivência e direitos humanos e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, são temas que representam o que um público tão diverso espera encontrar na escola.

O fato da EJA representar um percentual que diminui a cada ano de acordo com o Mapa da Violência(2015), não deve ser considerado como inclusão gradual de pessoas em salas de aula dessa modalidade e sim que essa diminuição é traduzida segundo os dados em mortes de jovens menores de 18 anos, por sofrerem atentados a mão armada, acidentes no trânsito, suicídios , doenças, desemprego , condenação judicial dentre outros casos apontados nas estatísticas. De acordo com os dados, em 2015, 59% das mortes por armas de fogo registradas

(24.882) foram de pessoas na faixa de 15 a 29 anos. O número abarca uma população de jovens que representa 47,6 para cada 100 mil habitantes, sendo assim mais do que o dobro registrado para o restante da população.

7- Desejaria acrescentar algum aspecto não abordado neste roteiro?

FIGURA 13 Sugestões e Contribuições sobre a EJA



Fonte: Software Wordle.net /Categorias da Questão 7

- Eu precisaria de mais acompanhamento aqui na escola né? Precisaríamos de coordenador que chegasse assim junto, trabalhasse com a gente, que acompanhasse o nosso planejamento pra ver se a gente tá na direção certa, e a gente não tem. **1PMatF41**
- Com certeza. Eu fiz um, comecei a fazer um mestrado em educação para a inclusão e lá na sala de aula, que é aula presencial lá no Americano Batista, a gente comentava muito sobre EJA. Tinha uma professora que era formada em EJA, foi muito bom porque a gente discuti bastante e eu também conheci uma outra colega que já tinha mestrado em educação pela federal que me forneceu muito material sobre a EJA, e eu procurei também né? Eu me interessei em procurar, elas me orientavam e eu comecei a estudar a história da EJA, livros sobre a EJA, letramento na EJA, tendeu? Aí eu gostei muito da matéria, eu

gostaria muito, inclusive, de ensinar essa matéria se fosse professora da universidade. **2PL.PortF45**

- Não. Eu não queria acrescentar, eu só queria assim, que, é, o governo assim criasse políticas públicas serias de saúde na escola porque, veja, se o governo criasse um programa sério de saúde na escola, uma saúde de prevenção séria na escola, não é saúde, aquela saúde que se cria em períodos temporários, é, como, é que é importante como prevenção da saúde bucal e outras coisas, mas sim uma prevenção, que a pessoa tenha aquilo como pra o resto da vida, então assim, que criasse programa sério de saúde na escola não só pra o EJA mas pra toda rede pública do estado e esse programa, o governo teria assim, mais ou menos, uma redução de custo talvez de, em torno de, 40% no atendimento dessas pessoas, que as pessoas já estavam conscientizada, evitaria muitos casos de doenças de agravos. **3PC.BioM60**

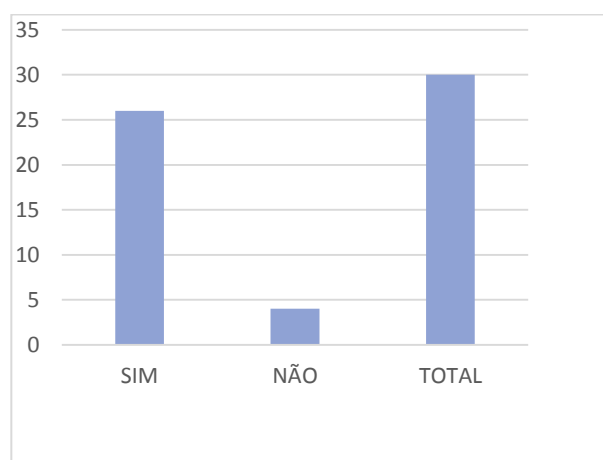
4.3.3 Âmbito das Disciplinas e da EJA. Representações dos alunos da EJAEF E EJAEM da EEPJO

Tabela 4 Critérios para Codificação dos Questionários/ Alunos da EEPJO.

EXEMPLO	CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO
		1
	A	Aluno
Aluno da EJA 1AEfF17	Ef	Segmento Ef/Ensino Fundamental e Em/Ensino Médio
	F	Sexo feminino (M para masculino)
	17	Idade

Fonte: Elaborada a partir da análise dos dados. (2015).Elaboração da autora.

1- Você gosta de estudar na EJA? Justifique.

GRÁFICO 8 Opinião sobre a escolha da EJA

FONTE: Própria autoria, 2016.

Dos 30 alunos entrevistados, 26 afirmam gostar da modalidade e acreditam que a preparação dada contribuirá para um futuro melhor, principalmente para seu desenvolvimento profissional ou em outros casos a escolha deu-se em virtude de conciliar o trabalho com o estudo:

- Sim. Me ajuda muito, tá sendo proveitoso. Estou me preparando para fazer uma prova do IFS, tô gostando muito (F2EF15).
- Sim. Porque estudando aqui eu estou aprendendo muitas coisas que está me ajudando e me ajudará futuramente. Aprender cada vez mais e concluir o ensino básico (F21EM25).
- Sim. Porque eu gosto de estudar, gosto de aprender e procura construir uma carreira boa graças a meus estudos. Coisas da vida. Algumas cabeçadas ali e outras aqui, escolhas erradas fizeram eu me afastar do estudo normal e tentando resolver estou aqui (M30EF21).
- Sim. Foi um escolha minha, porque tive que trabalhar o dia todo. (F16Em19).
- Sim. Eu comecei a trabalhar e parei de estudar e fui para o EJA para adiantar (M17Em).
- Sim. Eu trabalho pela manhã e tarde e chegava muito tarde em casa, por isso que estou estudando á noite (M12Em18).

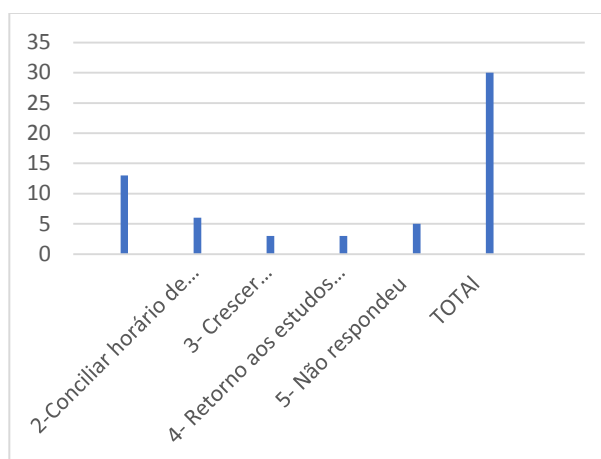
Apenas 4 alunos afirmaram não gostar de estudar na EJA e a justificativa para essa resposta, recai não sobre a escolha e sim pela opção. A EJA chegou como única opção de adiantar e dar continuidade dos estudos, uma vez que a idade presente não lhes deu mais oportunidade de estudar no turno diurno. A

discussão sobre a migração perversa está presente no Parecer CNE/CEB Nº: 23/2008, p.09 e confirmasse nas falas dos alunos:

- Não. Acontece que repeti três anos letivos por reprovações no fundamental e se fosse continuar terminaria muito tarde e no EJA eu vi um atalho (M18Em18).
- Não. Escolhi o EJA porque reprovei e resolvi adiantar os estudos (F4Em19).
- Sim. Eu vim estudar no EJA porque trabalho o dia inteiro, moro sozinha, minha família distante (F13Em19).

1.1-Quais as motivações levaram você a estudar na EJA? Justifique

GRÁFICO 9 Motivações dos alunos para estudarem na EJA



FONTE: Própria autoria, 2016.

Essa questão foi analisada a partir de cinco categorias que emergiram das respostas, sendo elas: Concluir o Ensino Médio, Conciliar Horários de Trabalho e Estudos, Crescer Profissionalmente, Retornar aos Estudos após Casamento, Criar Filhos e a categoria Não Respondeu.

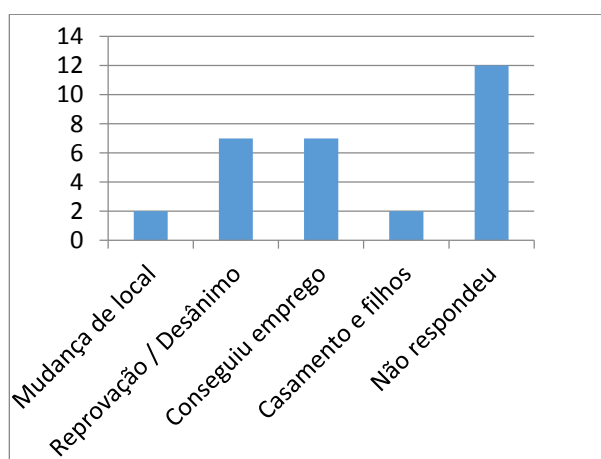
Constata-se que quase a metade dos alunos estão na primeira categoria, Concluir o Ensino Médio, seguido da categoria Conciliar horários de trabalho e estudos. A conclusão dos estudos para a maioria representa a ponte para o acesso ao emprego, o ingresso no mercado de trabalho. A função qualificadora da EJA declara que é necessário uma atualização de conhecimentos

por toda vida, não há idade certa para aprender, estamos em constante e permanente aprendizado. Essa modalidade recai na educação como uma constante requalificação do trabalhador, sendo esse um direito de todos e principalmente aos que não tiveram a oportunidade pelos motivos já citados em suas falas. Enfatizamos que a educação pensada pelo Estado para EJA não pode ser reduzida à formação básica do trabalhador ou apenas a sua profissionalização.

- Fui para o EJA para adiantar (M17Em20).
- Na EJA eu vi um atalho (M18Ef18).
- Eu parei e a EJA foi a solução (M19Ef24).
- Terminar de estudar (M20Em23).
- Quero terminar de estudar e fazer concurso (F23Em36).
- Quero terminar o Ensino Médio (M1Ef24).
- Estudar à noite. Não tenho tempo pelo dia (M2Em23).
- Não tenho outro horário pra estudar porque eu trabalho dois turnos (M27Ef19).
- Eu trabalho pela manhã e tarde e chegava muito tarde em casa. E estou estudando à noite (M12Ef18)
- Moro sozinha, minha família distante. Trabalho o dia inteiro (F13Em19).

1.2 Quais os motivos que seus colegas abandonaram, trancaram ou desistiram de frequentar a EJA?

GRÁFICO 10 Motivos para o abandono ou trancamento de matrículas na EJA



FONTE: Própria autoria, 2016.

O gráfico 10 apresenta um resultado muito familiar aos alunos que pertencem à modalidade. Fatores responsáveis pelo abandono, trancamento de

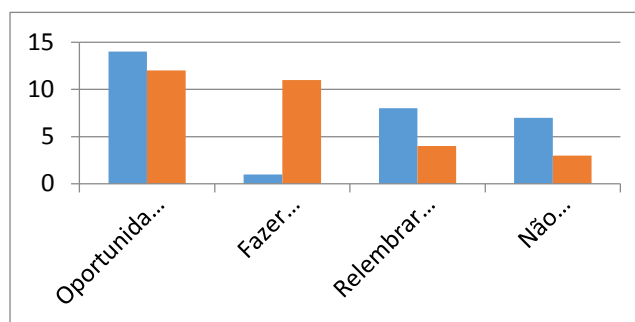
matrícula e desistência, passam pela aquisição de um emprego, mudança de local de trabalho ou residência, casamento, filhos pequenos e a reprovação.

Mesmo em alguns casos morando próximo à escola, o mesmo não ocorre com relação ao seu local de trabalho. A distância entre eles desanima e fazendo com que o número de faltas seja um fator negativo para sua permanência na escola. Outro fator que podemos considerar como agravante é a mudança constate de endereço desses estudantes devido a fatores como trabalho, violência, drogas, vulnerabilidade, acertos de contas dentre outros confirmados em sua falas. Tendência já observada em dados do Mapa da Violência (2015)

- Eles desistem porque não vão passar mais. (M 12 Ef 18)
- Sim, mudaram de bairro .(M 1 Ef 24)
- Sim. Foi o trabalho. (F 3 Em 50)
- Minha colega teve nenê e não tinha com quem deixar. Não tem a mãe dela aqui.(F 4 Ef 19)
- Quem consegue trabalho pela noite deixa de estudar. (F 5 Em 36)
- Meu amigo reprovou por falta em Português esse ano e desistiu das outras matérias. Ele nem sabia que só ia perder português.(F 6 Ef 22)
- Não respondeu.(M 7 Em 19)
- As faltas. Eles desanimam e eles desistem.(M 8 Em 21)
- Uns vão trabalhar e outros tem preguiça de estudar de noite. (M 9 Em 19).

2) O ensino na EJA ,atende às suas necessidades e tem relação com o seu dia -a -dia? Justifique .

GRÁFICO 11 O Ensino da EJA versus Necessidades do dia a dia

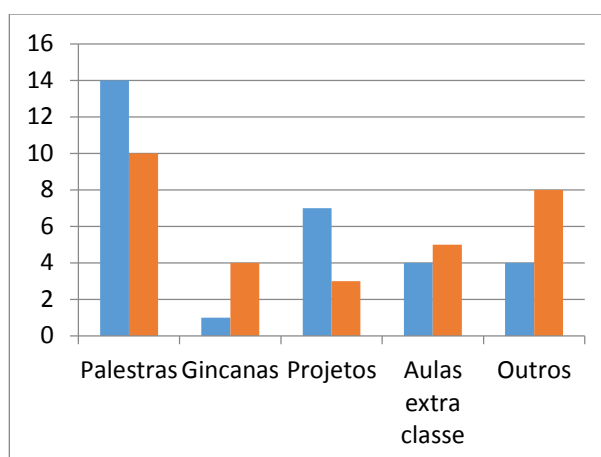


FONTE: Própria autoria, 2016.

Grande parte dos alunos centrou suas respostas quando relacionou a oportunidade de crescimento com a continuidade nos estudos e a possibilidade de sua entrada na universidade. Esse fato é de bastante relevância, uma vez que apesar das diferentes situações citadas nas análises de gráficos 9 e 10 sobre a desistência e trancamento de matrícula, eles persistem em sua decisão ,continuando os estudos e pensando em encaminhamentos futuros.

- Dando oportunidade de crescimento e conhecimento no mundo atual. **(F 5 Em 36)**
 - Eu quero para o meu futuro. **(F 6 Ef 22)**
 - Porque eu quero fazer um curso técnico. **(M 7 Em 19)**
 - Numa parte sim, e na outra não, porque há muitos professores que não ensina bem **(M 8 Em 21)**
 - Porque eu penso de mais no estudar porque eu quero ser alguém na vida. Por isso eu gosto de estudar muito, etc. **(F19Ef20)**
 - Relembrar e aprender! **(F2EF15)**
- Porque cada dia que passo aqui é um aprendizado que levo comigo e pratico no meu dia a dia com a família, amigo, enfim com a sociedade. **(F21EM25)**

3- Os professores dessa escola promovem práticas de ensino motivadoras como Palestras, projetos, gincanas, visitas, aulas extraclases ou outras?

GRÁFICO 12 Práticas motivadoras no ensino da EJA

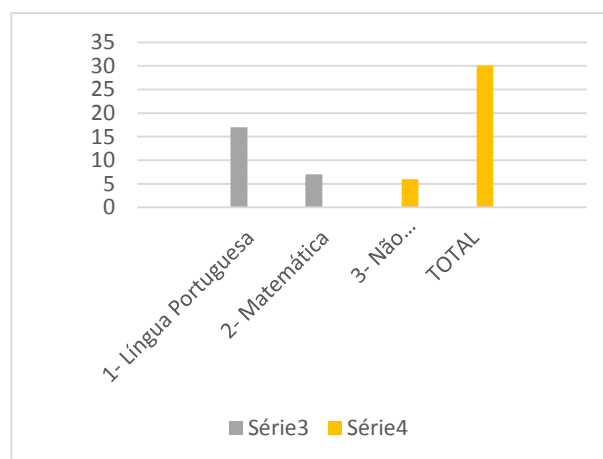
FONTE: Própria autoria, 2016

Sobre as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores em suas atividades, considera-se um aspecto importante a utilização de uma fundamentação aliada às práticas motivadoras como palestras, aulas extraclasse, projetos e gincanas realizadas mesmo num curto espaço de tempo destinado aos semestres letivos da modalidade EJA. O que se observa nas falas destacadas, é que grande parte dos alunos apoiam essas práticas e cabe aos professores organizarem-se nesse sentido em seus planejamentos a cada semestre.

- Aulas participativas. (F 20 Ef 15)
- Projetos (M 8 Em 21)
- projetos, palestras e aulas extraclasse.(M 1 Ef 24)
- gincanas e palestras (F 4 Ef 19)
- Palestras. (F 21 Em 25)
- Ainda não vi nenhuma prática diferenciada. (F 22 Em 36)
- Palestras, visitas e outras. (M 30 Em 21)

4- Dentre as disciplinas Português, Matemática e Ciências /Biologia qual(ais) lhe apresenta(m) uma forma de aprendizagem que se aproxime do seu dia a dia? Por que?

GRÁFICO 13 Disciplinas e formas de aprendizagem que se aproximam do dia a dia.



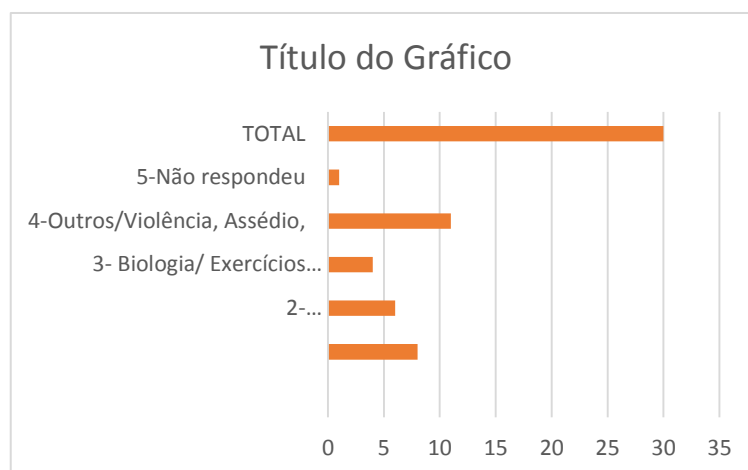
FONTE: Própria autoria, 2016.

Nessa questão, a disciplina Língua Portuguesa lidera com 17 alunos que optam por escolhê-la pelo fato de entender melhor, pela necessidade de falar e escrever dentro dos padrões da sociedade e por ela se fazer presente em tudo. A disciplina Matemática é a segunda escolhida tem a preferência de 07 alunos quando relacionam com o seu trabalho diário ou suas necessidades relativas a dinheiro e às quatro operações. Dentre eles 06 alunos ficaram indecisos ou não responderam. Sendo disciplinas específicas, a Matemática e a Língua Portuguesa se fazem representar nas mais diversas ocasiões do cotidiano além de possuírem um número maior de aulas na estrutura curricular do Ensino fundamental e médio da EJA nas escolas que trabalham a modalidade.

- Português. Porque está presente no nosso dia a dia. (F 4 Ef 19)
- Então, todas se inclui em meu dia a dia. Porque o nosso dia a dia existe todas essas e mais algumas. (F 5 Em 36)
- Português. Porque ela falar sobre as regras brasileiras. (F 6 Ef 22)
- Matemática, apesar do professor não ser muito bom está sendo bom porque estou relembando os assuntos. (F 20 EF 15)
- Matemática, porque na área em que eu trabalho a matemática é essencial. (F 21 Em 25)

5) Relate uma atividade realizada nessa(s) disciplina(s) que teve relação com seu dia a dia, sua vida , seu trabalho.

GRÁFICO 14 Atividade e a relação com o trabalho e a vida



FONTE: Própria autoria, 2016.

Sobre as atividades realizadas que mais se aproximam do dia a dia dos alunos, foi relatado que as disciplinas Ciências, Língua Portuguesa e Biologia foram as que mais se aproximaram do cotidiano alertando sobre os índices de violência cometidos contra a mulher, as doenças sexualmente transmissíveis, o assédio moral e sexual como crime previsto em lei e não apenas como algo tolerável.

A importância de trazer para sala de aula temas atuais com o intuito de discutir, ouvir relatos dos alunos e indicar caminhos de defesa e esclarecimentos, faz a movimentação e a importância das disciplinas em pró dos sujeitos. A escola e suas práticas pedagógicas têm a obrigação de encurtar caminhos e apontar junto com seus atores (professores, alunos e gestores) as soluções e encaminhamentos necessários diante do que expõe.

F 20 Ef 15 – Português, pois ajuda muito na comunicação.

F 5 Em 36- A violência a mulher foi um caso que eu mesma já vivi.

F 6 Ef 22- Sobre a violência contra as mulheres.

M 7 Em19- Biologia sobre o HIV.

M 8 Em 21- Sim. Muitas doenças que aprendi com ciências.

M 9 Em 19- Na minha pronúncia, e muitas contagens no meu trabalho.

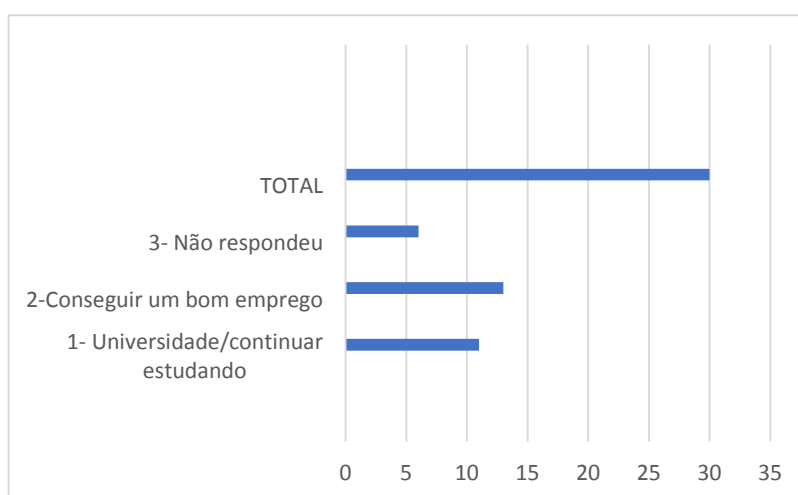
F 10 Em 23- Ciências porque falava muito de gravidez indesejada e então me prevenir.

F 14 Em 58- Português- porque estou aprendendo mais sobre os verbos.

F 16 Em 19- Português- me alertou sobre uma palavra que eu não falava no dia a dia.

6) Quais suas expectativas para quando concluir sua educação básica na EJA?

GRÁFICO 15 Expectativas sobre a conclusão do curso



FONTE: Própria autoria, 2016.

A escolha pela modalidade EJA em muitos casos já descritos no gráfico 9 foi impulsionada muitas vezes pela necessidade de continuidade dos estudos movida pela falta do trabalho. Como expectativas de conclusão do curso, os alunos em suas falas colocam como prioridade uma boa colocação no mercado de trabalho e em seguida o seu acesso à universidade.

Mais que um sonho a realizar, o emprego e a continuidade dos estudos é uma meta presente e com tempo a ser alcançados pelos alunos da EJA. Para eles não há mais o que esperar, apesar dos desafios e impedimentos a vencer quando o assunto é o retorno e a permanência na escola.

F 4 Ef 19- Não parar mesmo com essas greves.

F 5 Em 36- Eu quero crescer, continuar no emprego e continuar estudando.

F 6 Ef 22- Quero ir para a faculdade

M 7 Em19- Continuar e consegui um emprego bom para meu futuro.

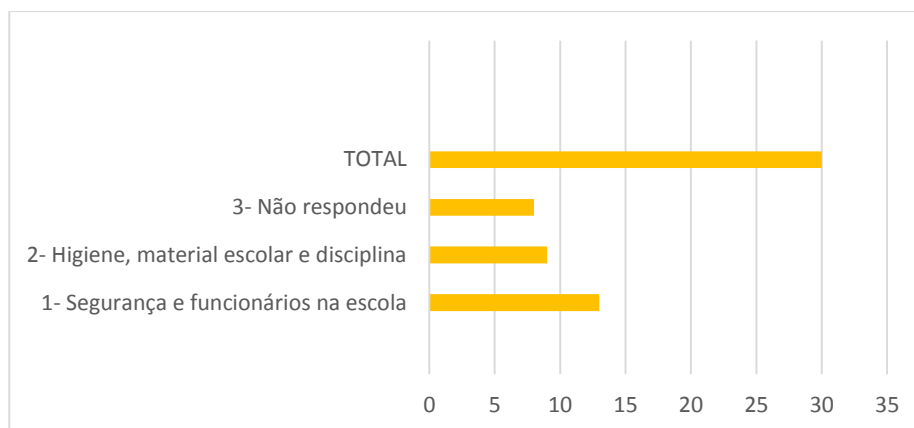
M 8 Em 21- Ter um futuro bom se consegui emprego bom.

M 9 Em 19- . Continua o estudo, porque ajuda meu trabalho com contas.

F 10 Em 23- Estudar e trabalhar e aprender mais sobre Ciências.

7) Desejaria acrescentar algum aspecto não abordado neste roteiro?

GRÁFICO 16 Sugestões e observações



FONTE: Própria autoria, 2016.

As reivindicações dos alunos recaem não sobre a parte pedagógica e sim na parte administrativa. Se por um lado fica claro para os alunos que a parte pedagógica da escola tem contribuído para o crescimento pessoal e social do aluno, por outro a estrutura física da escola fica a desejar nos quesitos segurança, higiene e atendimento cordial por parte dos funcionários.

F 5 Em 36- Acrescentar mais funcionários seria ideal. Obs: Funcionários capacitados para tal função.

F 6 Ef 22- Mais belo, mais limpo com mais higiene.

M 9 Em 19- Está sem resposta.

F 10 Em 23- Não.

F 11 Em 21- É muito necessário limpeza pois os próprios alunos varrem a sala, para o banheiro que é podre capaz de pegarmos uma doença.

F2EF15- Precisa melhorar!

O pedagógico poderá contribuir muito mais se o administrativo estiver mais equiparado. Faz-se necessário ressaltar que a ausência de atitudes conjuntas de melhoria para a escola nos itens já citados, inviabilizam o desenvolvimento da gestão. Necessário lembrar que, a greve dos funcionários administrativos não só colaborou para que este fator se agravasse cada vez mais, como também fortaleceu o movimento grevista a eleger um dia na semana para fortalecer a causa dando direito a falta de todos os administrativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início, a certeza de um caminho pensado por mim, diante das minhas inquietações, encorajou-me a pesquisar sobre o objeto Formação de Professores e a Educação de Jovens e Adultos. Abraçando o objeto, pude expor publicamente minhas dúvidas e angústias, que à primeira vista não tornariam vulneráveis as minhas crenças sobre o fazer pedagógico diferenciado da EJA, que sempre em meio às incertezas, pude responder aos desafios que me foram impostos ao longo da minha trajetória como professora da Educação Básica.

Entre as aproximações, teoria e prática que defendi nessa dissertação tenho consciência de que nem tudo foi possível ser feito, pois o universo de pesquisa tornou-se imenso, minucioso, onde cada detalhe encontrado passou a fazer a diferença e cada vez mais, o estudo tomou o rumo da investigação sobre a formação continuada para atender aos objetivos propostos pensados para explorar os caminhos em curso, sobre as propostas pedagógicas de formação continuada e demais documentos e instrumentais utilizados, no sentido de refutar ou confirmar a hipótese que nos levará às proposições futuras.

Como professora da educação básica, sempre estive interessada na discussão e no fazer pedagógico da EJA, pelo fato de ser desafiada a desenvolver minhas atividades docentes em uma modalidade tão singular. Sendo licenciada em Letras Português procurei entender o trabalho na EJA, particularmente, no ensino fundamental e médio, quanto à atuação dos docentes vindo das licenciaturas. Investi em pesquisar o caminho que trilharíamos da graduação à sala de aula.

Formulando o projeto, vi na construção dos objetivos específicos o ponto de partida a seguir. Em busca da fundamentação teórica, passei a desenvolver as pesquisas, de início timidamente, na perspectiva de chegar ao meu alvo, e depois sob a supervisão da academia no Curso de Mestrado em Educação.

Hoje, ao tecer as considerações finais sobre a pesquisa, **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS**: aproximações teoria e prática, reafirmo o quanto foi importante reunir através da pesquisa, um acervo sobre as obras já publicadas sobre o tema, em site de reconhecimento científico, com teses, dissertações e na análise de documentos oficiais, resoluções, projeto pedagógicos dos cursos de licenciaturas que me

auxiliaram nas reflexões, na produção do meu texto e que puderam apontar novas possibilidades para pesquisas futuras.

Nesse caminho como aprendiz, e participante passei a conhecer melhor sobre as políticas públicas da educação na modalidade da EJA, analisando documentos nacionais como as DCNEB(2013) e estaduais como o Projeto Político da EJA/SEED(2012). Quanto ao alcance do objetivo geral, consegui analisar as relações teoria e prática nas propostas curriculares em curso na EJA da Escola Estadual Profª. Judite Oliveira (EEPJO) e nas licenciaturas em Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática da Unit.

Sobre os objetivos específicos vejo que avancei, sem os quais não poderia chegar ao objetivo geral. Assim, relacionei os indicadores da EJA com as políticas educacionais no Brasil e em Sergipe, a partir da LDB 9.394/1996, Identificando as demandas socialmente necessárias à formação de professores e as expectativas dos alunos das licenciaturas. Ainda analisei os Projetos Político - Pedagógicos vigentes na EJA (âmbito estadual e institucional) e nas licenciaturas da IES selecionada, sob a ótica da aproximação teoria e prática, ouvidos docentes e discentes.

Nesse contexto, a hipótese de trabalho pode ser parcialmente confirmada. Os currículos das licenciaturas contemplam em parte os PPP da EJA como dispositivos formativos e objetos de estudo, assim como observei que os limites das políticas públicas voltadas para a EJA, inclusive no que se refere à formação construída pela IES abordada aos futuros docentes, não são contemplados nos respectivos PPP e PPC e os conteúdos curriculares não têm sido significativos para a modalidade da EJA, de modo a suprir as lacunas do conhecimento nessa área.

A complexidade da questão ultrapassa a aparente proximidade quantitativa ou equilíbrio na formação demonstrado parcialmente nas ementas dos cursos de licenciaturas analisados. A confirmação deu-se após triangulação dos dados quantitativos e qualitativos obtidos na análise dos PPC, no tocante às categorias trabalhadas e na constatação das falas dos entrevistados.

As categorias trabalhadas: Fundamentos Teóricos da Educação, Conhecimentos Relativos aos Sistemas Educacionais, Formação Profissional Específica, Formação para Nível/Modalidade de Ensino Específico, Outros Saberes e Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) precisariam estar saturadas

de uma concepção humanista de mundo e de educação, ou seja, transbordando de conteúdos significativos na formação do professor, num contexto interdisciplinar, uma vez que, alunos e professores admitiram não ser suficiente as disciplinas oferecidas pelo curso, no sentido de cumprir o objetivo aqui proposto. A Educação Superior e a Educação Básica precisam estar articuladas em torno da formação do cidadão que se espera formar e colocar a disposição no mercado de trabalho.

A fala dos entrevistados (alunos das licenciaturas) enfatizou as dificuldades que eles carregam desde a educação básica, no tocante a qualidade da educação oferecida e o repercussão dessa ação em sua prática docente futura. As reivindicações dos alunos recaem sobre uma melhor formação, no que diz respeito a oferta de disciplinas que atendam tanto à modalidade específica da EJA, quanto ao ensino regular.

Em decorrência de uma preparação centrada na base específica que corresponde a 52% das disciplinas ofertadas, os três cursos de licenciaturas pesquisados, refletem a causa da não escolha dos alunos pelos estágios na EJA,

A ausência de disciplinas que privilegiassem conteúdos e a discussão voltada para as Políticas Públicas da Educação na modalidade da EJA, deixou um espaço, que há muito já deveria ter sido preenchido. Podemos constatar nos gráficos 7,8 e 9 uma maior oferta de disciplinas específicas, enquanto as disciplinas voltadas para uma abordagem direcionada à EJA, que deveriam fazer parte do conhecimento dos futuros docentes, foram muito pouco ofertadas..

Na universidade, o aluno recebe os conhecimentos para que sejam desenvolvidos nos ensino fundamental, ensino médio, a como ensinar crianças, adolescentes, como desenvolver a docência nos cursos de idiomas e nas modalidades.

Observamos que a EJA, quando discutida nas disciplinas está mais relacionada à alfabetização de adultos e não aos ensinos fundamental e médio. Ao cursarem as disciplinas Estágio Supervisionado I,II e III, os alunos decidem desenvolver sua prática fora da EJA, por desconhecem o desenvolvimento das políticas públicas e práticas docentes, uma vez que a carga horária e o número de disciplinas que tratam da modalidade não foram suficientes para assegurar a fundamentação necessária.

No que diz respeito à análise da fala dos entrevistados (professores da EEPJO) no exercício da função, foram destacados aspectos relevantes sobre o início da docência na EJA. Ao apresentarem fatos e situações que contribuíram para sua atuação em sala de aula, percebemos que a organização curricular em vigor, das licenciaturas que graduaram esses professores também não ofereceu um número satisfatório de disciplinas para que fossem refletidas as políticas públicas para a EJA.

A experiência com a EJA para esses professores, deu-se no dia a dia, sendo construída no local de trabalho com a ajuda de outros profissionais que já atuavam e possuíam experiência em trabalhar com a diversidade de horário, público, atividades produzidas dentro de um viés interdisciplinar ou através de orientações buscada em livros, planejamentos e eventos da modalidade.

Essas afirmações confirmam mais uma vez, a necessidade que o professor da educação básica para a EJA tem em investir na sua autoformação, pois mesmo consideramos a formação recebida pelos professores e alunos na graduação imprescindível, ele deverá sempre desenvolver o papel de investigador, buscando respostas para suas indagações a respeito do exercício da docência.

Sobre o papel do professor no ensino superior, torna-se primordial, quando à frente de uma disciplina sobre os Fundamentos da Educação, que em sua ementa, ele possa ressaltar conteúdos voltados para as Políticas Públicas da Educação, reservando espaços de discussão e conhecimento para a EJA e outras modalidades.

Os saberes docentes trabalhados na investigação estão a requerer aproximações efetivas de uma teoria consistente e comprometida com a transformação da sociedade excludente em que vivemos. A experiência, os saberes adquiridos no curso e na literatura ainda estão a construir uma efetiva proposta para a formação integral da juventude e o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. In: Juventude e Contemporaneidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007, p73-90. (Coleção Educação para Todos)

ANDRADE, Eliane Ribeiro. **A Educação de Jovens e Adultos e os jovens do “último turno”**:produzindo outsiders. Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado. 2004.

ANDRADE,M.M. Literacia estatística: um estudo teórico. In: **Congresso de Leitura do Brasil**. 2009, Campinas. Anais do Congresso de Leitura do Brasil, 2009. p.191.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3.ed. Porto Alegre; Artmed, 2006.

ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011. 3. ed. Lisboa: Edições Setenta, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA,2009, 2011.

BENAVENTE, A. (ed.) (1996). **A literacia em Portugal**: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica . [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian.

BEZERRA, Ada Augusta Celestino. NOBRE.L. **A especificidade do Trabalho Pedagógico Escolar no Contexto do Desenvolvimento Socioeconômico**. <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0001.pdf>. Acesso em 17 /11/2015.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Lei nº 9394/96**. LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 1934.Artigos 148 e 149.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). **Parecer CEB11/2000** - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2001 e Resolução CNE/CBE nº 1/2000. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, maio 2000.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.571**, DE 17 de Setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em 02/01/2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: PROEP, 1998.

BRASIL. **Lei nº. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.784-1**, de 13 de janeiro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **V Conferência Internacional sobre Educação de BRASIL**. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil** / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 218 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. **PNAD/IBGE**, 2000.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1**, DE 5 DE JULHO DE 2000 Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

BRASIL. **Todos pela Educação**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso em 08/09/2014.

BRASIL. **AÇÃO EDUCATIVA**. Disponível em: <Http://www.acaoeducativa.org.br/> Acesso em 10/11/2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2002. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios** – 2009. Rio de Janeiro: 2010.

BRASIL. INEP (2010). Disponível em: In: <http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-rendimento-escolar-na-educacao-basica/resource/35107793-5a70-4fe1>. Acesso em 01/11/2014.

BRASIL. **PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?opti>. Acesso em 31/10/ 2014.

BRAVERMAN, H. **Travail et capitalisme monopolist, la degradation du travail au XX siècle**. Paris: Maspero, 1976.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **O financiamento da EJA no Brasil: Repercussões iniciais do FUNDEB.** Disponível em <http://www.anpae.org.br/> Acesso em 10/09/2015.

CEB1/2000 - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. CHARLOT Bernard, Juventudes sergipanas : relatório de pesquisa- Aracaju, SE : J. Andrade, 2006

CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro. **Reparação da dívida social da exclusão: uma função da educação de jovens e adultos no Brasil.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p 225-237, mai.2009 - ISSN: 1676-2584 . Acesso em 10/07/ 2015.

CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento Humano (1998). CNPD Comissão Nacional de População e Desenvolvimento humano. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** Brasília: CNPD, 1998,. 2 volumes. CONTRERAS, José. **A autonomia de professores.** São Paulo: Cortez, 2002.

CURY, C. R. J. A Educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade.** v.23, n.80 esp., p.169- 201, 2002.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A Escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da Socialização Juvenil. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 28 n. 100 – Especial p. 1105 – 1128, out. 2007. Disponível em: Acesso em: 25/05/2013.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude, produção cultural e educação de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (orgs). **Diálogos na educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 296p.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. In: **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro, 2001.

DI PIERRO, M.C.; VOVIO, C.L.; ANDRADE, E.R. **Alfabetização de jovens e adultos: lições da prática.** Brasília, DF: UNESCO, 2008.

DI PIERRO, M.C. **A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010 953 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 19/10/2015.

DRAIBE, Sônia M. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Soc.** vol.15 no.2 São Paulo Nov. 2003. On-line version ISSN 1809-4554..Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-> Acesso em 10/09/ 2015.

FRANCO, Maria Laura P.B. **Análise do conteúdo**. Brasília, Liber Livro Editora.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

Gadotti, Moacir. **A escola e o professor** : Paulo Freire e a paixão de ensinar / Moacir Gadotti. – 1. ed. – São Paulo : Publisher Brasil, 2007.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do Projeto Pedagógico. **Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos**. Brasília: MEC, 1994.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 57-70, jan./abr. 2008.

GATTI, Bernardete A.; NUNES, Marina Muniz R. (orgs.). **Formação de professores para o ensino fundamental**: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Becky Henriette. **O uso do computador, alfabetização**: o que dizem educadores/as do MOVA. São Carlos: UFSCAR, 2007. (Dissertação de mestrado).

GRAMSCI. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 1991.

GUIMARÃES, N. A. (2005). Trabalho: uma categoria –chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs.) (2005). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 149-174

HADDAD, Sérgio. et al.; **O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no Brasil. A produção discente da pós-graduação em educação no período 1986 – 1998.** São Paulo: Ação Educativa, 2000.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. In: **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio. 2000.

IRELAND, T. D. Sessenta anos de CONFINTEA: uma retrospectiva. In: Ireland, T.D. & Spezia, C.H. (Orgs). **Educação de adultos em retrospectiva: 60 anos de CONFINTEA,**2011. www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadA. Acesso em 31/10/2014.

JOSEPH, Miriam. - **O Trivium: As Artes Liberais da Lógica, Gramática e Retórica.** Trad. Henrique Paul Dmyterko. São Paulo: É Realizações, 2008.

KUENZER, Acacia Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: Novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Naura S.C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios .**São Paulo: Cortez, 1998, pp. 33-58.

LASSANCE, Antonio (2005). Brasil: jovens de norte a sul. In ABRAMO, Helena W. (org.) **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Fund. Perseu Abramo.

LASSANCE, Antonio. Brasil: jovens de norte a sul. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 73-86.

LINHARES, Ronaldo. Maria de Fátima Monte Lima, Ana Valéria Machado Mendonça. **As políticas de formação de professores para as mídias e as tecnologias de informação e comunicação.** Salvador;EDUFBA,2011. p.175-201.

MARX, Karl. **Capítulo inédito d'ó capital: resultados de produção imediatos.** Trad. M. Antônio Ribeiro. Porto: Publicações Escorpião, 1975 (Biblioteca Ciência e Sociedade, no 12).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro 1., v. 1, 7. ed. São Paulo: DIFEL, 2008.

MAZZANTE. Fernanda Pinheiro. O currículo escolar nas leis 5692/71 e 9394/96: questões teóricas e de história. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel,** Pelotas, n. 18, p. 71-81, set. 2005. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29127> Acesso em 20/04/2015.

MINAYO, M. C.de S. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 16. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. (224p.)

MORAN, José Manuel. **A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2007.

MOREIRA, W.W.; SIMÕES, R.; PORTO, E. **Análise de conteúdo**: técnica de elaboração e análise de unidades de significado. R. bras. Ci e Mov. 2005; 13 (4): 107-114. Acesso em 02 de janeiro 2016.

NÓVOA, Antônio Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (org.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1992.

PARO, Vitor Henrique. A natureza do trabalho pedagógico. In: FEUSP. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 19, n. 1, p. 103 - 109, jan./jun. São Paulo: FEUSP, 1993 Leia mais. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-trabalho-pedagogico-escolar-como-pratica-social/42861/#ixzz42L0NpiWI>. Acesso em: 25/02/2016. Relatórios Dinâmicos/SERGIPE. Arquivo gerado em 30/11/2015. www.portalodm.com.br. Acesso em 06/12/2015.

RIBEIRO, Vera Masagão, Roberto Catelli Junior, Sérgio Haddad (orgs.). **A avaliação da EJA no Brasil**: insumos, processos, resultados. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil**: lições da prática. Brasília : UNESCO, 2008. 212 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SERGIPE. **Carta de Anuência 2012 – 2016** assinada pelo Governador em exercício no período, Belivaldo Chagas.

SACRISTÁN, José Gimeno. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org). **Profissão professor**. Porto: Ed Porto, 1991.

SANTOS, B. de S. (org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SCRIBNER, S. & COLE, M. **The psychology of literacy**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1981.

SERGIPE, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico para Educação de Jovens e Adultos**. Aracaju, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

Yin, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. 2. impr. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b.

SOARES. L. J. G. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, Mércia Cardoso De; SANTANA, Jacira Maria Augusto Moreira Pavão. O direito à educação no ordenamento constitucional brasileiro. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 74, mar 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=rev>. Acesso em 08 jun 2015.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em Educação”. ”. In: **Juventude e Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação São Paulo: ANPED, nº 5 e 6,1997.

SPOSITO, Marília Pontes. CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. N. 24. 2003.

STENHOUSE, L. **An introduction to curriculum research and development**. Londres, Heinemann, 1975.

PERALVA, Angelina Teixeira e SPÓSITO Marília Pontes in FÁVERO, Osmar; SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo e NOVAES, Regina Reys (Orgs.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007 (Coleção Educação para Todos; 16)

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. Revista HISTEDBR. On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun. 2010 – ISSN: 1676-2584 . //periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle

SILVA, Enid Rocha Andrade da, ANDRADE, Carla Coelho de. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de, AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de, ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009, p.43-69.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes,2005.

TARDIF, **Maurice**. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARNAS, Richard – **A Epopéia do pensamento ocidental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. In: <http://recantodasletras.uol.com.br/resenhasdelivros/1957460> - Acessado em 14/10/2015.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de luta**: história dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964). Tese de doutoramento em História defendida em 25 de março de 2008. Acesso em 10 set 2015. Disponível em http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340763408_ARQUIVO_WagnerTeixeira_textocompleto.pdf. Acesso em: 26/10/2015.

UNESCO. A Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos/Agenda para o Futuro da Educação de Adultos. In: **Educação de jovens e adultos: memória contemporânea**, 1996-2004. Brasília: UNESCO, MEC, 2004.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino**. Adotada a 14 de dezembro de 1960, pela Conferência Geral da UNESCO, em sua 11ª sessão, reunida em Paris de 14 de novembro à 15 de dezembro de 1960. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132598por.pdf>. Acesso em 25 de agosto 2015.

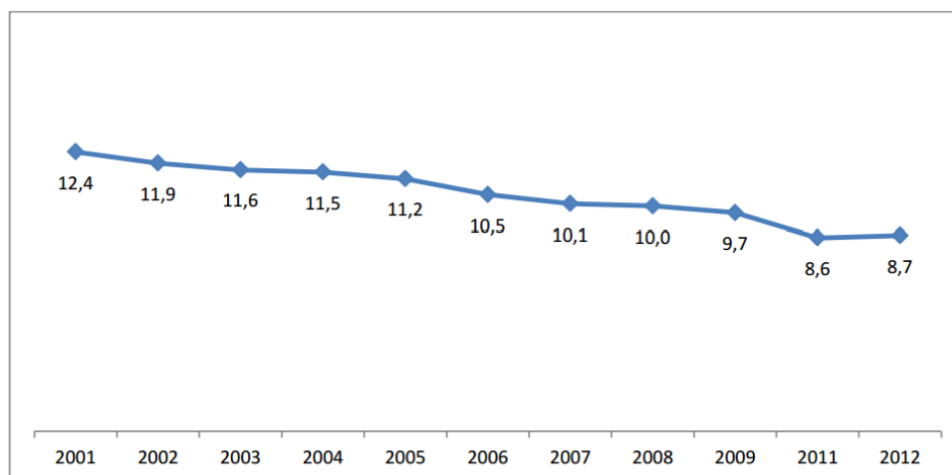
UNIT/SE/GPGFOP7PPED. **A transdisciplinaridade como alternativa teórico - metodológica para a efetividade da alfabetização e letramento de jovens e adultos no semiárido sergipano**. OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. Fomento a Estudos e Pesquisas em Educação: EDITAL Nº 38/2010/CAPES/INEP. Aracaju: UNIT, 2010.

VASCONCELLOS, E.M. Contribuição à avaliação da estratégia de integração do programa de saúde mental no sistema único de saúde no Brasil recente. **J.Bras. Psiquiat.**, 41:283-6, 1992.

ANEXOS

ANEXO “A”

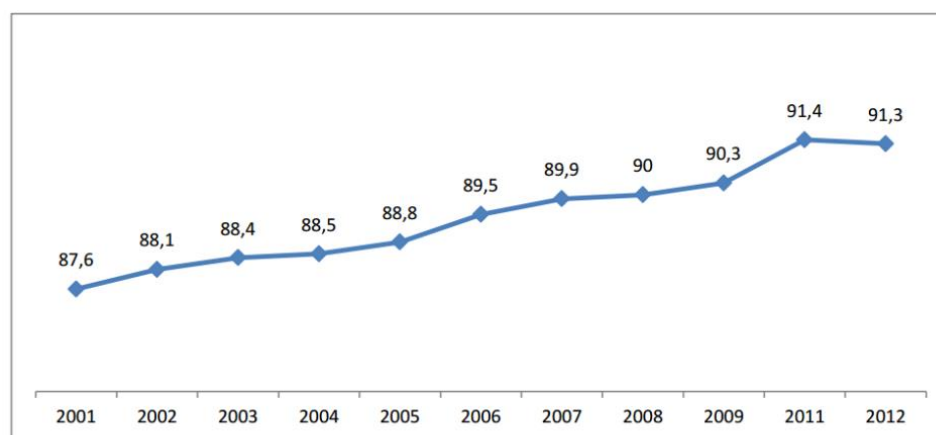
Gráfico 1 BRASIL -Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade 2001 – 2012



Fonte: Microdados da Pnad (IBGE)

ANEXO “ B “

Gráfico 2 BRASIL -Taxa de alfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade 2001 - 2012



Fonte: Microdados da Pnad (IBGE)

APÊNDICES

APÊNDICE “ A “ _ TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário(a) dessa pesquisa. Concordando em participar, favor assinar no início e no final do documento. Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará qualquer prejuízo a sua relação com a pesquisadora.

Eu, _____, abaixo assinado, autorizo a Universidade Tiradentes - por intermédio da aluna RANÚSIA PEREIRA SILVA, devidamente assistida pela sua orientadora Prof^a Dra. ADA AUGUSTA CELESTINO BEZERRA, a desenvolver a pesquisa abaixo descrita:

1-Título da pesquisa: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS: Aproximações, Teoria e Prática

2-OBJETIVOS:

Geral: Analisar as relações teoria – prática nas propostas curriculares em curso na Educação de Jovens e Adultos- EJA da Escola Estadual Prof^a Judite Oliveira - EEPJO e nas licenciaturas em Letras Português, Matemática e Ciências Biológicas da UNIT

Específicos:

- Relacionar os indicadores da EJA com as políticas educacionais no Brasil e em Sergipe, a partir da LDB 9.394/1996;
- Identificar as demandas socialmente necessárias à formação de professores e as expectativas dos alunos das licenciaturas;
- Analisar os Projetos Político - Pedagógicos vigentes na EJA (âmbito estadual e institucional) e nas licenciaturas da IES selecionada, sob a ótica da aproximação teoria e prática, ouvidos docentes e discentes.

3-Descrição de procedimentos: Esta investigação será desenvolvida de forma empírico-qualitativa, onde serão ouvidos os sujeitos, com o estudo de caso como procedimento de pesquisa. Serão abordados alunos dos últimos períodos da IES particular dos cursos de Letras Português, Matemática e Ciências Biológicas e, professores no exercício da docência e alunos do ensino fundamental -EJAEF e ensino médio - EJAEM da Escola Estadual “ Prof^a Judite Oliveira-EEPJO que responderão através de entrevistas semiestruturadas que serão previamente

agendadas e se autorizadas terão seus áudios gravados, pela atuação, benefícios, insatisfação e sugestão das propostas pedagógicas em âmbito nacional e estadual e sua atuação real, no tocante ao que vem sendo desenvolvido com relação a EJA, na IES e na escola. No decorrer dos trabalhos a serem desenvolvidos pelos sujeitos, com relação às entrevistas, fica claro que se for de interesse e necessidade dos sujeitos, serão realizados outros s encontros para que se conclua e se alcance o objetivo. Para tanto haverá o pesquisador responsável, o sujeito da pesquisa ou seu representante legal e, quando for o caso, devem rubricar todas as folhas do TCLE, apondo também suas assinaturas na última página do referido tendo agendamento prévio em comum acordo com as partes garantindo assim o acesso às transcrições posteriores para ajustes se necessário

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A pesquisa realizada justifica a continuidade e o aprofundamento desses estudos no campo da educação de jovens e adultos, através dos documentos oficiais que normatizam a modalidade no âmbito federal e estadual, de forma a contribuir para as discussões /como também a análise dos projetos pedagógicos dos cursos- PPC das licenciaturas estudadas e o projeto pedagógico da Escola Estadual “ Profª Judite Oliveira-EEPJO, para que dessa forma possamos constatar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a educação e o seu objetivo voltado para a formação de professores na educação de jovens e adultos – EJA.

5-Desconfortos e riscos esperados: Sobre essa questão estou ciente e devidamente informada dos riscos acima descritos e de qualquer risco não descrito, não previsível, porém que possa ocorrer em decorrência da pesquisa ficando sob inteira responsabilidade dos pesquisadores.

6-Benefícios esperados: O que se espera em termos de benefícios, é uma investigação que de fato contribua para melhoria das políticas públicas voltadas para a formação de professores nas Instituições de Ensino Superior- IES e que em seus PPCs privilegiando em sua arquitetura curricular de forma ampla um maior número de disciplinas onde a modalidade da educação de jovens e adultos seja conhecida e discutida por graduandos, futuros docentes da educação básica, suprimindo lacunas do conhecimento nessa área

7-Informações: Os participantes têm a garantia que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.

8-Retirada do consentimento: O voluntário tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não acarretando nenhum dano ao voluntário.

9-Aspecto Legal: Elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atende à Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília – DF.

10-Confabilidade: Os voluntários terão direito à privacidade. A identidade (nomes e sobrenomes) do participante não será divulgada. Porém os voluntários assinarão o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações.

11-Quanto à indenização: Não há danos previsíveis decorrentes da pesquisa, mesmo assim fica prevista indenização, caso se faça necessário.

12-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores). O pesquisador responsável, o sujeito da pesquisa ou seu representante legal e, quando for o caso, devem rubricar todas as folhas do TCLE, apondo também suas assinaturas na última página do referido Termo.

13-Dados do pesquisador responsável:

Nome: **Ranúzia Pereira Silva**

Endereço profissional/telefone/e-mail: **Colégio Estadual “Profª Judite Oliveira
“Rua 1, S/N Conjunto Orlando Dantas – Bairro São Conrado Aracaju – SE _
anusia.pereira@gmail.com**

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit - DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Aracaju, ____ de ____ de 2015.

ASSINATURA DO VOLUNTÁRIO

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

APÊNDICE “B” _ TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/PARA ALUNOS MENORES.

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário(a), dessa pesquisa. Concordando em participar, favor assinar no início e no final do documento. Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará qualquer prejuízo a sua relação com a pesquisadora.

Eu, _____, abaixo assinado, responsável pelo menor, _____ autorizo a Universidade Tiradentes - por intermédio da aluna RANÚSIA PEREIRA SILVA, devidamente assistida pela sua orientadora Prof^a Dra. ADA AUGUSTA CELESTINO BEZERRA, a desenvolver a pesquisa abaixo descrita:

1-Título da pesquisa: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS: Aproximações Teoria e Prática

2-OBJETIVOS:

Geral: Analisar as relações teoria – prática nas propostas curriculares em curso na Educação de Jovens e Adultos- EJA da Escola Estadual Prof^a Judite Oliveira - EEPJO e nas licenciaturas em Letras Português, Matemática e Ciências Biológicas da UNIT

Específicos:

- Relacionar os indicadores da EJA com as políticas educacionais no Brasil e em Sergipe, a partir da LDB 9.394/1996;
- Identificar as demandas socialmente necessárias à formação de professores e as expectativas dos alunos das licenciaturas;
- Analisar os Projetos Político - Pedagógicos vigentes na EJA (âmbito estadual e institucional) e nas licenciaturas da IES selecionada, sob a ótica da aproximação teoria e prática, ouvidos docentes e discentes.

3-Descrição de procedimentos: Esta investigação será desenvolvida de forma empírico-qualitativa, onde serão ouvidos os sujeitos, com o estudo de caso como procedimento de pesquisa. Serão abordados alunos dos últimos períodos da IES particular dos cursos de Letras Português, Matemática e Ciências Biológicas e, professores no exercício da docência e alunos do ensino fundamental -EJAEF e ensino médio - EJAEM da Escola Estadual “ Prof^a Judite Oliveira-EEPJO que responderão através de entrevistas semiestruturadas que serão previamente agendadas e se autorizadas terão seus áudios gravados, pela atuação, benefícios, insatisfação e sugestão das propostas pedagógicas em âmbito nacional e estadual

e sua atuação real , no tocante ao que vem sendo desenvolvido com relação a EJA , na IES e na escola. No decorrer dos trabalhos a serem desenvolvidos pelos sujeitos, com relação às entrevistas , fica claro que se for de interesse e necessidade dos sujeitos, serão realizados outros encontros para que se conclua e se alcance o objetivo. Para tanto haverá o pesquisador responsável, o sujeito da pesquisa ou seu representante legal e, quando for o caso, devem rubricar todas as folhas do TCLE, apondo também suas assinaturas na última página do referido tendo agendamento prévio em comum acordo com as partes garantindo assim o acesso às transcrições posteriores para ajustes se necessário

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A pesquisa realizada justifica a continuidade e o aprofundamento desses estudos no campo da educação de jovens e adultos, através dos documentos oficiais que normatizam a modalidade no âmbito federal e estadual, de forma a contribuir para as discussões /como também a análise dos projetos pedagógicos dos cursos- PPC's das licenciaturas estudadas e o projeto pedagógico da Escola Estadual “ Profª Judite Oliveira-EEPJO, para que dessa forma possamos constatar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a educação e o seu objetivo voltado para a formação de professores na educação de jovens e adultos – EJA.

5-Desconfortos e riscos esperados: Sobre essa questão estou ciente e devidamente informada dos riscos acima descritos e de qualquer risco não descrito, não previsível, porém que possa ocorrer em decorrência da pesquisa ficando sob inteira responsabilidade dos pesquisadores.

6-Benefícios esperados: O que se espera em termos de benefícios, é uma investigação que de fato contribua para melhoria das políticas públicas voltadas para a formação de professores nas Instituições de Ensino Superior- IES e que em seus PPC's privilegiando em sua arquitetura curricular de forma ampla um maior número de disciplinas onde a modalidade da educação de jovens e adultos seja conhecida e discutida por graduandos, futuros docentes da educação básica, suprimindo lacunas do conhecimento nessa área

7-Informações: Os participantes têm a garantia que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.

8-Retirada do consentimento: O voluntário tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não acarretando nenhum dano ao voluntário.

9-Aspecto Legal: Elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atende à Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília – DF.

10-Confabilidade: Os voluntários terão direito à privacidade. A identidade (nomes e sobrenomes) do participante não será divulgada. Porém os voluntários assinarão o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações.

11-Quanto à indenização: Não há danos previsíveis decorrentes da pesquisa, mesmo assim fica prevista indenização, caso se faça necessário.

12-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores). O pesquisador responsável, o sujeito da pesquisa ou seu representante legal e, quando for o caso, devem rubricar todas

as folhas do TCLE, apondo também suas assinaturas na última página do referido Termo.

13-Dados do pesquisador responsável:

Nome: **Ranúsia Pereira Silva**

Endereço profissional/telefone/e-mail: **Colégio Estadual “Profª Judite Oliveira
“Rua 1, S/N Conjunto Orlando Dantas – Bairro São Conrado Aracaju – SE _
anusia.pereira@gmail.com**

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit - DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Aracaju, _____ de _____ de 2015.

ASSINATURA DO VOLUNTÁRIO

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

APÊNDICE “C” - ROTEIRO DA ENTREVISTA/ALUNOS DA IES /PARTICULAR

PESQUISA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS: Aproximações, Teoria e Prática

Prezado(a) aluno(a)

Esta entrevista é um dos instrumentos de coleta de dados dessa pesquisa que fundamentará minha dissertação em andamento no Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes-Unit, na linha de Pesquisa Educação e Formação Docente, sob a orientação da Prof^a. Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra.

O objetivo geral é analisar as relações teoria – prática nas propostas curriculares em curso na Educação de Jovens e Adultos - EJA da Escola Estadual Prof^a Judite Oliveira -EEPJO e nas licenciaturas em em Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática da UNIT.

Solicito sua colaboração concedendo-me essa entrevista gravada, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Sua privacidade será assegurada.

Agradeço sua colaboração.

Prof^a. Ranússia Pereira Silva

Pesquisadora mestranda/anusia.pereira@gmail.com

IDENTIFICAÇÃO

Idade **Sexo** **Licenciatura em** **Período.....**

1) Qual sua expectativa em relação ao objetivo do curso de licenciatura que você faz e quais disciplinas trabalharam conhecimentos e saberes voltados à EJA?

2) As discussões dessas disciplinas foram satisfatórias para deixá-lo/a sensível às propostas de ensino da EJA, bem como contribuíram para a sua futura docência nessa modalidade

3) Você já esteve em sala de aula da educação básica como atividade curricular do seu curso? Descreva essa experiência, destacando as modalidades: regular ou educação de jovens e adultos e que diferenças podem ser destacadas na atuação do professor em sala de aula ao trabalhar no ensino regular e na EJA?

4) De que saberes ou conhecimentos precisaria um docente da EJA em termos de formação inicial na Universidade?

5) Desejaria acrescentar algum aspecto não abordado neste roteiro?

APÊNDICE “ D” - ROTEIRO DA ENTREVISTA PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL PROFª JUDITE OLIVEIRA- EEPJO.

PESQUISA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS: Aproximações, Teoria e Prática

Prezado(a) Professor(a)

Esta entrevista é um dos instrumentos de coleta de dados dessa pesquisa que fundamentará minha dissertação em andamento no Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes-Unit, na linha de Pesquisa Educação e Formação Docente, sob a orientação da Profª Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra.

O objetivo geral é analisar as relações teoria – prática nas propostas curriculares em curso na Educação de Jovens e Adultos- EJA da Escola Estadual Profª Judite Oliveira -EEPJO e nas licenciaturas em Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática da UNIT.

Solicito sua colaboração concedendo-me essa entrevista gravada, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Sua privacidade será assegurada.

Agradeço sua colaboração.

Profª. Ranúzia Pereira Silva

Pesquisadora mestranda/ anusia.pereira@gmail.com

I-IDENTIFICAÇÃO

Idade Sexo Formação acadêmica:

Disciplina Lecionada.....

Tempo na docência regular.....

Tempo na docência da EJA.....

II- PRÁTICA PROFISSIONAL

1) Em que medida a formação inicial de professor contribuiu para a atuação no ensino da EJA? Que disciplinas da graduação mais contribuíram para sua atuação?

- 2) Como foi o início da sua docência na EJA? Foi uma opção sua? Que fatos/situações você destacaria?

- 3) A **sua disciplina** em termos de aprendizagem e resultados esperados diante de um público cada vez mais jovem na modalidade da EJA é importante, por quê?

- 4) Que diferenças podem ser destacadas na atuação do professor em sala de aula ao trabalhar no ensino regular e na EJA? Descreva.

- 5) Participou de alguma formação continuada nesses últimos 03 anos? Em caso afirmativo, como essa formação contribuiu no direcionamento/planejamento de suas atividades docentes na EJA? Fale sobre elas.

- 6) Você segue alguma proposta pedagógica ou planejamento de ensino e aprendizagem na sua sala de aula de EJA? Qual material didático você utiliza com mais frequência?

- 7) Desejaria acrescentar algum aspecto não abordado neste roteiro?

APÊNDICE “ E “ - QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL PROFª JUDITE OLIVEIRA - EEPJO.

PESQUISA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS: Aproximações, Teoria e Prática

Prezado(a) aluno(a)

Este questionário é um dos instrumentos de coleta de dados dessa pesquisa que fundamentará minha dissertação em andamento no Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes-Unit, na linha de Pesquisa Educação e Formação Docente, sob a orientação da Profª. Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra.

O objetivo geral é analisar as relações teoria – prática nas propostas curriculares em curso na Educação de Jovens e Adultos- EJA da Escola Estadual Profª Judite Oliveira -EEPJO e nas licenciaturas em Letras Português, Ciências Biológicas e Matemática da UNIT.

Solicito sua colaboração respondendo a esse questionário, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Sua privacidade será assegurada.

Agradeço sua colaboração.

Profª Ranússia Pereira Silva

Pesquisadora mestranda/ anusia.pereira@gmail.com

I-IDENTIFICAÇÃO

Idade Sexo Ensino Fundamental () Ensino Médio ()

II- ATUAÇÃO COMO ALUNO DA Escola Estadual Profª Judite Oliveira - EEPJO NA MODALIDADE EJA

1) Você gosta de estudar na EJA? Justifique.

1.1 Quais as motivações levaram você a estudar na EJA ? Justifique.

1.2 Quais os motivos que seus colegas abandonaram, trancaram ou desistiram de frequentar a EJA?

2) O ensino na EJA :

Atende as suas necessidades e tem relação com o seu dia a dia? () sim () não

2.1 Se respondeu **sim** diga em que ele atende.

.....
.....
2.2)Ajudará nos seus planos para o futuro? () sim () não

Se respondeu **sim** diga em que ele ajudará você.

.....
.....

3) Os professores dessa escola promovem práticas de ensino motivadoras, como:
() projetos () gincanas () palestras () visitas () aulas extraclasse () outras () nenhuma

3.1)Qual a que mais acha interessante?.....

4) Dentre as disciplinas Português, Matemática e Ciências/Biologia, qual(ais) lhe apresenta(m) uma forma de aprendizagem que se aproxima do seu dia a dia? Por quê?

5) Relate uma atividade realizada nessa(s) disciplina(s) que teve relação com seu dia a dia, sua vida , seu trabalho.

6)Quais suas expectativas para quando concluir sua educação básica na EJA?

7)) Desejaria acrescentar algum aspecto não abordado neste roteiro?

APÊNDICE “F” - APURAÇÃO DAS ENTREVISTAS CONSOLIDADAS COM PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL PROFª JUDITE OLIVEIRA (EEPJO)

Número de ordem/Professor/Disciplina/Sexo/Idade....

EXEMPLO	CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO
	1	Número de ordem
	P	Professor
Professor 3PC.BioM60	C. Bio	Disciplinas: Mat /Matemática; L. Port /Língua Portuguesa; C.Bio/Ciências Biológicas
	M	Sexo feminino (M para masculino)
	60	Idade

QUESTÕES	RESPOSTAS
1- Em que medida a sua formação inicial de professor contribuiu para a atuação no ensino da EJA?	<p>1PMatF41- Nenhuma, porque as disciplinas que poderiam me ajudar, didática e estrutura do funcionamento do ensino, eu não tive um acompanhamento, não tive um professor que trabalhasse EJA, trabalhasse, me ajudasse trabalhar na EJA, ele fez mais a parte de um ensino regular.</p> <p>2PL.PortF45- Quando eu me formei, no ano de 2002, eu nunca tinha visto falar desta disciplina, não estudei sobre isso. Pra mim foi uma surpresa chegar na sala de aula e me deparar com a EJA. Não tive formação acadêmica sobre esse assunto.</p> <p>3PC.BioM60- Boa noite colega, é, veja bem, a minha formação acadêmica no EJA, é no EJA, teve início lá no Colégio Dom Luciano que por motivo de</p>

	<p>fechamento e falta de uma política direcionada aos jovens que trabalham durante o dia e tem essa oportunidade de estudar a noite foi fechado, então eu vim aqui, passei agora, voltei, vim ensinar no Colégio Professora Judite de Oliveira e essa minha formação, a minha formação, eu tenho formação acadêmica em Licenciatura em Biologia e sou formado em Farmácia e Bioquímica com pós graduação em gestão e saúde pública e da família.</p>
<p>2) Como foi o início da sua docência na EJA? Que fatos/situações você destacaria?</p>	<p>1PMatF41 - Fui estagiária no Sesc, e lá assumi duas turmas de supletivo na época. O Sesc me ajudou muito na questão do EJA porque eu tinha uma coordenadora que me acompanhou desde o início, como eu não tinha experiência, ela ia me orientando passo a passo. O Sesc tem uma política de levar os alunos da EJA pra todos os eventos que eles faziam, por exemplo: peças de teatro, exposições, é, deixe eu ver mais o que era que tinha, era exposição, passeios, tudo isso, então eles davam suporte, a gente tinha um suporte muito bom com relação a isso né? Uma parceria muito boa. Na época eu entrei como estagiária mas quem era o professor da cadeira na época era um professor do estado, uma parceria do Sesc com o estado.</p> <p>2PL.PortF45- Quando eu comecei a trabalhar com a EJA, eu não sabia como seria, então eu procurei fazer a minha formação continuada, procurei buscar, estudar sobre a EJA, livros sobre a EJA, livros, material e eu fiz o meu roteiro programado de acordo com os livros, os livros de conteúdo, eu fiz pra cada etapa da EJA eu fiz um roteiro programado da primeira à quarta etapa do EJAEF e da primeira e segunda etapa do EJAEM. - Eu trabalhando na DR8 no Paulo Salazar na EJAEF da 5ª a 8ª né? Que são 4 etapas em São Cristóvão.</p> <p>3PC.BioM60 - Inicialmente trabalhei no</p>

	<p>Ensino Regular depois fui para a EJA. Sempre procurei fazer um trabalho diferente para acompanhar a EJA que tem um sistema de ensino também diferente, apesar dos interesses dos alunos serem os mesmos. Todos querem aprender seja EJA ou Regular. Procurei fazer meu planejamento com livros e minha experiência de professor e profissional da saúde. As doenças sempre foram meu interesse em ensinar a prevenção. Eles falam disso no dia a dia, então ensina para o real... para o que eles precisam e cumprir também o planejamento da EJAEM e da EJAEM. Isso já se vão muitos anos de ensino na EJA. (3PC.BioM60)</p>
<p>3- A sua disciplina em termos de aprendizagem e resultados esperados diante de um público cada vez mais jovem na modalidade da EJA é importante, por quê?</p>	<p>1PMatF41- Quando a gente vem trabalhar na EJA, a gente vem com a expectativa de que o aluno, ele venha pra EJA pra terminar os estudos pra começar a trabalhar, então a matemática a gente sempre envolve a questão do trabalho. Só que como eles já chegam sem base, fica difícil a gente, é, construir algo maior pra eles, porque eles já chegam assim, cansados aí eles já não tem aquela base que a gente precisava, eles são praticamente viciados em celular e calculadora, tem preguiça de pensar, então, o esperado da gente fica muito abaixo do desejado.</p> <p>2PL.PortF45 Lá na escola que eu trabalhei não tinha coordenação, é, nesse sentido não tinha, não tinha nenhum apoio. Eu tive que trabalhar, buscar sozinha mas eu tirei de letra porque eu estudei. - É importante na questão do aprendizado né? A questão, é, é muito importante a disciplina de português para a EJA. Nós não trabalhamos regularmente assim, todos os conteúdos mas o que a gente dá na sala de aula é muito importante pela questão do próprio aluno saber fazer um abaixo assinado, fazer uma redação no trabalho, ele ensina a fazer a questão de trabalhar textos relacionados ao mercado de trabalho, redação, é,</p>

	<p>currículo, ensino eles a fazem um, uma, solicitação de emprego e a questão de pontuação, é muito importante, acentuação gráfica, o português ele está em tudo né? Na forma de falar, de ser entrevistado no trabalho a gente também trabalha em sala de aula, tudo voltado para o mercado de trabalho.</p> <p>3PC.BioM60 -Bom, o aprendizado eu observo nesses jovens, assim, pelo fato deles terem deixado de estudar algum tempo eu vejo assim eles com muita vontade, é, muita vontade, com muita garra de estudar e lamento que em muitas escolas a políticas públicas, eu lamento que as escolas estejam fechando um turno que é importante como o turno da noite, onde existe uma oportunidade para aqueles que não conseguiram, não tem a oportunidade de estudar durante o dia, encontra a escola a noite de portas abertas. Então, é importante o ensino do EJAEF no período da noite em consequência disso, uma oportunidade, uma porta aberta para aqueles que tem um objetivo na vida que é conseguir um futuro digno e promissor.</p>
<p>4- A sua disciplina em termos de aprendizagem e resultados esperados diante de um público cada vez mais jovem na modalidade da EJA é importante, por quê?</p>	<p>1PMatF41- Existe diferença sim. No EJA, a gente escolhe os assuntos que vai ser mais usados por eles e no ensino regular não, a gente segue um currículo, e o, a, o ensino regular você vai sempre um pouco mais devagar e o EJA não, você vai, não vou dizer pincelando porque a gente não pincela disciplina, não pincela conteúdo mas a gente vai escolhendo os melhores pra eles.</p> <p>2PFL.PortF45 - Com certeza tem diferenças, porque a gente tem que selecionar os conteúdos e a questão do público também, jovens e adultos não são pessoas que tá com o ensino regular, eles também trazem, eles trazem assim já certos conteúdos, eu aprendo com eles também, tem coisas que eu não sei e eu fico rindo quando</p>

	<p>não sei e também eles, eu ensino pra eles alguns conteúdos e eles me ensinam algumas experiências. Eu tenho conteúdo e eles me trazem experiência, é um pouco diferenciado a questão da idade, da experiência, é muito importante. Quando, logo na primeira aula eu falo pra eles que eu não trabalho assim na doida, eu trabalho, eu tenho um conteúdo programático, mostro pra eles o conteúdo e tento trabalhar. Quando eu vejo que não vai dar eu dou os mais importantes, os assuntos mais importantes: acentuação, pontuação, sílaba, é, fonologia, morfologia, a parte de sintaxe, não dá nem tempo o tempo mas eu vejo o que é mais importante pra eles.</p> <p>3PC.BioM60- Bom, inicialmente, assim, a diferença, existe um pouquinho de diferença, o ensino regular, você se incide, você segue um currículo onde os alunos tem um período de três anos, ou de quatro anos para concluir aquele ciclo, já no ensino do EJAEF, ele tem um período altamente comprimido onde o professor, maestramente, consegue, é, consegue escolher o pontual, os conteúdos mais importantes e passar pro aluno porque o período é muito curto. A diferença, é um pouco só nisso, mas assim na vontade de estudar praticamente são idênticas</p>
<p>5) Você segue alguma proposta pedagógica ou planejamento de ensino e aprendizagem na sua sala de aula de EJA?</p>	<p>1PMatF41 - Só o planejamento que eu faço, eu não conheço nenhum planejamento nem da escola, nem do estado.</p> <p>2PLPortF45 - Eu já ouvi falar mas, já li inclusive já fiz um curso, já dei uma palestra sobre isso mas, infelizmente, eu não tenho acesso não.</p> <p>3PC.BioM60- -O que nós seguimos são os livros, a, a proposta, o que nós</p>

	<p>seguimos são os livros adotados pelo governo que são distribuídos aqui na escola que nós seguimos assim, como eu falei na pergunta anterior, a gente, desses livros nós retiramos os conteúdos, os tópicos mais importantes, e, comprimimos e passamos pra ele, certo?! porque como todos sabem, é um ensino, comprimido, um ensino restrito, aquele período é um período de tantos meses, né?!</p>
<p>6) Participou de alguma formação continuada nesses últimos 03 anos? Em caso afirmativo, como essa formação contribuiu no direcionamento/planejamento de suas atividades docentes na EJA?</p>	<p>1PMatF41- Eu participei mas foi na área de gestão, não tinha nada a ver com EJA. É, uma pós graduação que eu fiz em gestão, já tenho muitas de licenciatura em matemática, essa que eu fiz de licenciatura em matemática já tem muito tempo mas ela ainda trabalhou um pouco da EJA; tinha uma modalidade, tinha uma disciplina que era sobre EJA, agora essa que eu fiz por último não, essa que eu fiz por último era só gestão, então, não contribuiu não. - Não que eu tenha conhecimento, se chegou na escola não foi passado pra gente.</p> <p>1PMatF41- Com certeza. Eu fiz um, comecei a fazer um mestrado em educação para a inclusão e lá na sala de aula, que é aula presencial lá no Americano Batista, a gente comentava muito sobre EJA. Tinha uma professora que era formada em EJA, foi muito bom porque a gente discutiu bastante e eu também conheci uma outra colega que já tinha mestrado em educação pela federal que me forneceu muito material sobre a EJA, e eu procurei também né? Eu me interessei em procurar, elas me orientavam e eu comecei a estudar a história da EJA, livros sobre a EJA, letramento na EJA, tendeu? Aí eu gostei muito da matéria, eu gostaria muito, inclusive, de ensinar essa matéria se fosse professora da universidade.</p> <p>3PBioM60- Bom, como eu sou, como eu falei pra você, formado em farmacêutica e em bioquímica também, e também em licenciatura em biologia, é a gente, é muito difícil a gente conseguir uma</p>

	<p>capacitação a nível de governo. Teve assim, no início da minha carreira teve sim uma capacitação assim muito rápida mas depois eu fui correr por si próprio, fiz capacitação na área de biologia no, na FIOCRUZ Manguinhos, no Rio de Janeiro na FIOCRUZ de Belo Horizonte, na FIOCRUZ da Bahia, em Recife, é, então, fora as outras capacitações porque eu também desempenho a minha atividade área da saúde, como farmacêutico e bioquímico na fundação de saúde PAREIRAS HORTAS, então, isso contribuiu muito para que nas minhas aulas, eu, eu agregasse não só o conteúdo curricular, mas também aulas de prevenção á saúde que é muito importante das doenças, que eu chamo doenças invisíveis onde não são conhecidas, onde a mídia não divulga, como o caso da esquistossomose, a doença de chagas, as DST's, hanseníase, tuberculose, então essas doenças são poucos divulgadas. Então eu considero como doenças invisível porque eles não tem conhecimento, cabe ao professor criar maneiras como essa prevenção, o aluno ele, com essa informação, ele realmente fica assim, possibilita ele se livrar em outras palavras, de contrair a determinada doença.</p>
<p>7) Desejaria acrescentar algum aspecto não abordado neste roteiro?</p>	<p>1PMatF41- Eu precisaria mais de acompanhamento aqui na escola né? Precisaríamos de coordenador que chegasse assim junto, trabalhasse com a gente, que acompanhasse o nosso planejamento pra ver se a gente tá na direção certa, e a gente não tem.</p> <p>2PL.PortF45 - Com certeza. Eu fiz um, comecei a fazer um mestrado em educação para a inclusão e lá na sala de aula, que é aula presencial lá no Americano Batista, a gente comentava muito sobre EJA. Tinha uma professora que era formada em EJA, foi muito bom porque a gente discutiu bastante e eu também conheci uma outra colega que já tinha mestrado em educação pela federal que me forneceu muito material</p>

	<p>sobre a EJA, e eu procurei também né? Eu me interessei em procurar, elas me orientavam e eu comecei a estudar a história da EJA, livros sobre a EJA, letramento na EJA, tendeu? Aí eu gostei muito da matéria, eu gostaria muito, inclusive, de ensinar essa matéria se fosse professora da universidade.</p> <p>3PC.BioM60 - Não. Eu não queria acrescentar, eu só queria assim, que, é, o governo assim criasse políticas públicas serias de saúde na escola porque veja, se o governo criasse um programa sério de saúde na escola, uma saúde de prevenção séria na escola, não é saúde, aquela saúde que se cria em períodos temporários, é, como, é que é importante como prevenção da saúde bucal e outras coisas, mas sim uma prevenção, que a pessoa tenha aquilo como pra o resto da vida, então assim, que criasse programa sério de saúde na escola não só pra o EJA mas pra toda rede pública do estado e esse programa, o governo teria assim, mais ou menos, uma redução de custo talvez de, em torno de, 40% no atendimento dessas pessoas, que as pessoas já estavam conscientizada, evitaria muitos casos de doenças de agravos.</p>
--	---

APÊNDICE “ G “ APURAÇÃO DAS ENTREVISTAS CONSOLIDADAS COM ALUNOS DAS LICENCIATURAS / UNIT LÍNGUA PORTUGUESA, CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E MATEMÁTICA

EXEMPLO	CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO
		1
<p>Aluno da Unit/Licenciatura</p> <p>1AMatF5ºP35</p>	A	Aluno
	Mat	Licenciaturas: Mat /Matemática; Let/Letras; C. Bio /Ciências Biológicas
	F	Sexo feminino (M para masculino)
	5ºP	Período
	35	Idade

QUESTÕES	RESPOSTAS
<p>1-Qual sua expectativa em relação ao objetivo do curso de licenciatura que você faz e quais as disciplinas que referiam-se à EJA?</p>	<p>1AMatF4ºP19- A disciplina Educação e Diversidade .Nós trabalhamos como sobre atuar na área do EJA e como e como e como assim, e como se adaptarmos às pessoas pois elas são mais velhas e tem um tempo que ela parou de estudo.</p> <p>2AMatF5ºP19- Bom, até agora só foi uma Educação e Diversidade,que trouxe conhecimentos dos direitos,de organização e formação de professor no ensino do EJA. É veio retratando sobre que antigamente, o EJA não era muito, não tinha dado muita importância, aí o governo com o tamanho de analfabetos contribuiu com projetos pra mudar essa realidade</p> <p>3AMatF5ºP35 - Bom, voltados para EJA diretamente, nós não temos nenhuma. Nós temos a disciplina Educação e</p>

	<p>Diversidade que ela trata vários temas entre eles , alunos da EJA. Essa disciplina é de cunho obrigatório, né.. Ela é uma disciplina que ela trabalha com temas como se diz transversais porque a gente tá trabalhando temas que geralmente, são excluídos são trabalhar com homossexuais, como é que você trabalha a questão da homossexualidade ou da sexualidade com alunos em sala de aula, como é que você trabalha na questão do racismo, e acaba decaindo no aluno do EJA, que querendo ou não o aluno EJA ele também é um aluno que é excluído do sistema normal de ensino</p> <p>1ACBioF6ºP22-- Didática e Organização do Trabalho Pedagógico.</p> <p>- Eu acho que sim, porque, assim, com a eu passei a ter uma explicação sobre a EJA, eu passei a ter um conhecimento mais amplo que era, porque eu só tinha adquirido conhecimento só específico que o povo faz e agora eu estudei mais a fundo e sei mais que é.</p> <p>2ACBioF6ºP21-- Didática, e OTP também (organização do trabalho pedagógico).</p> <p>- Ajudaram bastante, porque eu não tinha conhecimento do que realmente era o EJA, e foi a partir dessas disciplinas que eu pude ter conhecimento, e também acredito que sim, que vai ajudar bastante minha docência futura.</p> <p>1ALPortF4ºP20- Sim, quero terminar e ensinar. As disciplinas de Educação e Diversidade, no terceiro período, no segundo período teve Didática e Organização do Trabalho Pedagógico, que eu acho que foi entre o segundo e o terceiro período também. As três disciplinas citaram a EJA</p> <p>2 M LPort M 6ºP22- (Letras- português 6º período)- Bom, é, até o momento eu só tive uma disciplina que tratou desse assunto, EJA especificamente educação de jovens e adultos, então que eu lembre foi a única disciplina que realmente focou nisso.-(EJA) é uma disciplina paralela, não é da grade do</p>
--	---

	curso.
<p>2- As discussões dessas disciplinas foram satisfatórias para deixá-lo/a sensível às propostas de ensino da EJA, bem como contribuíram para a sua futura docência nessa modalidade?</p>	<p>1AMatF4ºP19- Sim porque no Eja é uma oportunidade que as pessoas que não concluíram o ensino regular tenham oportunidade de concluir o ensino com uma carga horária menor.Sim porque a forma de ensinar é uma forma diferente da sala de aula regular do que no EJA.</p> <p>2AMatF5º19- Contribuiu, mas eu esperei eu esperava que contribuísse mais porque, é ,como licenciandos deveria ser mais preparados pra qualquer circunstância,de, de realidade de sala sendo EJA ou não.</p> <p>3AMatF5ºP35- Bom, as discussões referentes a EJA, foram discussões que foram bastante proveitosas, apesar de não ser o tema principal da disciplina, então quer dizer , foi um tempo muito curto, foi uma discussão que poderia ter rendido muito mais se a gente tivesse um tempo melhor de estudo e de discussão, mas nos trouxe uma visão sobre a problemática EJA que até então, nós alunos universitários não tínhamos essa visão.</p> <p>1ACBioF6º22- - A pratica de ir para es ajudou muito a gente, tivemos no caso convivência porque uma coisa é você sat que é, e outra coisa é você conviver com para ajudar no conhecimento porque qu você passa para um sala de aula é totalm diferente do que qualquer pessoa fala.</p> <p>- As escolas foram municipais, no um qu particular porque estava em greve tan escola municipal quanto a escola esta regular.</p> <p>2ABioF6ºP21 - - Em OTP nos vimos ma parte teórica e a parte de didática que a g foi ter uma convivência com a sala de através de diagnóstico da escola, observa</p> <p>- Fiquei sabendo mais sobre a EJA a part didática mesmo, onde foi colocada a difer entre o ensino regular e a EJA, e em es supervisionado fui para sala de aula mai no ensino regular, no ensino fundamental</p>

	<p>seria importante assim que tivesse também uma diferença no próprio EJA aqui não vimos isso temos apenas no ensino fundamental e ensino médio.</p> <p>1ALPortF4ºP20- -Eu acredito que, não completamente suficiente, porque a maioria dessas disciplinas elas citam a EJA, é, DIDÁTICA cita um pouco, em OTP que é a ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO já aprofunda mais, é, a professora, ela, passava trabalhos, ela dividia porque todas essas três disciplinas elas trabalham com outras modalidades também, aí ela pegava cada modalidade de ensino e dividia pra os grupos de alunos e daí cada grupo ficava responsável por pesquisar sobre aquele tema e apresentar seminários.</p> <p>2ALPortM4ºP22- Sim, foi bem interessante porque até então eu não sabia o que era a EJA. Achava que EJA era simplesmente adultos que não tinham diploma que tavam buscando por isso e a gente viu que não, que o público do EJA é um público diversificado. Tem desde jovens que não concluíram o ensino médio por algum motivo e senhores sabe? Velhinhos, enfim, é muito diversificado e cada um tem um propósito de estar ali.</p>
<p>3) Você já esteve em sala de aula da educação básica como atividade curricular do seu curso? Descreva essa experiência, destacando as modalidades: regular ou educação de jovens e adultos e que diferenças podem ser destacadas na atuação do professor em sala de aula ao trabalhar no ensino regular e na EJA?</p>	<p>1AMatF4ºP19 -A diferença pode ser destacada no aprendizado porque os alunos do ensino regular, eles vem com o ensino regular a cada passo e os do EJA não eles muitos pararam e muitos não voltando a escola porque nunca estudou para aprender a o conhecimento específico.</p> <p>2AFMatF5ºP19- Sim .Na sala de aula regular as idades e também os interesses dos alunos parece iguais. Na EJA, acho que tem a diferença de idade, tem a diferente, os diferentes, a mudança de pensamento. Uma criança pensa diferente de um adulto, então assim seria uma diferença enorme né?.., e também na questão de um adulto chegar, um adulto trabalha, tem essa responsabilidade de trabalhar de estudar</p>

	<p>, de cuidar da casa, aí teria que ser diferente, sim ,tem que ser diferente.</p> <p>3AMatF5°P35-Bom, pelo que eu já li, pelas vivências que a gente acaba agregando a gente percebe que é um público, é , bastante diferente, com características diferentes e que necessitam de uma abordagem diferente, para todo e qualquer tema que seja discutido em sala de aula porque são alunos que tem uma visão de mundo muito aguçada, por conta das suas vivências , da sua maturidade e o aluno convencional , ele ainda não tem essa percepção de mundo como o aluno EJA tem. Então é necessário que a gente faça uma avaliação melhor dos nossos conteúdos e a forma com que a gente vai se relacionar com esse público alvo, que é o aluno EJA.O aluno convencional é aquele que está inserido no sistema de educação regular. É o aluno que independente dele ser uma aluno repetente ou não ele está inserido na educação regular. Enquanto que o aluno EJA é um aluno que por vários fatores acabou por necessidade inserido no EJA.</p> <p>1AC.BioF6°P22- - Não .É, eu acho que regular o assunto é mais completo e o não ele vai diminuir um pouco e o profê jamais pode trabalhar do mesmo jeito que trabalha no regular, tanto pelo assunto que pela diferença de idades que ele vai p pessoas com classes de idades totalm diferentes dependendo do que ele trab não vai satisfazer os alunos.</p> <p>2C.BioF6°21—Ainda não.</p> <p>Bom, pela redução dos conteúdos eu acho que dificulta bastante para o professor planejar sua aula e ele tem que visar muito pela essa questão da idade e repensar bastante assim, a forma de se trabalhar com esses alunos a questão assim de dinâmicas, tem que ser dinâmicas voltadas, dinâmicas abertas que envolva todas as idades toda faixa etária daquela turma, eu acho que é uma forma muito complexa assim de se trabalhar.</p> <p>1ALPortF4°P20- Então, inclusive no</p>
--	---

	<p>meu caso, por eu já ter uma convivência aqui no Obeduc, como eu já era do Obeduc/Obeservatório da Educação desde o primeiro período, então eu pude nas minhas apresentações de trabalhos eu sempre queria pegar o tema da EJA porque era o tema que eu já conhecia né?! Por fazer parte daqui do Obeduc, então eu sempre incrementava alguma coisa diante das coisas que tinha visto das oficinas que eu tinha aplicado, o pessoal lá tinha mais a teoria do que tinha lido na internet, do que tinha lido nos PCN e, e eu que fui a sortuda que tinha visto tudo aquilo que eles tinham lido.</p> <p>2ALPortM4°P21- Sim. Então, no meu ultimo estágio, no estágio II eu atuei no ensino fundamental lá no Getulio Vargas e assim, é claro que tem muita diferença porque você tá pegando ,tipo, crianças ainda entrando na adolescência e acho uma experiência em sala de aula com o EJA que no caso foi uma visita uma escola do meu bairro e assim o que eu pude notar é que acho que interesse por parte dos alunos porque eles estão lá com um objetivo específico, é, buscar um certificado e eles tem uma vida né? Já, tipo, trabalham, estudam, eles tem uma coisa planejada. Quantos alguns não, eles não sabem o que eles querem, eles não sabem quem eles são (ensino regular). Então tem essa coisa, é, esse patamar bem diferenciado assim sabe? E não sei o que eu poderia mais dizer. -(sobre experiência na EJA) Sim, tive visitação. - A gente teve que fazer relatório sobre essa visita e assim, foi muito legal, a experiência.</p>
<p>4) De que saberes ou conhecimentos precisaria um docente da EJA em termos de formação inicial na Universidade?</p>	<p>Ter mais disciplinas ou pelo menos saber mais sobre a EJA.</p> <p>2AMatF5°P19- Uma preparação mais fundo, né,? Só uma matéria não é o suficiente. Deveria ser abordado em outras matérias também pra que um aluno esteja preparado pra qualquer circunstância numa sala sendo regular ou o EJA.</p> <p>3AMatF5°P35 - Bom . eu quero falar</p>

	<p>referente a um público alvo que até então , muitas vezes a gente acaba esquecendo. São os deficientes físicos de qualquer tipo de deficiência ,ou física ou psicológica, porque tem agora a inserção desses alunos no sistema de ensino do aluno regular e do aluno EJA</p> <p>e que mais uma vez, nós futuros professores nós não temos preparação suficiente na universidade para lidar com esses alunos, visto que nós só temos uma disciplina voltada a esse alvo , que é a disciplina on line de LIBRAS, só e simplesmente com uma carga horária muito reduzida e muito pouco a acrescentar.</p> <p>1ACBioF6ºP22- - Bom, pela redução conteúdos eu acho que dificulta bastante o professor planejar sua aula e ele tem visado muito pela essa questão da idade repensar bastante assim, a forma de trabalhar com esses alunos a questão das dinâmicas, tem que ser dinâmicas voltadas para dinâmicas abertas que envolva todas as idades toda faixa etária daquela turma acho que é uma forma muito complexa a de se trabalhar.</p> <p>2ACBioF6ºP21-- Sim, é, por exemplo, a eu fiquei sabendo que em 2016 vão sair disciplinas ,sobre, relacionada à educação licenciatura de ciências biológicas e na grade que é antiga só são quatro horas estágios e agora vão colocar mais sete ajudaria muito a gente com essas disciplinas voltada a educação até porque ajudaria a gente a vivenciar como é ter uma disciplina nova chamada de produção de texto iria ajudar muito porque quando a gente enfrenta um concurso que tem produção de texto ou mesmo os planos isso iria ajudar muito.</p> <p>1ALPortF4ºP20- Sim, sim, há ensinamentos diferentes mas você poderia explicar um pouco melhor, assim.</p> <p>- Aham.</p> <p>- Entendi perfeitamente a pergunta, eu acredito que a, a Universidade e essas disciplinas, essas três disciplinas que eu falei, e as professoras, elas poderiam e elas deveriam falar mais, e explicar melhor porque eu tava conversando com</p>
--	--

alguns alunos e poucos deles eu ouvir falar da EJA e quase nenhum deles tem a intenção de ensinar na EJA, a maioria deles falam que não pretendem trabalhar com a EJA e também a faculdade não direciona a gente pra isso, a universidade não direciona a gente pra, não capacita a gente pra ensinar na EJA, é sempre direcionado a gente como se chegar no ensino fundamental, como se chegar no ensino médio, como chegar no curso de idiomas, como lidar com crianças, mas quando é em relação a EJA ninguém toca muito no assunto. Eu acho que isso deveria ser mais, é, devia ser mais incentivado, o aluno só tem contato com isso quando ele chega na pesquisa, no caso, quando ele tem a oportunidade de entrar aqui no **Obeduc**, mas não é todo aluno que tem conhecimento, desse campo de pesquisa.

2ALPortM4ºP22- Assim, eu acho que ser professor não é só você saber conteúdo. Acho que ser educador é tipo uma experiência humana sabe? Você se colocar no lugar do outro, você entender que aquelas pessoas são de vidas diferentes de você, que eles tem necessidades, que eles tem desejos e, sei lá, você tem que saber lidar e ponderar isso da melhor forma, trabalhar com pessoas que interessem a todos talvez essa seja o saber fundamental.

-Eu acho que é você saber onde tá, conhecer seu aluno, observar o seu aluno pra saber o que ele é, quem ele é e conseqüentemente do que ele gosta porque ele está interessado, porque todo mundo está interessado em aprender alguma coisa mas não é todo mundo que está interessado em aprender a mesma coisa entendeu? Acho que a diferença seria essa, você captar o que seu aluno queria aprender.

-Há uma certa separação por parte professores entre esse alunos: os mais velhos e os mais novos. Eu acho que é muito possível você trabalhar esses dois mundos assim muito possível você trabalhar com aluno jovem e um senhor sabe? E eles teriam experiências positivas que um pode ensinar ao outro

	<p>acho que isso é essencial, tipo, você separar por demandas sabe? Por alun aluno B, aluno C e aluno D, todos são alun cada um tem um certo, é, interesse difer mas todo mundo tá ali por uma coisa só s Unidos por uma coisa só. Acho que é isso</p>
<p>5) Desejaria acrescentar algum aspecto não abordado neste roteiro?</p>	<p>1AMF4ºP19- Não porque as perguntas já é o suficiente.</p> <p>2AMatF5ºP19- Uma preparação mais fundo, né,? Só uma matéria não é o suficiente. Deveria ser abordado em outras matérias também pra que um aluno esteja preparado pra qualquer circunstância numa sala sendo regular ou o EJA.</p> <p>3AMatF5ºP35- Bom . As perguntas foram suficientes , mas nós futuros professores nós não temos preparação suficiente na universidade, assim, para lidar com esses alunos.</p> <p>1ACBioF6ºP22-Desejaria que tivesse mais disciplinas para conhecermos mais as modalidades da educação.</p> <p>2ACBioF6ºP21-- Assim como já foi citado Leticia, seria importante que tivesse disciplinas voltadas a essa área, e como citei seria muito importante se a gente tivesse uma experiência em um estágio no EJA.</p> <p>1ALPortF4ºP20- Eu acredito que o roteiro foi bem elaborado porque apesar de ser só quatro perguntas mas foram quatro perguntas bem diretas e abrangentes, não foram dez, não foram quinze mas foram quatro perguntas que abordou de tudo um pouco.</p> <p>2ALPortM4ºP22- Acho que quando a gente fala de EJA a gente nem imagina as dificuldades que esse jovens adultos passam por suas vidas sabe? Seja uma dona de casa que cuida da casa o dia inteiro e vai pra aula a noite, o pedreiro que ta lá o dia todo trabalhando no sol, ou até um, é, a professora Patrícia, professora da disciplina, ela disse que trabalhou numa turma onde, na verdade era um projeto, que eles tiravam as pessoas da</p>

	<p>rua, meninos de rua, pra por em sala de aula e vários esses meninos/meninas eram viciados então também tem essa realidade de pessoas que são viciadas e que não consegue concluir, não conseguem avançar , ficam estagnados no EJA sabe? Eu acho que é complexo, é um campo da educação que é muito complexo e novo pelo que eu vejo que há muita coisa pra se estudar, há muito que fazer ainda.</p>
--	--

APÊNDICE “H ” - APURAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS CONSOLIDADAS COM ALUNOS DA EEPJO

EXEMPLO	CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO
	1	Número de ordem
	A	Aluno
Aluno da EJA 1AEfF35	Ef	Segmento Ef/Ensino Fundamental e Em/Ensino Médio

QUESTÕES	RESPOSTAS
<p>1- Você gosta de estudar na EJA? Justifique.</p>	<p>M1Em24 - Sim. O caminho é perigoso e sombrio.</p> <p>M2Em23 – Sim. Eu tive que vim pra terminar e não tinha tempo pelo dia.</p> <p>F3Em50 – Sim. O que me levou a estudar e chegar a essa motivação foi incentivo dos meus filhos e a necessidade de aprender.</p> <p>F4Em19 – Não. Escolhi o EJA porque reprovei e resolvi adiantar os estudos.</p> <p>F5Em36 - Sim. Então para que eu chegasse onde eu estou hoje foram muitos obstáculos familiar. Porém, estou estudando por esforço e coragem, meu objetivo é crescer profissionalmente.</p> <p>F6Em22 - Sim. Foi porque eu casei e deixei de estudar para cuidar da casa.</p> <p>M7Em19 – Não. Eu tive que trabalhar ao dia e estudar a noite.</p> <p>M8Em21 – Sim. Foi porque reprovei muito antigamente e fiquei de maior.</p> <p>M9Em19 – Sim. Eu tive que parar pelo simples motivo da necessidade de trabalhar os dois turnos.</p> <p>F10Em23 - Sim. Comecei a trabalhar cedo, só pensava em namorar, engravidei, casei só pude voltar agora.</p>

	<p>F11Em21 – Sim. Eu vim porque comecei a estudar atrasada e esse fato me fez entrar no EJA, fico muito feliz por estar com eles.</p> <p>M12Em18 – Sim. Eu trabalho pela manhã e tarde e chegava muito tarde em casa, por isso que estou estudando à noite.</p> <p>F13Em19 – Sim. Eu vim estudar no EJA porque trabalho o dia inteiro, moro sozinha, minha família distante.</p> <p>F14Em58 – Sim. Eu parei de estudar porque me casei, fiquei cheia de problema, tive filhos e agora eu quis terminar.</p> <p>M15Em19 – Não. Porque eu parei um ano e reprovei dois anos, por isso estou aqui.</p> <p>F16Em19 – Sim. Foi uma escolha minha, porque tive que trabalhar o dia todo.</p> <p>M17Em20 – Sim. Eu comecei a trabalhar e parei de estudar e fui para o EJA para adiantar.</p> <p>M18Em18 - Não. Acontece que repeti três anos letivos por reprovações e se fosse continuar terminaria muito tarde e o EJA eu vi um atalho.</p> <p>F19Em20 - Sim. Por que eu quero ser alguém na vida.</p> <p>F20Ef15 - Sim. Me ajuda muito, tá sendo proveitoso. Estou me preparando para fazer uma prova do IFS, tô gostando muito.</p> <p>F21Em25 - Sim. Porque estudando aqui eu estou aprendendo muitas coisas que está me ajudando e me ajudará futuramente. Aprender cada vez mais e concluir o ensino básico.</p> <p>F22Em36 - Sim. Porque termina mais rápido e os assuntos são rápidos também. O meu motivo é muito peculiar. Já estudei, sou formada no ensino superior, mas por motivo de saúde tive perda cognitiva muito grande. Voltei a estudar para estimular meu cérebro e</p>
--	--

	<p>ressocializar. A direção me permitiu assistir o EJA como assistente.</p> <p>M23Em18 - Sim. Os amigos que me indicaram a escola e disse que o colégio era bom.</p> <p>M24Em18 - Sim.</p> <p>F25Em46 - Sim. Porque é rápido. Sim.</p> <p>F26Em38 - Sim. É muito interessante pois tem muito tempo que deixei de estudar e tá sendo um prazer volta a estudar. Motivação de aprender mais e mais.</p> <p>M27Em19 - Sim. Porque gosto de estudar para ser uma pessoa melhor. Porque estou arrependida e por isso voltei atrás.</p> <p>M28Em22 - Sim. Ensino acelerado. Por atraso nos estudos e não ter tempo para concluir os estudos na modalidade normal por falta de tempo. No EJA eu irei concluir os estudos de modo acelerado.</p> <p>F29Em17 - Sim. Porque os alunos recuperam o tempo perdido. Porque reprovei e queria recuperar o ano perdido mais rápido.</p> <p>M30Ef21 - Sim. Porque eu gosto de estudar, gosto de aprender e procura construir uma carreira boa graças a meus estudos. Coisas da vida. Algumas cabeçadas ali e outras aqui, escolhas erradas fizeram eu me afastar do estudo normal e tentando resolver estou aqui.</p>
<p>1.1 - Quais as motivações levaram você a estudar na EJA? Justifique.</p>	<p>M1Ef24 – Quero terminar o Ensino Médio.</p> <p>M2Em23 – Estudar à noite. Não tenho tempo pelo dia.</p> <p>F3Em50 – A necessidade de aprender depois de criar os filhos.</p> <p>F4Ef19 – Resolvi adiantar os estudos.</p> <p>F5Em36 – Meu objetivo é crescer</p>

	<p>profissionalmente. Porém, estou estudando por esforço e coragem.</p> <p>F6Ef22 – Voltar a estudar porque deixei de estudar para cuidar da casa.</p> <p>M7Em19 – Continuar os estudos. Eu tive que trabalhar ao dia e estudar a noite e quero vencer.</p> <p>M8Em21 – Terminar meus estudos. Não quero reprovar mais.</p> <p>M9Em19 – Um bom emprego. Eu tive que trabalhar os dois turnos.</p> <p>F10Em23 – Trabalhar.</p> <p>F11Em21 – Fico muito feliz por estar com eles.</p> <p>M12Ef18 –. Eu trabalho pela manhã e tarde e chegava muito tarde em casa. E estou estudando á noite.</p> <p>F13Em19 – Moro sozinha, minha família distante. Trabalho o dia inteiro.</p> <p>F14Em58 – Agora eu quis terminar. Eu parei de estudar porque me casei.</p> <p>M15Em19 – Voltei porque parei um ano e reprovei dois anos.</p> <p>F16Em19 - Foi uma escolha minha.</p> <p>M17Em20 – Fui para o EJA para adiantar.</p> <p>M18Ef18 – Na EJA eu vi um atalho.</p> <p>M19Ef24 – Eu parei e a EJA foi a solução.</p> <p>M20Em23– Terminar de estudar.</p> <p>F21Em50 – Voltar para a escola.</p> <p>F22Em19 – Não respondeu.</p> <p>F23Em36 – Quero terminar de estudar e fazer concurso.</p> <p>F24Em22 – Não respondeu.</p> <p>M25Em19 – Não respondeu.</p> <p>M26Em21 – Não respondeu.</p>
--	--

	<p>M27Ef19 – Não tenho outro horário pra estudar porque eu trabalho dois turnos.</p> <p>F28Em23 – Meu trabalho.</p> <p>F29Em21 – Não respondeu.</p> <p>M30Ef18 – Um bom trabalho só consigo se estudar muito.</p>
<p>1.2 Quais os motivos que seus colegas abandonaram, trancaram ou desistiram de frequentar a EJA?</p>	<p>M1Ef24 – Sim, mudaram de bairro.</p> <p>M2Em23– Não respondeu.</p> <p>F3Em50 – Sim. Foi o trabalho.</p> <p>F4Ef19 – Minha colega teve nenê e não tinha com quem deixar. Não tem a mãe dela aqui.</p> <p>F5Em36 – Quem consegue trabalho pela noite deixa de estudar.</p> <p>F6Ef22 – Meu amigo reprovou por falta em Português esse ano e desistiu das outras matérias. Ele nem sabia que só ia perder português.</p> <p>M7Em19 – Não respondeu.</p> <p>M8Em21 – As faltas. Eles desanimam e eles desistem.</p> <p>M9Em19 – Uns vão trabalhar e outros tem preguiça de estudar de noite.</p> <p>F10Em23 -- Não respondeu.</p> <p>F11Em21– Não respondeu.</p> <p>M12Ef18 -- Eles desistem porque não vão passar mais.</p> <p>F13Em19– Não sei.</p> <p>F14Em58 – Não respondeu.</p> <p>M15Em19– Muitos colegas vão trabalhar.</p> <p>F16Em19 – Não respondeu.</p> <p>M17Em20 – Não sei não.</p> <p>M18Ef18- Sim, a família se mudou e ela foi também.</p> <p>F19Ef20 - Já, porque casaram e não queria mais estudar não xxxx não.</p> <p>F20Em15 - Sim. Normalmente é desanimação, força de vontade, determinação, falta de objetivo.</p> <p>F21Em25 – Sim. Porque precisavam trabalhar e não tinha condição de conciliar as suas atividades.</p> <p>F22Em36 – Sim. Uma começou a trabalhar e a ficar muito cansada. Outros simplesmente desapareceram e eu não</p>

	<p>soube o motivo.</p> <p>M23Em18 - Já, porque ele soube que não tinha mais como passar de série.</p> <p>M24Em18 - Não respondeu.</p> <p>F25 Em46 - Não respondeu.</p> <p>F26Em38 - Não respondeu.</p> <p>M27Ef19 - Por causa de faltas e por isso abandonaram.</p> <p>M28Em22 – Sim, alguns por causa do trabalho e outros por causa de amizade.</p> <p>F29Em17 - Não respondeu.</p> <p>M30Ef21 - Sim. Falta de interesse e motivação dos amigos e família.</p>
<p>2-O ensino da EJA atende às suas necessidades e tem relação com o seu dia - a - dia? () Sim () Não</p>	<p>M1Ef24 - Não respondeu.</p> <p>M2Em23 – Sim.</p> <p>F3Em50 – Sim.</p> <p>F4Ef19 – Sim.</p> <p>F5 Em36 - Sim.</p> <p>F6Ef22 – Sim.</p> <p>M7Em19 – Porque eu quero fazer um curso técnico.</p> <p>M8Em21 – Não.</p> <p>M9Em19 – Não respondeu.</p> <p>F10Em23 – Sim.</p> <p>F11Em21 – Sim.</p> <p>M12Ef18 – Sim.</p> <p>F13Ef19 – Sim.</p> <p>F14Em58 – Sim.</p> <p>M15Em19 – Não respondeu.</p> <p>F16Em19 – Sim.</p> <p>M17Em20 – Não respondeu.</p> <p>M18Ef18 – Sim.</p> <p>M19Ef24 – Sim.</p> <p>M20Em23 – Sim.</p> <p>F21Em50 – Sim.</p> <p>F22Em19 – Sim.</p> <p>F23Em36 – Sim.</p> <p>F24Em22 – Sim.</p> <p>M25Em19 – Sim.</p> <p>M26Em21 – Sim.</p> <p>M27Ef19 – Não.</p> <p>F28Em23 – Sim.</p> <p>F29Em21 – Sim.</p> <p>M30Ef18 – Sim.</p>

<p>2.1- Se respondeu <u>Sim</u> diga em que ele atende.</p>	<p>M1Ef24 - Não respondeu. M2Em23 - Melhora meu dia, você aprende coisas novas e posso conseguir melhorar condições de trabalho. F3Em50 – A minha necessidade atende em várias. Como cursos e como lidar com meu trabalho e ideias. F4Ef19 – Tira todas as minhas dúvidas. F5Em36 - Me dando oportunidade de crescimento e conhecimento no mundo atual. F6Ef22 – Eu quero para o meu futuro. M7Em19 – Porque eu quero fazer um curso técnico. M8Em21 – Numa parte sim, e na outra não, porque há muitos professores que não ensina bem. M9Em19 – Não respondeu. F10Em23 – Atende sim, os professores são bons, ajudam muito. F11Em21 – Eles atendem minhas expectativas e ensinam o que a gente precisa. M12Ef18 – Atende a ensinar meus filhos em casa. F13Em19 – Porque não tenho tempo para terminar o ensino normal que era o que realmente queria. F14Em58 – Estou gostando muito voltei a aprender coisas que já não me lembrava mais, agora estou bem, era o que eu queria. M15Em19 – Não respondeu. F16Em19 – Na maioria das vezes no dia a dia sim. M17Em20 – Não respondeu. M18Ef18 – Porque durante o dia eu trabalho e o turno da noite me ajuda bastante.</p> <p>F19Ef20 - Porque eu penso de mais no estudar porque eu quero ser alguém na vida. Por isso eu gosto de estudar muito, etc. F20Ef15 - Relembrar e aprender. F21Em25 - Porque cada dia que passo aqui é um aprendizado que levo comigo e pratico no meu dia a dia com a família, amigo, enfim com a sociedade.</p>

	<p>F22Em36 - No meu caso ,socializar. (era muito difícil, estou melhorando, tremendo menos, falando mais em público, fazendo amizade.)</p> <p>M23Em18 - Não respondeu.</p> <p>M24Em18 - Não respondeu.</p> <p>F25Em46 - Abriu a minha mente para as oportunidades no meu dia-a-dia.</p> <p>F26Em38 - Porque até agora os professores são objetivos.</p> <p>M27Ef19 - Em minha vida social.</p> <p>M28Em22 - Não respondeu.</p> <p>F29Em17 - Ensina bem.</p> <p>M30Ef21 - Em tudo, pois me ajuda na vida humana.</p>
<p>2.2 - Ajudará nos seus planos para o futuro? () Sim () Não. Se respondeu Sim diga em que ele ajudará você.</p>	<p>M1Ef24 - Porque adiantará meus estudos</p> <p>M2Em23 – Me ajudará a conseguir um melhor emprego e no meu aprendizado e desempenho pessoal.</p> <p>F3Em50 – Me ajudara a ter conhecimentos com pessoas de outras línguas e costumes indígenas etc.</p> <p>F3Em50 – Porque vou fazer curso e faculdade.</p> <p>F5Em36 – Me ajudará porque é nele que terminarei o ensino médio e futuramente enfrentarei uma faculdade.</p> <p>F6Ef22 – Ele me ajudará meu estudos para o meu futuro melhor para mim.</p> <p>M7Em19 – Acabando o ensino médio eu posso fazer vários cursos.</p> <p>M8Em21 – Porque muito professores ajudam muito no ensino que nos levam para o xxxxx.</p> <p>M9Em19 – Me ajudará para que eu possa fazer cursos avançados que necessita do ensino médio completo.</p> <p>F10Em23 – Para eu poder fazer concurso público e ter uma profissão.</p> <p>F11Em21 – Porque vai me levar a fazer algo que der um futuro para a minha vida.</p> <p>M12Ef18 - Porque no futuro vou prestar vestibular.</p> <p>F13Em19 – Porque mesmo com o assunto muito mastigado aprendemos e o que não der tempo só fazer um reforço.</p> <p>F14Em58 – A ter conhecimento melhor, estou muito feliz em participar do EJA.</p> <p>M15Em19 – Porque eu posso encontrar</p>

	<p>um emprego melhor.</p> <p>F16Em19 – Porque termina mais rápido, e assim adianta os meus planos.</p> <p>M17Em20 – Termina os estudos mais rápido.</p> <p>M18Ef18 – Ajudará a terminar meus estudos em um período mais curto que o normal, e irei chegar a conclusão do ensino médio.</p> <p>F19Ef20 - Porque eu quero ser alguém na vida. Quem estuda sempre tem uma oportunidade na vida no seu objetivo no estudo.</p> <p>F20Ef15 - Para provas.</p> <p>F21Em25 - Porque o que eu aprendo aqui é algo que já me ajuda muito e me faz ter uma visão desse futuro que eu quero.</p> <p>F22Em36 - Eu sou aposentada por ansiedade generalizada, e meu sonho é voltar a trabalhar. Penso que essa organização mental que o estudo traz vai me ajudar.</p> <p>M23Em18 - Porque eu espero trabalhar como gerente.</p> <p>M24Em18 - Não respondeu.</p> <p>F25Em46 - Não respondeu.</p> <p>F26Em38 - Pois quero fazer uma faculdade.</p> <p>M27Ef19 - Me ajudaram em minha carreira profissional.</p> <p>M28Em22 - Poderei ingressar no ensino superior.</p> <p>F29Em17 - Não respondeu.</p> <p>M30Em21 - Em trabalhos, concursos, educação humana. Me ajudará a viver melhor em sociedade.</p>
<p>3- Os professores dessa escola promovem práticas de ensino motivadoras, como: () projetos ()gincanas ()palestras()visitas ()aulas extraclasse ()outras()nenhuma.</p>	<p>M1Ef24 - Projetos, palestras e aulas extraclasse.</p> <p>M2Em23 - Palestras e aulas extraclasse.</p> <p>F3Em50 - Projetos, palestras e aulas extraclasse.</p> <p>F4Ef19 – Gincanas e palestras.</p> <p>F5Em36 – Palestras.</p> <p>F6Ef22 – Palestras.</p> <p>M7Em19 – Palestras.</p> <p>M8Em21 – Projetos e palestras.</p> <p>M9Em19 – Projetos.</p> <p>F10Em23 – Aulas extraclasse.</p> <p>F11Em21 – Palestras.</p> <p>M12Ef18 – Projetos.</p>

	<p>F13Em19 – Está sem resposta. F14Em58 – Palestra. M15Em19 - Palestras. F16Em19 – Palestras. M17Em20 – Palestras. M18Ef18 – Palestras. F19Ef20 - Palestras. F20Ef15 - Projetos e outras. F21Em25 – Palestras. Em36 – Nenhuma. M23Em18 - Nenhuma. M24Em18 - Nenhuma. F25Em46 - Palestras. F26Em38 - Projetos. M27Ef19 - Palestras e outros. M28Em22 – Projetos e outros. F29Em17 - Projetos e palestras. M30Em21 - Palestras, visitas e outras.</p>
<p>3.1- Qual a que mais acha interessante?</p>	<p>M1Ef24 - As aulas de Português. M2Em23 - Os passeios. F3Em50 - Redação. F4Ef19 – As gincanas. F5Em36 – Está sem a resposta. F6Ef22 – Palestras. M7Em19 – As palestras. M8Em21 – Projetos. M9Em19 – Gincanas. F10Em23 – Está sem resposta. F11Em21 – Palestras. M12Ef18 – Os projetos lógico. F13Em19 – Primeiro ano que estou estudando aqui, não tive oportunidade de ir a nenhuma. F14Em58 – Palestras. M15Em19 – A que não fez ainda na escola. F16 Em19 – Palestras. M17Em20 – Palestras. M18Ef18 – Gincanas.</p>

	<p>F19Ef20 - Palestras.</p> <p>F20EF15 – Aulas participativas.</p> <p>F21Em25 – Palestras.</p> <p>F22Em36 - Ainda não vi nenhuma pratica diferenciada.</p> <p>M23EM18 – Não respondeu.</p> <p>M24Em18- Não respondeu.</p> <p>F25Em46- Palestras.</p> <p>F26Em38 – Aula de redação.</p> <p>M27Ef19 – Palestras.</p> <p>M28Em22 – Não respondeu.</p> <p>F29Em17- Gincanas.</p> <p>M30Em21 – Palestras.</p>
<p>4 - Dentre as disciplinas Português, Matemática e Ciências/Biologia, qual(ais) lhe apresenta(m) uma forma de aprendizagem que se aproxima do seu dia a dia? Por quê?</p>	<p>M1Ef24 - Português. Que está em tudo na vida.</p> <p>M2Em23 - Português e matemática. Por causa do trabalho dia a dia com as pessoas.</p> <p>F3Em50 – Português. Porque me ensina a entender mais</p> <p>F4Ef19 – Português. Porque está presente no nosso dia a dia</p> <p>F5Em36 – Então, todas se inclui em meu dia a dia. Porque o nosso dia a dia existe todas essas e mais algumas.</p> <p>F6Ef22 – Português. Porque ela falar sobre as legas brasileiras</p> <p>M7Em19 – Português por causa da lega brasileira</p> <p>M8Em21 – Português é uma matéria que mais usamos</p> <p>M9Em19 – Matemática e português, esses ensina ajuda no meu desempenho no dia a dia</p> <p>F10Em23 – Matemática porque faço calculo no meu trabalho</p> <p>F11Em21 – Português, porque é</p>

	<p>necessário aprender a cada novo dia</p> <p>M12Ef18 – Matemática porquê eu trabalho como caixa</p> <p>F13Ef19 – Na verdade todas um pouco em cada dia. Mais Matemática é o meu trabalho. Passo o dia inteiro fazendo contas.</p> <p>F14Em58 – Português, porque é o nosso dia a dia</p> <p>M15Em19 – Português porque está presente no nosso dia a dia</p> <p>F16Em19 – Português. Por causa da Língua Brasileira</p> <p>M17Em20 – Português. Porque é mais usado no dia a dia</p> <p>M18Em18 – Português, porque é a língua que está comigo todos os dias na minha maneira de falar</p> <p>F19Em20- Matemática, não respondeu.</p> <p>F20EF15 - Matemática, apesar do professor não ser muito bom está sendo bom porque estou lembrando os assuntos.</p> <p>F21Em25 – Matemática, porque na área em que eu trabalho a matemática é essencial.</p> <p>F22Em36 – Matemática. O professor faz muito exercício com problemas.</p> <p>M23EM18 – Nenhuma.</p> <p>M24Em18- Não respondeu.</p> <p>F25Em46 – Português, modo de falar.</p> <p>F26Em38 – Português e matemática, porque precisamos no dia a dia.</p> <p>M27Ef19 – Português, me ajuda a falar melhor.</p> <p>M28Em22- Português e matemática. Porque é muito usado no dia a dia.</p> <p>F29Em17- Não respondeu.</p> <p>M30Em21- Português, me ensina a</p>
--	--

	conviver melhor.
<p>5 - Relate uma atividade realizada nessa(s) disciplina(s) que teve relação com seu dia a dia, sua vida, seu trabalho</p>	<p>M1Ef24 - A relação de classe gramatical.</p> <p>M2Em23 – Quando eu falo com os clientes e quando faço as contas.</p> <p>F3Em50- Estava sem resposta</p> <p>F4Ef19- A professora de Português falou sobre a violência contra as mulheres.</p> <p>F5Em36- A violência a mulher foi um caso que eu mesma já vivi.</p> <p>F6Ef22- Sobre a violência contra as mulheres.</p> <p>M7Em19- Biologia sobre o HIV.</p> <p>M8Em21- Sim. Muitas doenças que aprendi com ciências.</p> <p>M9Em19- Na minha pronúncia, e muitas contagens no meu trabalho.</p> <p>F10Em23- Ciências porque falava muito de gravidez indesejada e então me prevenir.</p> <p>F11Em21 - Português ensinam muito sobre as palavras corretas.</p> <p>M12Ef18 - A atividade de soma mim ajuda muito no meu trabalho.</p> <p>F13Em19 - Matemática soma, dividir, porcentagem etc.</p> <p>F14Em58 - Português- porque estou aprendendo mais sobre os verbos.</p> <p>M15Em19 - Só o de matemática.</p> <p>F16Em19 - Português- me alertou sobre uma palavra que eu não falava no dia a dia.</p> <p>M17Em20 - A leitura e o pensamento.</p> <p>M18Ef18 - Ciências/ Biologia, onde fala da minha saúde, meus exercícios físicos do dia a dia.</p> <p>F19Ef20 – Matemática porque eu acho muito importante a matéria para aprender as coisas.</p> <p>F20EF15 – Português, pois ajuda muito na comunicação.</p> <p>F21Em25 – Uma atividade que falava sobre porcentagem.</p> <p>F22Em36 – Sinceramente, não lembro. O que mais me ajuda é mesmo o relacionamento entre colegas.</p> <p>M23Em18 – Não respondeu.</p>

	<p>M24Em18- Não respondeu.</p> <p>F25Em 46 – Não respondeu.</p> <p>F26Em38 – Português, modo de falar.</p> <p>M27Ef19 – Nenhuma.</p> <p>M28Em22 – Não respondeu.</p> <p>F29Em17- Não respondeu.</p> <p>M30Em21 – No trabalho em questão de contabilidade.</p>
<p>6) Quais suas expectativas ao concluir a educação básica na EJA?</p>	<p>M1Ef24 - Não respondeu.</p> <p>M2Em23 – Fazer uma faculdade e estudar mais.</p> <p>F3Em50 - Em branco</p> <p>F4Ef19 - Não parar mesmo com essas greves.</p> <p>F5Em36- Eu quero crescer , continuar no emprego e continuar estudando.</p> <p>F6Ef22 - Quero ir para a faculdade</p> <p>M7Em19 - Continuar e consegui um emprego bom para meu futuro.</p> <p>M8Em21-.Ter um futuro bom se consegui emprego bom.</p> <p>M9Em19 - . Continuar o estudo, porque ajuda meu trabalho com contas.</p> <p>F10Em23 - Estudar e trabalhar e aprender mais sobre Ciências.</p> <p>F11Em21 - Tentar tirar meu 2º grau.</p> <p>M12Em18 - não respondeu.</p> <p>F13Em19 - Estudar mais Matemática.</p> <p>F14Em58 - Eu não estudei antes, e quero terminar e continuar indo para a faculdade.</p> <p>M15Em19 - Não respondeu</p> <p>F16Em19 - .Eu quero continuar no estudo.</p> <p>M17Em20 - Arrumar um emprego e estudar também</p> <p>M18Ef18 - Não.</p> <p>F19Ef20 - Porque eu quero ser enfermeira por isso eu quero estudar muito para crescer na vida</p> <p>F20EF15 –Estudar mais</p> <p>F21Em25 – Continuar meus estudos, isso vai me ajudar .</p>

	<p>F22Em36 –.Quero trabalhar novamente e ocupar minha mente , viver bem.</p> <p>M23Em18 –.Continuar estudando para crescer no meu emprego.</p> <p>M24Em18- Estudar mais e conhecer mais pessoas</p> <p>F25Em 46 –.Não respondeu</p> <p>F26Em38 –.Desejo continuar para fazer depois uma faculdade</p> <p>M27Ef19 – Ter um emprego bom e ir vencendo na carreira que eu escolher</p> <p>M28Em22 –. Não respondeu</p> <p>F29Em17- Não respondeu</p> <p>M30Em2-Pretendo continuar estudando e fazendo concursos.</p>
<p>7- Desejaria acrescentar algum aspecto não abordado neste roteiro?</p>	<p>M1Ef24 – Falta acrescentar vários problemas que a escola tem como, falta de higiene nos banheiros e falta de segurança.</p> <p>M2Em23 - Não.</p> <p>F3Em50 – Não.</p> <p>F4 Ef 19 – Não.</p> <p>F5Em36 - Acrescentar mais funcionários seria ideal. Obs: Funcionários capacitados para tal função.</p> <p>F6Ef22 - Mais belo, mais limpo com mais e gene.</p> <p>M7Em19 - Não.</p> <p>M8Em21 - Está sem resposta.</p> <p>M9Em19 - Está sem resposta.</p> <p>F10Em23 - Não.</p> <p>F11Em21 - É muito necessário limpeza pois os próprios alunos varrem a sala, para o banheiro que é podre capaz de pegarmos uma doença.</p> <p>M12Em18 – Não.</p>

	<p>F13Em19 – Não.</p> <p>F14Em58 – Não.</p> <p>M15Em19 – Não.</p> <p>F16Em19 – Não.</p> <p>M17Em20 – Não.</p> <p>M18Ef18 – Não.</p> <p>F19Ef20- Não.</p> <p>F2EF15 - Precisa melhorar.</p> <p>F21Em25 – Não.</p> <p>F22Em36 - A turma é muito motivada e unida. Creio que isso motiva os professores também.</p> <p>M23Em18 - Nenhuma.</p> <p>M24Em18 - Não respondeu.</p> <p>F25Em46 – Não.</p> <p>F26Em38 - Não respondeu.</p> <p>M27Ef19 – Não.</p> <p>M28Em22 – Não.</p> <p>F29Em17 - Não respondeu.</p> <p>M30Em21 – Não precisa, Acho que tá bem.</p>
--	---

APÊNDICE "I" – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA Unit (1)

UNIVERSIDADE TIRADENTES -
UNIT



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DA JUVENTUDE: as propostas curriculares atuais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como objeto de estudo das licenciaturas.

Pesquisador: RANÚSIA PEREIRA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 49199115.3.0000.5371

Instituição Proponente: Universidade Tiradentes - UNIT

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA EDUCACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.416.506

Apresentação do Projeto:

A pesquisa em questão é parte integrante da Dissertação de Mestrado em Educação, na linha de Educação e Formação Docente, pela Universidade Tiradentes. Como professora da educação básica, atuo como bolsista mestranda no projeto TRANSEJA 2: Transdisciplinaridade na literacia e numeracia de jovens e adultos no semiárido sergipano, uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED/UNIT), através do GPGFOP/PPED/UNIT/CNPq e o apoio material e/ou financeiro é de responsabilidade da CAPES/Brasil, através do Programa Observatório da Educação (Edital 049/2012/OBEDUC/CAPES/INEP).


Priorizamos nesta Dissertação, a análise das propostas pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos (consideradas as orientações nacionais, estaduais e de uma unidade escolar) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Letras-Português, Matemática e Ciências Biológicas da Universidade Tiradentes, referente às formações para as disciplinas com maior número de aulas nos componentes curriculares do ensino fundamental e médio: Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas.

Partindo dessa análise serão observadas dentro das Propostas Pedagógicas dos Cursos- PPCs de graduação citados, se as ementas oferecem disciplinas que discutam e fundamentam as

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo
Bairro: Bairro Farolândia **CEP:** 49.032-490
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3218-2206 **Fax:** (79)3218-2100 **E-mail:** cep@unit.br

Universidade Tiradentes - UNIT
 Profa. Dra. Adriana Karla de Lima
 Coordenadora de Pesquisa

APÊNDICE “J” – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA Unit (2)

UNIVERSIDADE TIRADENTES -  **Plataforma Brasil**
UNIT

Continuação do Parecer: 1.416.506

particularidades da EJA na formação dos futuros professores. Após essa análise inicial, serão verificados a Proposta Estadual da Educação de Jovens e Adultos – SEED e o Projeto Político Pedagógico da Escola – PPP da Escola Estadual Profª Judite Oliveira, verificando se os docentes que trabalham com a modalidade Educação de Jovens e Adultos utilizam uma fundamentação trazida da graduação, ou se buscaram práticas de formação continuada individual, coletivamente ou outros meios pedagógicos para o alcance dos seus objetivos.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar os fatores históricos e sociais que determinam mudanças curriculares na formação docente (licenciaturas em Letras Português, Matemática e Ciências Biológicas) e as implicações no respectivo PPP da modalidade de educação básica/ EJA.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto de pesquisa apresenta as relações de riscos e benefícios de forma adequada, de acordo com a Resolução CNS n°466/12.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa com grande relevância científica para a área correlata.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As documentações foram inseridas corretamente e encontram-se datadas e assinadas conforme as normas descritas na Resolução CNS n° 466/12.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações para este projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP informa que de acordo com a Resolução CNS n° 466/12, Diretrizes e normas XI. 1 - A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais e XI. 2 - XI.2 - Cabe ao pesquisador: a) apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP ou à CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa; b) elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, quando necessário; c) desenvolver o projeto conforme delineado; d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa; g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo
Bairro: Bairro Farolândia CEP: 49.032-490
UF: SE Município: ARACAJU
Telefone: (79)3218-2206 Fax: (79)3218-2100 E-mail: cep@unit.br

Universidade Tiradentes - UNIT
Profa. Dra. Adriana Karla de Lima
Coordenadora de Pesquisa

APÊNDICE “L” – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA Unit (3)



Continuação do Parecer: 1.416.506

ao pessoal técnico integrante do projeto; e h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_485101.pdf	16/12/2015 15:34:57		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Decl_inst.pdf	16/12/2015 12:50:00	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	decl_infra_diret.pdf	16/12/2015 12:48:13	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_1.pdf	16/12/2015 12:41:40	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_RANUSIA.pdf	16/12/2015 04:44:22	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MENOR.pdf	16/12/2015 04:40:07	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ADULTO.pdf	16/12/2015 04:39:37	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	16/12/2015 04:28:32	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declarainfraBio.pdf	04/09/2015 18:00:24	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	04/09/2015 16:45:38	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito
Declaração do Patrocinador	declaracaopatrocinator.pdf	04/09/2015 16:28:50	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declarainframatemtica.pdf	04/09/2015 16:19:10	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declarainfraletas.pdf	04/09/2015 16:12:48	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declara_institu_unit.pdf	04/09/2015 15:46:05	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo
 Bairro: Bairro Farolândia CEP: 49.032-490
 UF: SE Município: ARACAJU
 Telefone: (79)3218-2206 Fax: (79)3218-2100 E-mail: cep@unit.br

Universidade Tiradentes - UNIT
 Profa. Dra. Adriana Karla de Lima
 Coordenadora de Pesquisa

APÊNDICE “M” – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA Unit (4)

UNIVERSIDADE TIRADENTES -
UNIT



Continuação do Parecer: 1.416.506

Declaração de Instituição e Infraestrutura	declinstituicolegio.pdf	04/09/2015 15:41:28	RANÚSIA PEREIRA SILVA	Aceito
--	-------------------------	------------------------	--------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 19 de Fevereiro de 2016

Assinado por:

ADRIANA KARLA DE LIMA
(Coordenador)

Universidade Tiradentes - UNIT
Profa. Dra. Adriana Karla de Lima
Coordenadora de Pesquisa

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo
Bairro: Bairro Farolândia CEP: 49.032-490
UF: SE Município: ARACAJU
Telefone: (79)3218-2206 Fax: (79)3218-2100 E-mail: cep@unit.br

APÊNDICE “N” – CARTA AO COORDENADOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS- PORTUGUÊS/ Unit

Declaração de Infra-Estrutura e Autorização Para Uso da Mesma

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Universidade Tiradentes - UNIT

Declaro, conforme Resolução CNS 466/12, a fim de viabilizar a execução da pesquisa intitulada " **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DA JUVENTUDE: as propostas curriculares atuais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como objeto de estudo das licenciaturas.**", sob a responsabilidade do(s) pesquisador(es) **Ranúzia Pereira Silva e Ada Augusta Celestino Bezerra**, que a Coordenação do curso de Licenciatura em Letras Português da **Universidade Tiradentes – UNIT** conta com toda a infra-estrutura necessária para a realização e que o(s) pesquisador(es) acima citado(s) está(ão) autorizado(s) a utilizá-la.
De acordo e ciente,

Aracaju, 31 de agosto de 2015

UNIT - Universidade Tiradentes

Prof. Me. Cleodirio Messias dos Santos
Coordenador dos Cursos de Letras

Coordenador do Curso de Licenciatura em Letras Português da UNIT

CPF: 6 95.193.235-20

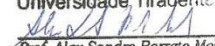
APÊNDICE “O” – CARTA AO COORDENADOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ Unit

Declaração de Infra-Estrutura e Autorização Para Uso da Mesma

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Universidade Tiradentes - UNIT

Declaro, conforme Resolução CNS 466/12, a fim de viabilizar a execução da pesquisa intitulada " **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DA JUVENTUDE: as propostas curriculares atuais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como objeto de estudo das licenciaturas.**", sob a responsabilidade do(s) pesquisador(es) **Ranúzia Pereira Silva e Ada Augusta Celestino Bezerra**, que a Coordenação do curso de Licenciatura em Matemática da **Universidade Tiradentes – UNIT** conta com toda a infra-estrutura necessária para a realização e que o(s) pesquisador(es) acima citado(s) está(ão) autorizado(s) a utilizá-la.
De acordo e ciente,

Aracaju, 31 de agosto de 2015

Universidade Tiradentes

Prof. Alex Sandro Barreto Melo
Coordenador do curso de Matemática

Coordenador do Curso de Licenciatura em Matemática da UNIT

CPF: 676195415-00

Obs.: Cada área envolvida no projeto de pesquisa deverá apresentar esta declaração em separado.

V2_28nov13

APÊNDICE “P” – CARTA AO COORDENADOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS/ Unit

Declaração de Infra-Estrutura e Autorização Para Uso da Mesma

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Universidade Tiradentes - UNIT

Declaro, conforme Resolução CNS 466/12, a fim de viabilizar a execução da pesquisa intitulada " **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DA JUVENTUDE: as propostas curriculares atuais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como objeto de estudo das licenciaturas.**", sob a responsabilidade do(s) pesquisador(es) **Ranúzia Pereira Silva e Ada Augusta Celestino Bezerra**, que a Coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da **Universidade Tiradentes – UNIT** conta com toda a infra-estrutura necessária para a realização e que o(s) pesquisador(es) acima citado(s) está(ão) autorizado(s) a utilizá-la.
De acordo e ciente,

Aracaju, 31 de agosto de 2015

Universidade Tiradentes - UNIT

Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UNIT
Coord. do Curso de Ciências Biológicas

CPF: 194 305 586-68

Obs.: Cada área envolvida no projeto de pesquisa deverá apresentar esta declaração em separado.

APÊNDICE “Q” – CARTA DE AUTORIZAÇÃO DO DIRETOR DA ESCOLA ESTADUAL PROFª JUDITE OLIVEIRA - EEPJO.

Declaração de Infra-Estrutura e Autorização Para Uso da Mesma

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Universidade Tiradentes - UNIT

Declaro, conforme Resolução CNS 466/12, a fim de viabilizar a execução da pesquisa intitulada " **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DA JUVENTUDE: as propostas curriculares atuais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como objeto de estudo das licenciaturas.**", sob a responsabilidade do(s) pesquisador(es) mestrandos **Ranúzia Pereira Silva** e orientadora **Profª Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra**, que o curso/laboratório/instituição Colégio Estadual "**Profª Judite Oliveira**" conta com toda a infra-estrutura necessária para a realização e que o(s) pesquisador(es) acima citado(s) está(ão) autorizado(s) a utilizá-la.
De acordo e ciente,

Aracaju, 31 de agosto de 2015



Elton Mota
11047/2013

Diretor

CPF: 940.742.835-68

Escola estadual Profª Judite Oliveira
Secretaria de Estado da Educação de Sergipe

